



# RELATÓRIO E CONTAS 2010

**Finibanco, SA**

**Sede Social** Rua Júlio Dinis, 157 Apartado 4573 4050-323 Porto

**Capital Social** € 180.000.000 Cons. Reg. Com. do Porto e Pes. Colect. N.º 505 087 286

# Índice

	Órgãos Sociais
	Mensagem do Presidente
	Relatório de Gestão
1	Enquadramento Macroeconómico
1.1	Economia Internacional
1.2	Zona Euro
1.3	Enquadramento Nacional
1.4	Política Monetária
1.5	Mercados Financeiros
2	Actividade
2.1	Linhas Gerais de Acção
2.2	Modelo de Negócio
2.3	Banca Comercial
2.3.1	Banca de Empresas
2.3.2	Banca de Negócios e Particulares
2.3.3	Private Banking
2.4	Mercado de Capitais
2.5	Área Financeira e Internacional
2.6	Gestão do Risco
2.7	Área de Operações e Sistemas de Informação
2.8	Recursos Humanos
2.9	Análise Económica e Financeira
2.9.1	Balanço
2.9.2	Conta de Resultados
3	Perspectivas Futuras
4	Declarações dos Membros do Conselho de Administração
5	Aplicação de Resultados
6	Nota Final
	Demonstrações Financeiras
	Relatório sobre o Governo da Sociedade
	Certificação Legal e Relatório de Auditoria
	Relatório e Parecer do Conselho Fiscal
	Anexos
	Participações dos Membros dos Órgãos de Administração
	Participações Qualificadas
	Acções Próprias

## Órgãos Sociais

### Mesa da Assembleia Geral

<i>Presidente</i>	Antonio Joaquim de Matos Pinto Monteiro
<i>Vice-Presidente</i>	Pedro Canastra de Azevedo Maia
<i>Secretário</i>	Mário Paulo Ramos Caetano Pereira

### Conselho de Administração

<i>Presidente</i>	António Tomás Correia
<i>Vogal</i>	José de Almeida Serra
<i>Vogal</i>	Rui Manuel da Silva Gomes do Amaral
<i>Vogal</i>	Eduardo José da Silva Farinha
<i>Vogal</i>	Álvaro Cordeiro Dâmaso
<i>Vogal</i>	Joaquim Mendes Cardoso
<i>Vogal</i>	José Carlos Sequeira Mateus
<i>Vogal</i>	Pedro Jorge Gouveia Alves

### Comissão Executiva

<i>Presidente</i>	Álvaro Cordeiro Dâmaso
<i>Vogal</i>	José Carlos Sequeira Mateus
<i>Vogal</i>	Pedro Jorge Gouveia Alves

### Conselho Fiscal

<i>Presidente</i>	José Rodrigues de Jesus
<i>Vogal Efectivo</i>	António Monteiro de Magalhães
<i>Vogal Efectivo</i>	Joaquim Henrique de Almeida Pina Lopes
<i>Vogal Suplente</i>	Viriato Marques da Silva Arrojado

### Revisor Oficial de Contas

<i>Efectivo</i>	Ernst & Young Audit & Associados SROC, SA representada por Ana Rosa Salcedas Montes Pinto
<i>Suplente</i>	Rui Abel Serra Martins (ROC)

## Mensagem do Presidente

O contexto económico e social do país, em 2010, marcado pelo agravamento do défice público e do endividamento externo, pela subida do desemprego e por um crescimento débil da economia, foi particularmente exigente para as instituições financeiras, em particular as do sector bancário, que, na sua maioria, tiveram de recorrer ao BCE para se financiarem e, não obstante os seus bons resultados nos testes de solidez, sentiram os efeitos da revisão em baixa dos respectivos ratings.

Cientes de que as expectativas da sociedade se encontram em mudança acelerada e que é necessário responder-lhes adequadamente, temos vindo a ajustar a organização do Montepio e os seus modelos de gestão, de negócio e de comunicação com todas as partes interessadas, de modo a proporcionar serviços e soluções – nas áreas financeira, seguradora e social – que respondam às necessidades e às aspirações da comunidade de Associados e clientes.

Portugal vive um período crítico. Consideramos, por isso, imprescindível o contributo empenhado dos agentes financeiros, no sentido de favorecer um crescimento equilibrado e sustentado da economia.

Temos por essencial o apoio à actividade económica e ao investimento nos sectores produtores de bens transaccionáveis e de serviços, com vista à criação de condições que permitam incrementar as exportações e substituir importações; e cremos ser indispensável fomentar a literacia financeira promovendo o combate ao sobre-endividamento, estimulando a poupança das famílias e apoiando o equilíbrio e a consolidação da sua situação financeira.

Voltados para o futuro e apoiados numa situação económico-financeira sólida, agarrámos oportunidades e no seguimento da aquisição, em 2009, da Real Seguros e da Mutuamar, demos corpo, em 2010, a um novo e importante projecto de crescimento – a aquisição do Finibanco, SGPS. Entendemos que se trata de mais uma decisão estratégica crucial para dimensionar o Grupo Montepio, reforçá-lo e posicioná-lo num patamar mais ajustado à consecução da sua finalidade.

Concretizado o negócio, que decorreu de forma exemplar e reconhecida, no seu rigor e qualidade, pelas entidades de regulação e supervisão, chega agora o momento de integrar as diversas entidades do Finibanco, SGPS nas suas congéneres do Grupo Montepio. Tudo será feito no maior respeito pelas pessoas e respectivos postos de trabalho, sem um único despedimento.

Potenciar o crescimento, a modernização, a criação de valor para os Associados e preparar o Montepio para responder aos desafios do século XXI é o nosso desígnio, assegurando uma actuação sustentada no associativismo participativo, na ética, na transparência e numa responsabilidade social activa, orientada para as pessoas, para a melhoria das condições de vida e para o desenvolvimento do país.

É esta a nossa visão para o Montepio e são estas as referências que nos guiam, determinados na gestão do presente e do futuro daquela que é a maior associação portuguesa, a maior mutualidade e o maior exemplo de como a sociedade civil pode conduzir um projecto sólido, sustentável e capaz de gerar valor para todos quantos serve.

Em nome pessoal e também do Conselho de Administração, desejo vincar uma nota de reconhecimento, inserida em ponto próprio deste Relatório, e de especial apreço pelo empenho e pela dedicação de todos os colaboradores do Grupo Montepio, agora alargado na sequência da aquisição do Finibanco, SGPS, mas também de agradecimento aos Associados e clientes que, dando vida e razão de ser a esta organização, nos apoiam com a confiança e a fidelidade que tanto nos motivam.

António Tomás Correia  
Presidente da Conselho de Administração

## **RELATÓRIO DE GESTÃO**

## 1. Enquadramento Macroeconómico

### 1.1 Economia Internacional

Em 2010, a economia mundial continuou a recuperar da crise financeira e económica de 2008 e 2009, beneficiando dos estímulos de política fiscal e monetária expansionista e de um prolongado ciclo de existências. Este processo está a decorrer de forma diferenciada, com o dinamismo dos países emergentes e em desenvolvimento, de onde sobressaem os casos da China e da Índia, a contrastar com o moderado ritmo de crescimento das economias mais avançadas, que se encontram, na generalidade, em processo de correcção de desequilíbrios orçamentais.

A inflação aumentou a nível mundial, reflectindo essencialmente a subida dos preços das matérias-primas. Nas economias avançadas as pressões inflacionistas permaneceram contidas e as expectativas de inflação futura bem ancoradas, em linha com a baixa utilização da capacidade produtiva instalada e com a reduzida capacidade de fixação de preços por parte das empresas. Nos países emergentes, as pressões inflacionistas são mais fortes, tendo-se assistido pontualmente a surtos de preços, em especial de alguns alimentos, com importantes consequências ao nível do acesso da população aos bens em questão.

<i><b>Projeções Sobre a Economia Mundial (taxas de variação, em %)</b></i>			
	<b>2009</b>	<b>2010e</b>	<b>2011p</b>
PIB Mundial	-0,6	4,8	4,2
Economias Avançadas	-3,2	2,7	2,2
Área Euro	-4,1	1,7	1,5
EUA	-2,6	2,6	2,3
Países Emergentes e em Desenvolvimento	2,5	7,1	6,4
China	9,1	10,5	9,6
Volume do Comércio	-11,0	11,4	7,0
Importações			
Economias Avançadas	-12,7	10,1	5,2
Países Emergentes e em Desenvolvimento	-8,2	14,3	9,9
Exportações			
Economias Avançadas	-12,4	11,0	6,0
Países Emergentes e em Desenvolvimento	-7,8	11,9	9,1
Preços no Consumidor			
Economias Avançadas	0,1	1,4	1,3
Países Emergentes e em Desenvolvimento	5,2	6,2	5,2

Fontes: FMI, World Economic Outlook, Outubro de 2010

A expansão da actividade económica foi acompanhada pela progressiva normalização das trocas internacionais, o que correspondeu a um aumento significativo da procura de bens transaccionáveis e colocou a indústria transformadora no epicentro do crescimento económico. A maior procura de bens industriais foi sobretudo absorvida pela capacidade produtiva instalada, pelo que teve efeitos reduzidos ao nível do investimento.

O ritmo de deterioração das condições no mercado de trabalho aliviou a nível global, mas apenas algumas economias conseguiram inverter a tendência ascendente do desemprego. A Alemanha e a Áustria são as excepções às dificuldades sentidas nas economias mais avançadas, atingindo em 2010 taxas de desemprego inferiores em 1,1 e 0,3 pontos percentuais (pp) às verificadas no ano anterior ao início da crise financeira (2007). Por comparação, no cômputo das economias avançadas e no mesmo período, a taxa de desemprego aumentou 2,9 pp para 8,3%.

### *Crise da Dívida Pública na Zona euro*

As medidas tomadas durante a crise financeira e económica evitaram a repetição de uma nova grande depressão, mas o funcionamento dos estabilizadores automáticos, a adopção discricionária de políticas orçamentais expansionistas e os custos de estabilização do sistema financeiro conspiraram para agravar as posições orçamentais da generalidade dos países desenvolvidos. No espaço de três anos, o défice de execução orçamental das economias avançadas aumentou de 1,1% para 8,0% do PIB, enquanto o rácio da dívida pública subiu 23,2 pp, para 95,9% do PIB. Esta dinâmica contrasta com a realidade dos países emergentes e em desenvolvimento, onde o saldo de execução orçamental passou de positivo para um défice inferior a 4% do PIB e o peso da dívida permaneceu virtualmente inalterado.

<b>Custos da Crise Financeira e Económica</b>			
	<b>2007</b>	<b>2010e</b>	<b>2011p</b>
Saldo execução orçamental (% do PIB)			
Economias Avançadas	-1,1	-8,0	-6,7
Países Emergentes e em Desenvolvimento	0,5	-3,7	-2,9
China	0,9	-2,9	-1,9
Dívida pública (% do PIB)			
Economias Avançadas	72,7	95,9	100,2
Países Emergentes e em Desenvolvimento	36,4	36,9	36,7

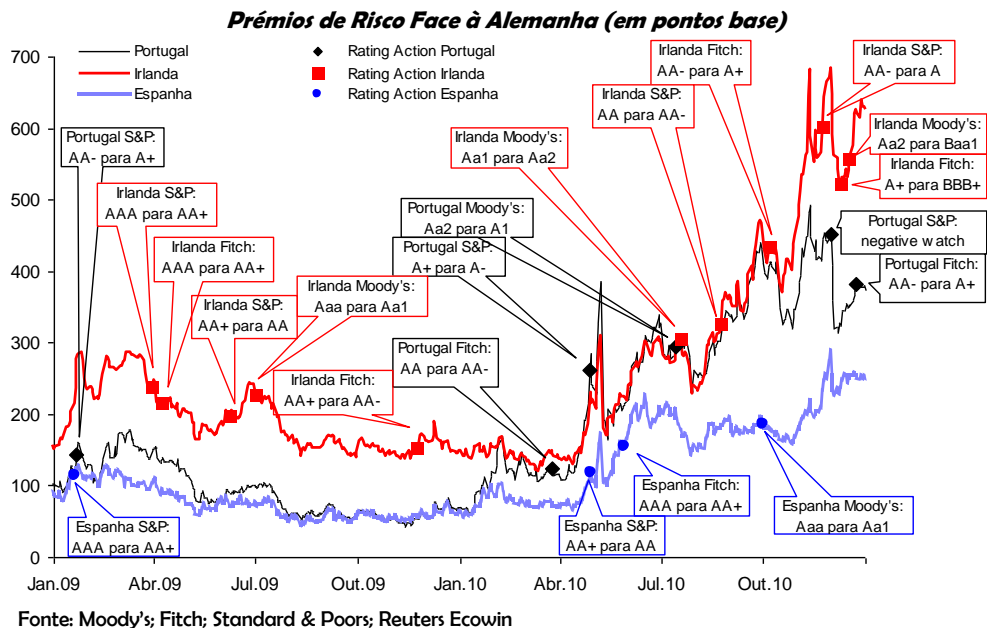
Fontes: FMI, World Economic Outlook Database, Outubro 2010

Na zona euro, o défice orçamental estabilizou em 6,3% do PIB, enquanto nos EUA e no Reino Unido, esse rácio subiu para 11,3% e 10,5%, respectivamente. Consequentemente, os rácios de dívida pública sobre o PIB destes três blocos aumentaram para 84,1%, 92,2% e 79,1%, respectivamente.

Esta nova realidade, a que poderemos chamar de custos da “grande estabilização”, está na origem da mudança de um importante paradigma. Os investidores começaram a prestar mais atenção à sustentabilidade das finanças públicas, deixando de entender os títulos de dívida pública soberana dos países desenvolvidos como um instrumento financeiro homogéneo e isento de risco.

Esta mudança de sentimento, que se iniciou em 2009 e se intensificou e alargou em 2010, implicou que diversos países deixaram de beneficiar da benevolência passiva dos credores, os quais começaram a exigir a remuneração em função do crescente risco percebido, por oposição ao que acontecia em vésperas da crise financeira internacional, em que os prémios de risco se encontravam em níveis historicamente baixos e pouco diferenciados por classe de activo.

As agências de notação de risco assumiram um papel central no despoletar do processo, reduzindo o *rating* dos países mais pressionados, ansiosos por não repetirem os erros que cometeram ao não discernirem as dificuldades e a posterior falência de importantes empresas financeiras, como o Banco de investimento norte-americano Lehman Brothers. A redução da notação de risco da dívida soberana afecta tanto os Estados como os seus sistemas financeiros, implicando o aumento do custo de financiamento e efeitos adversos ao nível de cumprimento dos rácios de solvabilidade por parte das instituições financeiras, de colaterais aceites pelos Bancos centrais e de obrigações contratuais diversas.



Com o passar do tempo, o processo ganhou dinâmica própria e gerou situações de sobre reacção, que resultaram na actual crise de dívida soberana vivida pelos países periféricos da zona euro, dada a situação de maior fragilidade das suas finanças públicas.

A estas características gerais, adicionam-se as dificuldades e problemas particulares de cada país. A Grécia está a enfrentar uma gravíssima crise de finanças públicas, a Irlanda depara-se com as dificuldades económicas e de elevada alavancagem do seu sistema financeiro e Portugal enfrenta elevadas necessidades de financiamento e um dos maiores endividamentos externos em percentagem do PIB (endividamento externo bruto de 232% do PIB, em 2009).

No início do mês de Abril, tornou-se evidente que a Grécia não iria concretizar os objectivos orçamentais, sobretudo pelo efeito da recessão na redução das receitas fiscais. Em consequência, os investidores passaram a assumir o cenário de reestruturação da dívida pública grega. O custo do seguro de incumprimento aumentou de forma significativa, com os *Credit Default Swaps* (CDS) da dívida soberana grega a 5 anos a atingirem valores próximos de 900 pontos base e a apontarem para um risco de incumprimento próximo dos 50%, situação que a concretizar-se poderia colocar em perigo o próprio projecto da moeda única.

A Grécia formalizou o pedido de ajuda financeira internacional, no dia 23 de Abril, a qual foi cedida sob a contrapartida da adopção de rigorosas medidas de contenção orçamental, visando penalizar o Estado prevaricador e garantir o comprometimento do país à obtenção de um rácio do défice orçamental de 3,0%, em 2014. O empréstimo acordado com o FMI e a União Europeia envolve um montante de 110 mil milhões de euros, a distribuir por tranches durante três anos e remunerado a uma taxa na ordem de 5,0%, no primeiro ano.

O resgate da Grécia não foi suficiente para tranquilizar os mercados, os quais continuaram a incorporar o cenário de incumprimento e de necessidade de renegociação da dívida pública de um ou mais países da zona euro, pelo que os Governos dos Estados-Membros, a Comissão Europeia e o Banco Central Europeu (BCE) viram-se na contingência de adoptar medidas para promover o retorno da confiança na dívida soberana emitida em euros. Neste contexto inserem-se:

- i) O reforço ou a adopção de planos de austeridade pelos diferentes Estados-Membros. A severidade e a celeridade dos esforços de consolidação fiscal variam de país para país, em função da dimensão dos desequilíbrios orçamentais e da premência no processo de ajustamento, que é tanto maior quanto maior for o prémio de risco do país;



- ii) A criação de uma rede europeia de segurança financeira, num total acordado de 750 mil milhões de euros. Esta rede é constituída pelo Fundo Europeu de Estabilidade Financeira (EFSF), pelo Mecanismo Europeu de Estabilização Financeira (EFSM) e por empréstimos junto do FMI. O EFSF é um veículo acordado pela totalidade dos Estados-Membros da zona euro à data de 9 de Maio e visa providenciar assistência financeira temporária, tendo por base garantias num total de 440 mil milhões de euros (ver tabela). O EFSM está dotado de 60 mil milhões de euros do orçamento comunitário, enquanto o FMI pode compartilhar no financiamento até 250 mil milhões de euros (1/3 do total do financiamento);
- iii) A aprovação a 10 de Maio de um novo pacote de medidas excepcionais por parte do BCE, de onde se destaca a criação do “Programa dos Mercados de Títulos de Dívida” (SMP, do inglês).

***Decomposição das Garantias do EFSF***

País	Montante (M€)	% do total	Rating S&P	Outlook
Alemanha	119 390,07	27,1%	AAA	Estável
França	89 657,45	20,4%	AAA	Estável
Itália	78 784,72	17,9%	A+	Estável
Espanha	52 352,51	11,9%	AA	Negativo
Holanda	25 143,58	5,7%	AAA	Estável
Bélgica	15 292,18	3,5%	AA+	Estável
Austria	12 241,43	2,8%	AAA	Estável
Portugal	11 035,38	2,5%	A-	Negativo
Finlândia	7 905,20	1,8%	AAA	Estável
Eslováquia	4 371,54	1,0%	A+	Estável
Eslovénia	2 072,92	0,5%	AA	Estável
Luxemburgo	1 101,39	0,3%	AAA	Estável
Chipre	863,09	0,2%	A	Negativo
Malta	398,44	0,1%	A	Estável
Grécia	12 387,70	2,8%	BB+	Negativo
Irlanda	7 002,40	1,6%	A	Negativo
Total	440 000,00	100,0%	AAA	-

Fonte: Sítio da internet do EFSF; sítio da internet da Standard & Poor's

As medidas apresentadas apenas conseguiram um alívio pontual. Os custos de cobertura do risco de incumprimento e as taxas de juro pagas pelos países mais pressionados continuaram a subir, assistindo-se ao agravamento das dificuldades de acesso ao crédito nos mercados por grosso.

No final do Verão, a Irlanda anunciou que o resgate do sistema financeiro iria custar mais 50 mil milhões de dólares, com o grosso deste montante a ser absorvido pela recapitalização do Anglo Irish Bank, elevando o défice de execução orçamental para cerca de 32% do PIB, em 2010. Este descalabro das contas públicas concentrou ainda mais as atenções dos investidores internacionais, os quais passaram a acreditar que a Irlanda não seria capaz de financiar-se no mercado por muito mais tempo e que teria de pedir ajuda internacional.

Os prémios de risco e as dificuldades de financiamento subiram em concordância e, no dia 22 de Novembro, a Irlanda formalizou o pedido de ajuda financeira internacional para restaurar a saúde da banca e, deste modo, quebrar o círculo vicioso entre as variáveis de crescimento económico, finanças públicas e instabilidade financeira.

O programa acordado envolve um total de 85 mil milhões de euros, que o FMI comparticipa com 22,5 mil milhões de euros, as autoridades irlandesas com 17,5 mil milhões de euros e o EFSF com 17,7 mil milhões de euros, cobrindo os acordos bilaterais os restantes 27,3 mil milhões, a uma taxa de juro média estimada de 5,8%. A Irlanda tornou-se assim o primeiro país a recorrer à rede de segurança europeia, criada no seguimento do resgate internacional da Grécia.

A activação por parte da Irlanda e a não participação da garantia da Grécia no EFSF, reduziram o montante de garantias disponível para cerca de 420 mil milhões de euros. O quadro acordado para a cedência de empréstimos implica diversas cláusulas de salvaguarda, desenhadas para garantir taxas de juro baixas, onde se incluem a garantia por parte do EFSF de 120% de cada emissão e a criação de um fundo de reserva, no montante do valor presente da margem do empréstimo.

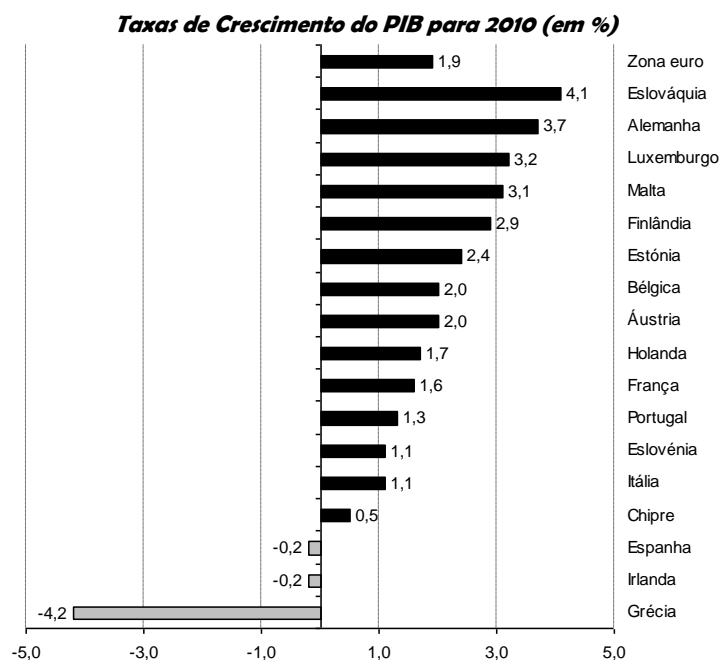
Aplicando o método pro-rata às condições anunciadas para o empréstimo irlandês, o EFSF dispunha no final do ano de uma capacidade de financiamento de 281 mil milhões de euros, o que adicionando às participações do EFSM de e do FMI representa uma rede europeia de segurança financeira de 511 mil milhões de euros.

Actualmente debate-se o reforço e a flexibilização do EFSF, sabendo-se que o formato actual pode acomodar o eventual pedido de ajuda de Portugal, mas não o de países com maiores dimensões, como é o caso da Espanha. Este debate está a aumentar a clivagem entre os países com a melhor notação de risco (AAA) e os outros, sendo que qualquer solução que venha a ser alcançada certamente contará com contrapartidas por parte dos países que queiram recorrer ao fundo, as quais podem passar pela adopção de limites constitucionais ao endividamento, conforme já se verifica no quadro legislativo alemão.

Por memória, o montante das necessidades de financiamento do Estado português, no ano de 2011, deverá situar-se em cerca de 20 mil milhões de euros, o que compara com a estimativa de cerca de 132 mil milhões de euros, para o Estado espanhol. Estes valores incluem tanto a emissão de nova dívida como a renovação de dívida vencida.

## 1.2 Zona Euro

A melhoria das condições económicas, medida pela taxa de crescimento do PIB, é comum à generalidade dos países da zona euro, tendo-se passado de uma situação de recessão para uma taxa de crescimento em linha com a tendência de longo prazo. O país que mais cresceu foi a Eslováquia, mas foi a competitiva Alemanha que liderou o processo de recuperação, após ter atravessado uma profunda recessão em 2009, com uma contracção da actividade económica de 4,7%. A única excepção a este quadro de melhoria é a Grécia, país que se viu afundar ainda mais na crise profunda que atravessa e cujo fim só se vislumbra para 2012, ano em que a zona euro finalmente deverá crescer em sintonia.



Fonte: Comissão Europeia, Previsões de Outono de 2010

Estas disparidades no ritmo de crescimento no seio da zona euro são o reflexo das diferenças na amplitude dos desafios inerentes aos inevitáveis ajustamentos económicos e financeiros e confirmam que, cada vez mais, estamos perante uma Europa a várias velocidades. O dinamismo do grupo liderado pela Alemanha contrasta com as dificuldades sentidas pelos países com posições orçamentais mais fragilizadas, como são os casos de Grécia, Irlanda, Portugal e Espanha. Neste contexto, Irlanda, Grécia e Espanha são os únicos três países que permaneceram em recessão em 2010, sendo que as previsões apontam para que Portugal e Grécia assumam essa posição em 2011.

### 1.3 Enquadramento Nacional

Em 2010, a economia nacional continuou a recuperar da recessão que afectou o país durante a crise financeira e económica, beneficiando essencialmente do aumento das despesas de consumo, tanto privado como público, e em menor escala da redução do défice das trocas internacionais, proporcionado por um aumento das exportações em linha com a progressiva normalização do comércio internacional. A economia portuguesa terá crescido 1,3% em 2010, acumulando mais um ano de divergência real face à média da zona euro, tendência que tem sido uma constante desde o início do milénio e apenas pontualmente interrompida durante a recessão do ano transacto.

#### *Projeções Económicas para Portugal*

	2009	2010e	2011p
Consumo Privado	-1,0	1,8	-2,7
Consumo Público	2,9	3,2	-4,6
FBCF	-11,9	-5,0	-6,8
Exportações	-11,8	9,0	5,9
Importações	-10,9	5,0	-1,9
<b>PIB</b>	<b>-2,5</b>	<b>1,3</b>	<b>-1,3</b>
Balança Corrente e de Capital (% PIB)	-9,4	-8,8	-7,1
Balança de Bens e Serviços (% do PIB)	-6,8	-6,4	-3,9
Saldo Orçamental (em % do PIB)	-9,3	-7,3	-4,9
Dívida Pública (em % do PIB)	76,1	82,8	88,8
IHPC	-0,9	1,4	2,7

Notas: e - estimado ; p - previsto

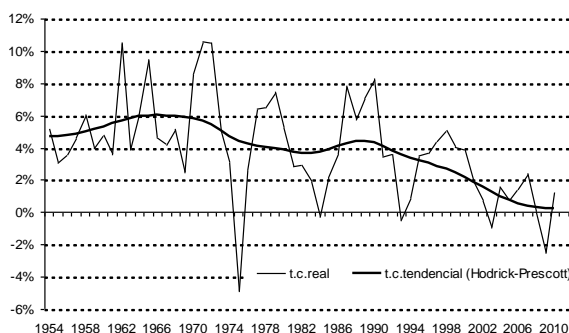
Fonte: INE, vários; Banco de Portugal, Boletim Económico de Inverno de 2010 e Relatório Anual de 2009

O padrão de crescimento intra-anual da economia portuguesa caracteriza-se por um primeiro semestre de maior dinamismo relativo, em que o consumo privado beneficiou das baixas taxas de juro e dos efeitos de antecipação da subida do IVA, de 1 de Julho, por oposição a um segundo semestre de abrandamento do ritmo de crescimento da actividade económica, marcado pela deterioração das condições no mercado de trabalho, por um primeiro ciclo de medidas de contenção orçamental e pelos efeitos adversos da apresentação das medidas de austeridade para 2011 nas expectativas dos agentes económicos.

Os dados disponíveis apontam para que todas as componentes da procura interna tenham apresentado um desempenho negativo no segundo semestre, à excepção do investimento em existências. No último mês do ano as vendas de automóveis subiram acima das expectativas, reflectindo as compras por antecipação ao fim do incentivo fiscal à compra de automóvel novo e à subida do IVA, situação que não terá sido suficiente para inverter a tendência de recuo do consumo privado.

O incremento das vendas de automóveis tem um efeito líquido reduzido nas contas nacionais e acaba por abrandar o processo de redução das necessidades de financiamento da economia portuguesa, pois os ganhos via consumo privado são mitigados pelas perdas ao nível do incremento das importações, situação que decorre da elevada componente importada deste tipo de bens.

#### *Taxas de Crescimento do PIB Real e Potencial*



Fonte: INE, vários e; Finibanco, cálculos do PIB potencial

Refira-se que a taxa de crescimento potencial da economia portuguesa se encontra em queda desde 1990, aproximando-se rapidamente de zero, situação que se poderá verificar já em 2011, se se confirmar a contracção da actividade económica prevista. Este reduzido potencial de crescimento da economia portuguesa contribuiu para os *downgrades* dos ratings e os elevados prémios de risco da dívida pública nacional e tem sido apontado como um factor de dificuldade para a trajectória de consolidação das finanças públicas.

As fracas perspectivas de crescimento económico a médio prazo e as dificuldades de acesso ao crédito para investimento, por parte das empresas, implicaram que o crescimento económico dos três primeiros trimestres fosse insuficiente para inverter a tendência descendente do emprego.

Em consonância, o número de desempregados aumentou 15,5% nos três primeiros trimestres do ano, face ao período homólogo de 2009, enquanto a taxa de desemprego escalou praticamente 1 ponto percentual, de 10,1% no último trimestre de 2009 para 10,9% no terceiro trimestre de 2010. Em paralelo, a taxa de crescimento homólogo das remunerações médias implícitas nos novos contratos de trabalho tem vindo a desacelerar, tendo atingido os 0,8% em Julho, mostrando que não existem pressões inflacionistas ao nível das remunerações. Para 2011, e em face da conhecida redução dos salários dos funcionários públicos acima dos 1500 euros mês, é previsível que o crescimento dos salários privados permaneça moderado, mantendo baixos os custos unitários do trabalho e, por esta via, permitindo ganhos de competitividade em preços.

Ao nível da estabilidade de preços, confirmou-se que a descida de preços de 2009 não correspondia a um processo de deflação, mas somente a uma descida da inflação no âmbito do processo desinflationista associado à quebra dos preços das matérias-primas nos mercados internacionais. Em 2010, a inflação homóloga evidenciou uma tendência ascendente, tendo subido de 0,1% em Janeiro para 2,9% no último mês do ano, em consequência da conjugação da inversão do ciclo dos preços das matérias-primas e da subida das taxas do IVA, a 1 de Julho. Não obstante, as pressões inflacionistas permanecem contidas e as expectativas de inflação bem ancoradas.

#### **1.4 Política Monetária**

No decurso do ano de 2010, as autoridades monetárias dos países avançados de referência mantiveram inalteradas as suas taxas de intervenção, em alguns casos em mínimos históricos. As excepções foram os países exportadores de matérias-primas, os quais iniciaram ou prosseguiram o ciclo de remoção das condições monetárias acomodatórias. Canadá, Noruega, Austrália e Nova Zelândia são disso exemplos.

Nos EUA, as taxas de juro de intervenção permaneceram virtualmente em zero (intervalo objectivo de 0,0% a 0,25%). Deste modo, e em face dos riscos deflacionistas e das dificuldades causadas ao sistema financeiro pela crise no mercado hipotecário, a Reserva Federal decidiu recorrer preventivamente a medidas não convencionais de política monetária, designadamente à injeção de liquidez sob a forma da compra de títulos de dívida pública no mercado secundário (*quantitative easing*).

A 3 de Novembro, a Reserva Federal anunciou planos para comprar mais 600 mil milhões de dívida pública entre os 5 e os 10 anos, até ao final do segundo trimestre de 2011. Este programa ficou conhecido como QE2 e, em termos práticos, implicava a compra no âmbito do QE1 e QE2 de cerca de 850 mil milhões de dólares de *treasuries*, até Junho de 2011, o que representa mais de metade da dívida total a colocar durante o ano de 2011, estimada em 1.300 mil milhões de dólares.

Na zona euro, a taxa de juro aplicável às operações principais de refinanciamento do Eurosistema permaneceu no mínimo histórico de 1,0%, com o BCE a qualificar como adequado o actual nível de taxas de intervenção. No entanto, a emergência de disfuncionalidades no mercado interbancário e os distúrbios em alguns segmentos do mercado de títulos de dívida obrigaram o BCE a nova tomada de medidas de excepção, designadamente a adopção do SMP, o qual prevê a compra de títulos de dívida soberana, por forma a estabilizar o mercado e a permitir a transmissão da política monetária.

O SMP é neutro no que diz respeito à oferta de moeda e à direcção da política monetária, por oposição a programas de compra de títulos com cariz expansionista, tais como os adoptados pelo Banco de Inglaterra e pela Reserva Federal.

## 1.5 Mercados Financeiros

Os efeitos da crise financeira e económica internacional continuaram a fazer-se sentir nos mercados financeiros em 2010, com os investidores a mostrarem um crescente desconforto quanto ao descontrolo das finanças públicas de várias economias avançadas. Estes países permaneceram sob o apertado escrutínio das agências de *rating*, num processo iniciado em 2009 mas que se intensificou em 2010 e que resultou em adicionais descidas na notação de risco da dívida pública de países com posições orçamentais mais fragilizadas.

O que está em causa não é um determinado sector ou empresa, mas sim a capacidade dos países cumprirem os seus compromissos financeiros. Esta mudança de paradigma face à dívida soberana ocorreu no seguimento da crise grega e afectou essencialmente países periféricos da zona euro, tendo atingido proporções que resultaram em distúrbios ou mesmo em disfuncionalidade de determinados segmentos do mercado – as instituições financeiras dos países sob pressão deixaram de se conseguir financiar no mercado monetário interbancário.

Os investidores internacionais passaram a encarar como “tóxica” a dívida soberana dos referidos países da periferia da zona euro, o que se reflectiu na depreciação do euro. Esta tendência foi particularmente vincada no primeiro semestre. No segundo semestre, o euro acabou por mitigar as perdas do ano, beneficiando do crescimento económico alemão acima do esperado e da maior fraqueza do dólar, associada às expectativas e à posterior concretização de mais uma ronda de *quantitative easing* nos EUA.

Globalmente, intensificou-se o movimento de procura de segurança e de qualidade, o que se reflectiu no alargamento dos prémios de risco face aos países de refúgio, onde se contam os EUA e a Alemanha, bem como na descolagem dos preços das acções entre a generalidade dos países da zona euro, penalizadas pelo aumento do risco percepcionado, e as outras praças de referência.

### Segmento Accionista

Os índices accionistas de referência registaram comportamentos diferenciados por regiões. Nos EUA, os índices contabilizaram mais um ano de ganhos de dois dígitos, embora abrandando das valorizações históricas registadas em 2009. Por oposição, a generalidade das praças europeias registaram perdas, penalizadas pelos receios dos investidores quanto à sustentabilidade das finanças públicas das economias com posições orçamentais fragilizadas. A praça alemã foi uma excepção, ao contabilizar ganhos equiparados aos observados no outro lado do Atlântico.

**Evolução de Alguns Índices de Referência em 2010**

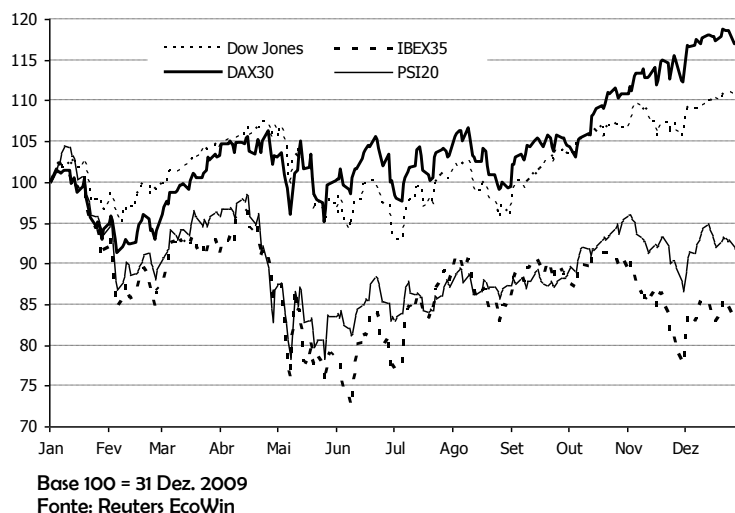
	2009	2010		Mínimo do ano			Máximo do ano		
	31-Dez	31-Dez	Variação*	valor	Variação*	data	valor	Variação*	data
<b>EUA</b>									
Dow Jones	10428,1	11577,5	11,0	9686,5	-7,1	02-Jul	11585,4	11,1	29-Dez
Nasdaq	2269,2	2652,9	16,9	2091,8	-7,8	02-Jul	2671,5	17,7	22-Dez
<b>Zona euro</b>									
IBEX35	11940,0	9859,1	-17,4	8669,8	-27,4	08-Jun	12222,5	2,4	06-Jan
DAX30	5957,4	6914,2	16,1	5434,3	-8,8	05-Fev	7078,0	18,8	21-Dez
PSI20	8463,9	7588,3	-10,3	6624,3	-21,7	07-Mai	8839,8	4,4	08-Jan
CAC40	3936,3	3804,8	-3,3	3331,3	-15,4	25-Mai	4065,7	3,3	15-Abr
MIB30	23248,4	20173,3	-13,2	18382,7	-20,9	25-Mai	23811,1	2,4	08-Jan
STOXX50	2965,0	2792,8	-5,8	2488,5	-16,1	25-Mai	3017,9	1,8	08-Jan
<b>Emergentes</b>									
RTS (\$)	1444,6	1770,3	22,5	1226,6	-15,1	25-Mai	1770,3	22,5	30-Dez
ISE100	52825,0	66004,5	24,9	48739,4	-7,7	25-Fev	71543,3	35,4	09-Nov
Hang Seng	21872,5	23035,5	5,3	18985,5	-13,2	25-Mai	24964,4	14,1	08-Nov
MERVAL	2320,7	3523,6	51,8	2061,1	-11,2	26-Mai	3523,6	51,8	30-Dez
BOVESPA	68588,4	69304,8	1,0	58192,1	-15,2	20-Mai	72995,7	6,4	04-Nov
<b>Outros</b>									
Nikkei225	10546,4	10228,9	-3,0	8824,1	-16,3	31-Ago	11339,3	7,5	05-Abr
FTSE100	5412,9	5899,9	9,0	4805,8	-11,2	01-Jul	6008,9	11,0	24-Dez
MSCI World	832,5	897,7	7,8	755,3	-9,3	05-Jul	903,7	8,6	29-Dez

\* Face a 31 de Dezembro de 2009, em %

Fonte: Reuters EcoWin e; GESE

A maioria dos índices europeus apresentou uma vincada tendência descendente na primeira metade do ano, situação que condicionou o resultado anual e levou a que os máximos anuais tenham sido atingidos no início de Janeiro ou, no caso do francês CAC40, em meados de Abril. O alemão DAX30 e o londrino FTSE100 foram as excepções a esta tendência, apresentando um comportamento mais próximo dos seus congéneres norte-americanos e com os máximos a serem obtidos nos últimos dias de Dezembro.

***Evolução de Alguns Índices Bolsistas Seleccionados em 2010***



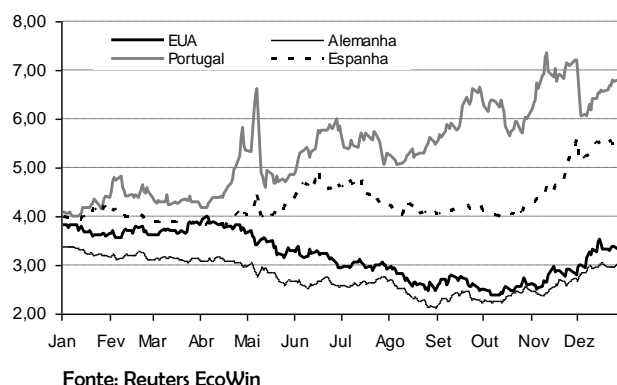
Nos EUA, os índices Dow Jones Industrial Average e Nasdaq Composite valorizaram 11,0% e 16,9%, respectivamente. Na zona euro, a valorização de 16,1% do índice bolsista alemão é a excepção a um cenário de quebras, cuja amplitude aumenta genericamente à medida que se caminha para a periferia. O índice francês CAC40 perdeu 3,3% no ano, elevando-se as desvalorizações para 13,2% e 17,4% nos casos dos índices MIB30 e IBEX35, respectivamente, até à quebra máxima de 35,6% do índice grego. Em Portugal, o índice PSI20 registou uma desvalorização de 10,3%, para 8463,9 pontos.

O EUROSTOXX50, índice representativo das 50 maiores capitalizações bolsistas da zona euro, registou uma desvalorização de 5,8%. Na Europa, há ainda que referir o desempenho positivo do índice FTSE100, que subiu 9,0%.

### ***Mercado Obrigacionista***

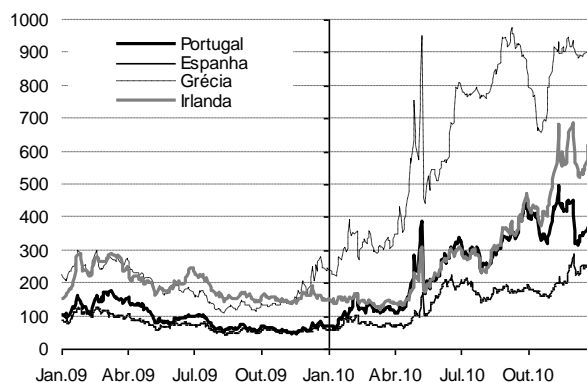
Os mercados de taxa fixa contabilizaram um ano de elevada volatilidade, marcado pelo ressurgimento do movimento de procura de segurança e qualidade, em especial desde meados de Abril até Outubro, na medida em que se avolumaram os receios quanto à sustentabilidade das finanças públicas de alguns países da periferia da zona euro e se deteriorou o cenário de crescimento para o segundo semestre do ano. Com o aproximar do Inverno esta tendência esbateu-se, reflectindo a divulgação de dados económicos melhores do que o esperado, bem como a reversão parcial do movimento de procura de segurança e qualidade.

***Evolução da Taxa de Rentabilidade das Obrigações a 10 Anos (em %)***



No cômputo do ano, a descida das taxas de juro de longo prazo foi particularmente vincada na Alemanha e nos EUA, situação que decorre do estatuto de refúgio destes países. A taxa de rentabilidade do *bund* alemão a 10 anos iniciou o ano em 3,381% e encerrou em 2,958%, após um mínimo de fecho de 2,109% no dia 31 de Agosto. A taxa de rentabilidade dos *treasuries* norte-americanos a 10 anos iniciou o ano a 3,837% e terminou em 3,288%, com um mínimo de fecho de 2,385%, no dia 7 de Outubro.

**Prémios de Risco Face à Alemanha (em pontos base)**



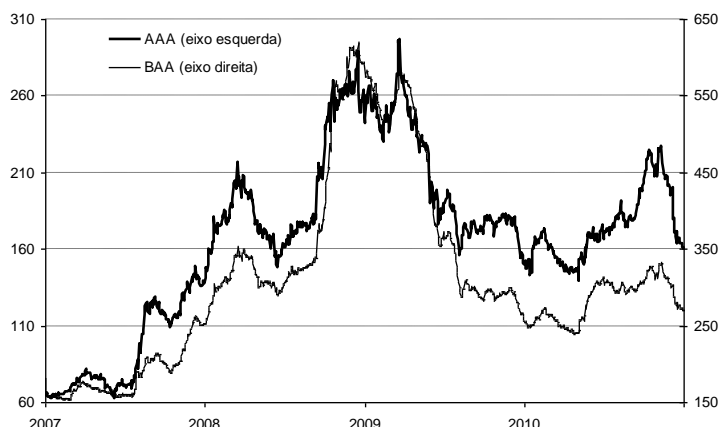
Fonte: Reuters EcoWin

De entre os países da zona euro, Irlanda, Portugal, Espanha e Itália foram os mais penalizados pelos receios de contágio da crise grega. A volatilidade nos mercados obrigacionistas aumentou acentuadamente, com virtual paralisação das transacções dos títulos de dívida soberana de vários Estados-Membros da zona euro. Apesar da disfunção do mercado secundário, países como Portugal e Espanha continuaram a ter sucesso nas colocações em mercado primário, isto é com a procura a exceder a oferta, pese embora à custa de taxas de rentabilidade mais elevadas. O mesmo não aconteceu com a Grécia e a Irlanda, países que foram forçados a recorrer à ajuda internacional em Abril e Novembro, respectivamente.

#### *Segmento da Dívida de Empresas*

Os prémios de risco das emissões de dívida privada evidenciaram uma dinâmica ascendente durante a maior parte do ano, encetando a partir de meados de Novembro uma tendência marcadamente descendente, reflectindo essencialmente a subida das taxas de rentabilidade do activo sem risco de referência. Esta dinâmica foi particularmente evidente nos títulos com mais risco, por oposição à estabilidade relativa dos títulos de empresas privadas com melhor qualidade de risco (AAA). De qualquer modo, os prémios de risco permaneceram acima da média histórica mas num patamar distante dos máximos observados durante a crise financeira internacional.

**Prémios de Risco**



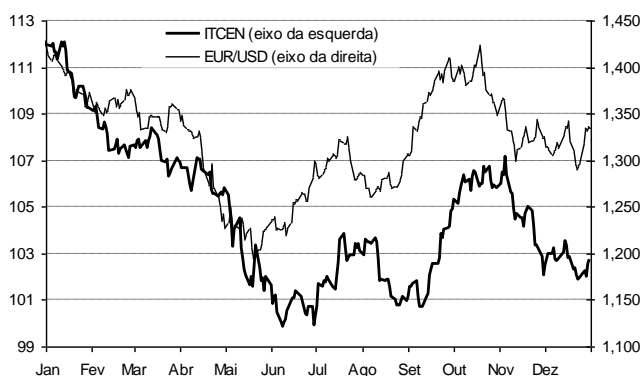
Nota: Diferenciais de taxas de juro face aos treasuries a 10 anos, em pontos base  
Fonte: Reserva Federal dos EUA; Reuters EcoWin para dados da Moody's

O período de maior volatilidade foi no final do Verão e coincidiu com as graves dificuldades colocadas à banca norte-americana pelo agravamento da situação no mercado hipotecário, em função do aumento do nível de incumprimentos, num mercado onde ¼ das dívidas ultrapassaram o valor patrimonial e onde cerca de 1/3 das vendas de habitações eram feitas em situação de stress. Este cenário, conjugado com os riscos deflacionistas apresentados pelos índices de preços de referência em mínimos históricos, levou a Reserva Federal a apresentar uma segunda ronda de medidas não convencionais de política monetária (conhecida por QE2), procurando fornecer ampla liquidez ao sistema financeiro e manter baixas as taxas de juro de longo prazo. O prémio de risco para as melhores empresas (AAA) fechou 2010 pouco acima dos níveis que se verificavam no início o ano.

### *Mercado Cambial*

A evolução do mercado cambial foi pautada pela depreciação do euro face à maioria das divisas de referência, em especial no primeiro semestre, como consequência da perda de credibilidade do projecto da moeda única, dada a situação orçamental das economias periféricas da área do euro.

***Evolução do Euro Face ao ITCEN e ao Dólar***



Nota: Uma subida (descida) representa apreciação (depreciação) do euro  
Fonte: Reuters EcoWin

Em termos globais, o euro findou o ano com uma depreciação de 8,2% face ao conjunto dos seus principais parceiros comerciais, medida pela variação do índice de taxa de câmbio efectiva nominal (EER-21). Das divisas de referência (fixing do BCE) destacam-se, pela sua importância, as depreciações de 3,1% face à libra esterlina, de 7,2% face ao dólar, de 18,4% face ao iene e de 15,7% face ao franco suíço.

O saldo é igualmente negativo para o dólar e para a libra esterlina, divisas que acumularam perdas face ao franco suíço, que atingiu máximos, e à generalidade da *commodity currencies*. As *commodity currencies* beneficiaram da subida generalizada dos preços das matérias-primas em 2010, enquanto o franco suíço assumiu o papel de *safe-heaven*, perante a crise de dívida pública da zona euro e os crescentes receios quanto às posições orçamentais do Reino Unido e EUA e à implementação do referido QE2.

Destaque-se também, pela sua importância político-económica, o anúncio de flexibilização do câmbio do yuan renmimbi por parte do Banco Central Chinês, no dia 20 de Junho, após ter mantido durante cerca de 23 meses o muito contestado *peg* ao dólar. Em 2010, O yuan valorizou-se 3,3% face ao dólar (fixing da Reserva Federal norte-americana) e 10,3% face ao euro (fixing do BCE). Estes desenvolvimentos foram, no entanto, considerados insuficientes para conduzir o yuan ao seu valor de equilíbrio, pelo que persistem as pressões políticas no sentido de Pequim deixar apreciar livremente a sua divisa.



## 2. Actividade

### 2.1 Linhas Gerais de Acção

O Finibanco, SA inserido no Grupo Montepio a partir de 29 de Novembro de 2010, desenvolveu no exercício a que nos reportamos a sua acção nas vertentes de negócio de retalho, que se assume como a mais importante, e também na de gestão de activos e de carteiras, no estrito cumprimento do seu respectivo objecto social, conforme no presente Relatório se dá desenvolvida notícia.

Para manter os *ratios* dentro dos limites estabelecidos, o capital social do Finibanco, SA foi aumentado em 20 milhões de euros, de 160 para 180 milhões de euros, através da emissão, ao valor nominal, de 20 milhões de novas acções de um euro cada, emissão que foi totalmente subscrita e realizada pela empresa-mãe, o Finibanco-Holding, que a detém a cem por cento.

Em 30 de Julho de 2010 o Montepio Geral-Associação Mutualista IPSS lançou o anúncio preliminar de Oferta Pública de Aquisição geral e voluntária sobre as acções representativas do capital social do Finibanco-Holding, SGPS S.A. Em consequência, a totalidade do capital social do Finibanco passou a ser detida pelo Montepio Geral.

Consequentemente as acções objecto de oferta foram excluídas da negociação em mercado regulamentado e o Finibanco-Holding, SGPS S.A. perdeu a qualidade de sociedade aberta, conforme dispõe o artigo 27.º do mesmo Código.

Em 2 de Dezembro de 2010 o então Presidente do Conselho de Administração, Humberto da Costa Leite, apresentou o pedido de renúncia ao cargo, nos termos do disposto no artigo 404.º do Código das Sociedades Comerciais, cujo termo se verificaria em 31 de Dezembro de 2010.

Através de Deliberação Unânime por Escrito, tomada em 3 de Dezembro de 2010, ao abrigo do disposto no artigo 54.º do Código das Sociedades Comerciais, foram eleitos para o Conselho de Administração, o Presidente António Tomás Correia e os Vogais José de Almeida Serra, Rui Manuel da Silva Gomes do Amaral, Eduardo José da Silva Farinha e Álvaro Cordeiro Dâmaso.

Também por Deliberação Unânime por Escrito, tomada em 3 de Janeiro de 2011, os Administradores Armando Esteves, Artur de Jesus Marques e Jorge Manuel de Matos Tavares de Almeida foram substituídos nas suas funções, por José Carlos Sequeira Mateus e Pedro Jorge Gouveia Alves.

Ainda antes dos factos descritos, e respeitando a actividade desenvolvida no ano de 2010, foram desenvolvidos trabalhos conducentes à utilização racional de meios, à reorganização estrutural, melhoria da gestão de riscos e recuperação de crédito e à dinamização da área comercial.

Em consequência, deu-se continuidade ao esforço que vinha sendo desenvolvido no sentido da contenção generalizada de custos e da implementação de boas práticas para a sua gestão.

No que respeita à reorganização da estrutura e em complemento de anteriores decisões tomadas sobre o mesmo assunto:

- Extinguiu-se a Direcção de Private Banking, desdobrando-a em dois órgãos regionais, a Direcção de Private Banking Norte e a Direcção de Private Banking Sul;
- Extinguiram-se as Direcções de Segmento de Negócios e Particulares, de Empresas e de Corporate, substituindo-as por duas Direcções Centrais: a Direcção Central de Negócios e Particulares e a Direcção Central de Empresas e Institucionais, que passaram a englobar as Direcções Comerciais Regionais instituídas, no caso da primeira, e as Direcções de Empresas Norte, e Sul, e um Núcleo de Institucionais, no que respeita à segunda;
- Criaram-se Centros de Empresas nas Direcções de Empresas Norte, e Sul;
- Reformularam-se as estruturas orgânicas e funcionais da Direcção Financeira e Internacional, do Serviço de Operações de Mercado e da Direcção de Sistemas de Informação, esta em resultado da criação do Gabinete de Segurança Corporativa;

- Actualizaram-se as estruturas orgânicas e funcionais da Direcção de Organização, da Direcção de Operações, da Direcção de Logística e do Comité de Direcção do Programa CRESCERE;
- Definiu-se a estrutura orgânica e funcional da Direcção de Empresas e Institucionais e reformulou-se a da Direcção de Marketing.

Ainda na vertente organizacional, remodelou-se a tipificação da documentação existente, de modo a inviabilizar a sobreposição e a inconsistência de conteúdos, a racionalizar o número de documentos em circulação internamente, agrupando matérias dispersas em diversos suportes, e a permitir que o assunto neles tratado seja imediatamente identificado pelo utilizador, através da definição clara do seu objectivo.

Também neste âmbito, procedeu-se à revisão do Regulamento Interno das Contas e Créditos dos Colaboradores, do Regulamento Geral de Pricing e do Regulamento Geral de Crédito.

A política de segurança de informação, que havia sido estruturada em 2005 abrangendo as áreas de política de internet, de empresas externas, de segurança física, de dispositivos portáteis, de correio electrónico, de classificação de informação, de acesso remoto, de política de utilizadores e de palavra-chave, foi revista e actualizada, na sequência da já referida decisão de criar o Gabinete de Segurança Corporativa, com acção transversal a todo o Grupo.

O Plano de Contingência, na vertente serviços mínimos, criado em 2006 em consequência das recomendações sobre a matéria, feitas na Circular n.º 100/2005/ DSB do Banco de Portugal, foi objecto de reestruturação, com vista a corrigir a metodologia adoptada na sua elaboração, de modo a dissipar algumas discrepâncias de conteúdo relativamente à referida Carta Circular, e ainda ao nível de detalhe de alguns temas nele abordados.

No que concerne ao risco, prosseguiu o trabalho que vem sendo desenvolvido, no sentido de se obter a homologação dos modelos de quantificação, no âmbito de Basileia II, e de implementar a sua operacionalização diária, e procurou-se a utilização do máximo rigor e selectividade na avaliação do risco de cliente, da análise das garantias e do *pricing* a aplicar, para além de todos os outros riscos inerentes à actividade bancária, merecedores de igual cuidado e atenção, de entre os quais se salienta a monitorização constante dos aspectos ligados à liquidez.

Quanto à recuperação de crédito, promoveu-se a implementação da prática, que se pretende generalizada, do melhor acompanhamento possível da carteira de crédito vivo e imprimiu-se maior agressividade na recuperação, quer na fase pré-contenciosa, quer na contenciosa, designadamente através do recurso à contratação de colaboração externa.

Tudo isto, não obstante o esforço que foi desenvolvido no sentido de lhe imprimir uma nova dinâmica comercial, com o apoio de empresa externa especializada na matéria e com a implementação de uma nova ferramenta, denominada TGV, baseada num conjunto de metodologias de gestão comercial, que lhe deram o nome: Técnica, Gestão e Vendas.

Relativamente ao período homólogo do exercício, o crédito a clientes, bruto, cresceu cerca de 7,3%, situando-se em 2.490 milhões de euros, e os recursos 7,2%, perfazendo agora 3.006 milhões de euros.

Satisfazendo algumas necessidades prospectadas no mercado e procurando adaptar os meios existentes à evolução da concorrência em matéria de oferta, criaram-se no exercício a que nos reportamos alguns produtos novos e procedeu-se a ajustamentos na oferta.

A actividade comercial continuou a desenvolver-se apoiada na rede de distribuição do Finibanco, constituída fundamentalmente pelo conjunto de 174 Balcões dispersos pelo país, pela rede de Promotores de Negócios, agora segmentada em função do volume de negócios, da taxa de incumprimento, do número de contas activas e da percentagem de produtos por conta, e ainda pela Banca Telefónica e Homebanking, que continuaram a ser objecto de melhorias.

Em consequência da situação conjuntural adversa que se vive e também por força do impacto negativo causado pelo ainda pouco tempo de actividade de alguns Balcões, o programa de ampliação da rede, em Portugal, que vinha sendo desenvolvido nos últimos anos, foi definitivamente abandonado, mesmo antes da referida Operação Pública de Aquisição.

## 2.2 Modelo de Negócio

A origem do Finibanco remonta a 1988, data da fundação da Finindústria-Sociedade de Investimentos e Financiamento Industrial, SA.

Em 9 de Junho de 1993 aquela instituição financeira foi formalmente transformada em instituição de crédito, com a denominação social de Finibanco, SA.

Inicialmente centrado em Banco Comercial, o Finibanco, então na qualidade de cabeça do seu grupo financeiro, alargou a sua acção a outras áreas, designadamente à banca de investimento e à gestão de activos, a partir de 1996, altura em que criou sociedades especializadas nas diversas áreas de negócio bancário, apoiado em adequadas estruturas humanas e materiais.

Em Junho de 2001, o Finibanco, SA transformou-se em sociedade gestora de participações sociais, com a denominação de Finibanco-Holding, SGPS S.A., e, simultaneamente, foi criado um novo Finibanco, SA, detido a 100% pela Holding, o qual recebeu do anterior o negócio bancário e a generalidade dos seus activos e passivos.

Em Dezembro de 2010, na sequência da Oferta Pública de Aquisição, a totalidade do capital social do Finibanco-Holding, SGPS S.A. passou para a posse do Montepio Geral-Associação Mutualista.

O desenvolvimento do negócio do Finibanco apoia-se na sua rede de Balcões dispersos por todo o país e numa sucursal nas Ilhas Cayman .

### *Estratégia e Objectivos*

A partir do momento da Operação Pública de Aquisição referida, o Finibanco, SA alinhou a sua estratégia e objectivos com os princípios definidos para o Montepio Geral.

Para o exercício de 2010 e em matéria de estratégia comercial, definiram-se linhas de actuação certamente algumas não concretizadas na medida do desejável por força dos efeitos da referida crise, visando:

- A optimização da gestão da base de capital, designadamente através do reforço do TIER 1;
- A rentabilização dos capitais próprios;
- O reforço da liquidez, prioritando a captação de recursos domésticos;
- O reforço da rede de Promotores de Negócios;
- O alargamento das funcionalidades do Net-Banking;
- A melhoria do produto bancário;
- No âmbito do desenvolvimento da actividade:
  - A focalização da actividade nos segmentos mais dinâmicos, por forma a posicionar o Finibanco como um Banco de relação, moderno e inovador;
  - O desenvolvimento de acções conducentes à criação de produtos bancários e ao controlo dos custos;
  - A aposta forte na formação dos efectivos;
  - A utilização de melhores tecnologias;
  - A melhor transparência nos preços estabelecidos;
- A assunção de uma postura mais conservadora na gestão de todos os riscos da actividade financeira;

- A dinamização da gestão de activos sem rendimento, com recurso a novos métodos;
- A assunção de uma postura socialmente responsável a todos os níveis.

Na sequência da OPA ocorrida no final do exercício de 2010, iniciaram-se os trabalhos de integração do Finibanco no Grupo Montepio.

### 2.3 Banca Comercial

Apoiada na rede de Balcões e nas redes complementares já referidas, a Banca Comercial está constituída por duas grandes Direcções Comerciais, com funções de coordenação, desenhadas para o tratamento de dois importantes segmentos de negócio: a área de Negócios e Particulares e a área de Empresas e Institucionais.

O ramo dos Negócios e Particulares é composto pelas Direcções Comerciais Regionais, divididas por grandes regiões do país e é coordenada pela Direcção Central de Negócios e Particulares.

O ramo de Empresas e Institucionais, comporta duas Direcções de Empresas, que abrangem as regiões norte e sul do país, e um Núcleo de Institucionais, órgãos encimados por uma Direcção Central de Empresas e Institucionais, que passou também a ocupar-se do tratamento do segmento empresarial com elevados níveis de facturação e de indicadores económico-financeiros.

A par destas existem ainda duas Direcções de Private, orientadas para a prestação de serviços especializados de assessoria patrimonial e de apoio à gestão de carteiras de investimento de clientes particulares de elevados rendimentos.

Todas elas desenvolveram as suas acções em perfeita complementaridade e em obediência a regras definidas, no que respeita à captação de recursos, e do que se encontra estabelecido no Regulamento Geral de Crédito, em matéria de aplicações.

Face aos princípios definidos, a Banca Comercial, no seu conjunto, através das referidas redes tradicional, Homebanking, Banca Telefónica e ainda na rede de Promotores de Negócios, esta naturalmente em menor escala, angariou um total de recursos no montante de 3.005,8 milhões de euros e concedeu crédito (bruto) num total de 2.490,5 milhões de euros, apresentando estes valores crescimentos de 7,2%, no primeiro caso, e de 7,3%, no segundo, performance que se nos afigura muito razoável, tendo em conta a conjuntura económica que se instalou no mercado e que continua ainda.

O crédito concedido (líquido de imparidade) distribuiu-se pelos seguintes sectores mais representativos:

<b>Distribuição da Carteira de Crédito pelos Sectores mais Representativos</b>	<b>31-12-2010</b>	<b>31-12-2009</b>
Particulares	25,6%	28,0%
Construção, Obras Públicas e Actividades Imobiliárias	24,0%	24,1%
Comércio, Restaurantes e Hotéis	14,8%	17,0%
Actividades de SGPS, Intermediação Financeira e Seguros	13,3%	8,0%
Serviços	6,3%	6,2%
Produtos Metálicos, Máq. e Materiais de Transporte	3,4%	3,2%
Têxteis, Vestuário e Calçado	1,9%	1,9%
ENIS	1,7%	1,7%
Alimentação, Bebidas e Tabaco	1,5%	1,6%
Madeira, Cortiça e Papel	1,2%	1,7%

De assinalar o aumento expressivo do peso relativo do crédito às Actividades de SGPS, Intermediação Financeira e Seguros, o aumento pouco acentuado dos sectores de Produtos Metálicos, Máquinas e Materiais de Transporte e ainda dos Serviços, a diminuição significativa do Sector de Particulares e Comércio, Restaurantes e Hotéis e Madeira e a menos expressiva diminuição dos de Alimentação, Bebidas e Tabaco e Madeiras, Cortiça e Papel.

### 2.3.1 Banca de Empresas

A Banca de Empresas trabalha o universo de empresas e de empresários em nome individual, com um volume de negócios superior a 2,5 milhões de euros anuais e exposição potencial igual ou superior a 250 mil euros.

Apoiada na rede de distribuição do Finibanco e nos Centros de Empresas, a Banca de Empresas, no respeito pelas normas estabelecidas, designadamente em matéria de risco e de uso de poderes de decisão, procede à análise das solicitações de crédito que lhe são formuladas, gere o risco, faz o acompanhamento do crédito concedido e vela pela sua normal evolução.

A Banca de Empresas concedeu e geriu 48,3% do total da carteira de crédito e captou 12,9% dos recursos.

### 2.3.2 Banca de Negócios e Particulares

Trabalhando em complementaridade com a Banca de Empresas e igualmente apoiada nas redes de distribuição do Finibanco, a Banca de Negócios e Particulares desenvolve a sua actividade junto de clientes particulares, institucionais, pequenas e médias empresas e empresários em nome individual com volume de negócios anual inferior a 2,5 milhões de euros e exposição potencial inferior a 250 mil euros.

Procede ainda à análise das solicitações de crédito e de outras operações que lhe são apresentadas, designadamente em termos de risco, no total respeito pelas normas dos Regulamentos instituídos, e faz o acompanhamento do crédito concedido.

Cabe aqui referir que no exercício de 2010, a Banca de Negócios e Particulares angariou 28.321 novos clientes.

A Banca de Negócios e Particulares concedeu e geriu 62% do total da carteira de crédito concedido e angariou 87,1% dos recursos.

### 2.3.3 Private Banking

Como se previa, 2010 foi um ano em que os mercados financeiros e a situação económica evoluíram de forma adversa, com inequívocos reflexos na actividade empresarial.

A crise no mercado de dívida soberana dos chamados países periféricos da zona euro conduziu a um significativo aumento dos spreads dos títulos de dívida pública e, também privada, desses países, ao aumento da procura de activos de refúgio, designadamente commodities, e a uma generalizada restrição de liquidez nos mercados financeiros.

Neste cenário particularmente negativo, que tivemos de enfrentar, a nossa actuação consistiu na habitual estratégia visando a prestação de um serviço de excelência como meio de preservar o património e em criar valor para o cliente, privilegiando perspectivas eminentemente conservadoras, indo ao encontro das expectativas dos clientes de *Private Banking* orientadas maioritariamente para o incremento do *portfolio* dos seus activos e privilegiando produtos menos rentáveis mas de capital garantido.

A estratégia implementada, favorecida por uma equipa diligente, agora renovada com novos elementos, permitiu que o crescimento da actividade do *Private* se mantivesse em níveis bastante satisfatórios com particular enfoque para o segmento dos clientes HNWI's (High Net Worth Individuals) e para o volume de negócios, com incidência relevante nos recursos e no crescimento no crédito, pese embora o facto de este continuar a ser residual face ao volume total de negócios, maioritariamente compensado e/ou colateralizado.

## 2.4 Mercado de Capitais

No que respeita à área de mercado de capitais, das actividades desenvolvidas durante o exercício assumiu relevo a emissão de Valores Mobiliários Perpétuos Subordinados com Juros Condicionados, no montante de 15.000.000 euros.

Esta emissão enquadrou-se no Programa de Emissão de Títulos Representativos de Dívida do Finibanco, até ao montante de 100.000.000 euros, que havia sido aprovado em Dezembro de 2009.

Para além disso, o Finibanco reforçou significativamente a sua actividade na organização de Programas de Papel Comercial, para o segmento de empresas.

## 2.5 Área Financeira e Internacional

Na zona euro, a fragilidade dos processos de retoma económica e a ausência de pressões inflacionistas significativas conduziu à continuação da política expansionista por parte do Banco Central Europeu. Foi assim que ao nível das decisões de Política Monetária e como era esperado, o BCE decidiu manter inalterada a taxa de juros de referência, a Refi Rate, no mínimo histórico de 1,00%, nível em que se encontra desde Maio de 2009.

Durante a primeira metade do ano o mercado admitia que o BCE iria proceder à retirada gradual das medidas de estímulo de liquidez mas, na sequência da crise da Dívida Soberana de alguns países da zona euro, viu-se confrontado com a necessidade de restabelecer algumas medidas que tinha anunciado no auge da crise financeira, nomeadamente, os empréstimos de prazo mais alargado do que os que tradicionalmente eram feitos a uma semana.

Neste sentido, com o propósito de resolver as tensões no Mercado Monetário Interbancário, decorrentes do aumento do risco de crédito e liquidez, o BCE não só garantiu leilões a uma semana, um mês e três meses, a funcionar num regime de “*full allotment*” até final de Março de 2011, como iniciou a compra de Dívida Pública e Privada.

Em Maio, a forte pressão sobre a Dívida dos países periféricos da zona euro conduziu a uma tomada de posição por parte da União Europeia (UE), através da realização de uma Reunião extraordinária dos Ministros das Finanças da UE em que foi criado um novo “Mecanismo de Estabilização Financeira”, com o objectivo de estabilizar os mercados que se encontravam “disfuncionais”.

Relativamente à Política Monetária nos Estados Unidos, as taxas permaneceram num nível excepcionalmente baixo, atendendo às fracas pressões inflacionistas e às condições económicas, com o Fed a manter o target para as taxas dos Fed Funds no intervalo de 0% - 0,25%.

Em Novembro o Comité de Política Monetária (FOMC) da Reserva Federal norte-americana, lançou um novo pacote de medidas, designado Quantitative Easing II, em que foi decidido prolongar a compra de activos, em 600 mil milhões de dólares, até Junho de 2011, a um ritmo médio mensal de cerca de 75 mil milhões de dólares. Além disso, a Autoridade Monetária comprometeu-se ainda a reinvestir entre 250 e 300 mil milhões de dólares dos cupões, e principais, dos activos em carteira que entretanto atingissem a maturidade.

O Comité de Política Monetária do Banco de Inglaterra (BoE) decidiu, conforme esperado, manter inalterada a taxa de juro de referência do país, a Repo Rate, em 0,50%, nível em que se encontra desde Março de 2009 e que corresponde ao valor mais baixo desde a fundação do BoE, em 1694.

No Mercado Monetário Interbancário, assistiu-se, nos primeiros meses do ano, a variações pouco acentuadas nos principais indexantes dos dois lados do Atlântico, observando-se uma pequena subida de taxas nos EUA e uma ligeira queda na zona euro, embora, em ambos os casos, com as taxas a permanecerem em níveis historicamente muito baixos.

Em Maio, a instabilidade vivida nos mercados financeiros levou a que as taxas de juro seguissem a valorizar, tanto na zona euro como nos EUA, com a Libor USD a 6 meses a subir 40 pontos base.

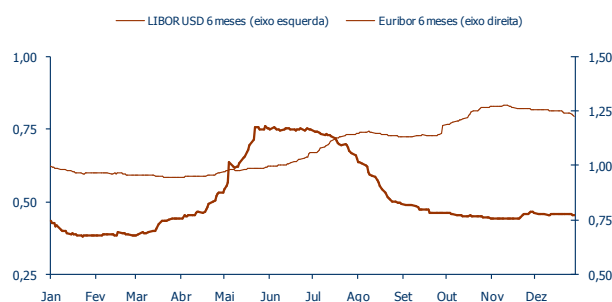
A partir de Junho, assistiu-se a comportamentos opostos nos principais indexantes.

Na Europa, no dia 29 de Junho, o término da primeira das três Operações Especiais de Cedência de Liquidez a um ano realizadas pelo BCE – que implicou a devolução de 442 mil milhões de euros, não obstante as duas Operações que se lhe seguiram (a 3 meses e a 6 dias) terem “reposto” 242 mil milhões de euros no mercado – provocou uma diminuição da liquidez no sistema, aumentando a necessidade dos Bancos se financiarem no MMI.

A redução do excesso de liquidez, acompanhada pelo aumento do risco de crédito, conduziu à subida generalizada das taxas de juro na zona euro, com a Euribor a 3 meses a ultrapassar a Refi Rate (1%) pela primeira vez desde Julho de 2009.

Já nos EUA, observou-se uma ligeira queda das Libor do dólar, com a taxa a 12 meses a manter-se em mínimos históricos. A USD Libor terminou 2010 praticamente inalterada, depois de mais de 4 meses a descer, reflectindo o impasse em torno das medidas de Quantitative Easing II.

#### ***Taxa Interbancária do Euro e do USD (em %)***



Fonte: Reuters EconWin

No mercado cambial, a instabilidade vivida na zona euro, causada pelos receios relativamente à situação orçamental dos países periféricos da região (GIPSI), teve como consequência que a Moeda Única depreciasse face às três principais divisas, tendo o Eur/Usd atingido 1,1875, no dia 7 de Junho, o valor mais baixo dos últimos quatro anos, representando uma depreciação de 21% face ao final de 2009.

No segundo semestre de 2010, deu-se uma inversão dessa tendência, com o euro a recuperar parcialmente da forte desvalorização sofrida face ao dólar desde o início do ano. A Moeda Única foi beneficiada pela diminuição da tensão em torno da Crise da Dívida Soberana e pelos dados macroeconómicos positivos que foram sendo conhecidos para a zona euro, que se posicionaram acima do esperado e vieram, senão a dissipar pelo menos a diminuir os receios em relação à evolução da economia da região. Por outro lado, o dólar foi pressionado pelo adensar dos receios em relação a uma “Guerra Cambial Global”, após a subida de taxas de juro por parte da China.

#### ***Taxa de Câmbio do Dólar Face ao Euro***



Fonte: Reuters EconWin

Em 2010, o Ouro continuou a sua tendência ascendente, atingindo sucessivos máximos históricos, naturalmente impulsionado pelos receios dos investidores em relação à perda de valor do papel-moeda em circulação, tendo alcançado, a 7 de Dezembro, o valor mais alto de sempre (1430,95 USD/Oz).

Neste contexto, 2010 caracterizou-se pela promoção e manutenção de relações entre o Finibanco e as outras Instituições Financeiras Nacionais e Internacionais.

A actividade do Gabinete de Relações Internacionais foi marcada pela renegociação de acordos importantes, dos quais se destacam os efectuados com a International Swaps and Derivatives Association (ISDA) e os acordos de Cash-Letter.

No cumprimento da missão que lhe está destinada, a Direcção Financeira Internacional cumpriu os objectivos estabelecidos para 2010, no que respeita à minimização do custo de *Funding*.

O Finibanco realizou uma operação de aumento de capital no valor de 20 milhões de euros, de 160 para 180 milhões.

Os recursos alheios apresentaram, em 31 de Dezembro de 2010, a seguinte estrutura:

Depósitos	76,7%
Recursos de Bancos Centrais	10,0%
Obrigações Colocadas em Clientes	5,0%
Securitização de Crédito	4,5%
Mercado Monetário Interbancário	3,8%

Como se verifica, os Depósitos e as Obrigações colocadas em clientes representam 81,7% do total, o que, em termos de liquidez, confirma uma situação confortável.

## 2.6 Gestão do Risco

O conhecimento em profundidade dos níveis de exposição e a gestão integrada dos riscos assumidos, tornam-se fundamentais para a prossecução dos objectivos estabelecidos, contribuindo para a criação de valor para o Accionista.

O modelo de gestão implementado baseia-se na separação das funções de medição, de decisão e de controlo dos riscos, tendencialmente compatíveis com as recomendações do Comité de Basileia.

O processo de gestão do risco tem como pilar o Conselho de Administração, primeiro responsável na identificação e controlo dos riscos. No âmbito da Comissão de Gestão de Activos e Passivos são analisados riscos relacionados com a gestão do balanço, nomeadamente o risco de liquidez e risco de taxa de juro. Ao Comité de Investimentos, compete a avaliação da conjuntura macroeconómica global, a proposição das linhas de estratégia de investimentos em valores mobiliários, a análise do comportamento dos mercados e dos seus distintos segmentos e a oportunidade da efectivação de negócios.

### Risco de Crédito

O risco de crédito encontra-se associado à possibilidade de incumprimento efectivo da contraparte, que se consubstancia no não pagamento integral ou parcial e pontualmente quer do capital em dívida, quer dos juros correspondentes aos empréstimos efectuados. Representa a componente de risco com maior relevo na nossa actividade.

Os objectivos, políticas e estratégias da gestão do risco de crédito encontram-se consubstanciados em documento próprio emanado do Conselho de Administração e configuram as linhas mestras de actuação nesta área. Nele se referem, nomeadamente, segmentos, sectores, produtos ou tipologia das operações a privilegiar, sempre assentes nos princípios da diversificação, segurança, rentabilidade, liquidez, avaliação do risco de crédito e colegialidade na decisão de crédito.

A gestão do risco de crédito no Finibanco tem como base o Regulamento Geral de Crédito, onde estão estabelecidos os princípios, as regras e a organização do processo de concessão de crédito, assentes na independência nas diversas fases do processo creditício: análise, aprovação, acompanhamento das operações e monitorização da carteira.

A análise do risco de crédito tem por base a avaliação do cliente, o *rating*, o produto, as garantias/colaterais, a maturidade da operação e a consonância com as estratégias de negócio definidas. São estabelecidos limites de exposição por contraparte. Pretende-se constituir uma carteira sã, que tenha subjacente decisão fundamentada em apreciação que pondere, de forma equilibrada, os factores subjectivos e objectivos.



Para a classificação e avaliação do risco dos clientes-empresa, o Finibanco dispõe de um sistema interno de classificação de risco que incorpora as componentes qualitativa e quantitativa, com avaliação da posição do sector em que a empresa se insere.

O Finibanco desenvolveu um novo modelo de notação de risco empresas que introduz, além das componentes quantitativa e qualitativa, a componente comportamental, já submetida a avaliação e aprovada por entidade independente.

Para o crédito pessoal, crédito à habitação e cartões de crédito, a avaliação do perfil de risco dos clientes é efectuada através do sistema de *Credit Scoring*, com módulos específicos para cada tipo de crédito. Como ferramenta de apoio à decisão, o sistema de *Credit Scoring* é uma técnica que procura medir o risco de incumprimento de um crédito, através de uma notação a atribuir a um determinado perfil de comportamento, construído com base num conjunto de informações tidas como relevantes para se aferir da solvabilidade associada ao mesmo.

No Finibanco, está implementado um sistema electrónico de gestão e concessão de crédito, sistema operacional que integra todo o processo de decisão de crédito nas suas várias actividades: propositura, apreciação e decisão, controlando os momentos da formalização e do processamento, com benefícios significativos na diminuição do risco operacional, na maior celeridade na decisão e no registo de informação.

No documento “Regulamento Geral de Pricing”, estão definidos os princípios para a fixação das taxas a praticar, bem como a delegação de competências para a respectiva aprovação. Como base do processo de decisão, é utilizado um sistema de *pricing* e risco que, em função do risco de cada operação de crédito, calculado por metodologia interna e traduzido em nível de alocação de fundos próprios, indica o preço a praticar que garanta a rentabilidade-objectivo internamente definida para os capitais próprios.

O acompanhamento das operações de crédito, está no âmbito do Gabinete de Acompanhamento de Crédito e Imparidades, que tem como principal objectivo garantir a qualidade da carteira actual de crédito através de uma monitorização sistemática do crédito vivo, vencido e vincendo.

No âmbito do crédito vivo, o Gabinete de Acompanhamento de Crédito e Imparidades pretende identificar antecipadamente clientes com elevada probabilidade de incumprimento das suas responsabilidades e prevenir situações de degradação. Por outro lado, ao monitorizar o crédito vencido, o Gabinete de Acompanhamento de Crédito e Imparidades pretende tipificar atempadamente o nível de gravidade de incumprimento dos clientes, propondo, em conformidade, a sua transferência para os serviços de recuperação.

No processo de monitorização, para além do acompanhamento individualizado por operação e por cliente, procede-se à análise regular da qualidade e da estrutura da carteira de crédito. Assim, exerce-se vigilância sobre a concentração de responsabilidades, nomeadamente sectorial, por área geográfica, por cliente, por tipo de produto, por notação de risco, por tipo de garantia associada e por maturidade, entre outras. Procede-se à avaliação dos activos recebidos como garantias/colaterais das operações de crédito, de forma a garantir as coberturas desejadas. Paralelamente, analisa-se a evolução do crédito vencido e respectivas recuperações, o grau de cobrabilidade estimado e a adequação das provisões constituídas.

Está também implementado um modelo interno de avaliação da qualidade da carteira de crédito das diferentes unidades de negócio através do qual, partindo da análise das características das operações de crédito, se calcula o capital económico adequado ao nível de risco incorrido. Com a utilização da metodologia RAROC é apurada a rentabilidade de cada *portfolio* em função do respectivo risco.

Estão disponíveis sistemas de alerta para situações atípicas, destinados à estrutura comercial, a quem também são disponibilizados, com actualização diária e possibilidade de consulta via intranet, diversos indicadores caracterizadores da carteira de crédito, nomeadamente posição diária, saldos médios mensais, taxas médias, crédito vencido e provisionamento. Dispõe-se, ainda, de informação diária, também via intranet, das situações de incumprimento.

Nos casos de incumprimento e cumpridos os prazos limite de permanência nesta condição no âmbito das Direcções Comerciais, procede-se à transferência dos créditos para o Serviço de Recuperação e Contencioso, órgão que empreende todas as acções necessárias à recuperação do crédito.

### Exposição em Risco

O quadro seguinte evidencia o montante máximo de exposição ao risco de crédito, por classe de activos. Os montantes apresentados são líquidos de provisões e imparidades.

	Mil €	
<b>Exposição total a risco de crédito</b>	<b>31-12-2010</b>	<b>31-12-2009</b>
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	75.799	76.478
Disponibilidades em outras instituições de crédito	30.316	37.864
Activos financeiros detidos para negociação	3.047	3.016
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	9.628	10.354
Activos financeiros disponíveis para venda	125.528	35.513
Aplicações em instituições de crédito	473.107	343.938
Crédito a clientes	2.379.494	2.279.476
Outros activos	9.113	11.617
<b>Sub-total</b>	<b>3.106.033</b>	<b>2.798.255</b>
Passivos contingentes	100.996	92.010
Compromissos irrevogáveis perante terceiros	159.963	124.060
<b>Sub-total</b>	<b>260.959</b>	<b>216.070</b>
<b>Total</b>	<b>3.366.993</b>	<b>3.014.325</b>

	Mil €							
<b>Rubrica</b>	<b>AAA</b>	<b>AA-</b>	<b>A+</b>	<b>BBB+</b>	<b>BBB-</b>	<b>BB+</b>	<b>sem rating</b>	<b>Total</b>
Disponibilidades em outras instituições financeiras		26.093					4.223	30.316
Activos financeiros detidos para negociação		2.922					125	3.047
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados							9.628	9.628
Activos financeiros disponíveis para venda	19.859		70.790	10.239		11.450	13.191	125.528
Aplicações em instituições de crédito		20.791			180.000		272.316	473.107
<b>TOTAL</b>	<b>19.859</b>	<b>49.806</b>	<b>70.790</b>	<b>10.239</b>	<b>180.000</b>	<b>11.450</b>	<b>299.482</b>	<b>641.626</b>

Nota: nos casos em que existe mais do que uma notação, foi usada a regra do "second best"

### Concentração de Risco – Sectorial

O quadro seguinte mostra uma análise sectorial da carteira de crédito a clientes. Os valores evidenciados correspondem à exposição máxima para o crédito por desembolso (*portfolio* líquido de provisões e imparidades), antes e depois do efeito mitigador dos colaterais associados.

Concentração risco de crédito por desembolso e assinatura	31-12-2010		31-12-2009	
	Exposição máxima		Exposição máxima	
	Bruta	Líquida	Bruta	Líquida
Sector de actividade				
Agricultura, Silvicultura e Pescas	13.029	5.819	16.037	8.753
Alimentação, Bebidas e Tabaco	36.458	24.871	36.771	24.613
Comércio, Restaurantes e Hotéis	350.406	236.297	387.441	259.059
Construção, Obras Públicas e Actividades Imobiliárias	568.856	267.434	548.067	268.028
Electricidade, Água e Gás	1.825	505	610	605
ENIS	40.869	24.825	39.619	24.251
Fabricação de Mobiliário e Outras Ind. Transf.	22.214	10.301	26.069	13.509
Indústria Química e Actividades Conexas	25.895	20.078	26.963	21.923
Indústrias Extractivas	14.593	6.507	15.419	8.726
Actividades SGPS, Intermediação Financeira e Seguros	316.272	290.472	182.793	167.223
Madeira, Cortiça e Papel	28.697	19.239	38.067	29.175
Metalúrgicas de Base	6.245	5.629	6.110	5.218
Outros	2.231	2.174	601	533
Papel, Artes Gráficas e Editoriais	11.897	6.406	11.959	6.478
Particulares	608.337	123.603	636.645	137.343
Produtos Metálicos, Máq. e Materiais de Transp.	81.713	60.317	73.754	53.063
Produtos Minerais não Metálicos	20.467	12.576	19.746	13.146
Serviços	149.765	86.011	141.428	80.316
Têxteis, Vestuário e Calçado	45.377	31.196	44.063	28.003
Transportes e Actividades Conexas	27.288	15.961	23.099	13.215
<b>Sub-total</b>	<b>2.372.435</b>	<b>1.250.220</b>	<b>2.275.261</b>	<b>1.163.180</b>
Passivos contingentes	100.996	88.737	92.010	79.655
Compromissos irrevogáveis perante terceiros	159.963	137.306	124.060	108.463
<b>Sub-total</b>	<b>260.959</b>	<b>226.044</b>	<b>216.070</b>	<b>188.118</b>
<b>Total <sup>(1)</sup></b>	<b>2.633.394</b>	<b>1.476.263</b>	<b>2.491.331</b>	<b>1.351.297</b>

<sup>(1)</sup> Excluída de proveitos a receber no total de 7,1 milhões de euros em 2010, e 4,2 milhões de euros em 2009.

O tipo e valor dos colaterais/garantias exigidos na aprovação das operações de crédito dependem da avaliação do risco da contraparte. Os principais tipos de colaterais são os seguintes:

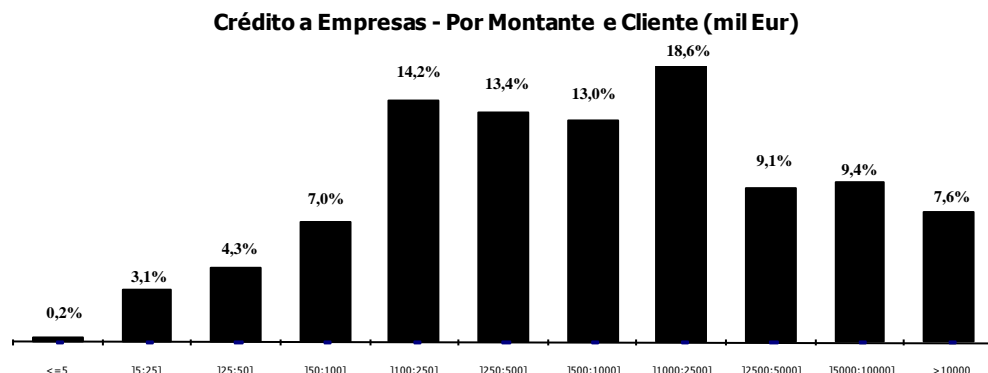
- Hipotecas
- Penhores de instrumentos financeiros
- Penhores de bens físicos

Nas diversas operações de crédito, também são obtidas garantias pessoais e avales que, no entanto, não estão reflectidos no quadro anterior.

A exposição a entidades não residentes representa menos de 1% da exposição total a risco de crédito.

#### Concentração de Risco – Montantes

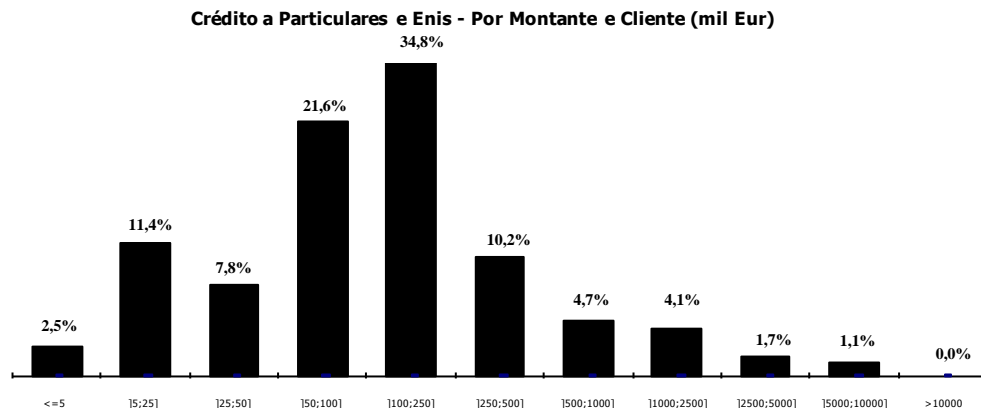
Os gráficos seguintes permitem observar a concentração por montante de crédito concedido, por tipo de cliente.



Nota: não inclui crédito titulado

Nos clientes empresa, existe um elevado grau de diversificação por escalão de montantes, nomeadamente nos quatro escalões situados entre 100 mil euros e 2,5 milhões de euros. Esta distribuição reflecte o peso das PME's no *portfolio* de crédito a empresas. O escalão com maior relevância tem 18,6% do total da exposição, e diz respeito a clientes com montantes entre 1 milhão de euros e 2,5 milhões de euros.

Em 31 de Dezembro de 2010, a maior exposição a risco de crédito a um só cliente/contraparte, no segmento de empresas, ascendia a 86,9 milhões de euros (29,9 milhões de euros, antes e depois de colaterais, em 31 de Dezembro de 2009).



Nota: não inclui crédito titulado

Nos clientes particulares, 34,8% da exposição encontra-se em clientes com montantes entre 100 mil euros e 250 mil euros, reflectindo a relevância do crédito imobiliário.

Em 31 de Dezembro de 2010, a maior exposição a risco de crédito a um só cliente/contraparte, no segmento de particulares, ascendia a 7,7 milhões de euros, exposição colateralizado por títulos em 99,7% (9,4 milhões de euros antes de colaterais, e 0,5 milhões de euros depois de colaterais, em 31 de Dezembro de 2009).

O montante de crédito a clientes desagregado por notação interna de risco, é o que a seguir se indica:

	MI €	
<b>Crédito a clientes bruto por notação de risco <sup>(1)</sup></b>	<b>31-12-2010</b>	<b>31-12-2009</b>
Grau 1 - (E1)	26.832	34.602
Grau 2 - (N1)	16.963	17.661
Grau 3 - (E2 - N2)	155.412	129.882
Grau 4 - (N3)	56.155	62.239
Grau 5 - (E3 - N4)	340.427	286.293
Grau 6 - (E4)	114.420	113.048
Grau 7 - (N5)	74.559	71.887
Grau 8 - (E5 - N6)	150.322	215.479
Grau 9 - (E6 - N7)	88.961	120.032
Grau 10 - (E7 - N8)	96.163	117.544
Sem notação	693.901	466.756
<b>Sub-total Empresas</b>	<b>1.813.414</b>	<b>1.635.423</b>
<b>Particulares</b>	<b>677.077</b>	<b>685.813</b>
<b>Total</b>	<b>2.490.491</b>	<b>2.321.236</b>
(dos quais com indícios de imparidade individual)	97.750	66.490

<sup>(1)</sup> Rubrica de crédito a clientes bruto, excluída de proveitos a receber no total de 7,1 milhões de euros, e 4,2 milhões de euros em 2009.

O montante de créditos renegociados desagregado por tipo de cliente em 31 de Dezembro de 2010 e 31 de Dezembro de 2009 é como segue:

	Mil €	
<b>Tipo de Cliente</b>	<b>31-12-2010</b>	<b>31-12-2009</b>
Empresas	53.987	31.430
Particulares	17.986	11.483
<b>Total</b>	<b>71.973</b>	<b>42.913</b>

A desagregação do crédito vencido por antiguidade em 31 de Dezembro de 2010 é como a seguir se indica:

	Mil €				
<b>Crédito Vencido por antiguidade</b>	<b>Empresas</b>	<b>Particulares: Consumo</b>	<b>Particulares: Imobiliário</b>	<b>Particulares: Outros</b>	<b>Total</b>
< 3 meses	5.431	369	173	1.843	7.816
3 - 6 m	3.157	300	288	892	4.637
6 - 9 m	10.269	421	364	417	11.472
9 - 12 m	7.773	942	489	954	10.157
12 - 15 m	6.581	1.209	567	526	8.884
15 - 18 m	13.609	398	102	335	14.444
18 - 24 m	11.052	1.169	835	1.291	14.348
24 - 30 m	7.861	1.008	688	1.343	10.900
30 - 36 m	9.610	1.297	594	1.341	12.842
36 - 48 m	8.172	1.215	1.761	722	11.870
48 - 60 m	2.048	304	1.166	280	3.799
> 60 m	1.866	238	680	130	2.913
Juros vencidos a regularizar	421	89	39	79	628
<b>Total</b>	<b>87.849</b>	<b>8.960</b>	<b>7.745</b>	<b>10.155</b>	<b>114.708</b>

O valor dos colaterais associados ao crédito vencido ascende a 28,2 milhões de euros.

	Mil €
<b>Tipo de colateral</b>	<b>Montante</b>
Hipotecas	23.052
Títulos	876
Depósitos de Clientes	265
Outros Penhores	4.037
<b>Total</b>	<b>28.229</b>

A desagregação do crédito vencido por antiguidade em 31 de Dezembro de 2009 consta do quadro seguinte:

	Mil €				
<b>Crédito Vencido por antiguidade</b>	<b>Empresas</b>	<b>Particulares: Consumo</b>	<b>Particulares: Imobiliário</b>	<b>Particulares: Outros</b>	<b>Total</b>
< 3 meses	6.680	321	152	523	7.676
3 - 6 m	15.496	520	137	468	16.621
6 - 9 m	6.625	409	306	633	7.973
9 - 12 m	7.770	454	300	801	9.325
12 - 15 m	5.450	316	404	520	6.689
15 - 18 m	4.222	455	107	401	5.186
18 - 24 m	5.356	274	566	201	6.396
24 - 30 m	2.899	216	192	244	3.552
30 - 36 m	1.127	1	237	100	1.465
36 - 48 m	1.134	22	397	109	1.662
48 - 60 m	892	63	109	46	1.109
> 60 m	397	0	137	11	545
Juros vencidos a regularizar	334	76	32	69	510
<b>Total</b>	<b>59.384</b>	<b>3.126</b>	<b>3.075</b>	<b>4.125</b>	<b>68.709</b>

O valor dos colaterais associados ao crédito vencido ascendia a 17,2 milhões de euros.

Mil €					
Movimentos de provisões no período	Empresas	Particulares Consumo	Particulares Imobiliário	Particulares Outros	Total
<b>Saldo 2009</b>	<b>36.337</b>	<b>2.387</b>	<b>1.940</b>	<b>5.311</b>	<b>45.975</b>
Reforços	63.906	978	663	1.679	67.226
Utilizações	-313	0	0	0	-313
Reversões e Recuperações	-11.834	-36	0	-71	-11.940
Transferências	11.541	2.181	978	2.408	17.108
<b>Saldo 2010</b>	<b>99.638</b>	<b>5.510</b>	<b>3.581</b>	<b>9.328</b>	<b>118.056</b>

Mil €					
Movimentos de provisões no período	Empresas	Particulares Consumo	Particulares Imobiliário	Particulares Outros	Total
<b>Saldo 2008.12.31</b>	<b>20.297</b>	<b>1.624</b>	<b>4.207</b>	<b>4.529</b>	<b>30.657</b>
Reforços	31.143	3.182	1.165	4.831	40.322
Utilizações	( 9.356)	( 1.929)	( 789)	( 2.663)	( 14.737)
Reversões e Recuperações	( 5.747)	( 490)	( 2.644)	( 1.385)	( 10.267)
<b>Saldo 2009.12.31</b>	<b>36.337</b>	<b>2.387</b>	<b>1.940</b>	<b>5.311</b>	<b>45.975</b>

### Risco de Mercado

O risco de mercado consiste na possibilidade de ocorrerem perdas nas posições patrimoniais e extrapatrimoniais, em função de movimentos adversos dos preços de mercado (taxas de juros, câmbios e cotações e índices).

No que respeita ao risco de cotações, diariamente são produzidos mapas com a constituição e performance do *portfolio*. É também efectuado o cálculo do VaR – “*Value at Risk*” – segundo as directrizes do BIS, nomeadamente distribuição normal de variações dos preços, avaliação da perda potencial num horizonte temporal de duas semanas e 99% de grau de confiança, com o objectivo de aferir possíveis variações no valor de mercado da carteira de títulos, em função do comportamento passado.

As metodologias VaR, baseando-se em dados históricos, não capturam alterações nos factores de risco, podendo portanto subestimar a probabilidade de ocorrência de movimentos bruscos e acentuados nos mercados. Assim, são também quantificadas as perdas que poderiam resultar em cenários de “*stress*”, usando como referência acontecimentos passados que originaram quebras significativas dos mercados.

O Finibanco adopta uma política conservadora na gestão do risco cambial, não deixando de aproveitar as boas oportunidades que o mercado possa oferecer. Em virtude desta política, a exposição em risco assume valores relativamente reduzidos. Diariamente, é possível consultar, em aplicativo disponível na Intranet, a posição cambial por moeda e respectivo VaR.

Mil €					
VaR	Dezembro de 2009 a Dezembro de 2010				
	Final	Média	Máximo	Mínimo	31-Dez-09
Risco de Cotações e Índices	996,9	4.533,3	8.846,6	248,5	248,5
Risco Cambial	15,1	22,0	58,2	6,5	6,5
<b>Total</b>	<b>1.012,0</b>	<b>4.555,2</b>	<b>8.863,9</b>	<b>255,0</b>	<b>255,0</b>

Relativamente ao risco de taxa de juro, são igualmente realizadas análises de sensibilidade que estimam o impacto na situação líquida e na margem financeira (a 12 meses), resultantes de uma alteração de 200 pontos base nas taxas de juro de mercado. A metodologia utilizada assenta na projecção dos fluxos futuros dos instrumentos financeiros com taxa de juro associada e no cálculo do respectivo valor actual. Da comparação entre o cenário base (manutenção das curvas de taxa de juro) e o cenário alternativo (deslocação paralela das curvas de taxa de juro) resulta o impacto estimado na Situação Líquida.

Análise de sensibilidade		Mil €
Impacto de uma variação positiva de 200 pontos base na curva de taxas juro		
31 de Dezembro de 2010		
Impacto na Situação Líquida		( 20.258)
Fundos Próprios		197.734
<b>Impacto na Situação Líquida em % dos Fundos Próprios</b>		<b>( 10,2%)</b>
Impacto na Margem Financeira, a doze meses		( 2.042)
Margem Financeira		72.802
<b>Impacto % na Margem Financeira anual</b>		<b>( 2,8%)</b>
Nota - Análise em cenário de stress: pressupõe uma deslocação paralela da curva de taxas de juro e a inexistência de medidas correctivas. Corresponderá, assim, ao cenário de perda máxima em condições extremas.		
31 de Dezembro de 2009		
Impacto na Situação Líquida		( 16.816)
Fundos Próprios		238.335
<b>Impacto na Situação Líquida em % dos Fundos Próprios</b>		<b>( 7,1%)</b>
Impacto na Margem Financeira, a doze meses		( 4.926)
Margem Financeira		70.734
<b>Impacto % na Margem Financeira anual</b>		<b>( 7,0%)</b>
Nota - Análise em cenário de stress: pressupõe uma deslocação paralela da curva de taxas de juro e a inexistência de medidas correctivas. Corresponderá, assim, ao cenário de perda máxima em condições extremas.		

Sensibilidade da Situação Líquida					Mil €
<=6 Meses	6 - 12 Meses	1 a 5 Anos	> 5 Anos	Total	
-13.734	2.503	-4.988	-4.039	-20.258	

Procede-se ainda à análise de *gaps* de taxas de juro dos activos e passivos (desfasamento entre os prazos de revisão de taxas de juro), que permite detectar concentrações de risco de taxa de juro nos diversos prazos.

Risco Taxa de Juro - Gaps de Repricing/Vencimento							Mil €
31 de Dezembro de 2010							
(Activos-Passivos)	6 meses	1 ano	2 anos	5 anos	10 Anos	>10 anos	
Gap	-131.997	-131.853	29.488	39.530	30.475	10.520	
Gap Acumulado	-131.997	-263.850	-234.362	-194.833	-164.358	-153.838	
31 de Dezembro de 2009							
(Activos-Passivos)	6 meses	1 ano	2 anos	5 anos	10 Anos	>10 anos	
Gap	-300.312	-32.274	22.533	79.436	6.674	9.437	
Gap Acumulado	-300.312	-332.586	-310.053	-230.617	-223.943	-214.507	

## Risco de Liquidez

O risco de liquidez consiste no risco de perdas resultantes da incapacidade de fazer face a compromissos assumidos, por indisponibilidade de fundos líquidos ou dificuldades na sua obtenção a preços de mercado nos mercados monetários.

A responsabilidade da gestão do risco de liquidez assenta em 3 órgãos: o Conselho de Administração, a Comissão de Gestão de Activos e Passivos e a Direcção Financeira e Internacional.

Em documento específico sobre gestão do risco de liquidez, encontram-se definidos os objectivos, políticas, estratégias, estrutura de gestão e planos de contingência, bem como os princípios orientadores e as recomendações emanados do Comité de Basileia.

A gestão da liquidez de curto prazo incide na análise de todos os fluxos previstos para um determinado horizonte temporal e na avaliação dos meios disponíveis para fazer face a eventuais necessidades de liquidez, que passam fundamentalmente por:

- Valores à ordem junto do Banco Central e outras Instituições de Crédito
- Disponibilidade de linhas de crédito
- Detenção em carteira de instrumentos financeiros de elevada liquidez

É privilegiada a diversidade de fontes de financiamento e evitada a excessiva concentração numa contraparte. Às áreas comerciais são transmitidas com regularidade as orientações sobre quais os produtos a privilegiar, não apenas na busca da melhor combinação de produtos passivos como também nos produtos activos, de forma a potenciar futuras operações de titularização de créditos.

Em 31 de Dezembro de 2010, o Finibanco dispunha de títulos elegíveis para colateralizar operações de cedência de liquidez no âmbito do Eurosistema, no montante de 317,1 milhões de euros (valor de mercado deduzido dos *haircuts* aplicáveis). Durante o ano de 2010, verificou-se o aumento de activos elegíveis para refinanciamento junto do Eurosistema em 98,7 milhões de euros (valor de mercado deduzido dos *haircuts* aplicáveis).

No que respeita a recursos alheios de médio e longo prazo, o Finibanco tem vindo a recorrer à emissão de empréstimos obrigacionistas e a operações de titularização de créditos. Em Fevereiro de 2010, foi concretizada uma emissão de Valores Mobiliários Perpétuos Subordinados, no Finibanco SA, no montante de 15 milhões de euros (operação que é elegível para efeitos de cálculo do Tier I).

Resulta importante referir que, no contexto atribulado de liquidez verificado a partir do final de 2008, o Finibanco não recorreu ao mecanismo de garantia pessoal do Estado Português.

	Mil €	
<b>GAP de tesouraria</b>	<b>31-12-2010</b>	<b>31-12-2009</b>
Caixa e outras disponibilidades	150.263	154.859
Débitos de curto prazo junto de Instituições de crédito	(81.869)	(37.571)
<b>GAP de tesouraria I</b>	<b>68.394</b>	<b>117.288</b>
Títulos elegíveis como colateral junto do Eurosistema	317.089	218.358
Títulos elegíveis utilizados em 31 de Dezembro	(310.000)	(190.000)
<b>GAP de tesouraria II</b>	<b>75.484</b>	<b>145.646</b>

Em 31 de Dezembro de 2010, o *Gap* de tesouraria era positivo em 75.484 mil euros.

A distribuição dos activos e passivos por prazos de maturidade, em 31 de Dezembro de 2010 e 31 de Dezembro de 2009, apresenta-se como segue:



		Mil €				
31-12-2010		À ordem	Até 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 ano a 5 anos	Superior a 5 anos
<b>Activo financeiro</b>						
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	119.947	0	0	0	0	0
Disponibilidades em outras instituições de crédito	30.316	0	0	0	0	0
Activos financeiros detidos para negociação	1.449	0	0	0	0	125
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	0	0	0	10.000	0	0
Activos financeiros disponíveis para venda	0	10.775	6.274	97.591	17.420	0
Aplicações em instituições de crédito	46.048	376.000	49.220	0	0	0
Crédito a clientes	67.573	624.906	566.610	448.878	667.815	0
<b>Total</b>	<b>265.333</b>	<b>1.011.681</b>	<b>622.104</b>	<b>556.469</b>	<b>685.360</b>	<b>0</b>
<b>Passivo financeiro</b>						
Recursos de bancos centrais	0	310.000	0	0	0	0
Passivos financeiros detidos para negociação	0	0	0	0	0	0
Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados	0	14.940	16.143	56.627	64.087	0
Recursos de outras instituições de crédito	37.970	78.192	2.634	0	0	0
Recursos de clientes e outros empréstimos	63.063	1.260.765	925.848	124.007	20	0
Responsabilidades representadas por títulos	0	0	0	0	0	0
Passivos financeiros associados a activos transferidos	0	27.600	73.350	39.365	0	0
Outros passivos subordinados	0	0	0	648	10.363	0
<b>Total</b>	<b>101.032</b>	<b>1.691.497</b>	<b>1.017.974</b>	<b>220.648</b>	<b>74.470</b>	<b>0</b>
<b>GAP</b>	<b>164.300</b>	<b>( 679.816)</b>	<b>( 395.871)</b>	<b>335.822</b>	<b>610.891</b>	<b>0</b>
<b>GAP Acumulado</b>	<b>164.300</b>	<b>( 515.515)</b>	<b>( 911.386)</b>	<b>( 575.564)</b>	<b>35.327</b>	<b>0</b>

		Mil €				
31-12-2009		À ordem	Até 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 ano a 5 anos	Superior a 5 anos
<b>Activo financeiro</b>						
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	116.996	0	0	0	0	0
Disponibilidades em outras instituições de crédito	37.864	0	0	0	0	0
Activos financeiros detidos para negociação	7.316	0	0	0	0	0
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	0	0	0	10.000	0	0
Activos financeiros disponíveis para venda	0	0	4.764	16.585	13.925	0
Aplicações em instituições de crédito	47.506	136.200	156.630	0	0	0
Crédito a clientes	74.805	550.479	500.357	469.995	656.891	0
<b>Total</b>	<b>284.486</b>	<b>686.679</b>	<b>661.751</b>	<b>496.579</b>	<b>670.816</b>	<b>0</b>
<b>Passivo financeiro</b>						
Recursos de bancos centrais	0	0	190.000	0	0	0
Passivos financeiros detidos para negociação	0	0	0	0	0	0
Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados	0	1.000	0	34.637	118.034	0
Recursos de outras instituições de crédito	18.352	58.091	3.850	0	0	0
Recursos de clientes e outros empréstimos	47.652	1.354.716	707.957	13.074	0	0
Responsabilidades representadas por títulos	0	0	0	0	0	0
Passivos financeiros associados a activos transferidos	0	0	151.880	96.915	0	0
Outros passivos subordinados	0	0	0	410	10.601	0
<b>Total</b>	<b>66.005</b>	<b>1.413.806</b>	<b>1.053.687</b>	<b>145.036</b>	<b>128.635</b>	<b>0</b>
<b>GAP</b>	<b>218.481</b>	<b>( 727.127)</b>	<b>( 391.936)</b>	<b>351.544</b>	<b>542.181</b>	<b>0</b>
<b>GAP Acumulado</b>	<b>218.481</b>	<b>( 508.646)</b>	<b>( 900.581)</b>	<b>( 549.038)</b>	<b>( 6.857)</b>	<b>0</b>

## Risco Operacional

O risco operacional consiste no risco de perdas resultantes de falhas internas ao nível dos sistemas, procedimentos ou recursos humanos, ou da ocorrência de acontecimentos externos.

A implementação da plataforma de Gestão de Risco Operacional é composta pelas seguintes funcionalidades, disponível na intranet do Grupo Finibanco:

- Recolha e formalização dos pareceres dos processos, riscos e estruturas orgânicas identificados no “Relatório de Identificação de Riscos Operacionais”, o qual é submetido à apreciação dos Chefes de Risco;
- Divulgação dos processos em portal, após aprovados pelos respectivos Chefes de Risco, com detalhe dos procedimentos, tarefas, sistemas e riscos, sediados na cadeia de valor da Instituição;

- Registo de eventos pelas estruturas orgânicas da Instituição, de acordo com as hierarquias de apreciação e decisão implementadas;
- Realização de questionários de auto-avaliação (*Self Assessment*), sobre todos os processos da Instituição, por interpelação às estruturas orgânicas, sobre a frequência e o impacto dos eventos históricos em que são e/ou foram intervenientes;
- Realização de relatórios de gestão, de forma a acompanhar os registos de custos operacionais, por tipo de risco e por processo, assim como as respectivas acções de mitigação;
- Gestão dos indicadores chave de risco (KRI's) utilizando o modelo de "*balance scorecard*", parametrizando-o em função dos riscos sediados nos diferentes quadrantes;
- Identificação e monitorização dos controlos internos mitigantes dos riscos não financeiros mais relevantes (exposição ao risco) para as áreas funcionais de peso mais elevado.

### *Gestão de Capital e Rácio de Solvabilidade*

A Gestão de Capital é realizada tendo em conta as regras e rácios estabelecidos pelo Banco de Portugal, de forma a cobrir os riscos inerentes ao negócio consolidado do Grupo. A gestão do capital pode implicar alterações nas características de risco das suas actividades, na política de distribuição de dividendos, aumentos de capital ou emissão de dívida subordinada.

Em termos prudenciais, tendo por base a Directiva Comunitária sobre adequação de capitais, o Banco de Portugal estabelece as regras que a este nível deverão ser observadas pelas diversas instituições sob a sua supervisão. Estas regras determinam um rácio mínimo de fundos próprios totais em relação aos requisitos exigidos pelos riscos assumidos que as instituições deverão cumprir.

Os Fundos próprios dividem-se em Fundos Próprios de Base, Fundos Próprios Complementares e Deduções, com a seguinte composição:

- Fundos Próprios de Base: Esta categoria inclui o capital estatutário realizado, as reservas elegíveis (excluindo as reservas de justo valor positivas), os resultados retidos do período quando certificados, os interesses minoritários e as acções preferenciais. São deduzidas as reservas de justo valor negativas associadas a acções ou outros instrumentos de capital, o valor de balanço dos montantes relativos a *Goodwill* apurado, activos intangíveis e desvios actuariais negativos decorrentes de responsabilidades com benefícios pós emprego a empregados acima do limite do corredor. Desde 2007 passaram também a ser deduzidas em 50% do seu valor as participações superiores a 10% em instituições financeiras e entidades seguradoras. Em 2009, decorrente da aplicação do método IRB para risco de crédito, passou igualmente a ser ajustado 50% do montante das perdas esperadas para posições em risco deduzidas das somas de correcções de valor e provisões existentes;
- Fundos Próprios Complementares ("FPC"): Incorpora essencialmente a dívida subordinada emitida elegível e 45% das reservas de justo valor positivas associadas a acções ou outros instrumentos de capital. São deduzidas as participações em instituições financeiras e entidades seguradoras em 50% do seu valor, bem como, em 2009, 50% do montante das perdas esperadas para as posições em risco deduzidas das somas de correcções de valor e provisões existentes, decorrentes da aplicação do método IRB para risco de crédito;
- É deduzido aos Fundos Próprios totais um valor referente a imóveis adquiridos em reembolso de crédito próprio há mais de 4 e 5 anos, valor este calculado segundo um critério de progressividade que conduz a que ao fim de 10 ou 13 anos em carteira o valor líquido do imóvel esteja totalmente deduzido aos Fundos Próprios.

A composição da base de capital está sujeita a um conjunto de limites. Desta forma, as regras prudenciais estabelecem que os Fundos Próprios Complementares não podem exceder os FPB. Adicionalmente, determinadas componentes dos FPC (o designado Lower Tier II) não podem superar os 50% dos FPB.

Em 2008, o Banco de Portugal introduziu algumas alterações ao cálculo dos fundos próprios. Assim, através do Aviso n.º 6/2008, a par do tratamento dado aos créditos e outros valores a receber, excluiu as valias potenciais em títulos de dívida classificados como disponíveis para venda dos fundos próprios, na parte que exceda o impacto resultante de eventuais operações de cobertura, mantendo, contudo, a obrigatoriedade de não considerar nos fundos próprios de base as reservas de reavaliação positivas, na parte que exceda a imparidade que eventualmente tenha sido registada, relativas a ganhos não realizados em títulos de capital disponíveis para venda (líquidas de impostos).

A repercussão nos Fundos Próprios do impacto referente a diferenças apuradas no Fundo de Pensões, na transição para as Normas de Contabilidade Ajustadas (NCA's), está a ser efectuada de forma progressiva e linear (de acordo com o definido nos Avisos n.º 2/2005, n.º 4/2005, n.º 12/2005 e n.º 7/2008, do Banco de Portugal).

A verificação de que uma entidade dispõe de fundos próprios num montante não inferior ao dos respectivos requisitos de fundos próprios certifica a adequação do seu capital, reflectida num rácio de solvabilidade - representado pelos fundos próprios em percentagem do montante correspondente a 12,5 vezes dos requisitos de fundos próprios - igual ou superior ao mínimo regulamentar de 8%. Adicionalmente, o Banco de Portugal efectuou uma recomendação no sentido de, até 30 de Setembro de 2009, os grupos financeiros sujeitos à supervisão em base consolidada, bem como as respectivas empresas-mãe, reforçarem os seus rácios de adequação dos fundos próprios de base (rácio Tier 1) para valores não inferiores a 8%.

Um sumário dos cálculos de requisitos de capital do Finibanco para 31 de Dezembro de 2010 e 2009 apresenta-se como segue:

	Mil €		
<b>Fundos próprios e requisitos de fundos próprios</b>	<b>31-12-2010</b>	<b>31-12-2009</b>	<b>Δ% Dez10/Dez09</b>
<b>Fundos Próprios Elegíveis</b>	<b>197.734</b>	<b>238.335</b>	<b>(17,0)</b>
...De base	142.941	167.118	-14,5
...Complementares	71.471	83.560	-14,5
...Deduções	(16.677)	(12.343)	35,1
<b>Requisitos de fundos próprios</b>	<b>184.232</b>	<b>162.522</b>	<b>13,4</b>
Tier I	6,2%	8,2%	-2,02 pp
Tier II	2,4%	3,5%	-1,13 pp
<b>Rácio de solvabilidade</b>	<b>8,6%</b>	<b>11,7%</b>	<b>-3,15 pp</b>

O rácio de solvabilidade situou-se em 8,6% e o TIER I em 6,2%, calculados de acordo com o normativo do Banco de Portugal, aplicando-se o método padrão para o cálculo dos requisitos de fundos próprios para cobertura do risco de crédito e o método do indicador básico para cálculo de requisitos para cobertura de risco operacional.

A emissão de Valores Mobiliários Perpétuos Subordinados é considerada elegível para efeitos de cálculo do TIER I.

Os fundos próprios de base registaram uma diminuição de 24,2 milhões de euros e os requisitos de fundos próprios aumentaram em 21,7 milhões de euros (13,4%).

## 2.7 Área de Operações e Sistemas de Informação

Na área de tecnologias de informação desenvolveram-se diversas acções, abrangendo as vertentes de infraestrutura e de desenvolvimento aplicacional.

Em matéria de infraestruturas:

- Deu-se continuidade ao projecto de consolidação e virtualização de servidores, visando a redução de custos de concentração do número de Centros de Processamento de dados (CPD), a melhoria da qualidade de serviço prestado e o aperfeiçoamento do cenário de recuperação de desastre;
- Procedeu-se à consolidação dos pólos de informática e de virtualização de servidores físicos e activou-se o cenário de replicação de serviços entre Lisboa e o Porto.

No que toca a desenvolvimento aplicacional:

- Concluiu-se a fase de *roll-out*, uma nova aplicação de *front* da plataforma de Balcões, que visa o desenvolvimento de novas funcionalidades e um novo interface para este canal;
- Na área do crédito, estabeleceram-se as bases de um circuito de decisão mais rápido (*workflow* expresso) que permite a análise para decisão em vinte e quatro horas; promoveu-se a inclusão de simuladores de crédito a particulares multicanal, em acção integrada com o Sistema de Gestão de Concessão de Crédito (SGCC); está em marcha uma nova aplicação de recuperação de crédito, possibilitando maior controlo das acções a desenvolver e a automatização da acção de recuperação; procedeu-se à inclusão do Factoring no SGCC; produziu-se uma nova aplicação de gestão de contencioso; activaram-se simuladores para operações activas nos canais Balcão e *Homebanking*, promovendo a sua integração com o circuito de decisão de crédito; desenvolveu-se um novo *workflow* de decisão para a criação dos Grupos de Risco; desenvolveu-se aplicação para gestão da operativa de Factoring;
- No que toca a operações passivas criou-se um novo motor, com vista à automatização da origemação, da decisão e da formalização, e procedeu-se à integração com o *core* bancário para o processamento das operações;
- No que respeita a informação a prestar a clientes, produziu-se o extracto digital no *Homebanking* e o extracto integrado para Empresas e integrou-se a informação de seguros e PPR's nos Extractos para Particulares;
- Quanto aos canais não presenciais, desenvolveram-se: um novo portal para Promotores; um novo canal *mobile banking* (FiniMobile) para acesso a transacções bancárias e de bolsa a partir de telemóveis; um novo portal para clientes Finicrédito; e está em curso a reestruturação da arquitectura aplicacional de canais não presenciais;
- No que concerne a reengenharia de processos, adoptou-se o Cartão de Cidadão para suporte à abertura e manutenção de contas, automatizou-se o processo de aviso de recepção na correspondência expedida, com vista ao aumento de eficiência e de redução de custos e reviram-se os processos de suporte à área de estrangeiro com vista à sua maior eficiência;
- No domínio da informação de gestão, reformulou-se o conceito da rentabilidade de cliente, promovendo uma visão temporal da evolução desta, a visão da rentabilidade por produto e a rentabilidade por hierarquia comercial;
- Por força de imposições legais e regulamentares, preparou-se o sistema para a adopção da SEPA CT e para a elaboração de estatísticas monetárias e financeiras;
- No âmbito de Basileia II, desenvolveu-se um novo motor de *Pricing* e Risco, de acordo com as directivas estabelecidas, e promoveu-se a sua integração com o *workflow* de decisão de crédito.

Por fim, reviram-se alguns aspectos de governação das tecnologias de informação, designadamente a gestão de alterações de aplicações, a segregação de ambientes e as políticas de segurança.

## 2.8 Recursos Humanos

O exercício de 2010 privilegiou a consolidação da marca, os valores e o capital humano, e em que se procurou estar no mercado com uma forma diferente de actuar.

A crise financeira global e os efeitos que têm tido na economia portuguesa alteraram o contexto e as condições do mercado, tornando clara a necessidade de diversificar e de adoptar práticas de gestão focadas na eficiência e no rigor.

Nesta conjuntura, o Finibanco, consciente do esforço requerido para assegurar a sua sustentabilidade, trabalhou no sentido de reforçar as políticas de recursos humanos de forma a desenvolver competências e comportamentos necessários à garantia de padrões de ética, de profissionalismo e de conhecimento técnico.

Neste sentido, a actividade desenvolvida pela área dos recursos humanos caracterizou-se pelo alinhamento das políticas definidas, dele se destacando:

### *Formação e Desenvolvimento*

No que respeita a formação, o ano de 2010 fica marcado pelo arranque do Projecto FiniAcademia, levado a efeito em parceria com o INETESE-Associação para o Ensino e Formação, projecto cujo objectivo é contribuir para a melhoria da capacitação técnica e profissional dos colaboradores do Finibanco, através da implementação de programas de formação específicos, visando dar resposta eficaz às exigências que nos são colocadas, quer pelas entidades reguladoras e de supervisão, quer por força da dinâmica do mercado. Deste projecto merecem referência especial as acções realizadas, quer em formato *e-learning*, quer presencial, nas áreas de produtos, de operações e de técnicas bancárias e negociação.

Foram ainda realizadas acções associadas à área regulamentar, promovidas pelo Banco de Portugal e pelo Instituto de Formação Bancária, sobre a Nota do Euro e a Prevenção de Branqueamento de Capitais.

O exercício foi ainda marcado pela realização do Projecto TGV-Tecnicidade, Gestão e Vendas, alinhado com o Plano Estratégico do Banco, abrangendo as áreas de negócio, particulares, empresas e *private banking*, com o objectivo de desenvolver conhecimentos e capacidades de equipas e de chefias da rede comercial, acções que envolveram aproximadamente 800 colaboradores e representaram mais de 7.000 horas de formação.

Na modalidade *on job* destacam-se as iniciativas levadas a cabo na preparação dos colaboradores da rede comercial para operarem com a nova plataforma de atendimento nos Balcões, tarefa realizada por técnicos do Banco e implementada no final de Junho.

À semelhança de anos anteriores, manteve-se o apoio à formação superior dos colaboradores, através da comparticipação total ou parcial dos custos de frequência em Licenciaturas, Pós-Graduações e Mestrados.

Concluindo, a actividade formativa traduziu-se na realização de acções de 54.597 horas de formação, o que representa 41,87 horas de formação média por colaborador.

### *Saúde, Higiene e Segurança no Trabalho*

A par do apoio regular que foi disponibilizado a todos os colaboradores, designadamente no momento da admissão, na vertente saúde desenvolveu-se uma intensa actividade consubstanciada na realização de 1.245 exames médicos e de 347 consultas. Foram ainda desenvolvidas outras iniciativas, visando nomeadamente a abordagem de situações como a dependência tabágica e a hipertensão arterial.

No capítulo da higiene e segurança no trabalho, a nossa actuação junto dos colaboradores teve em vista promover a criação de um ambiente seguro e saudável, salientando-se a melhoria das condições de trabalho a nível de luminosidade, ar condicionado e acústica de alguns espaços de trabalho.

Paralelamente, foram elaborados “Planos de Segurança e Saúde” em diversos Balcões.

### *Responsabilidade Social*

A Responsabilidade Social é um compromisso que deve envolver os colaboradores, clientes e comunidade. Neste sentido, procurou-se desenvolver iniciativas próprias ou em associação, abrangendo diversas áreas de actuação, desde a solidariedade à educação, passando pelo desporto e pela cultura.

Nos domínios social, cultural e científico, celebraram-se protocolos e concederam-se apoios a algumas entidades para a realização de eventos, dos quais se destacam a Agência Nacional para a Cultura Científica e Tecnológica, o Programa Leadership Grand Conference e o 8.º Encontro Luso Galaico, em Esposende. No domínio desportivo, de referir o patrocínio e os donativos concedidos a algumas instituições, nomeadamente a Federação Portuguesa de Basquetebol.

De salientar, também, a participação do Finibanco, com duas equipas, na competição internacional de estratégia e gestão, Global Management Challenge 2010, uma constituída na sua totalidade por quadros internos do Banco e outra por alunos pertencentes à EGP-UPBS, equipas que tiveram um desempenho meritório.

De referir ainda as iniciativas desenvolvidas tendentes a apoiar a inserção dos jovens na vida activa laboral, mantendo a aposta em programas de estágio dirigidos a estudantes de diferentes graus de ensino, tendo em vista a conclusão dos seus estudos.

### Colaboradores

O quadro de pessoal do Finibanco apresentava em 31 de Dezembro de 2010, um total de 1.304 colaboradores, mais 11 do que no ano anterior, variação que é justificada pela dinamização e criação de novas áreas de negócio.

#### Quadro de Pessoal

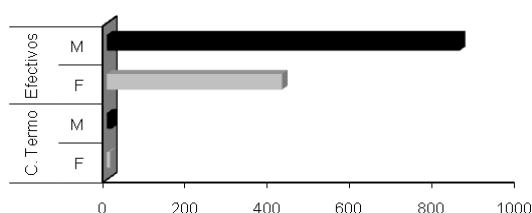
	Colaboradores em Dez. 2009			Colaboradores em Dez.2010			Variação
	Efectivos	Contratados	Total	Efectivos	Contratados	Total	
Finibanco	1.267	26	1.293	1.284	20	1.304	11

A distribuição do seu efectivo por género, revela que 67% são do sexo masculino e 33% do sexo feminino. Em termos de situação contratual, o quadro de pessoal detinha 20 colaboradores na situação de contratados a termo e 1.284 no quadro permanente.

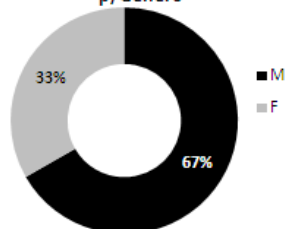
#### Recursos Humanos por Género e Situação Contratual

Distribuição Colaboradores p/ Género e Situação Contratual				
	C. Termo	Efectivos	Total	%
M	12	858	870	67
F	8	426	434	33
	20	1.284	1.304	100

Distribuição dos Colaboradores por Situação Contratual



Distribuição Colaboradores p/Género

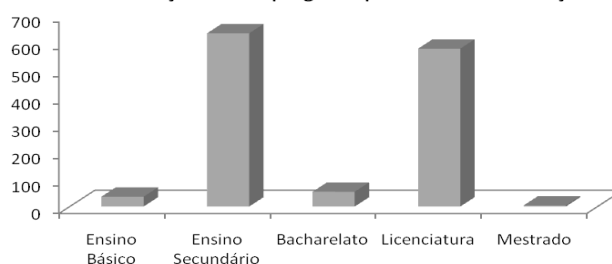


No que respeita a habilitações literárias, o quadro apresentava no final do exercício 48,70% do seu efectivo com formação superior, dos quais 44,02% com o grau de licenciatura.

### Recursos Humanos por Habilitações Literárias

Habilitações	Total	%
<b>Ensino Básico</b>	<b>36</b>	<b>2,76</b>
<b>Ensino Secundário</b>	<b>633</b>	<b>48,54</b>
<b>Ensino Superior</b>		<b>48,70</b>
Bacharelato	54	4,14
Licenciatura	574	44,02
Mestrado	6	0,46
Doutoramento	1	0,08
<b>Total</b>	<b>1.304</b>	<b>100</b>

Distribuição dos Empregados por Nível de Habilitações

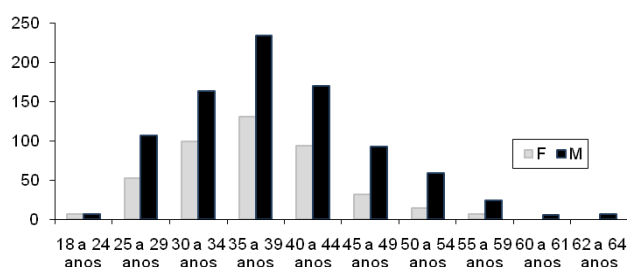


Em matéria de estrutura etária, cerca de 68,25% do efectivo do Finibanco, SA situa-se entre os 30 e 44 anos, como se pode verificar pelo quadro seguinte:

### Recursos Humanos por Estrutura Etária

Estrutura Etária dos Empregados	Estrutura Etária dos Empregados			
	F	M	Total	%
18 a 24 anos	7	7	14	1,07
25 a 29 anos	52	107	159	12,19
30 a 34 anos	99	163	262	20,09
35 a 39 anos	130	234	364	27,91
40 a 44 anos	94	170	264	20,25
45 a 49 anos	32	92	124	9,51
50 a 54 anos	14	59	73	5,60
55 a 59 anos	6	24	30	2,30
60 a 61 anos	0	5	5	0,38
62 a 64 anos	0	6	6	0,46
>65 anos	0	3	3	0,23
<b>Total</b>	<b>434</b>	<b>870</b>	<b>1.304</b>	<b>100</b>

Estrutura Etária dos Colaboradores



O ano de 2010 fica ainda marcado pela transferência da gestão das contas dos colaboradores do âmbito da Direcção de Recursos Humanos para a rede comercial, com o objectivo de proporcionar um acompanhamento mais próximo e mais eficiente das suas necessidades.

Na vertente da comunicação, e na linha de acção seguida em anos anteriores, manteve-se a aposta na comunicação interna como meio fundamental de apoio aos colaboradores, destacando-se a Intranet, através do Portal do Colaborador, como instrumento de relevo na divulgação e actualização da informação relevante para o desempenho das suas funções, facto que se traduziu numa maior interacção entre a Instituição e os colaboradores.

## 2.9 Análise Económica e Financeira

### 2.9.1 Balanço

O Activo líquido total do Finibanco, SA ascendia a 3.334 milhões de euros, registando um acréscimo de 9,3% (+283 milhões de euros) face a 31 de Dezembro de 2009.

Este aumento do Activo líquido total reflecte, sobretudo, o crescimento de 37,6% das Aplicações em instituições de crédito (+129,2 milhões de euros) e a aquisição de obrigações de dívida soberana emitida por países europeus. Estas aquisições (registadas em Activos financeiros detidos para venda), no montante de 96,7 milhões de euros, foram efectuadas com vista a contribuir para a melhoria da margem financeira e constituem um reforço do montante elegível para efeito de refinanciamento junto do Banco Central Europeu.

Em 31 de Dezembro de 2010, a dívida Soberana representava 84,6% do total da rubrica Activos financeiros detidos para venda.

A carteira de títulos detidos para negociação decresceu 48% (-3,5 milhões de euros), situando-se em 3,8 milhões de euros.

Em termos líquidos os Activos tangíveis registaram um decréscimo de 5,2 milhões de euros face ao exercício anterior (-13,7%), enquanto o Activo intangível registou um acréscimo de 49,7%, em resultado dos investimentos realizados em aplicações informáticas.

Num contexto de grave conjuntura económica, a actividade creditícia, líquida de provisões, registou um crescimento de 4,4% (+100,0 milhões de euros).

A carteira de Crédito bruta cresceu 7,3% (+169,3 milhões de euros), nela se destacando o Crédito à habitação, com um acréscimo de 5,2% (+15 milhões de euros), e o Crédito concedido a empresas, com um aumento de 11,0% (+179,1 milhões de euros). O Crédito a particulares para outros fins registou uma redução de 6,2% (-24,8 milhões de euros).

	Mil €		
<b>Crédito a clientes</b>	<b>31-12-2010</b>	<b>31-12-2009</b>	<b>Δ% Dez10/Dez09</b>
<b>1. Particulares</b>	<b>675.770</b>	<b>685.647</b>	<b>(1,4)</b>
...Habitação	302.039	287.081	5,2
...Outros créditos	373.730	398.566	(6,2)
<b>2. Empresas</b>	<b>1.814.722</b>	<b>1.635.589</b>	<b>11,0</b>
<b>Total</b>	<b>2.490.491</b>	<b>2.321.236</b>	<b>7,3</b>

Ainda em consequência da grave conjuntura económica, o crédito vencido registou um acentuado crescimento de 66,9% (+46 milhões de euros), justificado em parte pela reversão em 2010 de uma carteira vencida de 21,2 milhões de euros, que tinha sido vendida em 2009. Esta venda tinha sido efectuada a entidade não relacionada especializada na gestão de "Non performing loans" e temporariamente financiada pelo Finibanco enquanto se aguardava pelo resultado de acções conducentes ao seu financiamento por outra entidade externa. Contudo, as extremas dificuldades ocorridas ao nível de liquidez no decurso do presente exercício, inviabilizaram a obtenção do referido financiamento, situação em tudo contrária as expectativas existentes. Neste contexto, foi revertida a venda efectuada, pelo justo valor dos créditos no momento desta transacção, sendo intenção da Administração proceder a nova operação de venda num futuro próximo

As Garantias prestadas e as linhas de crédito irrevogáveis registaram crescimentos homólogos significativos, de 17,7% (+15,2 milhões de euros) e de 28,9% (+35,9 milhões de euros), respectivamente.



O rácio de crédito vencido há mais de 90 dias, deduzido de créditos totalmente provisionados, passou a representar 2,0% do crédito total (era 2,1% em Dezembro de 2009). O grau de cobertura por provisões foi reforçado, passando para 170,6% (era de 114,4% em Dezembro de 2009), em consequência do reforço de provisionamento.

Os Recursos de Bancos Centrais aumentaram 119,6 milhões de euros (+62,8%), situando-se em 310,1 milhões no final do exercício. Esta fonte de financiamento representava 9,3% do total do activo e era de 6,2% em igual momento do exercício anterior.

Os recursos de Instituições de Crédito tiveram um aumento de 38,4 milhões de euros, traduzindo-se num crescimento de 47,8%.

Em Junho de 2010 iniciou-se a fase de amortização da operação de titularização Aqua SME, registando-se uma diminuição de 109 milhões de euros face ao final de 2009.

O total dos Recursos de clientes, incluindo a Desintermediação, registou um acréscimo de 7,2% (+201,8 milhões de euros) face ao período homólogo, tendo os Recursos com registo fora do balanço diminuído 9,2%.

	<b>Mil €</b>		
<b>Recursos totais de clientes</b>	<b>31-12-2010</b>	<b>31-12-2009</b>	<b>Δ% Dez10/Dez09</b>
...Depósitos	2.373.702	2.123.400	11,8
...Obrigações colocadas em clientes	163.682	164.682	(0,6)
Recursos de clientes no balanço (1)	2.537.384	2.288.081	10,9
Desintermediação (2)	468.449	515.977	(9,2)
<b>Total</b>	<b>3.005.833</b>	<b>2.804.058</b>	<b>7,2</b>

(1) Não considerando juros e outros ajustamentos.

(2) Inclui fundos de investimento, PPA e gestão de carteiras corrigidos de duplicações de registos (depósitos de fundos de investimento, UP's em carteira e outros).

Os Recursos de clientes com registo no balanço apresentam um incremento de 249,3 milhões de euros face a igual período do ano anterior (+10,9%).

Os Depósitos registaram um crescimento de 11,8% (+250,3 milhões de euros), em consequência do esforço efectuado no sentido de reforçar as fontes de financiamento internas.

O Finibanco continua a deter como principal fonte de financiamento da sua actividade os recursos de clientes, que representam 76,3% do total do activo, apresentando um bom rácio de transformação em crédito de 98,2% (era 101,4% em 2009).

Os Capitais próprios, não incluindo os resultados de 2010, aumentaram 17,8 milhões de euros, essencialmente em consequência do aumento de capital de 20 milhões de euros realizado no mês de Junho, da emissão de Valores Mobiliários Perpétuos Subordinados no montante de 15 milhões de euros, realizada em Fevereiro, da diminuição (7,2 milhões de euros), das Reservas de reavaliação ao justo valor em títulos de dívida e da incorporação do resultado negativo de 2009 (-9,7 milhões de euros).

Como já referido, por força do aumento efectuado em Junho de 2010, o capital social passou de 160 milhões de euros para 180 milhões de euros.

## 2.9.2 Conta de Resultados

### Produto Bancário

O Produto bancário teve uma diminuição de 16,2 milhões de euros (-14,5%), em consequência da redução dos Resultados em operações financeiras e dos Outros proveitos líquidos, em 12,6 milhões de euros e 5,6 milhões de euros, respectivamente.

Demonstração de Resultados	31-12-2010	31-12-2009	Mil €	
			Δ	
			Valor	%
Margem financeira	72.801	70.734	2.068	2,9
Outros resultados correntes	22.329	40.560	(18.231)	(44,9)
Comissões líquidas e Outros proveitos líquidos	17.982	23.627	(5.645)	(23,9)
Resultados em operações financeiras	4.347	16.933	(12.586)	(74,3)
<b>Produto bancário</b>	<b>95.130</b>	<b>111.294</b>	<b>(16.164)</b>	<b>(14,5)</b>
Provisões e Imparidades líquidas	55.871	28.891	26.980	93,4
Crédito	55.397	28.294	27.103	95,8
Títulos	(409)	311	(719)	-
Outros	882	287	596	207,8
Encargos de estrutura	99.652	94.862	4.790	5,0
Gastos administrativos	91.339	86.251	5.089	5,9
Amortizações	8.313	8.612	(298)	(3,5)
<b>Resultado, antes de impostos</b>	<b>(60.393)</b>	<b>(12.459)</b>	<b>(47.933)</b>	<b>-</b>
Impostos sobre os lucros	(4.561)	(2.753)	(1.808)	-
<b>Resultado do período</b>	<b>(55.832)</b>	<b>(9.707)</b>	<b>(46.125)</b>	<b>-</b>

A Margem financeira registou um crescimento de 2,9% (+2,1 milhões de euros).

Margem Financeira	31-12-2010	31-12-2009	Mil €	
			D	
			Valor	%
Margem financeira	72.801	70.734	2.068	2,9
Intermediação financeira	62.989	60.564	2.425	4,0
Custo amortizado	9.749	8.326	1.424	17,1
Rendimento de instrumentos de capital	63	1.844	(1.781)	(96,6)

As comissões associadas ao custo amortizado cresceram 17,1% (+1,4 milhões de euros), em resultado do aumento das comissões de renovação das contas correntes (1,1 milhões de euros) e das comissões de gestão (0,5 milhões de euros). As comissões associadas à cobrança de efeitos registaram uma redução de 0,5 milhões de euros.

A Margem financeira da intermediação teve um aumento de 2,4 milhões de euros (+4,0%), justificado essencialmente pelo incremento do volume de negócio. A margem da intermediação financeira continuou a ser afectada pela crise financeira, não obstante o ajustamento dos *spreads* das operações creditícias às novas condições de risco, efectuado ao longo do ano, e a substituição dos depósitos de elevado montante com taxas elevadas, por outros com taxas mais reduzidas.

Os dividendos recebidos foram inferiores aos do período homólogo em 1,8 milhões de euros, penalizando a Margem financeira.

Os Resultados em operações financeiras situaram-se em 4,3 milhões de euros, traduzindo-se numa diminuição de 12,6 milhões de euros face a 2009, dado o bom desempenho registado na carteira de títulos de negociação verificado no ano anterior (17,8 milhões de euros).

Os resultados cambial e de avaliação de *Swap's* cifraram-se em 47 mil euros, 927 mil euros superiores aos obtidos no exercício anterior.

As Comissões e os Outros proveitos líquidos decresceram 23,9% face ao período homólogo (-5,6 milhões de euros), em resultado do impacto negativo de 7,5 milhões de euros produzido pela reversão em 2010 da operação de venda de créditos. Não considerando o impacto desta operação, as Comissões e os Outros proveitos líquidos teriam registado um acréscimo de 1,9 milhões de euros (+11,5%).

As componentes afectas à actividade de retalho que tiveram maiores crescimentos foram as relacionadas com Comissões de imobilização de conta corrente caucionada e com Comissões de levantamentos em ATM's. Contudo, a actividade de retalho também registou um decréscimo em algumas componentes, destacando-se as associadas a garantias e avales e às operações com o estrangeiro, em consequência do retrocesso verificado na actividade económica.

As comissões afectas à actividade de investimento registaram acréscimos de 10,9% na componente de corretagem e de 17,3% nos fundos de investimento.

A rubrica de comissões incorpora os custos das transacções em bolsa relativas à carteira própria, em cerca de 1,4 milhões de euros.

As Provisões e imparidades líquidas foram reforçadas em 55,9 milhões de euros, correspondendo-lhe um acréscimo de 27 milhões de euros (+93,4%) face ao ano anterior. As provisões para crédito foram reforçadas em 27,1 milhões de euros (+95,8%), como consequência do aumento do crédito vencido, de 46 milhões de euros, por força das dificuldades dos clientes em cumprir os compromissos assumidos para a regularização das suas responsabilidades.

As recuperações de créditos abatidos, que ascenderam a 1,2 milhões de euros, registaram um aumento de 420 mil euros (+55,2%) face ao exercício anterior.

Em 2010, foram anuladas provisões para títulos no montante de 0,4 milhões de euros.

Os Encargos de estrutura aumentaram 4,8 milhões de euros (+5,0%), para o que contribuiu o acréscimo de 3,1 milhões de euros (+5,7%) nos custos com o pessoal e de 2 milhões de euros nos gastos administrativos (6,2%).

A rede de Balcões é constituída por 174 unidades, tendo sido aberto apenas um Balcão no exercício em análise.

O número de colaboradores no final do exercício era de 1.304 e teve um aumento de 11 elementos (+0,9%) relativamente a igual período do ano anterior.

Os Gastos Administrativos registaram um crescimento de 6,2%, correspondente a 2 milhões de euros. As rubricas que mais contribuíram para este crescimento foram as de aluguer de equipamentos e de serviços especializados de informática e consultadoria.

As Amortizações tiveram uma diminuição de 3,5% (-0,3 milhões de euros), em comparação com o período homólogo.

O *Cost to income* passou de 85,2% para 104,8%, justificado essencialmente pelo comportamento negativo do produto bancário.

O Resultado antes de impostos, negativo de 60,4 milhões de euros, é consequência da redução do Produto bancário, em 16,2 milhões de euros, associado ao aumento dos custos globais, de 31,8 milhões de euros, dos quais 27 milhões de euros relativos a provisões e imparidades.

O Resultado Líquido de Impostos foi negativo em 55,8 milhões de euros.

Há contudo a destacar o bom desempenho da margem financeira, em consequência do aumento do volume de negócio e dos ajustamentos efectuados nas taxas de juro das operações de crédito e de depósitos.

<b>INDICADORES DE REFERÊNCIA DO BANCO DE PORTUGAL</b>	<b>31-12-2010</b>	<b>31-12-2009</b>
<b>1. Solvabilidade</b>		
Rácio de adequação de fundos próprios		
Finibanco, SA	8,6%	11,7%
Rácio de adequação de fundos próprios de base		
Finibanco, SA	6,2%	8,2%
<b>2. Qualidade do Crédito</b>		
Crédito com incumprimento <sup>(a)</sup> / Crédito total	5,0%	3,0%
Crédito com incumprimento, líquido <sup>(b)</sup> / Crédito total, líquido <sup>(b)</sup>	0,3%	1,1%
<b>3. Rentabilidade</b>		
Resultados antes de impostos / Activo líquido médio	(1,9%)	(0,4%)
Produto bancário <sup>(c)</sup> / Activo líquido médio	3,0%	3,8%
Resultados antes de impostos / Capitais próprios líquido médio	(37,0%)	(8,1%)
<b>4. Eficiência</b>		
Custos de funcionamento <sup>(c)</sup> + amortizações / Produto bancário <sup>(c)</sup>	104,8%	85,2%
Custos com o pessoal + amortizações / Produto bancário <sup>(c)</sup>	60,2%	48,7%

(a) De acordo com a definição constante da Carta Circular nº 99/2003 do Banco de Portugal

(b) Crédito líquido de provisões para crédito vencido e para crédito de cobrança duvidosa

(c) De acordo com a definição constante da Instrução nº 16/2004 do Banco de Portugal (deduzidas as Recuperações de crédito e juros abatidos ao activo)

### 3 Perspectivas Futuras

O ano de 2011 será caracterizado pela consolidação do plano de integração do Finibanco no Montepio Geral. As empresas Finisegur, SA, Lestinvest, SA e Finimóveis, SA passaram em 30 de Março de 2011 a ser detidas pelo Montepio Geral Associação Mutualista, bem como a participação de 50% no Finibanco Vida SA. O Finibanco-Holding passou em 31 de Março de 2011 a ser integralmente detido pela Caixa Económica Montepio Geral, e manteve as suas participações na Finicrédito, SA, Finibanco Angola, SA, Finivalor, SA e Finibanco, SA, garantindo que as respectivas actividades passem a estar consideradas no seu perímetro de consolidação de contas.

Dando cumprimento ao plano de integração da actividade bancária doméstica, toda a estrutura do Finibanco, SA foi, por escritura de trespasse de 4 de Abril de 2011, integrada na Caixa Económica Montepio Geral, constituindo uma organização e uma rede única, adoptando a marca "Montepio".

### 4 Declaração dos Membros do Conselho de Administração Efectuada em Cumprimento do Disposto na Alínea c) do N.º 1 do Artigo 245.º do Código dos Valores Mobiliários

O Conselho de Administração do Finibanco, SA declara que, tanto quanto é do seu conhecimento, o relatório de gestão e as contas anuais relativas ao exercício de 2010, expõem fielmente a evolução dos negócios, foram elaboradas em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis e dão uma imagem verdadeira e apropriada do Activo e do Passivo, da situação financeira e dos resultados do Finibanco, SA.

Mais declara ainda que o relatório de gestão expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição do Finibanco, SA, bem como a descrição dos principais riscos e incertezas com que se defronta.

António Tomás Correia

José de Almeida Serra

Rui Manuel da Silva Gomes do Amaral

Eduardo José da Silva Farinha

Álvaro Cordeiro Dâmaso

Joaquim Mendes Cardoso

José Carlos Sequeira Mateus

Pedro Jorge Gouveia Alves

## **5. Aplicação de Resultados**

No exercício de 2010 o Finibanco, SA registou um prejuízo no montante de 55.831.632,29 euros, propondo o Conselho de Administração que os mesmos sejam levados a Resultados Transitados.

## **6. Nota Final**

Terminado o exercício de 2010, o Conselho de Administração entende dever expressar o reconhecido agradecimento a todos quantos num contexto economicamente muito adverso deram o seu contributo para levar a bom termo a tarefa de que se ocupou na sua fase final e designadamente:

- À Autoridade Monetária e Financeira e à CMVM-Comissão de Mercado de Valores Mobiliários, pela compreensão e pelo diálogo que sempre souberam pôr nos contactos havidos;
- Aos Órgãos Sociais, Mesa da Assembleia Geral, Conselho Fiscal e o Revisor Oficial de Contas Ernst & Young Audit & Associados-SROC, SA, pela cooperação evidenciada;
- Aos Colaboradores do Finibanco, pelo empenhamento e dedicação que souberam colocar no desempenho das suas funções;
- Ao Conselho de Administração do Finibanco-Holding, SGPS S.A. pelo interesse demonstrado no acompanhamento da nossa actividade.

Porto, 27 de Abril de 2011  
O Conselho de Administração

António Tomás Correia

José de Almeida Serra

Rui Manuel da Silva Gomes do Amaral

Eduardo José da Silva Farinha

Álvaro Cordeiro Dâmaso

Joaquim Mendes Cardoso

José Carlos Sequeira Mateus

Pedro Jorge Gouveia Alves

**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**  
**em 31 de Dezembro de 2010**

**FINIBANCO S.A.**

**Balanço em base individual em 31 de Dezembro de 2010**

(Montantes expressos em milhares de Euros)

Activo	Notas / Quadros anexos	2010-12-31			2009-12-31	Passivo e Capital	Notas / Quadros anexos	2010-12-31	2009-12-31
		Valor antes de provisões, imparidade e amortizações	Provisões, imparidade e amortizações	Valor líquido					
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	3	119.947	0	119.947	116.995	Recursos de bancos centrais	16	310.140	190.536
Disponibilidades em outras instituições de crédito	4	30.316	0	30.316	37.864	Passivos financeiros detidos para negociação	17	12.357	19.089
Activos financeiros detidos para negociação	5	3.802	0	3.802	7.316	Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados	18	143.185	137.251
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados		9.628	0	9.628	10.354	Recursos de outras instituições de crédito	19	118.911	80.473
Activos financeiros disponíveis para venda	6	132.776	0	132.776	40.143	Recursos de clientes e outros empréstimos	20	2.390.155	2.136.305
Aplicações em instituições de crédito	7	473.107	0	473.107	343.938	Responsabilidades representadas por títulos		0	0
Crédito a clientes	8 e 22	2.497.551	118.056	2.379.495	2.279.476	Passivos financeiros associados a activos transferidos	21	141.124	250.089
Investimentos detidos até à maturidade		0	0	0	0	Derivados de cobertura		0	0
Activos com acordo de recompra		0	0	0	0	Passivos não correntes detidos para venda		0	0
Derivados de cobertura		0	0	0	0	Provisões	22	23.580	22.393
Activos não correntes detidos para venda	9	37.448	0	37.448	31.684	Passivos por impostos correntes		0	0
Propriedades de investimento	10	20.800	2.347	18.453	16.302	Passivos por impostos diferidos		0	0
Outros activos tangíveis	11	92.261	59.626	32.635	37.828	Instrumentos representativos de capital		0	0
Activos intangíveis	12	16.553	13.635	2.918	1.950	Outros passivos subordinados	23	11.031	11.059
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos		0	0	0	0	Outros passivos	24	39.831	31.471
Activos por impostos correntes	13	2	0	2	14	<b>Total de Passivo</b>		<b>3.190.314</b>	<b>2.878.666</b>
Activos por impostos diferidos	14	22.658	0	22.658	16.221	Capital	25	180.000	160.000
Outros activos	15 e 22	71.096	93	71.003	110.808	Prémios de emissão		0	0
						Outros instrumentos de capital	26	15.000	0
						Acções próprias		0	0
						Reservas de reavaliação		( 5.136)	( 130)
						Outras reservas e resultados transitados		9.842	22.064
						Resultado do exercício		( 55.832)	( 9.707)
						Dividendos antecipados		0	0
						<b>Total de Capital</b>		<b>143.874</b>	<b>172.227</b>
<b>Total de Activo</b>		<b>3.527.945</b>	<b>193.757</b>	<b>3.334.188</b>	3.050.893	<b>Total de Passivo + Capital</b>		<b>3.334.188</b>	3.050.893

As notas anexas fazem parte integrante do Balanço em 31 de Dezembro de 2010



## FINIBANCO S.A.

### Demonstração de Resultados em base individual em 31 de Dezembro de 2010

(Montantes expressos em milhares de Euros)

Rubricas	Notas Quadros Anexos	2010-01-01 a 2010-12-31	2009-01-01 a 2009-12-31	2010-10-01 a 2010-12-31	2009-10-01 a 2009-12-31
Juros e rendimentos similares		141.069	165.179	35.896	36.592
Juros e encargos similares		68.331	96.289	17.708	18.645
Rendimentos de instrumentos de capital		63	1.844	0	0
<b>Margem financeira</b>	28	<b>72.801</b>	<b>70.734</b>	<b>18.188</b>	<b>17.947</b>
Rendimentos de serviços e comissões	29	24.694	16.026	6.767	4.450
Encargos com serviços e comissões	29	5.134	2.593	1.095	807
Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados	30	3.101	14.882	2.128	1.138
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda	31	611	631	386	29
Resultados de reavaliação cambial	32	635	1.420	88	22
Resultados de alienação de outros activos	33	( 137)	( 1.456)	53	129
Outros resultados de exploração	34	( 1.441)	11.650	( 6.827)	2.328
<b>Produto bancário</b>		<b>95.130</b>	<b>111.294</b>	<b>19.688</b>	<b>25.236</b>
Custos com pessoal	35	57.276	54.179	14.928	14.000
Gastos gerais administrativos	36	34.063	32.072	9.397	9.280
Amortizações do exercício	10, 11 e 12	8.313	8.611	2.054	2.303
Provisões líquidas de reposições e anulações	22	2.261	778	772	1.391
Correcções de valor associadas ao crédito a clientes e valores a receber de outros devedores (líquidas de reposições, anulações e recuperações)	22	54.099	27.585	22.829	4.400
Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações	22	( 408)	311	( 408)	104
Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações	22	( 81)	217	( 5.962)	217
<b>Resultado antes de impostos</b>		<b>( 60.393)</b>	<b>( 12.459)</b>	<b>( 23.922)</b>	<b>( 6.459)</b>
Impostos		( 4.561)	( 2.752)	4.839	( 1.771)
Correntes	37	307	251	105	79
Diferidos	14	( 4.868)	( 3.003)	4.734	( 1.850)
<b>Resultado após impostos</b>		<b>( 55.832)</b>	<b>( 9.707)</b>	<b>( 28.761)</b>	<b>( 4.688)</b>
Resultados por acção básicos (em Euros)		( 0,33)	( 0,07)	( 0,16)	( 0,03)
Resultados por acção diluídos (em Euros)		( 0,33)	( 0,07)	( 0,16)	( 0,03)

As notas anexas fazem parte integrante da Demonstração de Resultados em 31 de Dezembro de 2010

A TÉCNICA OFICIAL DE CONTAS,

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO,

## FINIBANCO, S.A.

### Demonstração do Rendimento Integral em base Individual a 31 de Dezembro de 2010

(Montantes expressos em milhares de Euros)

Rubricas	Notas Quadros Anexos	2010-01-01 a 2010-12-31	2009-01-01 a 2009-12-31	2010-10-01 a 2010-12-31	2009-10-01 a 2009-12-31
<b>Resultado consolidado do período</b>		<b>( 55.832)</b>	<b>( 9.707)</b>	<b>( 28.761)</b>	<b>( 4.688)</b>
Activos disponíveis para venda		( 7.352)	2.597	( 2.095)	102
Ganhos e perdas liquidas no exercício		( 7.863)	2.939	( 2.095)	102
Reclassificação para resultados do exercício		511	( 342)	0	0
Imposto diferido		2.346	( 99)	2.306	73
Ganhos/Perdas liquidas em diferenças cambiais		0	0	0	0
<b>Total do rendimento integral do período líquido de impostos</b>		<b>( 60.838)</b>	<b>( 7.209)</b>	<b>( 28.550)</b>	<b>( 4.513)</b>
Atribuído a:					
Accionistas do Finibanco		( 60.838)	( 7.209)	( 28.550)	( 4.513)
Interesses minoritários		0	0	0	0
		<b>( 60.838)</b>	<b>( 7.209)</b>	<b>( 28.550)</b>	<b>( 4.513)</b>

A TÉCNICA OFICIAL DE CONTAS,

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO,

FINIBANCO S.A.  
DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO NOS CAPITAIS PRÓPRIOS

(Montantes expressos em milhares de Euros)

	Accionistas do Finibanco										Interesses Minoritários	Total
	Capital	Outros instrumentos de capital	Prémios de emissão	Acções próprias	Reservas de justo valor	Outras reservas de reavaliação	Outras reservas	Resultados transitados	Resultado líquido do exercício	Total		
<b>Saldos em 31.12.2009 (em NCA`s)</b>	160.000		0	0	(130)	1	31.014	(8.951)	(9.707)	172.227	0	172.227
Resultado do período	0		0	0	0	0	0	0	(55.832)	(55.832)	0	(55.832)
Outros rendimentos integrais												
Ganhos/ Perdas líquidas em valorizações ao justo valor	0		0	0	(7.352)	0	0	0	0	(7.352)	0	(7.352)
Imposto diferido	0		0	0	2.346	0	0	0	0	2.346	0	2.346
Ganhos / Perdas líquidas em diferenças cambiais	0		0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
<b>Total do rendimento integral</b>	0		0	0	(5.006)	0	0	0	(55.832)	(60.838)	0	(60.838)
<b>Transferência para reservas</b>	0		0	0	0	0		(9.707)	9.707	0	0	0
<b>Outras variações em capital próprio</b>	20.000	15.000	0	0	0	0	(525)	(1.991)	0	32.485	0	32.485
<b>Saldos em 31.12.2010 ( em NCA`s)</b>	180.000	15.000	0	0	(5.136)	1	30.489	(20.649)	(55.832)	143.874	0	143.874

A TÉCNICA OFICIAL DE CONTAS,

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO,

FINIBANCO, S.A.  
DEMONSTRAÇÕES DE FLUXOS DE CAIXA INDIVIDUAIS  
PARA O EXERCÍCIO DE 2010

(Montantes expressos em milhares de Euro)

	Notas	31.12.2010	31.12.2009
<b>ACTIVIDADES OPERACIONAIS:</b>			
Juros e comissões recebidos		164.702	186.667
Juros e comissões pagos		(68.833)	(103.201)
Impostos pagos		(1.864)	(1.469)
Recuperação de crédito e juros vencidos		1.182	762
Fluxo das operações financeiras		4.273	17.321
Pagamentos ao pessoal		(57.276)	(54.179)
Outros recebimentos operacionais/ outros pagamentos operacionais		(37.927)	(19.905)
Fluxo líquido proveniente dos proveitos e custos		<u>4.257</u>	<u>25.996</u>
Diminuições (Aumentos) dos activos operacionais			
Aplicações em instituições de crédito		(130.932)	(73.640)
Créditos a Clientes		(154.101)	10.336
Activos financeiros detidos para negociação		3.514	6.243
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados		726	(10.354)
Activos financeiros disponíveis para venda		(99.985)	1.170
Activos com acordo de recompra		0	0
Derivados de cobertura		0	0
Activos não correntes detidos para venda		(5.764)	3.220
Outros activos		36.487	(32.539)
Fluxo líquido dos activos operacionais		<u>(350.055)</u>	<u>(95.564)</u>
Aumentos (diminuições) dos passivos operacionais			
Recursos de bancos centrais		119.604	0
Recursos de outras instituições de crédito		38.504	109.329
Recursos de clientes e outros empréstimos		250.302	(74.039)
Passivos financeiros detidos para negociação		(6.732)	(8.333)
Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados		6.934	(879)
Passivos financeiros associados a activos transferidos		(108.965)	200
Derivados de cobertura		0	0
Passivos não correntes detidos para venda		0	0
Outros passivos		14.863	(3.883)
Fluxo líquido dos passivos operacionais		<u>314.510</u>	<u>22.395</u>
Fluxos das actividades operacionais (1)		<u><b>(31.288)</b></u>	<u><b>(47.173)</b></u>
<b>ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO:</b>			
Diminuições (aumentos) Investimentos em associadas e filiais excluídas da consolidação		0	0
Diminuições (aumentos) Investimentos detidos até à maturidade		0	0
Diminuições (aumentos) Propriedades de investimento		(2.397)	94
Diminuições (aumentos) Outros activos tangíveis		(1.693)	(2.701)
Diminuições (aumentos) Activos Intangíveis		(2.068)	(782)
Aumentos (diminuições) Capital subscrito		20.000	40.000
Aumentos (diminuições) Outros instrumentos de capital		15.000	0
Fluxos das actividades de investimento (2)		<u><b>28.842</b></u>	<u><b>36.611</b></u>
<b>ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO:</b>			
Emissões de dívida titulada e subordinada		0	0
Amortizações de dívida titulada		(1.000)	0
Juros de Dívida Titulada		(1.150)	(4.588)
Dividendos		0	0
Venda (Aquisição) de acções próprias		0	0
Fluxos das actividades de financiamento (3)		<u><b>(2.150)</b></u>	<u><b>(4.588)</b></u>
Aumento de caixa e seus equivalentes (4) = (1) + (2) + (3)		(4.596)	(15.150)
Caixa e seus equivalentes no início do exercício	3 e 4	154.859	170.009
Caixa e seus equivalentes no fim do exercício	3 e 4	<u><b>150.263</b></u>	<u><b>154.859</b></u>

As notas anexas fazem parte integrante da demonstração de fluxos de caixa individual do exercício de 2010

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010

(Montantes expressos em milhares de Euro – m.Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

## ÍNDICE

1. Informação Geral
2. Bases de apresentação, comparabilidade e resumo das principais políticas contabilísticas

## BALANÇO: ACTIVO

3. Caixa e disponibilidades em bancos centrais
4. Disponibilidades em outras instituições de crédito
5. Activos financeiros detidos para negociação
6. Activos financeiros disponíveis para venda
7. Aplicações em instituições de crédito
8. Crédito a clientes
9. Activos não correntes detidos para venda
10. Propriedades de investimento
11. Outros activos tangíveis
12. Activos intangíveis
13. Activos por impostos correntes
14. Impostos diferidos
15. Outros activos

## BALANÇO: PASSIVO

16. Recursos de bancos centrais
17. Passivos financeiros detidos para negociação
18. Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados
19. Recursos de outras instituições de crédito
20. Recursos de clientes e outros empréstimos
21. Passivos financeiros associados a activos transferidos
22. Imparidade acumulada e provisões acumuladas
23. Outros passivos subordinados
24. Outros passivos

## BALANÇO: CAPITAL

25. Capital
26. Outros instrumentos de capital
27. Dividendos pagos e resultados por acção

## DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

28. Margem financeira
29. Rendimentos e encargos de e com serviços e comissões
30. Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados
31. Resultados de activos financeiros disponíveis para venda
32. Resultados de reavaliação cambial
33. Resultados de alienação de outros activos
34. Outros resultados de exploração
35. Custos com o pessoal
36. Gastos gerais administrativos
37. Impostos correntes

## INFORMAÇÕES ADICIONAIS

38. Rubricas extrapatrimoniais
39. Balanço em moeda estrangeira
40. Relato por segmento
41. Gestão do risco
42. Operações de titularização
43. Benefícios pós-emprego
44. Partes relacionadas
45. Justo valor de instrumentos financeiros
46. Eventos subsequentes
47. Informação a que alude o disposto na alínea d) do nº2 da Instrução do Banco de Portugal nº 18/2005
48. Novas normas e interpretações aplicáveis ao exercício de 2010.
49. Remuneração de auditores

ADOPTÃO DAS RECOMENDAÇÕES DO FINANCIAL STABILITY FORUM (FSF) E DO COMMITTEE OF EUROPEAN BANKING SUPERVISORS (CEBS) RELATIVAS À TRANSPARÊNCIA DA INFORMAÇÃO E À VALORIZAÇÃO DE ACTIVOS

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010

(Montantes expressos em milhares de Euro – m.Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

## 1. INFORMAÇÃO GERAL

O Finibanco, S.A. (Finibanco ou Banco) é uma sociedade anónima de capitais privados, com sede social no Porto, constituída por escritura pública outorgada em 28 de Junho de 2001 no Cartório Notarial de Vale de Cambra, actualmente com o capital social de m.Euros 180.000 representada por 180.000.000 acções nominativas, tituladas, e cujo objecto social é a “realização de todas as operações permitidas aos bancos”.

Em 29 de Novembro de 2010, realizou-se em sessão especial de Bolsa a Oferta Pública de Aquisição pelo Montepio Geral Associação Mutualista, através da qual adquiriu 99,63% do capital social do Finibanco Holding. Em meados de Dezembro de 2010, concretizou-se o mecanismo de aquisição potestativa do capital remanescente e, consequentemente, as acções objecto de oferta foram excluídas da negociação em mercado regulamentado com perda da qualidade de sociedade aberta.

O Finibanco integra o denominado Grupo Finibanco que é composto por um grupo de empresas multiespecializadas que oferecem um extenso leque de produtos e serviços financeiros para empresas e investidores, institucionais e particulares.

Para a realização das suas operações, o Banco conta com uma rede nacional de 174 balcões e uma Sucursal nas Ilhas Cayman.

O Banco obtém os seus principais recursos através dos mercados monetários interbancários e depósitos, os quais aplica, juntamente com os seus capitais próprios e equiparados, principalmente na concessão de crédito a clientes, em aplicações em outras instituições financeiras e em títulos.

As demonstrações financeiras foram aprovadas para emissão pelo Conselho de Administração em 27 de Abril de 2011 e serão submetidas à aprovação da Assembleia Geral de accionistas de 13 de Maio de 2011.

## 2. BASES DE APRESENTAÇÃO, COMPARIBILIDADE E PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

### 2.1 Bases de apresentação e comparabilidade

As demonstrações financeiras individuais da Sociedade foram preparadas pela primeira vez em 2006 de acordo com as Normas de Contabilidade ajustadas (NCA) conforme definidas no Aviso nº 1/2005 do Banco de Portugal.

As NCA baseiam-se nas Normas Internacionais de Relato Financeiro (IAS/IFRS), tal como adoptadas, em cada momento, por Regulamento da União Europeia, com excepção das seguintes áreas:

- Valorimetria e provisionamento do crédito concedido;
- Benefícios dos empregados, através do estabelecimento de um período de diferimento dos impactos de transição para IAS/IFRS;
- Eliminação da opção do justo valor para valorização de activos tangíveis.

Os impostos diferidos foram compensados por existir o direito legal para essa compensação e serem relacionados com impostos sobre o rendimento lançados pela mesma autoridade fiscal, ou sobre a mesma entidade tributável, situação esta já tida em conta nas demonstrações financeiras do ano anterior.

Na demonstração de resultados os valores relativos às recuperações de créditos abatidos estão relevados na rubrica de "Correcções de valor associadas ao crédito a clientes e valores a receber de outros devedores (líquidas de reposições, anulações e recuperações)".

As demonstrações financeiras foram preparadas na base do custo histórico, excepto para os Activos e passivos financeiros detidos para negociação, incluindo derivados, Activos e passivos ao justo valor através de resultados, Activos financeiros disponíveis para venda que foram mensurados ao justo valor.

O Banco não procedeu a alterações de políticas contabilísticas, pelo que em geral os valores apresentados são comparáveis, nos aspectos relevantes, com os do exercício anterior.

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010

(Montantes expressos em milhares de Euro – m.Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

O Banco adoptou as novas normas e interpretações, alterações ou revisões emitidas pelo IASB/IFRIC e endossadas pela União Europeia com entrada em vigor em 2010. Esta adopção não implicou efeitos na posição patrimonial e performance do Banco. Na nota 48 estão sumarizadas as normas e interpretações recentemente emitidas.

As principais políticas utilizadas pelo Finibanco estão descritas nos pontos seguintes.

## 2.2 Uso de estimativas e julgamentos

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto de continuidade das operações tendo em conta o contexto do plano de integração no Grupo Montepio conforme descrito na Nota 46.

Na preparação das demonstrações financeiras, a gestão do Banco tem que efectuar estimativas e assumir previsões que afectam os activos, passivos, réditos e custos, bem como os passivos e activos contingentes divulgados. Para a elaboração destas estimativas a gestão utilizou a informação disponível à data de preparação das demonstrações financeiras e julgamentos de valor. Consequentemente, os valores futuros efectivamente verificados podem diferir destas estimativas. As situações onde o uso de estimativas é mais significativo são as seguintes:

### *Justo valor dos instrumentos financeiros*

Quando os justos valores dos instrumentos financeiros não podem ser determinados através de cotações (*mark to market*) nos mercados activos, são determinados através da utilização de técnicas de valorização que incluem modelos matemáticos (*marked to model*). Os dados de input nesses modelos são, sempre que possível, dados observáveis de mercado, mas quando tal não é possível um grau de julgamento é requerido para estabelecer os justos valores, nomeadamente ao nível da liquidez, correlação e volatilidade.

### *Perdas por Imparidade em créditos a clientes*

O Banco segue o regime previsto no Aviso 3/95 do Banco de Portugal e subsequentes alterações, conforme descrito em 2.4 b) – Imparidade em instrumentos financeiros - Créditos a clientes. Metodologias alternativas e a utilização de outros pressupostos e estimativas poderiam resultar em níveis diferentes de perdas por imparidade reconhecidas com o consequente impacto nos resultados do Banco.

### *Imparidade em instrumentos de capital*

Os activos financeiros disponíveis para venda são considerados em imparidade quando se verifica um significativo ou prolongado declínio nos justos valores, abaixo dos preço de custo, ou quando existam outras evidências objectivas de imparidade. A determinação do nível de declínio em que se considera “significativo ou prolongado” requer julgamentos. Neste contexto o Grupo determinou que um declínio no justo valor de um instrumento de capital igual ou superior a 50% ou por mais de 1 ano é considerado significativo ou prolongado, respectivamente. Adicionalmente, são avaliados outros factores, tal como o comportamento da volatilidade nos preços dos activos. As perdas por imparidade em instrumentos de capital não podem ser revertidas.

### *Imparidade em instrumentos de dívida*

No caso dos instrumentos de dívida classificados como disponíveis para venda, a imparidade é elaborada com os mesmos critérios de um activo financeiro registado ao custo amortizado. Os juros deverão ser especializados à taxa efectiva original na parte reduzida do valor do activo e registada na rubrica de “juros e proveitos equiparados”. Se, num período subsequente, o justo valor de um instrumento de dívida classificado como disponível para venda aumentar e o aumento puder estar objectivamente relacionado com um acontecimento que ocorra após o reconhecimento da perda por imparidade nos resultados, a perda por imparidade deve ser revertida, sendo a quantia da reversão reconhecida nos resultados.

### *Activos por impostos diferidos*

São reconhecidos activos por impostos diferidos para prejuízos fiscais não utilizados, na medida em que seja provável que venham a existir no prazo futuro estabelecido por lei resultados fiscais positivos. Para o efeito são efectuados julgamentos para a determinação do montante de impostos diferidos activos que podem ser reconhecidos, baseados no nível de resultados fiscais futuros esperado.

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010

(Montantes expressos em milhares de Euro – m.Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

*Benefícios de reforma*

O nível de responsabilidades relativas a benefícios de reforma é determinado através de avaliação actuarial, na qual se utilizam pressupostos e assumções sobre taxas de desconto, taxa de retorno esperado dos activos do Fundo de Pensões, aumentos salariais e de pensões futuros e tábuas de mortalidade. Face à natureza de longo prazo dos planos de pensões, estas estimativas são sujeitas a incertezas significativas. Na Nota 42 são apresentados os pressupostos utilizados.

*Operações de titularização*

Como parte da sua actividade operacional o Banco realizou operações de titularização de crédito ao consumo, operações de aluguer de longa duração e crédito concedido a pequenas e médias empresas, através da alienação desses activos a entidades de finalidades especiais (veículos) constituídos para o efeito. Estas entidades, como forma de financiamento, emitiram instrumentos de dívida com diferentes níveis de subordinação e de remuneração. O interesse residual nos activos titularizados é usualmente retido pelo Banco através da detenção de títulos de natureza residual. Consequentemente, os veículos constituídos no âmbito de operações de titularização cujos títulos de natureza residual sejam detidos pelo Banco são incluídos nas contas consolidadas.

**2.3 Principais políticas contabilísticas**

As políticas contabilísticas mais significativas, utilizadas na preparação das demonstrações financeiras, foram as seguintes:

**1) Instrumentos financeiros****a) Reconhecimento e mensuração inicial de instrumentos financeiros**

As compras e vendas de activos financeiros que implicam a entrega de activos de acordo com os prazos estabelecidos por regulamento ou convenção no mercado, são reconhecidos na data da transacção, isto é, na data em que é assumido o compromisso de compra ou venda. Os instrumentos financeiros derivados são igualmente reconhecidos na data da transacção.

A classificação dos instrumentos financeiros na data de reconhecimento inicial depende das suas características e da intenção de aquisição. Todos os instrumentos financeiros são inicialmente mensurados ao justo valor acrescido dos custos directamente atribuíveis à compra ou emissão, excepto no caso dos activos e passivos ao justo valor através de resultados em que tais custos são reconhecidos directamente em resultados.

**b) Mensuração subsequente de instrumentos financeiros**Activos e passivos financeiros detidos para negociação

Os activos e passivos financeiros detidos para negociação são os adquiridos com o objectivo de venda no curto prazo e de realização de lucros a partir de flutuações no preço ou na margem do negociador, incluindo todos os instrumentos financeiros derivados que não sejam enquadrados como operações de cobertura.

Após reconhecimento inicial, os ganhos e perdas gerados pela mensuração subsequente do justo valor são reflectidos em resultados do exercício. Nos derivados os justos valores positivos são registados no activo e os justos valores negativos no passivo. Os juros e dividendos ou encargos são registados nas respectivas contas de resultados quando o direito ao seu pagamento é estabelecido.

Outros activos e passivos ao justo valor através de resultados

Estas rubricas incluem os activos e passivos financeiros classificados pelo Banco de forma irrevogável no seu reconhecimento inicial como ao justo valor através de resultados, de acordo com a opção prevista na IAS 39 (*fair value option*), desde que satisfeitas as condições previstas para o seu reconhecimento, nomeadamente:

- i) a designação elimina ou reduz significativamente inconsistências de mensuração de activos e passivos financeiros e reconhecimento dos respectivos ganhos ou perdas (*accounting mismatch*);



NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010

(Montantes expressos em milhares de Euro – m.Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

- ii) os activos e passivos financeiros são parte de um grupo de activos ou passivos ou ambos que é gerido e a sua performance avaliada numa base de justo valor, de acordo com uma estratégia de investimento e gestão de risco devidamente documentada; ou
- iii) o instrumento financeiro integra um ou mais derivados embutidos, excepto quando os derivados embutidos não modifiquem significativamente os fluxos de caixa inerentes ao contrato, ou seja claro, com reduzida ou nenhuma análise, que a separação dos derivados embutidos não possa ser efectuada.

Após reconhecimento inicial os ganhos e perdas gerados pela mensuração subsequente do justo valor dos activos e passivos financeiros são reflectidos em resultados do exercício na rubrica “Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados”.

Os passivos financeiros foram designados como passivos ao justo valor através de resultados por se tratarem de instrumentos de dívida (subordinada e não subordinada) com um ou mais derivados embutidos.

A valorização dos passivos financeiros ao justo valor através de resultados tem em conta o risco de crédito do emitente como sendo o *spread* de cada dívida emitida.

*Activos financeiros detidos até à maturidade*

Os activos financeiros detidos até à maturidade compreendem os investimentos financeiros com pagamentos fixos ou determináveis e maturidades fixas, sobre os quais existe a intenção e capacidade de os deter até à maturidade. Após o reconhecimento inicial são subsequentemente mensurados ao custo amortizado, usando o método da taxa de juro efectiva, deduzido de perdas por imparidade. O custo amortizado é calculado tendo em conta o prémio ou desconto na data de aquisição e outros encargos directamente imputáveis à compra como parte da taxa de juro efectiva. A amortização é reconhecida em resultados na rubrica de “Juros e rendimentos similares”. As perdas por imparidade são reconhecidas em resultados na rubrica “Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações”. À data de 31 de Dezembro de 2010 o Banco não tinha quaisquer activos registados nesta rubrica.

*Activos financeiros disponíveis para venda*

São classificados nesta rubrica instrumentos que podem ser alienados em resposta ou em antecipação a necessidades de liquidez ou alterações de taxas de juro, taxas de câmbio ou alterações do seu preço de mercado, e que não foram classificados em qualquer uma das outras categorias de activos financeiros. Incluem instrumentos de capital, investimentos em unidades de participação de fundos e outros instrumentos de dívida. Após o reconhecimento inicial são subsequentemente avaliados ao justo valor, sendo os respectivos ganhos e perdas reflectidos na rubrica “Reservas de Reavaliação” até à sua venda (ou ao reconhecimento de perdas por imparidade), momento no qual o valor acumulado é transferido para resultados do exercício para a rubrica “Resultados de activos financeiros disponíveis para venda”. Os juros são calculados de acordo com o método da taxa efectiva e reconhecidos em resultados na rubrica de “Juros e rendimentos similares”. Os dividendos são reconhecidos em resultados, quando o direito ao seu pagamento é estabelecido, na rubrica “Rendimentos de instrumentos de capital”. Nos instrumentos de dívida emitidos em moeda estrangeira, as diferenças cambiais apuradas são reconhecidas em resultados do exercício na rubrica “Resultados de reavaliação cambial”. As perdas por imparidade são reconhecidas em resultados na rubrica “Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações”.

*Aplicações em outras Instituições de Crédito e Crédito a clientes*

Estas rubricas incluem aplicações junto de instituições de crédito e crédito concedido a clientes do Banco.

São activos financeiros com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados num mercado activo, que não sejam activos adquiridos ou originados com intenção de alienação a curto prazo (detidos para negociação) ou classificados como activos financeiros ao justo valor através de resultados no seu reconhecimento inicial.

Após reconhecimento inicial, normalmente ao valor desembolsado acrescido de todos os custos directamente inerentes à transacção, incluindo comissões cobradas que não tenham a natureza de prestação de serviço, subsequentemente estes activos são mensurados ao custo amortizado, usando o método da taxa efectiva, deduzido das perdas por imparidade. O custo amortizado é calculado tendo em conta rendimentos ou encargos directamente imputáveis à originação do activo como parte da taxa de juro efectiva. A amortização é reconhecida em resultados na margem financeira. As perdas por imparidade são reconhecidas em resultados na rubrica “Imparidade do crédito líquida de reversões e recuperações”.

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010

(Montantes expressos em milhares de Euro – m.Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

*Recursos de outras instituições de crédito, Recursos de clientes e outros empréstimos, Responsabilidades representadas por títulos e Outros passivos subordinados*

Os restantes passivos financeiros, que incluem essencialmente recursos de instituições de crédito, depósitos de clientes e emissões de dívida não designadas como passivos financeiros ao justo valor através de resultados e cujos termos contratuais resultam na obrigação de entrega ao detentor de fundos ou activos financeiros, são reconhecidos pela contraprestação recebida líquida dos custos de transacção directamente associados, se existentes. A especialização de juros é reconhecida em resultados na rubrica “Juros e encargos similares”.

*Instrumentos de capital*

Um instrumento financeiro é classificado como instrumento de capital quando não existe obrigação contratual de a sua liquidação ser efectuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro activo financeiro a terceiros, independentemente da sua forma legal, evidenciando um interesse residual nos activos de uma entidade após a dedução de todos os seus passivos. Os rendimentos de instrumentos de capital são reconhecidos quando o direito ao seu recebimento é estabelecido e deduzidos ao capital próprio.

*Derivados*

Os instrumentos derivados utilizados pelo Banco na sua gestão de exposição a riscos financeiros e de mercado, são contabilizados de acordo com os critérios definidos na IAS 39 para cobertura de justo valor, caso cumpram os requisitos de elegibilidade previstos nesta norma, nomeadamente para o registo de coberturas da exposição à variação do justo valor de elementos cobertos. Caso contrário, os derivados são considerados pelo seu justo valor como activos ou passivos financeiros de negociação, consoante tenham, respectivamente, justo valor positivo ou negativo.

O recurso a derivados pelo Banco para cobertura de exposições a riscos financeiros e de mercado ocorre, principalmente, nas seguintes situações:

- Cobertura de passivos com indexação a activos de referência  
O Banco emite passivos financeiros cuja remuneração e pagamento de principal estão ligados à performance de um activo de referência (acções, crédito e taxa de juro, etc.) e faz a cobertura contratando derivados OTC para transformar estes passivos em operações indexadas à Euribor;
- Cobertura do risco de operações de derivados com clientes  
O Banco contrata derivados OTC (essencialmente forwards) com clientes cujo risco é coberto com operações de back-to-back com contrapartes no mercado;
- Operações de swap de taxa de juro relacionadas com as operações de titularização de créditos efectuadas pelo Banco.

Contudo, nas demonstrações financeiras não se encontram consideradas quaisquer operações de cobertura, dado que todos os instrumentos derivados existentes ou foram classificados como de negociação por não cumprirem os requisitos de contabilidade de cobertura da IAS 39, ou estão associados a passivos designados ao justo valor através de resultados. Consequentemente todos os derivados encontram-se registados em activos e passivos de negociação.

*Determinação do justo valor*

Para efeitos de mensuração subsequente, o justo valor utilizado na mensuração de activos e passivos financeiros foi determinado da seguinte forma:

- No caso de instrumentos transaccionados em mercados activos, o justo valor é determinado com base na cotação de fecho, no preço da última transacção efectuada ou no valor da última oferta (“bid”) conhecida;
- No caso de activos não transaccionados em mercados activos, o justo valor é determinado com recurso a técnicas de valorização, que incluem preços de transacções recentes de instrumentos equiparáveis e outros métodos de valorização normalmente utilizados pelo mercado (“discounted cash flow”, modelos de valorização de opções, etc.).

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010

(Montantes expressos em milhares de Euro – m.Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

Os activos de rendimento variável para os quais não seja possível a obtenção de valorizações fiáveis, são mantidos ao custo de aquisição, deduzido de eventuais perdas por imparidade.

*Imparidade em instrumentos financeiros*

O Banco avalia em cada data de apresentação de contas se existe alguma evidência objectiva que um activo ou grupo de activos financeiros se encontra em imparidade. Um activo financeiro ou grupo de activos financeiros encontra-se em imparidade, se e só se, existir evidência de que a ocorrência de um evento (ou eventos) após a data de reconhecimento inicial, tiver um impacto mensurável na estimativa dos fluxos de caixa futuros desse activo ou grupo de activos.

A evidência de imparidade de um activo ou grupo de activos definida pelo Banco traduz-se na observação de eventos de perda, dos quais se destacam:

- Situações de incumprimento do contrato, nomeadamente atraso no pagamento do capital e/ou juros;
- Dificuldades financeiras significativas do devedor;
- Alteração significativa da situação patrimonial do devedor, sendo provável que o devedor entre em processo de reestruturação financeira, ou venha a ser considerado falido ou insolvente; ou
- Ocorrência de alterações adversas das condições e/ou capacidade de pagamento ou das condições económicas nacionais ou do sector económico relevante, com correlação ao incumprimento de determinado activo.

***Créditos a clientes***

De acordo com o definido nos n.ºs 2 do Aviso 1/2005 do Banco de Portugal, a valorimetria e provisionamento do crédito concedido mantém o regime definido pelo Banco de Portugal no Aviso 3/95, com as subsequentes alterações, como segue:

*Provisão específica para crédito e juros vencidos*

As provisões específicas para crédito e juros vencidos destinando-se a cobrir o risco específico de não cobrança de créditos concedidos que apresentem prestações vencidas e não pagas de capital ou juros, sendo apresentada como dedução ao crédito concedido. A avaliação desta provisão é efectuada tomando em consideração o tipo de crédito e a existência de garantias, sendo o seu montante crescente em função do tempo decorrido desde a data de entrada em incumprimento. A provisão específica assim calculada assegura o cumprimento dos requisitos estabelecidos pelo Banco de Portugal através dos Avisos 3/95.

*Provisão específica para créditos de cobrança duvidosa*

Destina-se à cobertura dos riscos de não cobrança do capital vincendo relativo a créditos concedidos que apresentem prestações vencidas e não pagas de capital ou juros. Nos termos do Aviso 3/95 do Banco de Portugal, consideram-se créditos de cobrança duvidosa os seguintes:

- As prestações vincendas de uma mesma operação de crédito em que se verifique, relativamente às prestações em mora de capital e juros, pelo menos uma das seguintes condições:
  - i) excederem 25% do capital em dívida, acrescido de juros vencidos;
  - ii) estarem em incumprimento há mais de:
    - seis meses nas operações com prazo inferior a cinco anos;
    - doze meses nas operações com prazo igual ou superior a cinco anos mas inferior a dez anos;
    - vinte e quatro meses nas operações com prazo igual ou superior a dez anos.

Os créditos nestas condições são considerados vencidos apenas para efeitos da constituição de provisões, sendo provisionados de acordo com a percentagem das provisões constituídas para o crédito vencido.

Os créditos vincendo sobre um mesmo cliente se o crédito e juros vencidos de todas as operações relativamente a esse cliente, acrescidos do crédito vincendo abrangido pelo parágrafo anterior, excederem 25% do crédito total acrescido dos juros vencidos. Os créditos nestas condições são provisionados com base em metade das taxas de provisão aplicáveis aos créditos vencidos.

*Provisão para riscos gerais de crédito*

Esta provisão destina-se a cobrir riscos potenciais de não cobrança existentes na carteira de crédito concedido, incluindo o crédito por assinatura, mas que não foram identificados como de risco específico,

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010

(Montantes expressos em milhares de Euro – m.Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

encontrando-se registada no Passivo. A provisão para riscos gerais de crédito é constituída de acordo com o disposto no Aviso 3/95. Assim, esta provisão é calculada por aplicação das seguintes percentagens genéricas à totalidade do crédito e garantias e avales prestados, excluindo as responsabilidades incluídas na base de cálculo das provisões para crédito e juros vencidos e créditos de cobrança duvidosa:

- 1,5% no que se refere ao crédito ao consumo e às operações de crédito a particulares cuja finalidade não possa ser determinada;
- 0,5% relativamente ao crédito garantido por hipoteca sobre imóvel ou operações de locação financeira imobiliária, em ambos os casos quando o imóvel se destine a habitação do mutuário; e
- 1% no que se refere ao restante crédito concedido.

*Provisão para risco país*

A provisão para risco país é constituída de acordo com o disposto no Aviso 3/95 do Banco de Portugal, sendo calculada segundo as directrizes da Instrução nº 94/96 e subsequentes alterações.

*Anulação contabilística de créditos ("write-offs")*

Em conformidade com a Carta Circular nº 15/2009 do Banco de Portugal, a anulação contabilística dos créditos é efectuada quando não existem perspectivas realistas de recuperação dos créditos, numa perspectiva económica, e para créditos com garantia, quando os fundos provenientes das garantias já foram recebidos, pela utilização de perdas de imparidade quando estas correspondem a 100% do valor dos créditos considerados como não recuperáveis.

***Activos disponíveis para venda***

Os activos financeiros disponíveis para venda são considerados em imparidade quando se verifica um significativo ou prolongado declínio no justo valor dos activos, abaixo dos preço de custo, ou quando existam outras evidências objectivas de imparidade. Neste contexto o Banco determinou que um declínio no justo valor de um instrumento de capital igual ou superior a 50% ou por mais de 1 ano é considerado significativo ou prolongado, respectivamente. Adicionalmente, são avaliados outros factores, tal como o comportamento da volatilidade nos preços dos activos.

No caso dos instrumentos de dívida classificados como disponíveis para venda, a imparidade é abordada com os mesmos critérios de um activo financeiro registado ao custo amortizado.

**c) *Desreconhecimento de activos e passivos financeiros***

*Activos financeiros*

Um activo financeiro (ou quando aplicável uma parte de um activo financeiro ou parte de um grupo de activos financeiros) é desreconhecido quando:

- i) os direitos de recebimento dos fluxos de caixa do activo expirem;
- ii) os direitos de recebimento dos fluxos de caixa tenham sido transferidos, ou foi assumida a obrigação de pagar na totalidade os fluxos de caixa a receber, sem demora significativa, a terceiros no âmbito de um acordo "pass-through"; e
- iii) Os riscos e benefícios do activo foram substancialmente transferidos, ou os riscos e benefícios não foram transferidos nem retidos, mas foi transferido o controlo sobre o activo.

Quando os direitos de recebimento dos fluxos de caixa tenham sido transferidos ou tenha sido celebrado um acordo de "pass-through" e não tenham sido transferidos nem retidos substancialmente todos os riscos e benefícios do activo, nem transferido o controlo sobre o mesmo, o activo financeiro é reconhecido na extensão do envolvimento continuado, o qual é mensurado ao menor entre o valor original do activo e o máximo valor de pagamento que ao Banco pode ser exigido.

Quando o envolvimento continuado toma a forma de opção de compra sobre o activo transferido, a extensão do envolvimento continuado é o montante do activo que pode ser recomprado, excepto no caso de opção de venda mensurável ao justo valor, em que o valor do envolvimento continuado é limitado ao mais baixo entre o justo valor do activo e o preço de exercício da opção.

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010

(Montantes expressos em milhares de Euro – m.Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

Passivos financeiros

Um passivo financeiro é desreconhecido quando a obrigação subjacente expira ou é cancelada. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro com a mesma contraparte em termos substancialmente diferentes dos inicialmente estabelecidos, ou os termos iniciais são substancialmente alterados, esta substituição ou alteração é tratada como um desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo e qualquer diferença entre os respectivos valores é reconhecida em resultados do exercício.

**d) Reclassificação de activos e passivos financeiros**

Um activo financeiro que não seja detido para efeitos de venda ou recompra a curto prazo, não obstante poder ter sido adquirido ou incorrido para efeitos de venda ou recompra a curto prazo, pode ser retirado da categoria de justo valor através dos lucros e prejuízos. Este tem de ser reclassificado ao justo valor na data de reclassificação. Os ganhos e as perdas já reconhecidos nos lucros ou prejuízos não deverão ser revertidos. O justo valor do activo financeiro à data de reclassificação tornar-se-á o seu novo custo ou custo amortizado, conforme aplicável.

**2) Transacções em moeda estrangeira**

As transacções em moeda estrangeira são reconhecidas pelo câmbio verificado no dia da transacção. Na data do balanço, os activos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos utilizando o câmbio de fecho. Diferenças cambiais originadas por operações liquidadas em datas diferentes da transacção ou diferenças não realizadas em activos e passivos monetários não liquidados são reconhecidos em resultados do exercício na rubrica “Resultados de reavaliação cambial”.

**3) Operações de locação financeira**

O Finibanco classifica as operações de locação financeiras ou locação operacionais, em função da sua substância e não da sua forma legal. As operações de locação são classificadas como de locação financeira sempre que contratualmente sejam transferidos substancialmente todos os riscos e benefícios associados à detenção para o locatário. As restantes operações de locação são classificadas como locações operacionais.

Estas operações são registadas da seguinte forma:

Nas **locações operacionais** os pagamentos efectuados pelo Finibanco de acordo com os contratos de locação operacional são registados em custos nos períodos a que dizem respeito.

Nas **locações financeiras**:

➤ Como locatário

Os activos em regime de locação financeira são registados em “Outros activos fixos tangíveis”, pelo justo valor do activo ou, se inferior, pelo valor actual dos pagamentos mínimos do leasing.

As rendas relativas a contratos de locação financeira são desdobradas de acordo com o respectivo plano financeiro, de forma a obter-se uma taxa de juro constante até à maturidade do passivo, reduzindo-se o passivo pela parte correspondente à amortização do capital. Os juros suportados são registados em resultados, como custos financeiros, na rubrica “Juros e encargos similares”.

Os activos em regime de locação financeira são amortizados ao longo da sua vida útil. Contudo, se não houver certeza razoável de que o Finibanco obtenha a propriedade no final do contrato, a amortização do activo é efectuada pelo menor da vida útil do activo ou do contrato de locação financeira

➤ Como locador

Os activos em regime de locação financeira são registados no balanço como crédito concedido, pelo montante igual ao investimento líquido do bem locado, sendo este reembolsado através das amortizações de capital constantes do plano financeiro dos contratos. Os juros incluídos nas rendas são registados em resultados, como proveitos financeiros, na rubrica “Juros e rendimentos similares”.

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010

(Montantes expressos em milhares de Euro – m.Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

**4) Activos não correntes detidos para venda**

Os activos não correntes são classificados como detidos para venda sempre que se determine que o seu valor de balanço será recuperado através de venda e não através do uso continuado. Esta condição apenas se verifica quando a venda seja altamente provável e o activo esteja disponível para venda imediata no seu estado actual. A operação de venda deverá verificar-se até um período máximo de um ano após a classificação nesta rubrica.

Uma extensão do período durante o qual se exige que a venda seja concluída não exclui que um activo seja classificado como detido para venda se o atraso for causado por acontecimentos ou circunstâncias fora do controlo do Banco e se houver suficiente prova de que o Banco continua comprometido com o seu plano de vender o activo.

Os activos registados nesta categoria são valorizados ao menor entre o custo de aquisição e do justo valor, determinado com base em avaliações de peritos internos ou externos, deduzido de custos a incorrer na venda. Nas avaliações os peritos utilizam normalmente pelo menos dois dos seguintes métodos de avaliação: comparativo, do rendimento e do custo.

Estes activos não são amortizados.

O Banco regista nesta rubrica essencialmente imóveis recebidos em dação em pagamento de dívidas referentes a crédito concedido que cumpram as condições acima referidas. Para os casos em que tais condições não se encontram cumpridas os imóveis recebidos em dação em pagamento são registados em propriedades de investimento.

**5) Propriedades de investimento**

As propriedades de investimento são inicialmente valorizadas ao seu custo de aquisição, incluindo custos de transacção. O montante escriturado inclui os custos de investimento adicionais nas propriedades de investimento existentes, se estiverem cumpridos os critérios de reconhecimento, mas exclui os custos correntes de manutenção.

Subsequentemente ao reconhecimento inicial, de acordo com os requisitos da IAS 16, as propriedades de investimento mantêm-se registadas ao custo menos depreciações acumuladas e quaisquer perdas por imparidade acumuladas. O período de depreciação é determinado em função da vida útil remanescente dos imóveis na data de entrada como activos do Banco. Em 31 de Dezembro de 2010 a vida útil remanescente média era de 44 anos (mínimo de 11 anos e máximo de 73 anos).

As propriedades de investimento são desreconhecidas quando forem alienadas ou quando deixam de ser esperados benefícios económicos futuros com a sua detenção. Na alienação a diferença entre o valor líquido da alienação e o montante do activo registado é reconhecido em resultados no período da alienação.

As transferências de e para propriedades de investimento são efectuadas quando se verifica uma alteração no uso. Na transferência de propriedades de investimento para imóveis de serviço próprio, o custo estimado para contabilização subsequente é o justo valor à data da alteração do uso. Se um imóvel de serviço próprio é classificado em propriedades de investimento, o Grupo regista esse activo de acordo com a política aplicável a imóveis de serviço próprio até à data da sua transferência para propriedades de investimento.

**6) Outros Activos Tangíveis**

A rubrica de "Outros Activos tangíveis" inclui imóveis de serviço próprio, viaturas de serviço e outros equipamentos.

Os outros activos tangíveis são mantidos ao custo de aquisição, salvo quando se verifiquem reavaliações extraordinárias, legalmente autorizadas, caso em que as mais valias daí resultantes são incorporadas em sub-rubrica apropriada da conta "reservas legais de reavaliação".

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010

(Montantes expressos em milhares de Euro – m.Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

Os activos tangíveis são amortizados numa base linear de acordo com a sua vida útil esperada:

	Anos
Imóveis de serviço próprio:	
Edifícios	50
Benfeitorias	8
Obras em edifícios arrendados	10
Equipamento:	
Instalações	20
Mobiliário e material	10
Equipamento informático	3 a 8
Outros activos tangíveis	8 a 16

Um activo tangível é desreconhecido quando vendido ou quando não é expectável a existência de benefícios económicos futuros pelo seu uso ou venda. Na data do desreconhecimento o ganho ou perda calculado pela diferença entre o valor líquido de venda e o valor líquido contabilístico é reconhecido em resultados na rubrica “Outros Resultados de exploração”.

**7) Activos Intangíveis**

Os activos intangíveis, que correspondem essencialmente a “software”, encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas. As amortizações são registadas numa base linear, ao longo da vida útil estimada dos activos, que actualmente se encontra nos três anos.

O período e o método de amortização para activos intangíveis são revistos no final de cada ano. As alterações no prazo de vida útil estimada ou no padrão de consumo dos benefícios económicos futuros são tratados como alterações de estimativas. As amortizações são reconhecidas na respectiva rubrica da demonstração de resultados.

**8) Benefícios aos empregados**Plano de pensões de reforma por benefício definido

Em conformidade com o Acordo Colectivo de Trabalho celebrado com os sindicatos e vigente para o Sector Bancário, o Banco assumiu o compromisso de atribuir aos seus empregados ou às suas famílias prestações pecuniárias a título de reforma por velhice, invalidez ou sobrevivência. Estas prestações consistem numa percentagem, crescente com o número de anos de serviço do trabalhador, aplicada à tabela salarial negociada anualmente para o pessoal no activo.

Para cobertura destas responsabilidades, o Banco dispõe de um Fundo de Pensões autónomo gerido por entidade independente, para os quais são realizadas contribuições anuais.

O Banco procede à avaliação das responsabilidades por serviços passados dos seus trabalhadores, tendo em consideração a posição que assumiu no momento de adesão ao ACTV, na qual prevê que a sua responsabilidade é determinada apenas a partir da data de admissão no Banco e não na data de admissão dos seus trabalhadores no sector bancário. Consequentemente, a parcela de responsabilidades afecta ao período entre a data de admissão no sector bancário e a data de admissão no Banco será imputável às anteriores entidades financeiras, pelo que estas responsabilidades por serviços passados não são asseguradas pelo Fundo de Pensões do Banco. Esta posição é suportada por pareceres da Direcção Jurídica do Finibanco, S.A. e de peritos independentes.

As responsabilidades com benefícios dos trabalhadores foram reconhecidas de acordo com as regras definidas pela IAS 19.

O passivo ou activo reconhecido no balanço corresponde à diferença entre o valor actual das responsabilidades com pensões e o justo valor dos activos do fundo de pensões, considerando ajustamentos relativos a ganhos e perdas actuariais diferidos. O valor das responsabilidades é determinado numa base anual por actuários independentes, utilizando o método “Projected Unit Credit”, e pressupostos actuariais considerados adequados (Nota 43). A actualização das responsabilidades é efectuada com base numa taxa de desconto que reflecte as taxas de juro de mercado de obrigações de empresas de elevada qualidade,

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010

(Montantes expressos em milhares de Euro – m.Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

denominadas na moeda em que são pagáveis as responsabilidades, e com prazos até ao vencimento similares aos de liquidação das responsabilidades com pensões.

Os ganhos e perdas decorrentes de diferenças entre os pressupostos actuariais e financeiros utilizados e os valores efectivamente verificados no que se refere às responsabilidades e ao rendimento do fundo de pensões são diferidos no balanço (“corredor”), até ao limite de 10% do valor actual das responsabilidades por serviços passados ou do valor do fundo de pensões, dos dois o maior, reportados ao final do exercício acrescidos dos montantes a que alúde o nº 2 do ponto 13-B do Aviso 12/2001 e ponto 1 do Aviso 11/2008. O valor de ganhos e perdas actuariais acumulados, que excedam o corredor são reconhecidos por contrapartida de resultados ao longo do período médio remanescente de serviço dos empregados abrangidos pelo plano.

Na data de transição para as NCA’s, o Banco adoptou a possibilidade permitida pela IFRS 1 de não recalculiar os ganhos e perdas actuariais diferidos desde o início dos planos.

Em Dezembro de 2005 o Banco de Portugal, através do Aviso 12/2005, veio introduzir alterações ao Aviso 12/2001. Tendo o Finibanco, em matéria de Fundo de Pensões, e com referência a 31 de Dezembro de 2005, ajustado quer os pressupostos financeiros, quer a tábua de mortalidade, procedeu ao registo contabilístico dos impactos decorrentes destas alterações de acordo com os artigos 13-A e 13-B, aditados ao Aviso 12/2001 pelo referido Aviso 12/2005. Acresce que o Aviso 7/2008 que alterou o Aviso 12/2001 veio permitir que o saldo ainda por especializar em 30 de Junho de 2008 possa ser reconhecido por um período adicional de três anos face à duração inicial prevista.

Deste modo o acréscimo de responsabilidades decorrente da alteração dos pressupostos financeiros, foi registado na conta de Despesas com encargo diferido, que serão levados a Resultados Transitados durante um período de 8 anos. No que concerne ao acréscimo de responsabilidades decorrentes da alteração da Tábua de mortalidade, foi o mesmo registado por contrapartida de Flutuação de Valores. Os valores que ainda não foram relevados como custo, estão registadas em Outros Activos (Nota 15).

#### Outros benefícios

Para além das pensões, o Banco tem ainda outras responsabilidades por benefícios aos trabalhadores, incluindo responsabilidades com assistência médica (SAMS), Subsídio por morte e Prémio de Antiguidade.

As responsabilidades com estes benefícios são igualmente determinadas com base em avaliações actuariais, de forma similar às responsabilidades com pensões.

As responsabilidades com SAMS e Subsídio por Morte são financiados através do Fundo de Pensões anteriormente referido, pelo que o valor de responsabilidades apuradas com referência a 31 de Dezembro de 2006 e registadas na rubrica Outros Passivos foram transferidas para as respectivas contas do Fundo de Pensões.

Na sequência do Aviso 7/2008 o impacto da passagem para NCAS relativamente ao SAMS e Subsídio por morte estão a ser especializados por um período de 10 e 8 anos respectivamente face à data da transição.

As responsabilidades com Prémio de Antiguidade são registadas na rubrica de “Outros passivos” por contrapartida da rubrica de resultados “Custos com o pessoal”.

### **9) Provisões e Passivos contingentes**

Uma provisão é constituída quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva), resultante de eventos passados onde seja provável o futuro dispêndio de recursos, e este possa ser determinado com fiabilidade. A provisão corresponde à melhor estimativa do Banco de eventuais montantes que seria necessário desembolsar para liquidar a responsabilidade na data do balanço.

Caso não seja provável o futuro dispêndio de recursos, trata-se de um passivo contingente. Os passivos contingentes são apenas objecto de divulgação, a menos que a possibilidade da sua concretização seja remota.

Adicionalmente, o Banco regista no Passivo as provisões para riscos gerais de crédito, conforme previsto no Aviso 3/95 do Banco de Portugal.



NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010

(Montantes expressos em milhares de Euro – m.Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

**10) Impostos**

O Finibanco está sujeito ao regime fiscal consignado no Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (CIRC).

O imposto corrente é reconhecido como um custo com base na taxa aplicável em cada território no exercício em que os lucros tributáveis foram gerados. Os efeitos nos impostos futuros por prejuízos fiscais reportáveis são reconhecidos como activos por impostos diferidos na medida em que é provável a existência de lucros fiscais no futuro que permitam a utilização dessas perdas fiscais.

Os custos com impostos sobre o rendimento correspondem à soma do imposto corrente e do imposto diferido.

O Banco regista ainda passivos ou activos por impostos diferidos respeitantes ao reconhecimento de impostos a pagar ou a recuperar no futuro decorrentes de diferenças temporárias nos activos ou passivos, tributáveis ou dedutíveis, nomeadamente relacionadas com provisões temporariamente não dedutíveis para efeitos fiscais, impactos de conversão para as Normas de Contabilidade Ajustadas que só vão ser reconhecidos fiscalmente nos exercícios seguintes, o regime de tributação das responsabilidades com pensões e outros benefícios dos empregados e mais-valias não tributadas por reinvestimento.

Os activos e passivos por impostos diferidos são calculados e avaliados numa base mensal, utilizando as taxas de tributação que se antecipa estarem em vigor à data da reversão das diferenças temporárias, que correspondem às taxas aprovadas ou substancialmente aprovadas na data do balanço. Os passivos por impostos diferidos são sempre registados. Os activos por impostos diferidos calculados sobre prejuízos fiscais apenas são registados na medida em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros que permitam o seu aproveitamento.

Os activos e passivos por impostos diferidos são compensados se existir o direito legal de compensar impostos correntes activos e passivos e estes forem relacionados com impostos sobre o rendimento lançados pela mesma autoridade fiscal.

Os impostos sobre o rendimento são registados por contrapartida de resultados do exercício, excepto em situações em que os eventos que os originaram tenham sido reflectidos em rubrica específica de capital próprio, nomeadamente, no que respeita à valorização de activos disponíveis para venda e imóveis de serviço próprio. Neste caso, o efeito fiscal associado às valorizações é igualmente reflectido por contrapartida de capital próprio, não afectando o resultado do exercício.

**11) Distribuição de dividendos**

Os dividendos são reconhecidos como passivo e deduzidos da rubrica de Capital quando são aprovados pelos accionistas. Os dividendos relativos ao exercício aprovados pelo Conselho de Administração após a data de referência das demonstrações financeiras são divulgados na proposta de aplicação de resultados do relatório de gestão.

**12) Reconhecimento de proveitos e custos**

Em geral os proveitos e custos reconhecem-se em função do período de vigência das operações de acordo com o princípio contabilístico da especialização de exercícios, isto é, são registados à medida que são gerados, independentemente do momento em que são cobrados ou pagos. Os proveitos são reconhecidos na medida em que seja provável que benefícios económicos associados à transacção fluam para o Banco e a quantia do rédito possa ser fiavelmente mensurada.

Para os instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado e para os instrumentos financeiros classificados como "Activos Financeiros disponíveis para venda" os juros são reconhecidos usando o método da taxa efectiva, que corresponde à taxa que desconta exactamente o conjunto de recebimentos ou pagamentos de caixa futuros até à maturidade, ou até à próxima data de *repricing*, para o montante líquido actualmente registado do activo ou passivo financeiro. Quando calculada a taxa de juro efectiva são estimados os fluxos de caixa futuros considerando os termos contratuais e considerados todos os restantes rendimentos ou encargos directamente atribuíveis aos contratos.

Os dividendos são reconhecidos quando estabelecido o direito de receber o pagamento.

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010

(Montantes expressos em milhares de Euro – m.Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

**13) Rendimentos e encargos por serviços e Comissões**

O Banco cobra comissões aos seus clientes pela prestação de um amplo conjunto de serviços. Estas incluem comissões pela prestação de serviços continuados, relativamente aos quais os clientes são usualmente debitados de forma periódica, ou comissões cobradas pela realização de um determinado serviço pontual.

As comissões cobradas por serviços prestados durante um período determinado são reconhecidas ao longo do período de duração do serviço. As comissões relacionadas com a realização de um serviço pontual são reconhecidas no momento em que ocorre o referido serviço.

**14) Garantias financeiras**

No decurso normal das suas actividades bancárias, o Banco presta garantias financeiras, tais como cartas de crédito, garantias bancárias, e créditos documentários, as quais são reconhecidas em contas extrapatrimoniais pelo seu valor contratual (Nota 38).

As garantias financeiras são reconhecidas como um passivo, pelo justo valor, quando a mesma se encontrar vencida. Subsequentemente, o passivo é escriturado pelo montante da estimativa de gastos futuros para liquidar a obrigação, à data do balanço. Estas exposições são incluídas na análise individual e colectiva de imparidade considerando factores de conversão em crédito.

As comissões obtidas pela prestação das garantias financeiras são reconhecidas de forma linear em resultados, na rubrica "Rendimentos de serviços e comissões", durante o período de vigência das mesmas.

**15) Fundo de garantia de depósitos**

Conforme previsto no Decreto-Lei nº 298/92 de 31 de Dezembro, foi criado em Novembro de 1994 o Fundo de Garantia de Depósitos cujo objectivo é o de garantir os depósitos constituídos nas instituições de crédito, nomeadamente bancos que nele participam, de acordo com os limites estabelecidos no Regime Geral das Instituições de Crédito. A contribuição inicial para o Fundo, fixada por Portaria do Ministério das Finanças, foi efectuada através da entrega de numerário e títulos de depósito e foi amortizada em 60 meses a partir de Janeiro de 1995. As contribuições anuais regulares para o Fundo são reconhecidas como um custo no exercício a que dizem respeito. Seguindo o previsto na IAS 37, os compromissos irrevogáveis assumidos perante o FGD são reconhecidos em contas extrapatrimoniais como compromissos perante terceiros (Nota 38).

**16) Caixa e equivalentes de caixa**

Na Demonstração de fluxos de caixa, Caixa e equivalentes de caixa correspondem a valores em caixa, saldos à ordem junto do banco central e outras instituições de crédito.

**3. CAIXA E DISPONIBILIDADES EM BANCOS CENTRAIS**

O detalhe da rubrica "Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais" em 31 de Dezembro de 2010 e 31 de Dezembro de 2009 é como segue:

	31-12-2010	31-12-2009
Caixa	44.148	40.518
Disponibilidades à ordem no Banco de Portugal	75.799	76.477
	<u>119.947</u>	<u>116.995</u>

Os depósitos à ordem no Banco de Portugal incluem os depósitos que visam satisfazer as exigências legais de constituição de disponibilidades mínimas de caixa. De acordo com o Aviso do Banco de Portugal nº 7/94 de 19 de Outubro, o coeficiente a aplicar ascende a 2% dos passivos elegíveis. Estes depósitos são remunerados.

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010

(Montantes expressos em milhares de Euro – m.Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

4. DISPONIBILIDADES EM OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

O detalhe da rubrica "Disponibilidades em outras instituições de crédito" em 31 de Dezembro de 2010 e 31 de Dezembro de 2009 é como segue:

	31-12-2010	31-12-2009
Disponibilidades sobre instituições de crédito no país:		
Depósitos à ordem	73	913
Cheques a cobrar	23.932	30.057
	<u>24.005</u>	<u>30.970</u>
Disponibilidades sobre instituições de crédito no estrangeiro:		
Depósitos à ordem	4.693	3.480
Cheques a cobrar	1.618	3.414
	<u>6.311</u>	<u>6.894</u>
	<u><b>30.316</b></u>	<u><b>37.864</b></u>

Os cheques a cobrar sobre instituições de crédito no país em 31 de Dezembro de 2010 foram compensados na Câmara de Compensação nos primeiros dias úteis de Janeiro de 2011.

5. ACTIVOS FINANCEIROS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO

O detalhe da rubrica "Activos financeiros detidos para negociação" era em 31 de Dezembro de 2010 e 31 de Dezembro de 2009 como a seguir se mostra:

	31-12-2010	31-12-2009
<b><u>Títulos</u></b>		
<b>Emitidos por residentes</b>		
Instrumentos de dívida		
Divida subordinada	125	125
Instrumentos de capital	378	666
	<u>503</u>	<u>791</u>
<b>Emitidos por não residentes</b>		
Instrumentos de capital	50	3.045
Outros - Hedge Funds	326	463
	<u>376</u>	<u>3.508</u>
	<u><b>879</b></u>	<u><b>4.299</b></u>
<b><u>Instrumentos derivados com justo valor positivo</u></b>		
<b>Swaps</b>		
Divisas	10	2
Taxa de juro	2.913	2.955
	<u>2.923</u>	<u>2.957</u>
<b>Futuros e outras operações a prazo</b>		
Taxa de juro	-	60
	<u>-</u>	<u>60</u>
	<u><b>3.802</b></u>	<u><b>7.316</b></u>

Os títulos incluídos nesta rubrica encontram-se detalhados no Anexo II.

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010

(Montantes expressos em milhares de Euro – m.Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

Exceptuando os investimentos em *hedge funds* e os instrumentos de dívida no valor de m.Euros 326 e m.Euros 125, respectivamente, não existem títulos não cotados nesta rubrica ( m.Euros 463 em *hedge funds* e m.Euros 125 em instrumentos de dívida, em 31 de Dezembro de 2009).

Os valores nocionais dos instrumentos de derivados com justo valor positivo relativos a swaps de taxa de juro ascendem a 31 de Dezembro de 2010 a m.Euros 47.502 (m.Euros 66.975 em 31 de Dezembro de 2009).

O justo valor dos swaps de taxa de juro foi calculado por entidade independente a qual utilizou para o efeito técnicas de valorização, nomeadamente o desconto de fluxos de caixa futuros. Os inputs para a valorização correspondem a observações de dados de mercado relativos aos factores de retorno e risco inerentes a cada instrumento.

No âmbito do Regulamento da CE 1004/2008 de 15 de Outubro que introduziu alterações à IAS 39, atentas à particular turbulência dos mercados e às informações recolhidas sobre alguns instrumentos que motivaram o alargamento do prazo inicialmente previsto para a sua detenção foi decidido reclassificar da carteira de negociação para a carteira de activos financeiros disponíveis para venda três activos.

Os activos reclassificados (três Hedge Funds, sendo um deles um investimento de capital garantido) tinham um justo valor à data da reclassificação de m.Euros 11.627. Estes investimentos provocaram na conta de resultados no exercício de 2008 perdas por ajustamento de justo valor no total m.Euros 382. Caso não tivesse ocorrido esta reclassificação teriam sido registados no ano ganhos adicionais de m.Euros 2.566 (no ano de 2008 perdas no valor de m.Euros 3.042), os quais se encontram registados na rubrica de reservas de reavaliação em capitais próprios à data de 31 de Dezembro de 2009, no valor negativo de m.Euros 476.

No exercício de 2010 foi alienado um destes Hedge Funds tendo originado um ganho efectivo na conta de resultados no valor de m.Euros 266.

Quanto aos outros dois Hedge Funds, caso não tivesse ocorrido esta reclassificação, teria sido registado no ano de 2010 um ganho adicional de m.Euros 6, o qual se encontra registado na rubrica de reservas de reavaliação em capitais próprios.

## NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010

(Montantes expressos em milhares de Euro – m.Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

6. ACTIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

O detalhe da rubrica de “Activos financeiros disponíveis para venda” era, em 31 de Dezembro de 2010 e 31 de Dezembro de 2009, como a seguir se demonstra:

	31-12-2010	31-12-2009
<b><u>Títulos</u></b>		
<b>Instrumentos de dívida</b>		
Emitidos por residentes		
De dívida pública portuguesa	70.790	10.531
De outros residentes	13.191	11.375
	<u>83.981</u>	<u>21.906</u>
Emitidos por não residentes		
Emissores públicos estrangeiros	41.547	5.069
De outros não residentes	-	8.538
	<u>41.547</u>	<u>13.607</u>
	<u>125.528</u>	<u>35.513</u>
<b>Instrumentos de capital</b>		
Emitidos por residentes		
Acções	2.810	2.723
Provisões para imparidade acumuladas (Nota 22)	( 691)	( 691)
	<u>2.119</u>	<u>2.032</u>
Emitidos por não residentes		
Acções	8	8
	<u>8</u>	<u>8</u>
	<u>2.127</u>	<u>2.040</u>
<b>Outros</b>		
Emitidos por residentes - UP's Fundos mobiliários	2.182	-
Emitidos por não residentes - Hedge Funds	2.939	2.590
	<u>5.121</u>	<u>2.590</u>
	<u>132.776</u>	<u>40.143</u>

A decomposição da rubrica “ emissores publicos estrangeiros” no valor de m.Euros 41.547 em 31 de Dezembro de 2010 é a seguinte:

Grécia	m.Euros 11.450
Irlanda	m.Euros 10.239
França	m.Euros 19.858

A decomposição da rubrica “ emissores publicos estrangeiros” no valor de m.Euros 5.069 em 31 de Dezembro de 2009 é a seguinte:

Alemanha	m.Euros 5.069
----------	---------------

Os títulos incluídos nesta rubrica encontram-se detalhados no Anexo II.

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010

(Montantes expressos em milhares de Euro – m.Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

Os títulos incluídos nesta rubrica são cotados, excepto o valor líquido de m.Euros 18.257 (m.Euros 24.543 em 2009), que se referem a instrumentos de capital, a unidades de participação em fundos de titularização referidos na (Nota 42) e ainda a instrumentos hedge funds, m.Euros 2.127, m.Euros 11.191 e m.Euros 2.939, respectivamente (m.Euros 2.040, m.Euros 11.375 e m.Euros 11.128, em 31 de Dezembro de 2009).

O valor de m.Euros 70.790 dos títulos da dívida pública portuguesa e m.Euros 41.547 relativos a instrumentos de dívida de emissores públicos estrangeiros encontram-se penhorados a favor de terceiros, conforme segue:

- A favor do Banco de Portugal no âmbito e condições da Instrução 35/2007 Mercado de Crédito Intradiário m.Euros 9.825;
- A favor do Sistema de Indemnização aos Investidores no âmbito e condições da Instrução 2/2000 da CMVM m.Euros 662;
- A favor do Fundo de Garantia de Depósitos no âmbito e condições do Aviso 11/94 do Banco de Portugal m.Euros 3.267;
- A favor da LCH.Clearnet SA no âmbito e condições do “Clearing Rule Book” m.Euros 1.259.
- A favor do Banco de Portugal no âmbito das operações de financiamento junto do Eurosistema m.Euros 97.324.

7. APLICAÇÕES EM INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

O detalhe da rubrica de “Aplicações em instituições de crédito” era, em 31 de Dezembro de 2010 e 31 de Dezembro de 2009, como a seguir se mostra:

	31-12-2010	31-12-2009
<b><u>Aplicações</u></b>		
<b>No país</b>		
Em outras instituições de crédito		
Empréstimos	270.611	317.890
	<u>450.611</u>	<u>317.890</u>
<b>No estrangeiro</b>		
Em outras instituições de crédito		
Outras aplicações	20.657	22.446
	<u>20.657</u>	<u>22.446</u>
	<u><b>471.268</b></u>	<u><b>340.336</b></u>
<b><u>Juros a receber</u></b>		
<b>De aplicações em instituições de crédito</b>		
Instituições de crédito no país	1.830	3.596
Instituições de crédito no estrangeiro	9	6
	<u><b>1.839</b></u>	<u><b>3.602</b></u>
	<u><b>473.107</b></u>	<u><b>343.938</b></u>

## NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010

(Montantes expressos em milhares de Euro – m.Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

8. CRÉDITOS A CLIENTES

O detalhe da rubrica “Crédito a clientes” era, em 31 de Dezembro de 2010 e de 2009, como a seguir se mostra:

	31-12-2010	31-12-2009
<b><u>Crédito a clientes</u></b>		
Crédito não representado por valores mobiliários		
Interno	1.822.743	1.633.407
Ao exterior	16.897	11.695
<b><u>Activos titularizados não desreconhecidos</u></b>		
Crédito não representado por valores mobiliários		
Interno	365.169	473.313
Ao exterior	4.615	4.458
	<u>2.209.424</u>	<u>2.122.873</u>
<b><u>Crédito e juros vencidos</u></b>		
Crédito a clientes		
Crédito não representado por valores mobiliários		
Crédito interno	104.591	61.513
Crédito ao exterior	172	22
Activos titularizados e não desreconhecidos		
Crédito a clientes		
Crédito interno	8.731	6.163
Juros vencidos a regularizar e despesas de crédito vencido		
Juros vencidos a regularizar		
Crédito a clientes	606	487
Activos titularizados não desreconhecidos	22	23
Despesas de crédito vencido		
Crédito a clientes	477	392
	<u>114.599</u>	<u>68.600</u>
	<u>2.324.023</u>	<u>2.191.473</u>
Provisões acumuladas (Nota 22)	<u>( 117.946)</u>	<u>( 45.865)</u>
	<u><b>2.206.077</b></u>	<u><b>2.145.608</b></u>
<b><u>Crédito a clientes</u></b>		
Outros créditos e valores a receber (titulados)		
Emitidos por residentes		
Títulos de dívida		
Dívida não subordinada	166.360	129.654
	<u>166.360</u>	<u>129.654</u>
<b><u>Crédito e juros vencidos</u></b>		
Outros créditos e valores a receber (titulados)		
Emitidos por residentes	110	110
Provisões acumuladas (Nota 22)	<u>( 110)</u>	<u>( 110)</u>
	<u><b>166.360</b></u>	<u><b>129.654</b></u>
<b><u>Rendimentos a receber e Receitas com rendimento diferido</u></b>		
<b><u>Juros e rendimentos similares</u></b>		
Juros de crédito a clientes		
Crédito não representado por valores mobiliários		
Crédito interno	9.157	5.988
Crédito ao exterior	58	67
Juros de activos titularizados não desreconhecidos		
Crédito a clientes - titularizado		
Crédito interno	1.725	2.255
Crédito ao exterior	13	12
	<u>10.953</u>	<u>8.322</u>
Outros créditos e valores a receber (titulados)		
Emitidos por residentes	749	558
	<u>749</u>	<u>558</u>
	<u><b>11.702</b></u>	<u><b>8.880</b></u>
<b><u>Receitas com rendimento diferido</u></b>		
Crédito não representado por valores mobiliários		
Interno	<u>( 4.644)</u>	<u>( 4.666)</u>
	<u><b>2.379.495</b></u>	<u><b>2.279.476</b></u>

## NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010

(Montantes expressos em milhares de Euro – m.Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

Do total da carteira de crédito 35,98% foi objecto de análise individual de imparidade e 64,02% objecto de análise colectiva (em 31 de Dezembro de 2009 31,62% e 68,38% respectivamente).

Em 31 de Dezembro de 2010 e 31 de Dezembro de 2009, o detalhe da rubrica “Crédito não representado por valores mobiliários” por tipo de crédito era como segue:

	31-12-2010	31-12-2009
<b>Empresas e administrações públicas</b>		
Desconto e outros créditos titulados por efeitos	127.110	173.358
Empréstimos	608.302	446.037
Créditos em conta corrente	632.990	655.976
Descoberto em depósitos à ordem	44.619	23.585
Créditos tomados - factoring	15.556	16.596
Locação financeira mobiliária	31.184	34.850
Locação financeira imobiliária	97.800	95.384
Outros créditos	1.723	1.557
	<u>1.559.284</u>	<u>1.447.343</u>
<b>Particulares</b>		
<b>Habitação</b>		
Locação financeira	14.814	15.786
Outros créditos	319.435	317.771
	<u>334.249</u>	<u>333.557</u>
<b>Consumo</b>		
Locação financeira	1.522	2.501
Outros créditos	113.285	125.444
	<u>114.807</u>	<u>127.945</u>
<b>Outras finalidades</b>		
Desconto e outros créditos titulados por efeitos	8.913	8.041
Empréstimos	129.367	125.705
Créditos em conta corrente	41.647	51.686
Descoberto em depósitos à ordem	7.583	14.159
Locação financeira	13.574	14.437
	<u>201.084</u>	<u>214.028</u>
	<u><b>2.209.424</b></u>	<u><b>2.122.873</b></u>

O total de créditos em Locação financeira apresenta a seguinte desagregação:

Prazo	31-12-2010			31-12-2009		
	Valor de balanço concedido	Investimento bruto pagamentos mínimos	Rendimento financeiro não obtido	Valor de balanço concedido	Investimento bruto pagamentos mínimos	Rendimento financeiro não obtido
Até 1 ano	21.099	27.476	6.377	22.964	29.425	6.461
De 1 ano a 5 anos	61.407	77.067	15.660	62.786	78.560	15.774
Superior a 5 anos	76.388	95.868	19.480	77.208	96.606	19.398
<b>TOTAL</b>	<b>158.894</b>	200.411	41.517	<b>162.958</b>	204.591	41.633



NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010

(Montantes expressos em milhares de Euro – m.Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

Os valores residuais, são sempre, contratualmente, com opção de compra realçando-se que nos processos sem incidentes, são sempre repassados aos locatários.

A dedução acumulada para pagamento de incobráveis da locação a receber foi no exercício de 2010 de m.Euros 5.012 (m.Euros 3.626 em 31 de Dezembro de 2009).

As rendas contingentes foram durante o exercício m.Euros 44.837 (m.Euros 34.449 em 31 de Dezembro de 2009).

Nos contratos de locação financeira em carteira não existem acordos da espécie.

9. ACTIVOS NÃO CORRENTES DETIDOS PARA VENDA

O detalhe da rubrica de “Activos não correntes detidos para venda”, em 31 de Dezembro de 2010 e 31 de Dezembro de 2009, bem como o movimento ocorrido no exercício de 2010, era como a seguir se mostra:

	Valor de balanço <b>31-12-2009</b>	Aquisições no período	Ajustamentos ao valor de aquisição a)	Saídas no período	Valor de balanço <b>31-12-2010</b>
<b>Activos tangíveis não correntes detidos para venda</b>					
Imóveis	31.661	20.292	( 232)	( 14.304)	37.417
Equipamento	-	724	-	( 699)	25
Outros	23	-	-	( 17)	6
	<b>31.684</b>	<b>21.016</b>	<b>( 232)</b>	<b>( 15.020)</b>	<b>37.448</b>

a) Ajustamentos referentes a activos adquiridos em anos anteriores.

Do saldo inicial de m.Euros 31.661 referente a imóveis permanecem a 31 de Dezembro de 2010 o montante de m.Euros 28.298.

As vendas não se concretizaram por questões relacionadas com a fragilidade verificada no lado da procura do próprio mercado imobiliário, sem que para o isso o Finibanco tivesse qualquer influência, uma vez que se manteve comprometido com o cumprimento dos respectivos planos de venda. Como prova do comprometimento registamos o forte empenho no acompanhamento e manutenção dos planos de venda, quer por via do reforço dos meios de promoção da sua exposição ao mercado, quer por diversos ajustes nos valores de promoção.

Os ganhos e perdas relacionados com esta rubrica por ajustamentos de valor estão divulgados na Nota 33.

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010

(Montantes expressos em milhares de Euro – m.Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

**10. PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO**

O detalhe da rubrica de “Propriedades de Investimento” era, em 31 de Dezembro de 2010 e 31 de Dezembro de 2009, como a seguir se mostra:

	Valor bruto de balanço	Amortizações acumuladas	Imparidade acumuladas	Aquisi - ções	Amorti - zações do ano	Impa - ridade do ano	Valor líquido de balanço
	31-12-2009						31-12-2010
<b>Propriedades de investimento</b>							
Outras propriedades de investimento							
Imóveis	18.403	( 1.506)	( 595)	2.397	( 327)	81	18.453

A determinação do justo valor das propriedades de investimento é apurada por peritos avaliadores independentes externos e/ou internos através de avaliações que são realizadas em uma base trianual, sendo revistas anualmente, de acordo com metodologias geralmente aceites para o efeito, que integram análises pelo seguintes métodos:

- Capitalização do rendimento (no qual para a determinação do respectivo valor actual foi utilizada taxas de capitalização entre 8% e 10%);
- Substituição ou de reposição,
- Comparativo de mercado; e
- Valor residual/abordagem estática (em situações de terrenos para construção).

As propriedades de investimento apresentam neste exercício os seguintes valores:

- . Rendimento de rendas: m.Euros 126 ( m.Euros 66 em 31 de Dezembro de 2009)
- . Gastos operacionais directos: m.Euros 37(m.Euros 52 em 31 de Dezembro de 2009)

**11. OUTRO ACTIVOS TANGÍVEIS**

Os saldos em 31 de Dezembro de 2010 e de 2009, bem como o movimento ocorrido no exercício de 2010 na rubrica “Outros activos tangíveis”, são apresentados no anexo III.

Em 31 de Dezembro de 2010 o Finibanco tinha compromissos contratuais para aquisição de activos fixos tangíveis num total de m.Euros 547 ( m.Euros 717 em 31 de Dezembro de 2009) referentes a contratos promessa de compra e venda de imóveis de serviço próprio, para os quais já havia pago o respectivo sinal m.Euros 414 ( m.Euros 394 em 31 de Dezembro de 2009).

No âmbito da integração das actividades das participadas no Grupo Montepio, é expectável realizar no segundo trimestre de 2011, uma análise detalhada do inventário de activos tangíveis, visando a sua optimização e eficiência, da qual poderá resultar a descontinuidade de determinados itens.

**12. ACTIVOS INTANGÍVEIS**

Os saldos em 31 de Dezembro de 2010 e de 2009, bem como o movimento ocorrido no exercício de 2010 na rubrica “Activos intangíveis”, são apresentados no anexo III.

Esta rubrica é constituída essencialmente por software, sendo que em 31 de Dezembro de 2010 se encontram totalmente amortizados m.Euros 12.220 ( m.Euros 10.966 em 31 de Dezembro de 2009). No âmbito da integração das actividades das participadas no Grupo Montepio, é expectável realizar no segundo trimestre de 2011, uma análise detalhada do inventário de activos intangíveis, visando a sua optimização e eficiência, da qual poderá resultar a descontinuidade de determinados itens.

## NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010

(Montantes expressos em milhares de Euro – m.Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

13. ACTIVOS POR IMPOSTOS CORRENTES

Os saldos em 31 de Dezembro de 2010 e 31 de Dezembro de 2009 da rubrica “Activos por impostos correntes” são detalhados como a seguir se demonstra:

	31-12-2010	31-12-2009
<b>Activos por impostos correntes</b>		
IRC a recuperar	2	14
	<u>2</u>	<u>14</u>

14. IMPOSTOS DIFERIDOS

Os saldos em 31 de Dezembro de 2010 e 31 de Dezembro de 2009 da rubrica “Activos por impostos diferidos” são detalhados como a seguir se demonstra:

	31-12-2010		31-12-2009	
	Activo	Passivo	Activo	Passivo
Diferenças temporárias				
Prejuízos fiscais reportáveis	2.011	-	5.844	-
Provisões não aceites fiscalmente	-	-	7.305	-
Propriedades de investimento	-	-	158	-
Activos tangíveis	175	-	2	-
Activos intangíveis	-	-	-	-
Benefícios de empregados	3.174	-	5.169	2.078
Instrumentos financeiros	2.107	99	284	469
Activos não correntes disponíveis para venda	-	-	46	-
Provisões, activos e passivos contingentes	15.290	-	-	34
Reavaliações legais	-	-	-	6
	<u>22.757</u>	<u>99</u>	<u>18.808</u>	<u>2.587</u>
<b>Impostos Diferidos Líquidos</b>	<u><b>22.658</b></u>		<u><b>16.221</b></u>	

O movimento no exercício relativo a impostos diferidos é retratado no quadro abaixo:

	31-12-2009	Por Resultados do Exercício	Por Reservas de Reavaliação	Utilizado no RETGS	31-12-2010
Prejuízos fiscais reportáveis	5.844	( 3.055)	-	( 778)	2.011
Provisões não aceites fiscalmente	7.305	7.985	-	-	15.290
Propriedades de investimento	158	( 158)	-	-	-
Activos tangíveis	2	173	-	-	175
Activos intangíveis	-	-	-	-	-
Benefícios de empregados	3.091	83	-	-	3.174
Instrumentos financeiros	( 185)	( 153)	2.346	-	2.008
Activos não correntes disponíveis para venda	46	( 46)	-	-	-
Provisões, activos e passivos contingentes	( 34)	34	-	-	-
Reavaliações legais	( 6)	6	-	-	-
	<u><b>16.221</b></u>	<u><b>4.869</b></u>	<u><b>2.346</b></u>	<u><b>( 778)</b></u>	<u><b>22.658</b></u>

## NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010

(Montantes expressos em milhares de Euro – m.Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

Os activos por impostos diferidos por prejuízos fiscais vencem nos anos conforme é detalhado no quadro seguinte:

	31-12-2010	31-12-2009
<b>Ano de vencimento dos impostos diferidos por prejuízos fiscais:</b>		
Prejuízo fiscal gerado em 2008, vencimento em 2014	2.011	2.544
Prejuízo fiscal gerado em 2009, vencimento em 2015	-	3.300
<b>Total</b>	<b>2.011</b>	<b>5.844</b>

É convicção do Conselho de Administração que os prejuízos fiscais reportáveis acima referidos serão integralmente utilizados no âmbito da projectada operação de integração referida no capítulo 3 do Relatório de Gestão.

Na ausência de projecção de resultados futuros no Banco após integração, não foram reconhecidos impostos diferidos activos sobre os seguintes prejuízos fiscais:

	Base	Imposto diferido 25%
<b>Ano de vencimento dos prejuízos fiscais:</b>		
Prejuízo fiscal gerado em 2009, vencimento em 2015	15.312	3.828
Prejuízo fiscal gerado em 2010, vencimento em 2014	31.645	7.911
<b>Total</b>	<b>46.957</b>	<b>11.739</b>

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010

(Montantes expressos em milhares de Euro – m.Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

15. OUTROS ACTIVOS

O desenvolvimento da rubrica “Outros activos” em 31 de Dezembro de 2010 e 31 de Dezembro de 2009, é como segue:

	31-12-2010	31-12-2009
Outras disponibilidades	3	3
Devedores e outras aplicações vencidas	-	965
Devedores e outras aplicações		
Devedores por operações sobre futuros e opções	559	475
Devedores diversos	6.610	10.075
Outros activos		
Ouro, metais preciosos, numismática e medalhística	65	76
Rendimentos a Receber		
Juros e rendimentos similares		
Outros juros e rendimentos similares	1.704	248
Outros rendimentos a receber	241	818
Outras despesas com encargo diferido		
Benefícios pós emprego ( Nota 43 alínea c) )		
Benefícios de reforma	4.985	6.647
SAMS	1.005	1.206
Subsídio por morte	384	512
Outros	2.067	2.481
Responsabilidades com pensões e outros benefícios		
Excesso do Fundo	10.087	7.561
Outras contas de regularização	43.386	81.141
	<u>71.096</u>	<u>112.208</u>
Provisões acumuladas (Nota 22)	( 93)	( 1.400)
	<u><b>71.003</b></u>	<u><b>110.808</b></u>

O saldo da rubrica “Devedores por operações sobre futuros e opções” refere-se a margens depositadas em instituições financeiras para realização de operações de futuros.

A rubrica “ Outras Contas de Regularização” inclui em 31 de Dezembro de 2010 m.Euros 43.226 de operações cambiais a liquidar cuja regularização ocorreu em Janeiro de 2011 ( m.Euros 27.268 de operações cambiais a liquidar e m.Euros 51.179 relativos a transacções de títulos, em 31 de Dezembro de 2009).

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010

(Montantes expressos em milhares de Euro – m.Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

16. RECURSOS DE BANCOS CENTRAIS

Os saldos em 31 de Dezembro de 2010 e 31 de Dezembro de 2009 da rubrica “Recursos de bancos centrais” são detalhados como a seguir se demonstra:

	31-12-2010	31-12-2009
<b>Recursos de bancos centrais</b>		
Recursos do Banco de Portugal	310.000	190.000
<b>Juros de recursos de bancos centrais</b>		
Recursos do Banco de Portugal	140	536
	<b>310.140</b>	<b>190.536</b>

17. PASSIVOS FINANCEIROS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO

A rubrica de “Passivos financeiros detidos para negociação” em 31 de Dezembro de 2010 e 31 de Dezembro de 2009 detalha-se como o quadro seguinte demonstra:

	31-12-2010	31-12-2009
Instrumentos derivados com justo valor negativo		
Swaps		
Divisas	39	49
Taxa de juro	12.309	19.036
Futuros e outras operações a prazo		
Divisas	9	4
	<b>12.357</b>	<b>19.089</b>

O justo valor dos swaps de taxa de juro foi calculado por entidade independente a qual utilizou para o efeito técnicas de valorização, nomeadamente o desconto de fluxos de caixa futuros. Os inputs para a valorização correspondem a observações de dados de mercado relativos aos factores de retorno e risco inerentes a cada instrumento.

Os valores nominais dos instrumentos derivados com justo valor negativo relativos a swaps de taxa de juro ascendem em 31 de Dezembro de 2010 a m.Euros 140.973 (m.Euros 139.354 em 31 de Dezembro de 2009).

## NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010

(Montantes expressos em milhares de Euro – m.Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

18. OUTROS PASSIVOS FINANCEIROS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE RESULTADOS

Em 31 de Dezembro de 2010 e 31 de Dezembro de 2009, a rubrica “Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados” tem a seguinte composição:

	31-12-2010	31-12-2009
Dívida emitida		
Obrigações não subordinadas	62.024	63.024
Dívida readquirida		
Obrigações	( 874)	( 874)
Obrigações subordinadas	90.647	90.647
	<u>151.797</u>	<u>152.797</u>
Correcções de valor de passivos que sejam objecto da opção pelo justo valor		
Obrigações não subordinadas	( 2.271)	( 4.732)
Obrigações subordinadas	( 6.549)	( 11.054)
	<u>( 8.820)</u>	<u>( 15.786)</u>
Juros de responsabilidades representadas por títulos		
Sem carácter subordinado	208	240
	<u>208</u>	<u>240</u>
	<u><b>143.185</b></u>	<u><b>137.251</b></u>

Os passivos incluídos nesta rubrica foram designados no reconhecimento inicial como ao justo valor através de resultados por incluírem derivados embutidos. A estes passivos estão associados instrumentos financeiros que foram classificados como derivados de negociação em conformidade com as disposições da IAS 39 sobre a opção pelo justo valor (*fair value option*).

O justo valor destes instrumentos financeiros foi calculado por entidade independente a qual utilizou para o efeito técnicas de valorização, nomeadamente o desconto de fluxos de caixa futuros e modelos de valorização de opções (Montecarlo). Os inputs para a valorização correspondem a observações de dados de mercado relativos aos factores de retorno e risco inerentes a cada instrumento.

Nas correcções de valor de passivos objecto de opção pelo justo valor está incluído um efeito positivo de m.Euros 2.429 relativo ao efeito do risco de crédito da instituição (m.Euros 2.807 de efeito positivo em 31 de Dezembro de 2009).

## NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010

(Montantes expressos em milhares de Euro – m.Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

O detalhe da rubrica "Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados" em 31 de Dezembro de 2010 é como segue:

Descrição	Valor nominal	Remuneração	Reembolso e pagamento de juros
<b>DÍVIDA EMITIDA NÃO SUBORDINADA:</b>			
<b><u>Emitida em anos anteriores</u></b>			
Obrigações de caixa "FNB Super Cabaz Europeu 05/11"	15.000	A	21 de Março de 2011
Obrigações de caixa "FNB Taxa Acumulada 05/11"	2.337	B	19 de Dezembro de 2011
Obrigações de caixa "FNB Remuneração Garantida 2006"	2.700	C	7 de Abril de 2012
Obrigações de caixa "FNB Cupão Anual 06/11"	14.600	D	20 de Junho de 2011
Obrigações de caixa "FNB Dezembro 07/17"	27.387	E	19 de Dezembro de 2017
	<b>62.024</b>		
<b>DÍVIDA EMITIDA SUBORDINADA:</b>			
<b><u>Emitida em anos anteriores</u></b>			
Obrigações de caixa subordinadas "FNB Grandes Empresas 07/16"	36.700	F	9 de Maio de 2016 p/ 1ª série 20 de Junho de 2016 p/ 2ª e 3ª séries
Obrigações de caixa subordinadas "FNB Índices Estratégicos 07/15"	53.947	G	9 de Maio de 2015 p/ 1ª série 11 de Junho de 2015 p/ 2ª e 3ª séries
	<b>90.647</b>		

A - A remuneração será constituída por um cupão fixo e por 4 cupões variáveis.

O cupão fixo será pago no final do 2º ano e será igual a 8% sobre o valor nominal.

Os cupões variáveis serão pagos anualmente, do 3º ao 6º ano, e serão apurados segundo o número de acções (N) do cabaz de referência abaixo indicado, cuja performance desde o início seja igual ou superior à do Índice Eurostoxx50 para o mesmo período.

Considerando o seguinte cabaz de referência:

<b><u>Acção</u></b>	<b><u>Bloomberg</u></b>	<b><u>Bolsa</u></b>
E.On	EOA GY	Frankfurt
ENEL	ENEL IM	Milão
ENI	ENI IT	Milão
Fortis	FORA NA	Euronext Amsterdam
France Telecom	FTE FP	Euronext Paris
Ing Groep	INGA NA	Euronext Amsterdam
Nokia	NOK1V FH	Helsínquia
Royal Dutch Petroleum	RDA NA	Euronext Amsterdam
Santander	SAN SQ	Madrid
TIM	TIM IM	Milão,

o cupão será igual a:

<b><u>Taxa</u></b>		<b><u>N</u></b>
8%	se	10
5%	se	7 a 9
1%	se	0 a 6,



## NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010

(Montantes expressos em milhares de Euro – m.Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

onde N é o número de acções do cabaz de referência cuja performance ( $PerfAcção_i^j$ ), for maior ou igual do que a performance do Índice Eurostoxx50 ( $PerfInd_i$ ) para o mesmo período e

$$PerfAcção_i^j = (Acção_i^j - Acção_0^j) / Acção_0^j$$

$$PerfInd_i = (Ind_i - Ind_0) / Ind_0$$

$Acção_i^j$  = Cotação de fecho da acção j (j = 1 a 10) nas Datas de Observação i (i = 1 a 4)

$Acção_0^j$  = Cotação de fecho da acção j (j = 1 a 10) na Data de Liquidação

$Ind_i$  = Valor de fecho do Índice Eurostoxx 50 (SX5E) nas Datas de Observação i (i = 1 a 4)

$Ind_0$  = Valor de fecho do Índice Eurostoxx 50 (SX5E) na Data de Liquidação

B - A remuneração será paga semestralmente, e os 2 primeiros cupões serão fixos:

1º cupão: 5,5% (taxa anual)

2º cupão: 4,5% (taxa anual)

A partir do 3º cupão, a remuneração será calculada de acordo com a seguinte fórmula (taxa anual):

Cupão anterior \* n/N, onde

n é o nº de dias úteis do período respectivo em que a Euribor 6 meses está dentro do intervalo fixado

N é o nº de dias úteis do período respectivo

Intervalo: é o que se encontra definido no quadro seguinte, para cada cupão

Semestre	Intervalo
1º	-
2º	-
3º	[0%; 3,90%]
4º	[0%; 4,00%]
5º	[0%; 4,25%]
6º	[0%; 4,40%]
7º	[0%; 4,40%]
8º	[0%; 4,40%]
9º	[0%; 4,40%]
10º	[0%; 4,40%]
11º	[0%; 4,40%]
12º	[0%; 4,40%]

Euribor 6 meses é a taxa patrocinada pela Federação Bancária Europeia em associação com a Associação Cambista Internacional, na Base Actual/360 e divulgada cerca das 11 horas de Bruxelas, na página EURIBOR01 da Reuters, ou noutra que a substitua.

O valor da Euribor 6 meses observado no 5º dia útil anterior à data de pagamento do cupão respectivo aplicar-se-á aos dias remanescentes desse período.

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010

(Montantes expressos em milhares de Euro – m.Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

C - O 1º cupão será pago em 7 de Abril de 2008 sendo igual a

3% \* valor nominal.

Se não ocorrer o reembolso antecipado, o 2º cupão será pago em 7 de Abril de 2012 e será igual a:  
21% \* valor nominal, se Euribor 6 meses  $\epsilon$  > Euribor 6 meses  $\circ$  + 0,90%;

3% \* valor nominal, no caso contrário.

Se ocorrer o reembolso antecipado, o 2º cupão será pago em 7 de Abril de 2010 e será igual a 13% \* valor nominal.

Entende-se por:

Euribor 6 meses  $\circ$  a Euribor 6 meses registada em 7 de Abril de 2006;

Euribor 6 meses  $\epsilon$  a Euribor 6 meses registada no 5.º dia útil anterior a 7 de Abril de 2012.

D - A remuneração é como se segue:

Data Cupão	Taxa
20 de Junho de 2007	5,25%
20 de Junho de 2008	Máx [0; 4,0%* (1-n/2)]
20 de Junho de 2009	Máx [0; 5,0%* (1-n/3)]
20 de Junho de 2010	Máx [0; 6,0%* (1-n/4)]
20 de Junho de 2011	Máx [0; 7,5%* (1-n/5)]

onde n é o número acumulado de Entidades de Referência em relação às quais tenha ocorrido um Evento de Crédito

O valor dos juros a pagar será calculado pela multiplicação entre a taxa do cupão e o valor nominal.

E - A remuneração será paga anualmente, e o primeiro cupão será fixo:

1º cupão: 5%

A partir do 2º cupão, a remuneração será calculada de acordo com a seguinte fórmula, com um mínimo de 0% e um máximo de 6,5% por ano:

Mínimo [15 \* (30 Yr Swap Rate – 10 Yr Swap Rate) + 0.75%;  
15 \* (10 Yr swap Rate – 2 Yr Swap Rate) + 1.25%]

30 Yr Swap Rate – Taxa swap a 30 anos, em euros (página ISDAFIX2, na Reuters), observada no 5º dia útil anterior ao dia do pagamento do cupão respectivo

10 Yr Swap Rate – Taxa swap a 10 anos, em euros (página ISDAFIX2, na Reuters), observada no 5º dia útil anterior ao dia do pagamento do cupão respectivo

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010

(Montantes expressos em milhares de Euro – m.Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

2 Yr Swap Rate – Taxa swap a 2 anos, em euros (página ISDAFIX2, na Reuters), observada no 5º dia útil anterior ao dia do pagamento do cupão respectivo.

- F - Serão pagos os seguintes cupões, no final de cada ano (a 9 de Maio, para a 1ª série e a 20 de Junho , para as 2ª e 3ª séries):

<u>Data Cupão Taxa</u>	<u>Data Cupão Taxa</u>
1º cupão	5,50%
2º cupão	5,50%
3º cupão	Máx [0; 6,0% * (1-n/3)]
4º cupão	Máx [0; 6,0% * (1-n/4)]
5º cupão	Máx [0; 6,0% * (1-n/5)]
6º cupão	Máx [0; 6,0% * (1-n/6)]
7º cupão	Máx [0; 6,0% * (1-n/7)]
8º cupão	Máx [0; 6,0% * (1-n/8)]
9º cupão	Máx [0; 6,0% * (1-n/9)] , onde

n é o número acumulado de Entidades de Referência em relação às quais tenha ocorrido um Evento de Crédito.

Se ocorrer uma fusão entre duas ou mais empresas de referência e ocorrer um Evento de Crédito na empresa resultante da fusão, serão contados tantos Eventos de Crédito quanto o número de empresas fundidas.

- G - A remuneração será paga anualmente e será igual a:

1º ano= 5,50% \* valor nominal;  
 2º ano= 5,50% \* valor nominal;  
 3º ano e seguintes = 6,25% \* valor nominal se

Min (SDk/SD0-SXk/SX0 ; HSk/HS0- SXk/SX0) > Barreirak,

se não = 0%

onde:

Barreira3 = Barreira a aplicar no 3º cupão = 0%  
 Barreira4 = Barreira a aplicar no 4º cupão = 1%  
 Barreira5 = Barreira a aplicar no 5º cupão = 2%  
 Barreira6 = Barreira a aplicar no 6º cupão = 3%  
 Barreira7 = Barreira a aplicar no 7º cupão = 4%  
 Barreira8 = Barreira a aplicar no 8º cupão = 5%

Barreirak = Barreira a aplicar no kº cupão

SDk – Cotação de fecho do índice Eurostoxx Select Dividend (Bloomberg: SD3E) na data de observação K (K=1 a 6)

SD0 – Cotação de fecho do índice Eurostoxx Select Dividend (Bloomberg: SD3E) na data de início

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010

(Montantes expressos em milhares de Euro – m.Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

SXk – Cotação de fecho do índice Eurostoxx50 Total Return (Bloomberg: SX5T) na data de observação K (K=1 a 6)

SX0 – Cotação de fecho do índice Eurostoxx50 Total Return (Bloomberg: SX5T) na data de início

HSk – Cotação de fecho do índice HS60 Europe (Bloomberg: HS60EU) na data de observação K(K=1 a 6)

HS0 – Cotação de fecho do índice HS60 Europe (Bloomberg: HS60EU) na data de início

Em 31 de Dezembro de 2010, o Finibanco tinha negociado swaps para cobertura do risco associado à remuneração variável dos empréstimos obrigacionistas emitidos.

**19. RECURSOS DE OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO**

Em 31 de Dezembro de 2010 e 31 de Dezembro de 2009, a rubrica “Recursos de outras instituições de crédito” tem a seguinte composição:

	31-12-2010	31-12-2009
<b>No país</b>		
Mercado monetário interbancário	60.000	0
Depósitos	30.958	76.296
	<u>90.958</u>	<u>76.296</u>
<b>No estrangeiro</b>		
Em outras instituições de crédito		
Depósitos	8.775	2.480
Outros recursos	19.063	1.517
	<u>27.838</u>	<u>3.997</u>
	<u>118.796</u>	<u>80.293</u>
<b>Juros de recursos de outras instituições de crédito</b>		
Recursos de instituições de crédito no país	115	180
	<u>115</u>	<u>180</u>
	<u>118.911</u>	<u>80.473</u>

## NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010

(Montantes expressos em milhares de Euro – m.Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

## 20. RECURSOS DE CLIENTES E OUTROS EMPRÉSTIMOS

Em 31 de Dezembro de 2010 e de 2009, a rubrica “Recursos de clientes e outros empréstimos” tem a seguinte composição:

	31-12-2010	31-12-2009
<b>Recursos de clientes</b>		
<b>Depósitos</b>		
<b>De residentes</b>		
Do sector público administrativo		
À ordem	12.681	13.649
A prazo	10.115	28.629
	<u>22.796</u>	<u>42.278</u>
De emigrantes		
À ordem	1.688	1.511
A prazo	10.670	11.329
De poupança	4.583	5.693
	<u>16.941</u>	<u>18.533</u>
De outros residentes		
À ordem	576.472	464.310
A prazo	1.675.825	1.510.742
De poupança	13.783	16.646
Outros	82	267
	<u>2.266.162</u>	<u>1.991.965</u>
<b>De não residentes</b>		
À ordem	15.646	12.541
A prazo	37.621	49.813
	<u>53.267</u>	<u>62.354</u>
<b>Outros recursos de clientes</b>		
Cheques e ordens a pagar	14.537	8.270
	<u>14.537</u>	<u>8.270</u>
<b>Juros de recursos de clientes</b>		
<b>Depósitos</b>		
De residentes		
Do sector público administrativo	92	92
De emigrantes	137	200
De outros residentes	15.945	12.211
De não residentes	278	402
	<u>16.452</u>	<u>12.905</u>
	<u>2.390.155</u>	<u>2.136.305</u>

## NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010

(Montantes expressos em milhares de Euro – m.Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

21. PASSIVOS FINANCEIROS ASSOCIADOS A ACTIVOS TRANSFERIDOS

Em 31 de Dezembro de 2010 e 31 de Dezembro de 2009, a rubrica “Passivos financeiros associados a activos transferidos” tem a seguinte composição:

	31-12-2010	31-12-2009
<b>Passivos por activos não desreconhecidos em operações de titularização</b>		
Por crédito a clientes - titularizado		
Crédito não representado por valores mobiliários		
Crédito interno	140.315	248.795
<b>Despesas com encargo diferido</b>		
Passivos por activos não desreconhecidos em operações de titularização	( 167)	( 285)
<b>Encargos a pagar</b>		
Juros de passivos por activos não desreconhecidos em operações de titularização	976	1.579
	<b>141.124</b>	<b>250.089</b>

## NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010

(Montantes expressos em milhares de Euro – m.Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

## 22. IMPARIDADE ACUMULADA E PROVISÕES ACUMULADAS

O detalhe da rubrica imparidade acumulada e provisões acumuladas, em 31 de Dezembro de 2010 e 31 de Dezembro de 2009, bem como o movimento ocorrido no exercício de 2010, era como a seguir se mostra:

	Saldo 31-12-2009	Dotações	Utilizações	Anulações/ Reposições	Transfe- rências (+/-)	Saldo 31-12-2010
<u>Activos financeiros disponíveis</u>						
<u>para venda (Nota 6)</u>	691	-	-	-	-	691
	<u>691</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>691</u>
<u>Crédito de cobrança duvidosa</u>						
Crédito não representado por valores mobiliários	14.157	33.726	-	( 12.484)	258	35.657
Activos titularizados não desreconhecidos	164	372	-	( 114)	( 265)	157
<u>Risco país</u>						
Crédito ao exterior	23	1.397	-	( 1.401)	-	19
	<u>14.344</u>	<u>35.495</u>	<u>-</u>	<u>( 13.999)</u>	<u>( 7)</u>	<u>35.833</u>
<u>Crédito e juros vencidos</u>						
Crédito não representado por valores mobiliários						
Crédito interno	29.538	36.310	( 313)	( 5.297)	17.115	77.353
Crédito ao exterior	7	75	-	-	-	82
Activos titularizados não desreconhecidos	1.976	2.702	-	-	-	4.678
Outros créditos e valores a receber (titulados)	110	-	-	-	-	110
	<u>31.631</u>	<u>39.087</u>	<u>( 313)</u>	<u>( 5.297)</u>	<u>17.115</u>	<u>82.223</u>
(Nota 8)	<u>45.975</u>	<u>74.582</u>	<u>( 313)</u>	<u>( 19.296)</u>	<u>17.108)</u>	<u>118.056</u>
<u>Activos não financeiros</u>						
Propriedades de Investimento	595	6.064	-	( 6.145)	-	514
(Nota 10)	<u>595</u>	<u>6.064</u>	<u>-</u>	<u>( 6.145)</u>	<u>-</u>	<u>514</u>
<u>Crédito e juros vencidos</u>						
Devedores e outras aplicações	965	-	( 557)	( 408)	-	-
<u>Risco país</u>						
Aplicações em IC's no estrangeiro	84	10	-	( 15)	-	79
Outras aplicações no estrangeiro	351	816	-	( 1.153)	-	14
(Nota 15)	<u>1.400</u>	<u>826</u>	<u>( 557)</u>	<u>( 1.576)</u>	<u>-</u>	<u>93</u>
<u>Riscos gerais de crédito</u>	21.419	3.159	-	( 1.523)	( 1.063)	21.992
<u>Outras provisões</u>	973	963	( 348)	-	-	1.588
	<u>22.392</u>	<u>4.122</u>	<u>( 348)</u>	<u>( 1.523)</u>	<u>( 1.063)</u>	<u>23.580</u>
	<u>71.053</u>	<u>85.594</u>	<u>( 1.218)</u>	<u>( 28.540)</u>	<u>16.045</u>	<u>142.934</u>

Na demonstração de resultados a rubrica “Correcções de valores associados ao crédito a clientes e valores a receber de outros devedores” inclui o saldo da conta “Recuperações de crédito, juros e despesas” no valor de m. Euros 1.183 (m. Euros 762 em 31 de Dezembro de 2009).

## NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010

(Montantes expressos em milhares de Euro – m.Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

O detalhe da rubrica imparidade acumulada e provisões acumuladas, em 31 de Dezembro de 2009, bem como o movimento ocorrido no exercício de 2009, era como a seguir se mostra:

	Saldo 31-12-2008	Dotações	Utilizações	Anulações/ Reposições	Transfe- rências (+/-)	Saldo 31-12-2009
<u>Activos financeiros disponíveis</u>						
<u>para venda (Nota 6)</u>	5.217	206	( 4.732)	-	-	691
	<u>5.217</u>	<u>206</u>	<u>( 4.732)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>691</u>
<u>Crédito de cobrança duvidosa</u>						
Crédito não representado por valores mobiliários	7.600	12.072	( 1.724)	( 3.791)	-	14.157
Activos titularizados não desreconhecidos	43	121	-	( 121)	121	164
<u>Risco país</u>						
Crédito ao exterior	32	164	-	( 173)	-	23
	<u>7.675</u>	<u>12.357</u>	<u>( 1.724)</u>	<u>( 4.085)</u>	<u>121</u>	<u>14.344</u>
<u>Crédito e juros vencidos</u>						
Crédito não representado por valores mobiliários						
Crédito interno	22.480	27.270	( 12.994)	( 7.218)	-	29.538
Crédito ao exterior	10	27	( 18)	( 12)	-	7
Activos titularizados não desreconhecidos	382	1.594	-	( 1.594)	1.594	1.976
Outros créditos e valores a receber (titulados)	110	-	-	-	-	110
	<u>22.982</u>	<u>28.891</u>	<u>( 13.012)</u>	<u>( 8.824)</u>	<u>1.594</u>	<u>31.631</u>
(Nota 8)	<u>30.657</u>	<u>41.248</u>	<u>( 14.736)</u>	<u>( 12.909)</u>	<u>1.715</u>	<u>45.975</u>
<u>Activos não financeiros</u>						
Propriedades de Investimento	-	217	-	-	378	595
(Nota 10)	<u>-</u>	<u>217</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>378</u>	<u>595</u>
<u>Crédito e juros vencidos</u>						
Devedores e outras aplicações	861	104	-	-	-	965
<u>Risco país</u>						
Aplicações em IC's no estrangeiro	76	25	-	( 17)	-	84
Outras aplicações no estrangeiro	-	363	-	( 12)	-	351
(Nota 15)	<u>937</u>	<u>492</u>	<u>-</u>	<u>( 29)</u>	<u>-</u>	<u>1.400</u>
<u>Riscos gerais de crédito</u>	21.082	2.683	-	( 2.326)	( 20)	21.419
<u>Outras provisões</u>	911	173	( 8)	( 103)	-	973
	<u>21.993</u>	<u>2.856</u>	<u>( 8)</u>	<u>( 2.429)</u>	<u>( 20)</u>	<u>22.392</u>
	<u>58.804</u>	<u>45.019</u>	<u>( 19.476)</u>	<u>( 15.367)</u>	<u>2.073</u>	<u>71.053</u>



## NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010

(Montantes expressos em milhares de Euro – m.Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

23. OUTROS PASSIVOS SUBORDINADOS

Em 31 de Dezembro de 2010 e de 2009, a rubrica “Outros passivos subordinados” tem a seguinte composição:

	31-12-2010	31-12-2009
Dívida emitida		
Obrigações subordinadas	11.011	11.011
Juros de responsabilidades representadas por títulos		
Com carácter subordinado	20	48
	<u>11.031</u>	<u>11.059</u>

O detalhe da rubrica " Outros passivos subordinados" em 31 de Dezembro de 2010 é como segue:

Descrição	Valor nominal	Remuneração	Reembolso e pagamento de juros
<b>DÍVIDA EMITIDA SUBORDINADA:</b>			
<b><u>Emitida em anos anteriores</u></b>			
Obrigações de caixa subordinadas "FNB Rendimento Garantido 05/13"	410	A	9 de Maio de 2013
Obrigações de caixa subordinadas "FNB Rendimento Seguro 05/15"	238	B	9 de Junho de 2015
Obrigações de caixa subordinadas "FNB 08/18"	10.363	C	9 de Dezembro de 2018 p/ 1ª série 16 de Dezembro de 2018 p/ 2ª série
	<u>11.011</u>		

A - A remuneração será paga semestralmente, terá como mínimo 1% e como máximo 5%, e será calculada de acordo com a seguinte fórmula (taxa anual):

$$n/N * 5\% + m/N * 1\%, \text{ onde}$$

n é o nº de dias úteis do período respectivo em que a Euribor 6 meses está dentro do intervalo fixado

m é o nº de dias úteis do período respectivo em que a Euribor 6 meses está fora do intervalo fixado

N é o nº de dias úteis do período respectivo

Intervalo: é o que se encontra definido no quadro seguinte, para cada cupão

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010

(Montantes expressos em milhares de Euro – m.Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

Período	Data cupão	Intervalo
1º semestre	09-Nov-05	[0; 2,75%]
2º semestre	09-Mai-06	[0; 3,00%]
3º semestre	09-Nov-06	[0; 3,25%]
4º semestre	09-Mai-07	[0; 3,50%]
5º semestre	09-Nov-07	[0; 3,50%]
6º semestre	09-Mai-08	[0; 3,75%]
7º semestre	09-Nov-08	[0; 3,75%]
8º semestre	09-Mai-09	[0; 4,00%]
9º semestre	09-Nov-09	[0; 4,00%]
10º semestre	09-Mai-10	[0; 4,25%]
11º semestre	09-Nov-10	[0; 4,25%]
12º semestre	09-Mai-11	[0; 4,50%]
13º semestre	09-Nov-11	[0; 4,50%]
14º semestre	09-Mai-12	[0; 4,50%]
15º semestre	09-Nov-12	[0; 4,50%]
16º semestre	09-Mai-13	[0; 4,50%]

Euribor 6 meses é a taxa patrocinada pela Federação Bancária Europeia em associação com a Associação Cambista Internacional, na Base Actual/360 e divulgada cerca das 11 horas de Bruxelas, na página EURIBOR01 da Reuters, ou noutra que a substitua.

O valor da Euribor 6 meses observado no 5º dia útil anterior à data de pagamento do cupão respectivo aplicar-se-á aos dias remanescentes desse período.

- B - A remuneração será paga semestralmente, terá como mínimo 1% e como máximo 5%, e será calculada de acordo com a seguinte fórmula (taxa anual):

$n/N * 5\% + m/N * 1\%$ , onde

n é o nº de dias úteis do período respectivo em que a Euribor 6 meses está dentro do intervalo fixado

m é o nº de dias úteis do período respectivo em que a Euribor 6 meses está fora do intervalo fixado

N é o nº de dias úteis do período respectivo

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010

(Montantes expressos em milhares de Euro – m.Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

Intervalo: é o que se encontra definido no quadro seguinte, para cada cupão

<b>Período</b>	<b>Data cupão</b>	<b>Intervalo</b>
1º semestre	09-Dez-05	[1,60 ; 2,75%]
2º semestre	09-Jun-06	[1,60 ; 3,00%]
3º semestre	09-Dez-06	[1,60 ; 3,25%]
4º semestre	09-Jun-07	[1,60 ; 3,50%]
5º semestre	09-Dez-07	[1,70 ; 3,75%]
6º semestre	09-Jun-08	[1,70 ; 3,75%]
7º semestre	09-Dez-08	[1,70 ; 3,75%]
8º semestre	09-Jun-09	[1,70 ; 4,00%]
9º semestre	09-Dez-09	[1,80 ; 4,00%]
10º semestre	09-Jun-10	[1,80 ; 4,25%]
11º semestre	09-Dez-10	[1,80 ; 4,25%]
12º semestre	09-Jun-11	[1,80 ; 4,50%]
13º semestre	09-Dez-11	[1,90 ; 4,50%]
14º semestre	09-Jun-12	[1,90 ; 4,50%]
15º semestre	09-Dez-12	[1,90 ; 4,50%]
16º semestre	09-Jun-13	[1,90 ; 4,50%]
17º semestre	09-Dez-13	[2,00 ; 4,50%]
18º semestre	09-Jun-14	[2,00 ; 4,50%]
19º semestre	09-Dez-14	[2,00 ; 4,50%]
20º semestre	09-Jun-15	[2,00 ; 4,50%]

C - A remuneração será paga semestralmente e o primeiro cupão será fixo:

1º cupão: 6,50% (taxa anual);

Do 2º ao 10º cupão: Euribor 6M + 1,50% (taxa anual);

11º cupão e seguintes: Euribor 6M + 1,75% (taxa anual).

Por Euribor 6 meses entende-se a taxa patrocinada pela Federação Bancária Europeia em associação com a Associação Cambista Internacional resultante do cálculo da média das taxas de depósitos interbancários denominados em Euros, oferecidos na zona da União Económica e Monetária entre Bancos de 1ª linha, cotados na base actual/360, e divulgada na página EURIBOR01 da Reuters.

Será fixada para efeitos de cálculo a taxa Euribor de 6 meses, fixada 2 dias úteis antes da data de início de cada período de contagem de juros.

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010

(Montantes expressos em milhares de Euro – m.Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

24. OUTROS PASSIVOS

A rubrica “Outros passivos”, em 31 de Dezembro de 2010 e de 2009, é como segue:

	31-12-2010	31-12-2009
<b>Credores e outros recursos</b>		
Recursos diversos	11	10
Sector público administrativo	3.973	4.492
Cobranças por conta de terceiros	38	36
Juros, dividendos e outras remunerações de capital a pagar	1	1
Contribuições para outros sistemas de saúde	214	207
Credores diversos		
Credores por operações sobre valores mobiliários	106	101
Credores por fornecimento de bens	3.469	4.189
Outros credores	2.464	2.976
	<u>10.276</u>	<u>12.012</u>
<b>Responsabilidades com pensões e outros benefícios</b>		
Flutuação de valores ( Nota 43 alínea c ) )	12.307	7.665
Insuficiência na cobertura de responsabilidades ( Nota 43 alínea d) e e ) )	-	-
	<u>12.307</u>	<u>7.665</u>
<b>Encargos a pagar</b>		
Outros encargos a pagar		
Por gastos com pessoal		
Benefícios pós emprego		
Prémio de antiguidade	4.163	3.947
Outros	8.054	7.330
	<u>12.217</u>	<u>11.277</u>
<b>Receitas com rendimento diferido</b>		
Outros receitas com rendimento diferido	458	515
	<u>458</u>	<u>515</u>
<b>Outras contas de regularização</b>	<u>4.573</u>	<u>2</u>
	<u><b>39.831</b></u>	<u><b>31.471</b></u>

A rubrica “Sector público administrativo” inclui m.Euros 626 de IVA e m.Euros 2.780 de retenções na fonte de impostos, os quais foram pagos ao estado nos prazos legais ( m.Euros 777 e m.Euros 3.187 , respectivamente em 31 de Dezembro de 2009).

A rubrica “ Encargos a pagar outros” inclui m.Euros 7.042 relativos a estimativas para férias e subsídio de férias a pagar em 2011 ( m.Euros 6.363 em 31 de Dezembro de 2009).

A rubrica “Outras contas de regularização” refere-se essencialmente a operações em liquidação.

25. CAPITAL

Em 31 de Dezembro de 2010, o capital subscrito do Finibanco ascende a m.Euros 180.000 e encontra-se integralmente realizado, sendo formado por 180.000.000 acções de valor nominal de 1 Euro.

Em Junho de 2010, realizou-se um aumento de capital de m.Euros 160.000 para m.Euros 180.000, realizado pelo accionista único Finibanco-Holding, SGPS S.A..

Em 31 de Dezembro de 2010, o Finibanco Holding detém 100% das acções representativas do capital social do Finibanco.

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010

(Montantes expressos em milhares de Euro – m.Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

O Finibanco não detém em 31 de Dezembro de 2010 quaisquer acções próprias.

Não existem partes de capital beneficiárias, obrigações convertíveis nem títulos ou direitos similares.

As informações sobre os requisitos de capital regulamentar encontram-se descritas no ponto 2.9.1. do Relatório de Gestão.

**26. OUTROS INSTRUMENTOS DE CAPITAL**

Esta rubrica contempla a emissão de m.Euros 15.000 ocorrida no primeiro trimestre de 2010 de Valores Mobiliários Perpétuos Subordinados com juros condicionados. Face às suas características esta emissão pode ser considerada como instrumento de capital nos termos da IAS 32.

**Remuneração**

Com sujeição às limitações ao vencimento de juros descritas abaixo, a remuneração será paga semestralmente, em 2 de Fevereiro e em 2 de Agosto de cada ano, com início em 2 de Agosto de 2010 e será igual a:

1º ao 4º cupões: 7,00%

5º cupão e seguintes: Euribor 6M + 2,75%, com um mínimo de 5%.

*Limitações ao vencimento de Juros*

A Emitente estará impedida de proceder ao pagamento de juros:

- Na medida e até à concorrência em que a soma do montante a pagar pelos juros desta emissão com o montante dos dividendos pagos ou deliberados e o de pagamentos garantidos relativos a eventuais acções preferenciais que se possam vir a emitir, exceder os Fundos Distribuíveis da Emitente, ou
- Estiver em incumprimento da Regulamentação de Requisitos de Fundos Próprios ou na medida e até à concorrência em que o seu pagamento implicar incumprimento dessa Regulamentação.

A Emitente ainda está impedida de proceder ao Pagamento de Juros se, na opinião do Conselho de Administração ou do Banco de Portugal, esse pagamento colocar em risco o cumprimento da Regulamentação de requisitos de Fundos Próprios.

O impedimento de proceder ao Pagamento de Juros poderá ser total ou parcial.

O não pagamento de juros numa qualquer data desonera a Emitente do pagamento dos juros relativos a essa data em momento futuro.

*Consideram-se Fundos Distribuíveis de um determinado ano a soma algébrica, com referência ao exercício anterior, dos resultados acumulados retidos com quaisquer outros valores susceptíveis de serem distribuíveis aos accionistas e com os lucros ou prejuízos, líquida das reservas obrigatórias, legais e estatutárias, mas antes da dedução do montante de quaisquer dividendos relativos às acções ordinárias ou a quaisquer outros valores mobiliários subordinados a estes, relativos a esse exercício.*

**Reembolso**

Estes valores Mobiliários são perpétuos, só sendo reembolsáveis segundo as condições de reembolso antecipado abaixo previstas.

Mediante acordo prévio do Banco de Portugal, o emitente poderá proceder ao reembolso, total ou parcial, a partir da 10ª data de pagamento de juros, inclusive (5º ano).

Em caso de ocorrência continuada de um Evento de Desqualificação como Fundos Próprios de Base, mesmo antes de decorridos 5 anos desde a sua emissão, e mediante acordo prévio do Banco de Portugal, estes Valores Mobiliários são reembolsáveis por opção do Emitente, em qualquer data.

*Por Evento de Desqualificação como Fundos Próprios de Base entende-se uma alteração de qualquer documento legal ou respectiva interpretação oficial que implique que estes Valores Mobiliários deixem de poder ser qualificados como Fundos Próprios de Base da Emitente.*

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010

(Montantes expressos em milhares de Euro – m.Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

**27. DIVIDENDOS PAGOS E RESULTADOS POR ACÇÃO**

No exercício de 2010 e 2009 não foram pagos quaisquer dividendos relativos aos resultados do exercício.

**Resultados por acção básicos e diluídos**

Os resultados por acção básicos são calculados efectuando a divisão do resultado atribuível aos accionistas pelo número médio ponderado de acções ordinárias em circulação à data de balanço.

Os resultados por acção diluídos são calculados ajustando o efeito de todas as potenciais acções ordinárias diluidoras ao número médio ponderado de acções ordinárias em circulação (durante o exercício) e ao resultado líquido atribuível aos accionistas.

	<b>31-12-2010</b>	<b>31-12-2009</b>
Resultado líquido consolidado atribuível aos accionistas	(55.832)	(9.707)
Nº médio ponderado de acções ordinárias emitidas (milhares)	170.192	133.918
Nº médio ponderado de acções próprias em carteira (milhares)	0	0
<b>Nº médio ponderado de acções ordinárias em circulação</b>	<b>170.192</b>	<b>133.918</b>
<b>Resultado por acção básico e diluído atribuível aos accionistas (em euros)</b>	<b>-0,33</b>	<b>-0,07</b>

## NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010

(Montantes expressos em milhares de Euro – m.Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

28. MARGEM FINANCEIRA

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, a margem financeira detalha-se da seguinte forma:

	31-12-2010	31-12-2009
<b>Juros e rendimentos similares</b>		
Disponibilidades		
Em bancos centrais	430	596
Em outras instituições de crédito	3	20
Aplicações em instituições de crédito	10.268	12.782
Crédito a clientes	91.425	104.040
Crédito vencido	2.609	3.291
Outros activos financeiros		
Activos detidos para negociação	1.886	7.269
Juros de outros activos financeiros ao justo valor através de resultados (fair value option)	700	48
Activos financeiros disponíveis para venda	9.767	10.253
Activos titularizados não desreconhecidos	14.113	18.424
Outros juros e rendimentos similares	-	12
	<u>131.201</u>	<u>156.735</u>
<b>Outras comissões recebidas</b>		
Operações de crédito	9.868	8.444
	<u>141.069</u>	<u>165.179</u>
<b>Juros e encargos similares</b>		
Recursos de outros bancos centrais	2.349	1.135
Recursos de outras instituições de crédito	1.422	2.260
Recursos de clientes	49.149	67.315
Responsabilidades representadas por títulos sem carácter subordinado	896	1.925
Passivos financeiros de negociação	2.987	6.553
Passivos por activos não desreconhecidos	11.156	14.312
Passivos subordinados	254	2.663
Outros juros e encargos similares	-	8
	<u>68.213</u>	<u>96.171</u>
<b>Comissões pagas associadas ao custo amortizado</b>		
Passivos por activos não desreconhecidos	118	118
	<u>68.331</u>	<u>96.289</u>
<b>Rendimentos provenientes de :</b>		
Outros instrumentos de capital	63	1.844
	<u>63</u>	<u>1.844</u>
	<u><b>72.801</b></u>	<u><b>70.734</b></u>

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010

(Montantes expressos em milhares de Euro – m.Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

A rubrica “Outros juros e rendimentos similares” incluem m.Euros 6.669 de juros relativos a contratos de locação financeira em que o Finibanco é locador ( m.Euros 8.296 em 31 de Dezembro de 2009).

A rubrica “Outros juros e encargos” similares não inclui de juros relativos a contratos de locação financeira em que o Finibanco é locatário ( m.Euros 0,2 em 31 de Dezembro de 2009).

29. RENDIMENTOS E ENCARGOS DE E COM SERVIÇOS E COMISSÕES

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, a rubrica “Rendimentos e encargos de e com serviços e comissões” detalha-se da seguinte forma:

	31-12-2010	31-12-2009
<b>Rendimentos de serviços e comissões por :</b>		
Garantidas prestadas	1.991	1.927
Compromissos assumidos perante terceiros	213	652
Operações sobre instrumentos financeiros	68	205
Serviços prestados		
Comissão de fundos e patrimónios	442	371
Outros serviços prestados	2.954	2.840
Operações realizadas por conta de terceiros		
Corretagem	764	689
Outras comissões recebidas	18.262	9.342
	<u>24.694</u>	<u>16.026</u>
<b>Encargos com serviços e comissões por :</b>		
Garantias recebidas	4	4
Serviços bancários prestados por terceiros	3.013	1.892
Operações realizadas por terceiros	159	124
Outras comissões pagas	1.958	573
	<u>5.134</u>	<u>2.593</u>
	<u><b>19.560</b></u>	<u><b>13.433</b></u>



NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010

(Montantes expressos em milhares de Euro – m.Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

30. RESULTADOS DE ACTIVOS E PASSIVOS AVALIADOS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE RESULTADOS

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, a rubrica “Rendimentos de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados” detalha-se da seguinte forma:

	31-12-2010	31-12-2009
<b>Ganhos em :</b>		
Activos financeiros detidos para negociação		
Títulos	4.481	27.349
Instrumentos derivados	40.631	16.414
Ganhos em outros activos financeiros avaliados ao justo valor através da conta de resultados (fair value option)	836	306
Passivos financeiros de negociação		
Instrumentos financeiros designados ao justo valor ( fair value option) ganhos		
Operações passivas	4.408	4.342
	<u>50.356</u>	<u>48.411</u>
<b>Perdas em :</b>		
Activos financeiros detidos para negociação		
Títulos	4.158	10.259
Instrumentos derivados	30.162	10.695
Perdas em outros activos financeiros avaliados ao justo valor através da conta de resultados (fair value option)	1.562	
Passivos financeiros de negociação		
Instrumentos financeiros designados ao justo valor ( fair value option) perdas		
Operações passivas	11.373	12.575
	<u>47.255</u>	<u>33.529</u>
	<u><b>3.101</b></u>	<u><b>14.882</b></u>

31. RESULTADOS DE ACTIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, a rubrica “Rendimentos de activos financeiros disponíveis para venda” detalha-se da seguinte forma:

	31-12-2010	31-12-2009
<b>Ganhos em :</b>		
Activos financeiros disponíveis para venda		
Títulos	985	681
	<u>985</u>	<u>681</u>
<b>Perdas em :</b>		
Activos financeiros disponíveis para venda		
Títulos	374	50
	<u>374</u>	<u>50</u>
	<u><b>611</b></u>	<u><b>631</b></u>

## NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010

(Montantes expressos em milhares de Euro – m.Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

32. RESULTADOS DE REAVALIAÇÃO CAMBIAL

A rubrica “Resultados de reavaliação cambial”, em 31 de Dezembro de 2010 e de 2009, é como segue:

	31-12-2010	31-12-2009
<b>Ganhos em :</b>		
Operações financeiras		
Diferenças cambiais	108.242	74.640
	<u>108.242</u>	<u>74.640</u>
<b>Perdas em :</b>		
Operações financeiras		
Diferenças cambiais	107.607	73.220
	<u>107.607</u>	<u>73.220</u>
	<u>635</u>	<u>1.420</u>

33. RESULTADOS DE ALIENAÇÃO DE OUTROS ACTIVOS

A rubrica “Resultados de alienação de outros activos”, em 31 de Dezembro de 2010 e de 2009, é como segue:

	31-12-2010	31-12-2009
<b>Ganhos em :</b>		
Activos não financeiros		
Activos não correntes detidos para venda		
Ganhos realizados	21	158
Outros activos tangíveis		
Ganhos realizados	165	285
	<u>186</u>	<u>443</u>
<b>Perdas em :</b>		
Activos não financeiros		
Activos não correntes detidos para venda		
Perdas realizadas	170	1.877
Outros activos tangíveis		
Perdas realizadas	153	22
	<u>323</u>	<u>1.899</u>
	<u>( 137 )</u>	<u>( 1.456 )</u>

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010

(Montantes expressos em milhares de Euro – m.Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

34. OUTROS RESULTADOS DE EXPLORAÇÃO

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, a rubrica “Outros resultados de exploração” detalha-se da seguinte forma:

	31-12-2010	31-12-2009
<b>Ganhos em :</b>		
Ganhos em activos não financeiros		
Activos não correntes detidos para venda		
Ganhos não realizados	347	184
Outros activos tangíveis		
Locação Financeira	545	221
Outros activos tangíveis		-
Outros activos não financeiros	7	12
Outros ganhos e rendimentos operacionais		
Reembolso de despesas	2.377	7.667
Prestação de serviços diversos	4.156	4.736
Outros	2.935	2.564
	<u>10.367</u>	<u>15.384</u>
<b>Perdas em :</b>		
	7.535	
Outros impostos	367	428
Quotizações e donativos	182	136
Contribuições para o FGD e FGCAM	569	560
Perdas em activos não financeiros		
Activos não correntes detidos para venda		
Perdas não realizadas	1.390	1.086
Outros activos tangíveis		
Activos em locação financeira	411	152
Outros encargos e gastos operacionais	1.354	1.372
	<u>11.808</u>	<u>3.734</u>
	<u>( 1.441 )</u>	<u>11.650</u>

## NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010

(Montantes expressos em milhares de Euro – m.Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

35. CUSTOS COM O PESSOAL

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, a rubrica “Custos com pessoal” detalha-se da seguinte forma:

	31-12-2010	31-12-2009
Remunerações		
Dos órgãos de gestão e fiscalização	1.625	1.566
De empregados	41.222	38.357
Encargos sociais obrigatórios		
Encargos relativos a remunerações	8.096	7.049
Benefícios de empregados		
Benefícios de reforma	4.235	4.549
SAMS	417	345
Subsídio por morte	154	187
Outros	1.048	1.426
Outros custos com o pessoal		
Indemnizações contratuais	-	105
Transferências de pessoal	7	20
Outros custos com o pessoal	472	575
	<b>57.276</b>	<b>54.179</b>

O desdobramento do valor afecto ao fundo de pensões é apresentado na Nota 43.

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, o número médio de efectivos do Finibanco por categorias profissionais, era o seguinte:

	31-12-2010	31-12-2009
Administração	2	2
Direcção	97	83
Chefia	297	283
Técnicos	406	382
Administrativos	466	467
Outros	16	17
	<b>1.284</b>	<b>1.234</b>

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010

(Montantes expressos em milhares de Euro – m.Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

36. GASTOS GERAIS ADMINISTRATIVOS

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, a rubrica “Gastos gerais administrativos” detalha-se da seguinte forma:

	31-12-2010	31-12-2009
<b>Com fornecimentos :</b>		
Água, energia e combustíveis	1.681	1.676
Material de consumo corrente	878	974
Publicações	15	20
Material de higiene e limpeza	29	29
Outros fornecimentos de terceiros	68	61
	<u>2.671</u>	<u>2.760</u>
<b>Com serviços :</b>		
Rendas e alugueres	9.011	7.957
Comunicações	3.398	3.595
Deslocações, estadas e representação	883	934
Publicidade e edição de publicações	2.728	2.718
Conservação e reparação	845	1.146
Transportes	244	329
Formação de pessoal	212	97
Seguros	545	748
Serviços especializados	10.747	9.079
Outros serviços de terceiros	2.779	2.709
	<u>31.392</u>	<u>29.312</u>
	<u><b>34.063</b></u>	<u><b>32.072</b></u>

A rubrica “ Rendas e alugueres” inclui locação operacional de imóveis no valor de m.Euros 5.637 onde o Finibanco tem instaladas parte das suas agências e serviços centrais (m.Euros 5.700 em 31 de Dezembro de 2009).

A rubrica “Rendas e alugueres” inclui locação operacional de equipamento informático e de transmissão no valor de m.Euros 2.519 (m.Euros 1.997 em 31 de Dezembro de 2009).

A rubrica “Rendas e alugueres” inclui ainda locação operacional de viaturas de serviço próprio no valor de m.Euros 856 (m.Euros 261 em 31 de Dezembro de 2009).

**A duração dos contratos de locação operacional é a seguinte:**

Para imóveis 1 ano renovável.  
 Para equipamento informático 60 meses.  
 Para equipamento de transmissão 35 meses.  
 Para viaturas 48 meses.

**Quanto à forma de actualização das rendas de locação operacional temos o seguinte:**

Locação operacional de imóveis, actualização à taxa legal  
 Locação operacional de equipamento informático e de transmissão, taxas fixas  
 Locação operacional de equipamento administrativo, taxas fixas.  
 Locação operacional de viaturas, taxas fixas.

## NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010

(Montantes expressos em milhares de Euro – m.Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

**Os pagamentos mínimos futuros associados a contratos de locação operacional não canceláveis são os seguintes:**

**Equipamento informático**

	31-12-2010	31-12-2009
Pagamentos até 1 ano	183	151
Pagamentos entre 1 e 5 anos	524	529
	<b>707</b>	<b>680</b>

**Equipamento de transmissão**

	31-12-2010	31-12-2009
Pagamentos até 1 ano	724	724
Pagamentos entre 1 e 5 anos	121	845
	<b>845</b>	<b>1.569</b>

**Viaturas**

	31-12-2010	31-12-2009
Pagamentos até 1 ano	882	685
Pagamentos entre 1 e 5 anos	1.708	1.910
	<b>2.590</b>	<b>2.595</b>

## NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010

(Montantes expressos em milhares de Euro – m.Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

37. IMPOSTOS CORRENTES

A diferença entre os impostos calculados à taxa legal e os impostos calculados à taxa efectiva 31 de Dezembro de 2010 e 2009, pode ser explicada como a seguir se demonstra:

	31-12-2010	31-12-2009
<b>Imposto corrente :</b>		
1. Resultado antes de impostos	( 60.393)	( 12.459)
2. Taxa legal de imposto (IRC + Derrama)	26,50%	26,50%
3. Carga fiscal normal (1*2)	-	-
4. Variações patrimoniais positivas	-	3.479
5. Variações patrimoniais negativas	( 1.835)	( 3.045)
6. Efeito fiscal de gastos que não são dedutíveis		
6.1. Reintegrações não aceites	16	16
6.2. Provisões não dedutíveis	38.483	2.537
6.3. Mais valias fiscais	23	123
6.4. Outros custos não dedutíveis	5.774	7.863
7. Efeito fiscal de rendimentos que não são tributáveis		
7.1. Redução de provisões não tributadas	( 8.072)	( 1.901)
7.2. Menos valias fiscais	( 140)	-
7.3. Benefícios fiscais	( 2.079)	( 2.245)
7.4. Rendimentos nos termos do artigo 46º	( 124)	( 2.361)
7.5. Outros proveitos não tributados	( 3.298)	( 6.404)
8. Resultados não tributáveis (ZFM)	-	( 434)
9. Prejuízos fiscais reportáveis	-	-
10. Lucro tributável (1+4+5+6+7-8+9)	( 31.645)	( 13.963)
11. Imposto antes da tributação autónoma (10*2)	-	-
12. Tributações autónomas	307	251
<b>13. Imposto total (11+12)</b>	<b>307</b>	<b>251</b>
14. Taxa efectiva (13/1) (*)	-	-

(\*) Atendendo a que o resultado antes de imposto é negativo o imposto a pagar no exercício no montante de m.Euros 307 refere-se a tributação autónoma ( m.Euros 251 em 31 de Dezembro de 2009).

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correcção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social). Quando haja lugar a prejuízos fiscais em sede de Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Colectivas (IRC), o período a considerar é de quatro anos.

Adicionalmente, de acordo com o artigo 63º do Código do IRC, a Direcção Geral dos Impostos poderá efectuar as correcções que considere necessárias para a determinação do lucro tributável sempre que, em virtude de relações especiais entre o contribuinte e outra pessoa, sujeita ou não a IRC, tenham sido estabelecidas condições diferentes das que seriam normalmente acordadas entre pessoas independentes, conduzindo a que o resultado apurado seja diverso do que se apuraria na ausência dessas relações.

No entanto, a Administração entende que as eventuais correcções, se algumas, resultantes de diferentes interpretações da legislação vigente por parte das autoridades fiscais não deverão ter um efeito significativo nas demonstrações financeiras anexas.

## NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010

(Montantes expressos em milhares de Euro – m.Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

## 38. RUBRICAS EXTRAPATRIMONIAIS

Em 31 de Dezembro de 2010 e 31 de Dezembro de 2009 o detalhe das rubricas extrapatrimoniais é como segue:

	31-12-2010	31-12-2009
Garantias prestadas e outros passivos eventuais :		
Garantias pessoais/institucionais	100.996	92.010
Garantias reais (activos dados em garantia)	421.470	214.712
	<u>522.466</u>	<u>306.722</u>
Garantias recebidas :		
Garantias pessoais/institucionais	1.923.841	1.798.631
Garantias reais (activos recebidos em garantia)	1.712.937	1.593.244
	<u>3.636.778</u>	<u>3.391.875</u>
Compromissos perante terceiros :		
Compromissos irrevogáveis		
Linhas de crédito irrevogáveis	159.963	124.060
Responsabilidades a prazo de contribuições anuais para FGD	2.486	2.429
Responsabilidade potencial para com SII	479	478
Compromissos revogáveis	339.499	327.512
	<u>502.427</u>	<u>454.479</u>
Operações cambiais e instrumentos derivados :		
Operações cambiais à vista	11.617	4.697
Instrumentos de negociação	389.449	419.217
Instrumentos de cobertura	943.487	831.766
	<u>1.344.553</u>	<u>1.255.680</u>
Responsabilidades por prestação de serviços :		
Depósito e guarda de valores	1.557.551	2.097.300
De cobrança de valores	53.109	59.872
	<u>1.610.660</u>	<u>2.157.172</u>
Serviços prestados por terceiros :		
Por depósito e guarda de valores	517.133	1.050.092
Por cobrança de valores	31.132	40.925
	<u>548.265</u>	<u>1.091.017</u>
Outras contas extrapatrimoniais :		
Consignações	4	17
Créditos abatidos ao activo		
Créditos		
Crédito Abatido	112.504	20.132
Crédito Abatido Cedido	-	117.872
Títulos	71	71
Juros vencidos	3.723	1.752
Contratos com recurso - facturas não financiadas	1.188	16.595
Rendas vincendas e valores residuais de contratos de locação financeira	200.412	204.590
Obrigações de caixa emitidas	163.682	164.682
Crédito renegociado	71.973	42.913
Provisões acumuladas para crédito renegociado	6.399	1.690
	<u>559.956</u>	<u>570.314</u>



NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010

(Montantes expressos em milhares de Euro – m.Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

No âmbito das operações de política monetária de Eurosistema, o Finibanco entregou como colateral a totalidade da tranche mais sénior da operação de titularização “Aqua Mortgages nº 1 ( valor nominal de m.Euros 203.176), o que permite a realização de operações junto do BCE até ao valor de mercado desses mesmos títulos, ajustado do respectivo *haircut*. Os títulos estão registados na rubrica “ Garantias prestadas e outros passivos eventuais – Garantias reais (activos dados em garantia)” encontrando-se valorizados tendo em conta os princípios de valorização dos activos subjacentes a operações de política monetária definidos pelo Eurosistema sendo o seu valor em 31 de Dezembro de 2010 de m.Euros 199.122.

**39. BALANÇO EM MOEDA ESTRANGEIRA**

Em 31 de Dezembro de 2010, o montante global dos elementos do activo e passivo do Finibanco, S.A. expressos em moeda estrangeira, convertidos na moeda em que as contas anuais são estabelecidas, é como segue:

Activos		Passivos	
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	1.386	Passivos financeiros detidos para negociação	0
Disponibilidades em outras instituições de crédito	3.280	Recursos de outras instituições de crédito	32.254
Activos financeiros detidos para negociação	29	Recursos de clientes e outros empréstimos	27.130
Activos financeiros disponíveis para venda	154	Outros passivos e contas de regularização	1.033
Aplicações em instituições de crédito	6.020	Reservas de Reavaliação	( 313)
Crédito a clientes	6.891		
Outros activos e contas de regularização	42.344		
	<b>60.104</b>		<b>60.104</b>

**40. RELATO POR SEGMENTO**

A segmentação por linhas de negócio em 31 de Dezembro de 2010 é apresentada no Anexo IV.

Substancialmente as actividades do Banco desenvolvem-se em Portugal pelo que não se considera relevante apresentar o reporte por segmento geográfico.

O Finibanco desenvolve a sua actividade principal na Banca de Retalho e no território nacional. Esta segmentação foi efectuada tendo em conta a divisão das actividades para efeitos de gestão.

**Actividade dos segmentos de negócio**

**Actividade de Retalho** focaliza-se na actividade dos clientes particulares e pequenas empresas, cujo volume de negócio seja inferior a m.Euros 2.500 e um envolvimento inferior a m.Euros 1.000, conforme modelo de segmentação definido pelo Grupo Finibanco. A Actividade de Retalho realiza um conjunto de operações comerciais, nomeadamente a captação de recursos, concessão de empréstimos e garantias, seguros e prestação de serviços bancários. Este segmento de negócio é apoiada por uma rede multicanal que inclui balcões, promotores de negócio, banca telefónica e serviço homebanking.

**Banca Comercial** focaliza-se na actividade das empresas, cujo volume de negócio seja superior a m.Euros 2.500 e um envolvimento superior a m.Euros 1.000, conforme modelo de segmentação definida pelo Grupo Finibanco. A Banca comercial realiza um conjunto de operações comerciais, nomeadamente a captação de recursos, concessão de empréstimos e garantias, seguros e prestação de serviços bancários. Este segmento de negócio é apoiada pelos centros de empresas, rede de balcões e serviço homebanking.

**Corporate Finance** desenvolve a actividade no mercado de capitais, nomeadamente, na montagem e colocação de emissões de dívida, estudos e prestação de serviços.

**Trade & Sales** focaliza-se na actividade da banca de investimento, nomeadamente, no trading da carteira de negociação e disponíveis para venda, actividade cambial, gestão financeira do Grupo e relacionamento com Institucionais conduzida pela Direcção Financeira do Finibanco.

**Corretagem (Retalho)** engloba a actividade de corretagem dos clientes, apoiada pela rede de balcões e pelo serviço de corretagem on-line.

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010

(Montantes expressos em milhares de Euro – m.Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

**Pagamentos e liquidações** incorpora a actividade de transferências e meios de pagamento, assegurada pela rede de balcões, POS e ATM's.

**Custódia** engloba o serviço de custódia de títulos dos clientes e das carteiras de fundos de investimento assegurada por estrutura própria no Finibanco, SA.

**Gestão de activos** está centrada na actividade da gestão de fundos de investimento e da gestão de patrimónios.

**Outros** inclui actividades não integradas nos segmentos anteriores.

41. GESTÃO DO RISCO

No ponto 2.6 do Relatório de Gestão são apresentadas as informações qualitativas e quantitativas relativas à Gestão dos vários riscos da actividade do Banco.

42. OPERAÇÕES DE TITULARIZAÇÃO**AQUA SME 1**

Em Junho de 2007 o Finibanco, SA efectuou uma operação de titularização da qual se destaca o seguinte:

Data da realização da operação: 14 de Junho de 2007

Montante: m.Euros 250.000

Duração do programa: 10 anos

Revolving: 3 anos

Identificação do programa: Aqua SME 1

Natureza dos activos cedidos:

Tipo de activos: Contas correntes e empréstimos a pequenas e médias empresas

Duração média ponderada remanescente: 0,249 anos

Taxa de juro média ponderada dos activos: 6,88%

Rating médio da carteira cedida: n.a.

**Características dos instrumentos emitidos**

Denominação do instrumento	Montante emitido	Montante detido	Taxa de juro
Classe A units	235.000	-	Euribor 1 mês+0,1%
Classe B units	15.000	-	Euribor 1 mês+0,1%
Classe C units	8.750	8.750	Excess spread

Data e forma de reembolso:

A partir do final do período de revolving e conforme ritmo de amortização dos créditos e de acordo com a seguinte prioridade:

1º Classe A units

2º Classe B units

3º Classe C units

As Class C foram integralmente tomadas pelo Finibanco S.A.

Montante total dos activos adquiridos pelo veículo que suportam a emissão dos instrumentos:

Créditos de m.Euros 250.000 e m.Euros 8.750 de cash reserve.

**NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010**

(Montantes expressos em milhares de Euro – m.Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

**Compromissos assumidos e/ou interesses a reter pela instituição ou por outra instituição do Grupo****Montantes a título de:**

Disponibilidades de caixa do emitente: n.a.  
 Linhas de liquidez: n.a.  
 Outros financiamentos: n.a.  
 Cash reserve inicial, limite máximo e mínimo: inicial m.Euros 8.750; máximo m.Euros 8.750; mínimo m.Euros 8.000  
 Garantias: n.a.  
 Proveitos residuais: a reverter para o Banco como remuneração das Classe C units.  
 Swaps de taxa de juro e outros instrumentos derivados: n.a.  
 Recompra dos activos remanescentes: Clean up call de 10%, a preços de mercado.  
 Outros n.a.

n.a. Não aplicável

**Entidades que intervêm na operação**

Nome da entidade	País da sede	Tipo de entidade	Função desempenhada	Relação de participação
Finibanco S.A.	Portugal	Banco	Cedente	n.a.
Aqua SME 1 Fundo	Portugal	Fundo de titularização de créditos	Comprador	não tem
Navegater SGFTC	Portugal	SGFTC	Gestão de FTC	não tem
Finibanco S.A.	Portugal	Banco	Gestor de créditos	n.a.
Deutsche Bank S.A.	Portugal	Banco	Custodiante	não tem
Banco Espírito Santo de Investimento S.A	Portugal	Banco	Banco organizador	não tem
State Street Global Markets LLC	EUA	Banco	Banco organizador	não tem
State Street Global Markets LLC	EUA	Banco	Linha liquidez Class B	não tem
Banco Espírito Santo S.A	Portugal	Banco	Linha liquidez Class A	não tem
European Investment Fund	Luxemburgo	Instituição europeia	Garante Class B	não tem

**Princípios e políticas contabilísticas seguidos**

Nos termos do previsto na IAS 39 quanto ao desreconhecimento de activos, dado que o Banco detém as Classe C units, às quais está atribuído o excess spread da operação, os créditos vendidos não foram desreconhecidos do balanço, estando registados na rubrica “Activos titularizados não desreconhecidos”, e sujeitos a critérios contabilísticos idênticos às restantes operações de crédito.

Os fundos recebidos pela venda dos créditos estão registados na rubrica “Passivos financeiros associados a activos transferidos”.

**Outra informação**

Esta operação entrou em amortização em Junho de 2010, sendo que à data de 31 de Dezembro de 2010 o montante de títulos emitidos é o seguinte:

Denominação do instrumento	Montante emitido
Classe A units	133.690
Classe B units	15.000
Classe C units	8.750

**NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010**

(Montantes expressos em milhares de Euro – m.Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

**AQUA MORTGAGE Nº1**

Em Dezembro de 2008, o Finibanco, S.A. efectuou uma operação de titularização de créditos à habitação, com o propósito de transformar activos ilíquidos em títulos aceites como colateral no âmbito das operações do Eurosistema, da qual se destaca o seguinte:

Identificação da Operação: Aqua Mortgages Nº 1  
 Tipo de operação: RMBS Tradicional  
 Montante da operação: 233 Milhões de Euros  
 Data de realização da operação: 09 de Dezembro de 2008  
 Prazo de vencimento da operação: Dezembro de 2063  
 Data prevista para o exercício da clean-up call: a partir do ano de 2033

**Caracterização da operação de titularização**

Instituição cedente: Finibanco S.A.  
 Tipos de posições em risco: Crédito à habitação  
 Descrição dos principais critérios de selecção dos activos para a carteira titularizada: Crédito à habitação, em euros, imóvel localizado em Portugal, com data de maturidade inferior a Dezembro de 2060, com montante máximo de Eur 1.000.000,00, sem pagamentos em atraso há mais de 30 dias e com taxa de juro indexada  
 Grau de risco médio da carteira cedida: 63,23% (método padrão)  
 Revolving: por um período de 2 anos após o início da operação

**Caracterização das posições em risco titularizadas**

Limite máximo de posições em risco titularizadas: Eur 233.000.000,00  
 Valor das posições em risco titularizadas, na data de início da operação:  
 -Valor médio dos contratos: Eur 66.059,08  
 -Posição em risco mais significativa: Eur 620.529,65  
 -Duração média ponderada remanescente: 25 anos

**Desagregação do valor das posições de titularização**

Caracterização das tranches

euros

Denominação da posição de titularização	Tranche (notação)	Quant	Montante	Taxa de Juro	Data de reembolso
Classe A	AAA		203.176.000,00	Euribor 6M + 15bps	Dez-63
Classe B	-		29.824.000,00	Euribor 6M + 40bps	Dez-63
Classe C	-		3.500.000,00	Excess Spread	Dez-63
<b>TOTAL</b>	-		<b>236.500.000,00</b>		

Detentores das tranches

euros

Denominação do Instrumento	Entidade Detentora Dos títulos	Tranche (notação)	Montante Detido
Classe A	Finibanco, S.A	AAA	203.176.000,00
Classe B	Finibanco, S.A	-	29.824.000,00
Classe C	Finibanco, S.A	-	3.500.000,00
		<b>Total</b>	<b>236.500.000,00</b>

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010

(Montantes expressos em milhares de Euro – m.Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

**Compromissos assumidos e/ou interesses retidos / a reter pela instituição ou por uma instituição do grupo.**

Reserva de caixa inicial, limite máximo e mínimo: Montante inicial de Eur 3.500.000; máximo de Eur 3.500.000; mínimo de Eur 1.200.000,00.

Linhas de liquidez: não existem linhas de liquidez associadas à operação

Garantias: não existem linhas de garantias adicionais associadas à operação

Proveitos residuais: n.a.

Swaps de taxa de juro e outros instrumentos derivados: não existem swaps de taxa de juro ou outros instrumentos derivados associados à operação.

**Entidades que intervêm na operação:**

Designação da entidade	País da Sede	Tipo de entidade/actividade	Função Desempenhada	Relação de Participação
Finibanco, S.A.	Portugal	Banco	Cedente	n.a.
Finibanco, S.A.	Portugal	Banco	Arranger	n.a.
Finibanco, S.A.	Portugal	Banco	Servicer	n.a.
Tagus - Soc.Titularização Créditos S.A.	Portugal	Soc. Tit. Créditos	Emitente	não tem
Deutsche Bank AG, London Branch	Inglaterra	Banco	Agente pagador	não tem
Deutsche Trustee Company Limited	Inglaterra	Serviços Financ.	Common representative	não tem
Standard & Poors	Espanha	Agência de Rating	Agência de Rating	não tem

**Princípios e políticas contabilísticas seguidos**

Nos termos do previsto na IAS 39 quanto ao desreconhecimento de activos, dado que o Banco detém as Classe C units, às quais está atribuído o excess spread da operação, os créditos vendidos não foram desreconhecidos do balanço, estando registados na rubrica "Activos titularizados não desreconhecidos", e sujeitos a critérios contabilísticos idênticos às restantes operações de crédito.

Dadas as características e finalidade da operação não ocorreu a entrada de fundos. Assim e no cumprimento do parágrafo 39 da IAS 39 e AG 58 da mesma norma, as tranches Classe A e B estão representadas no Balanço de forma autónoma pelos créditos não desreconhecidos não havendo, portanto, lugar ao registo de passivos financeiros associados a activos transferidos.

## NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010

(Montantes expressos em milhares de Euro – m.Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

43. BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO

Conforme referido na Nota 2.3, e em conformidade com o Acordo Colectivo de Trabalho celebrado com os sindicatos e vigente para o Sector Bancário, o Banco assumiu o compromisso de atribuir aos seus empregados ou às suas famílias prestações pecuniárias a título de reforma por velhice, invalidez ou sobrevivência. Estas prestações consistem numa percentagem, crescente com o número de anos de serviço do trabalhador, aplicada à tabela salarial negociada anualmente para o pessoal no activo.

Baseado em pareceres de peritos independentes e na cláusula de adesão do Finibanco ao ACTV, não são consideradas no cálculo das responsabilidades a parcela relativa ao período entre a data de admissão de cada funcionário ao sistema bancário e a data de admissão no Finibanco, quando aplicável.

O estudo actuarial para efeitos de cálculo das responsabilidades por serviços passados reportados a 31 de Dezembro de 2010 e 2009 foi efectuado pela CGD Pensões – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.

**a) Pressupostos actuariais**

Os principais pressupostos actuariais e financeiros utilizados no estudo actuarial para efeitos de cálculo das responsabilidades por serviços passados reportados a 31 de Dezembro de 2010 e 2009, efectuados pela CGD Pensões – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A , foram:

	31.12.2010	31.12.2009
Esquema de benefícios	O estabelecido no ACTV do Sector Bancário com as ressalvas de adesão ao acordo	O estabelecido no ACTV do Sector Bancário com as ressalvas de adesão ao acordo
Método actuarial	Projected Unit Credit Method	Projected Unit Credit Method
Tábua de Mortalidade	TV 88/90	TV 88/90
Tábua de Invalidez	EVK 80	EVK 80
Taxa anual de crescimento salarial	3%	3%
Taxa anual de retorno esperado dos activos do fundo	5,5%	5,5%
Taxa de desconto	5,5%	5,5%
Taxa de crescimento das pensões	2%	3%
SAMS	6,5% *	6,5% *

\* sobre o valor das responsabilidades calculadas nos termos do ACTV

A taxa de desconto utilizada reflecte as taxas de juro de mercado de obrigações de empresas de elevada qualidade na zona euro com prazos até ao vencimento similares aos de liquidação das responsabilidades com pensões.

A taxa anual de retorno esperado dos activos do fundo foi determinada pela sociedade gestora do Fundo utilizando as rentabilidades anuais esperadas a longo prazo para cada classe de activos, definidas com base em estudo de uma consultora internacional sobre o histórico das rendibilidades de mercado e uma ponderação resultante do *benchmark* definido para a estrutura de activos do Fundo.

No exercício de 2010 a taxa anual de rendimento dos activos do Fundo foi de 1,18% (7,73% em 2009) e a taxa anual de crescimento salarial de 4,30% (4,92% em 2009). As pensões aumentaram 2% (1,5% em 2009).

De acordo com as informações obtidas do actuário responsável pela preparação do estudo actuarial, não foi considerada no cálculo actuarial qualquer taxa de rotação dada a ausência de referências estatísticas de mercado credíveis e pelo facto de, com os dados internos do Banco, as análises históricas efectuadas ao comportamento da rotação interna demonstrarem comportamentos irregulares, que ao serem incorporados no estudo poderiam conduzir a variações futuras de responsabilidades difíceis de justificar de forma consistente.

## NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010

(Montantes expressos em milhares de Euro – m.Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

Com a publicação do Decreto-Lei nº 1-A/2011, de 3 de Janeiro, os trabalhadores bancários que, à data da sua entrada em vigor (4 de Janeiro de 2011), se encontravam no período de vida activa e eram beneficiários da Caixa de Abono de Família dos Empregados Bancários (CAFEB) passaram a estar abrangidos pelo Regime Geral da Segurança Social no que se refere ao benefício de reforma por velhice.

Mantendo-se os planos de benefício definido estabelecidos nos Instrumentos de Regulamentação Colectiva de Trabalho (IRCT) inalterados e não existindo redução de benefícios na perspetiva dos beneficiários, foi entendimento do Conselho Nacional de Supervisores Financeiros que, no momento do reconhecimento inicial, as responsabilidades por serviços passados se mantêm inalteradas. Deste modo o estudo actuarial do Finibanco SA reportado a 31 de Dezembro de 2010, não teve em consideração qualquer impacto decorrente da entrada em vigor do citado Decreto-Lei 1-A/2011.

**b) População**

Os cálculos foram efectuados em grupo fechado decompondo-se em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 da seguinte forma:

	31.12.2010	31.12.2009
1.Empregados no activo	1.275	1.266
2.Pensionistas	27	15
3.Total (1+2)	1.302	1.281
4.Ex – participantes com direitos adquiridos	442	398
5.Total (3+4)	1.744	1.679

**c) Valores reconhecidos no balanço**

31/12/2010	Benefícios de reforma	SAMS	Subsídio por morte	Total
<b>Valor actual das responsabilidades por serviços passados</b>				
1. Activos e direitos adquiridos	59.592	3.926	2.015	65.533
2. Pensionistas	2.406	154	57	2.617
3.Total das responsabilidades por serviços passados (1+2)	61.998	4.080	2.072	68.150
4.Justo valor dos activos do Fundo de Pensões	71.152	4.699	2.387	78.238
5. Passivo reconhecido no Balanço (Nota 24) (3-4)	-	-	-	-
6. Activo reconhecido no Balanço ( Nota 15) (4-3)	9.154	619	315	10.088
7. % de cobertura do financiamento	115%	115%	115%	115%
<hr/>				
31/12/2009	Benefícios de reforma	SAMS	Subsídio por morte	Total
<b>Valor actual das responsabilidades por serviços passados</b>				
1. Activos e direitos adquiridos	58.692	3.785	1.812	64.289
2. Pensionistas	2.315	151	108	2.574
3.Total das responsabilidades por serviços passados (1+2)	61.007	3.936	1.920	66.863
4.Justo valor dos activos do Fundo de Pensões	68.086	4.238	2.100	74.424
5. Passivo reconhecido no Balanço (Nota 24) (3-4)	-	-	-	-
6. Activo reconhecido no Balanço ( Nota 15) (4-3)	7.079	302	180	7.561
7. % de cobertura do financiamento	112%	108%	109%	111%

## NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010

(Montantes expressos em milhares de Euro – m.Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

31/12/2010	Benefícios de reforma	SAMS	Subsídio por morte	Total
<b>Responsabilidades por serviços passados ainda não reconhecidos como custo</b>				
1. Perdas / (ganhos) actuariais resultantes de diferenças entre pressupostos actuariais e financeiros utilizados e os valores efectivamente realizados				
1.1 Reconhecidos como flutuação de valores (Nota 24)	3.870	40	140	4.050
1.2 Reconhecidos como despesas com custo diferido	-	-	-	-
2. Perdas / ( ganhos) actuariais resultantes de alteração de pressupostos actuariais e financeiros				
2.1 Reconhecidos como flutuação de valores (Nota 24)	(15.150)	(596)	(610)	(16.356)
2.2 Reconhecidos como despesas com encargo diferido				
A amortizar por resultados transitados em 8 anos	4.985	-	384	5.369
A amortizar por resultados transitados em 10 anos	-	1.005	-	1.005
<b>3. Responsabilidades a amortizar ( Nota 15) (1.2+2.2)</b>	<b>4.985</b>	<b>1.005</b>	<b>384</b>	<b>6.374</b>

Conforme referido no ponto 8 da Nota 2, o Aviso 7/2008 que alterou o Aviso 12/2001 veio permitir que o saldo ainda por especializar à data de 30 de Junho de 2008 possa ser reconhecido por um período adicional de 3 anos face à duração inicialmente prevista (5 anos para benefícios de reforma e subsídio por morte e 7 anos para SAMS).

31/12/2009	Benefícios de reforma	SAMS	Subsídio por morte	Total
<b>Responsabilidades por serviços passados ainda não reconhecidos como custo</b>				
1. Perdas / (ganhos) actuariais resultantes de diferenças entre pressupostos actuariais e financeiros utilizados e os valores efectivamente realizados				
1.1 Reconhecidos como flutuação de valores (Nota 24)	1.748	(83)	106	1.771
1.2 Reconhecidos como despesas com custo diferido	-	-	-	-
2. Perdas / ( ganhos) actuariais resultantes de alteração de pressupostos actuariais e financeiros				
2.1 Reconhecidos como flutuação de valores (Nota 24)	(8.651)	(170)	(616)	(9.437)
2.2 Reconhecidos como despesas com encargo diferido				
A amortizar por resultados transitados em 8 anos	6.647	-	512	7.159
A amortizar por resultados transitados em 10 anos	-	1.206	-	1.206
<b>3. Responsabilidades a amortizar ( Nota 15) (1.2+2.2)</b>	<b>6.647</b>	<b>1.206</b>	<b>512</b>	<b>8.365</b>



## NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010

(Montantes expressos em milhares de Euro – m.Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

**d) Acréscimo anual no valor actual das responsabilidades por serviços passados**

<b>31/12/2010</b>	Benefícios de reforma	SAMS	Subsídio por morte	Total
1. Valor actual das responsabilidades no início do exercício	61.006	3.936	1.921	66.863
2. Custos do serviço corrente	5.370	456	179	6.005
3. Custo de juros	3.351	216	103	3.670
4. Pensões pagas	156	19	68	243
5. Perdas (ganhos) actuariais	(7.573)	(509)	(63)	(8.145)
6. Acréscimo anual de responsabilidades (2+3-4+5)	992	144	151	1.287
7. Valor actual das Responsabilidades no fim do exercício (1+6)	61.998	4.080	2.072	68.150

<b>31/12/2009</b>	Benefícios de reforma	SAMS	Subsídio por morte	Total
1. Valor actual das responsabilidades no início do exercício	59.656	3.379	1.946	64.981
2. Custos do serviço corrente	5.375	364	203	5.942
3. Custo de juros	3.129	177	102	3.408
4. Pensões pagas	120	6	-	126
5. Perdas (ganhos) actuariais	(7.034)	22	(330)	(7.342)
6. Acréscimo anual de responsabilidades (2+3-4+5)	1.350	557	(25)	1.882
7. Valor actual das Responsabilidades no fim do exercício (1+6)	61.006	3.936	1.921	66.863

**e) Movimento registado nos activos do Fundo**

<b>31/12/2010</b>	Benefícios de reforma	SAMS	Subsídio por morte	Total
1. Valor dos activos do Fundo de pensões no início do exercício	68.085	4.239	2.100	74.424
2. Rendimento líquido do fundo	803	50	25	878
3. Contribuição entregue ao fundo	2.420	430	330	3180
4. Pensões de sobrevivência pagas pelo fundo	156	19	68	243
5. Valor dos activos do Fundo de pensões no fim do exercício (1+2+3-4)	71.152	4.700	2.387	78.239

## NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010

(Montantes expressos em milhares de Euro – m.Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

31/12/2009	Benefícios de reforma	SAMS	Subsídio por morte	Total
1. Valor dos activos do Fundo de pensões no início do exercício	58.181	3.200	1.949	63.330
2. Rendimento líquido do fundo	4.655	265	151	5.071
3. Contribuição entregue ao fundo	5.369	780	-	6.149
4. Pensões de sobrevivência pagas pelo fundo	120	6	-	126
5. Valor dos activos do Fundo de pensões no fim do exercício (1+2+3-4)	68.085	4.239	2.100	74.424

**f) As principais categorias de activos do Fundo são as seguintes:**

Tipos de investimento	31.12.2010	31.12.2009
Terrenos e edifícios	11,5%	11,8%
Acções e unidades de participação	21,3%	21,4%
Obrigações – Dívida pública	21,6%	19,7%
Obrigações – Outros emissores	40,1%	35,9%
Depósitos em instituições de crédito	5,3%	10,4%
Outros	0,2%	0,7%
	100%	100%

Os imóveis detidos pelo Fundo encontram-se arrendados ao Banco ou subsidiárias da sua empresa-mãe.

**g) Gastos reconhecidos no exercício**

31/12/2010	Benefícios de reforma	SAMS	Subsídio por morte	Total
Em custos com o pessoal				
1. Custo do serviço corrente	5.370	455	180	6.005
2. Custo dos juros	3.351	216	104	3.671
3. Rendimento esperado dos activos do fundo	3.998	255	122	4.375
4. Perdas/ (ganhos) actuariais	-	-	(7)	(7)
5. Contribuições dos funcionários	487	-	-	487
6. Custos com o pessoal ( 1+2-3+4-5)	4.236	416	155	4.807

O custo dos serviços correntes relativo a membros dos órgãos de administração do Banco encontra-se divulgado na (Nota 44).

## NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010

(Montantes expressos em milhares de Euro – m.Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

31/12/2009	Benefícios de reforma	SAMS	Subsídio por morte	Total
Em custos com o pessoal				
1.Custo do serviço corrente	5.375	364	203	5.942
2.Custo dos juros	3.129	177	102	3.408
3. Rendimento esperado dos activos do fundo	3.492	196	118	3.806
4. Perdas/ (ganhos) actuariais	-	-	-	-
5. Contribuições dos funcionários	463	-	-	463
6. Custos com o pessoal ( 1+2-3+4-5)	4.549	345	187	5.081

A contribuição esperada para o Fundo para o exercício de 2011 ascende a m.Euros 5.353.

#### h) Análises de sensibilidade

A redução de 0,25% na taxa de desconto teria um efeito de aumento das responsabilidades em cerca de 4,8 milhões de euros.

Uma variação de 1% na taxa de SAMS representaria um impacto de cerca de 628 mil euros (aumento de responsabilidades em caso de incremento da taxa e redução no caso contrário)

#### i) Análise evolutiva

O quadro seguinte apresenta uma análise evolutiva dos valores do exercício e dos últimos 4 anos:

Responsabilidades com benefícios de reforma	2010	2009	2008	2007	2006
<b>Responsabilidades por serviços passados</b>	(61.998)	(61.007)	(59.656)	(52.037)	(51.092)
<b>Justo valor dos activos do Fundo de Pensões</b>	71.152	68.086	58.181	59.114	51.676
Excesso /(Insuficiência) de cobertura	9.154	7.079	(1.475)	7.077	584
% de cobertura do financiamento pelo Fundo	115%	112%	98%	114%	101%
Ajustamentos de experiência em passivos do plano	1.074	1.749	(59)	(833)	(452)
Ajustamentos de experiência em activos do plano	(3.195)	1.164	(10.285)	4.491	1.162

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010

(Montantes expressos em milhares de Euro – m.Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

44. PARTES RELACIONADAS

A lista de partes relacionadas apresenta-se como segue:

**Accionistas**

MONTEPIO GERAL - ASSOCIAÇÃO MUTUALISTA  
FINIBANCO HOLDING SGPS, S.A.

**Entidades relacionadas com accionistas**

Caixa Económica Montepio Geral  
Lusitania, Companhia de Seguros, S.A.  
Lusitânia Vida, Companhia de Seguros, S.A.  
Nova Câmbios, S.A.  
Silvip, S.A.  
Futuro – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.  
MG Gestão de Activos Financeiros – S.G.F.I.M., S.A.  
MG Investimentos Imobiliários, S.A.  
Bolsimo – Gestão de Activos, S.A.  
Residências Montepio, Serviços de Saúde, S.A.  
Sagies, S.A.  
Leacock (Seguros), Lda  
Germont – Empreendimentos Imobiliários, S.A.  
NEBRA, Energias Renovables, SL  
HTA – Hotéis, Turismo e Animação dos Açores, S.A.  
Banco Montepio Geral – Cabo Verde, Sociedade Unipessoal, S.A. (IFI)  
Bem Comum, Sociedade de Capital de Risco, S.A.  
Moçambique Companhia de Seguros, S.A.R.L.

**Membros do Conselho de Administração**

ANTÓNIO TOMÁS CORREIA  
ÁLVARO CORDEIRO DÂMASO  
ARMANDO ESTEVES  
ARTUR JESUS MARQUES  
EDUARDO JOSÉ DA SILVA FARINHA  
JOAQUIM MENDES CARDOSO  
JOSÉ DE ALMEIDA SERRA  
RUI MANUEL SILVA GOMES DO AMARAL

**Empresas subsidiárias e associadas do Grupo Finibanco**

FINIBANCO VIDA-COMPANHIA SEGUROS VIDA, S.A.  
FINICREDITO-INST FINANCEIRA CREDITO, S.A.  
FINIMOVEIS SOC IMOB SERVIC AUXILIARES, S.A.  
FINISEGUR-SOCIEDADE MEDIADORA SEGUROS, S.A.  
FINIVALOR-SOC GEST FUNDOS MOBILIARIOS, S.A.  
FINIBANCO S.A. – ANGOLA  
LESTINVEST, SGPS S.A.

**Fundo de Pensões de colaboradores do Grupo Finibanco**

FUNDO PENSÕES FNB – GERIDO POR CGD PENSÕES

## NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010

(Montantes expressos em milhares de Euro – m.Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

Em 31 de Dezembro de 2010, o montante global dos activos, passivos, rendimentos, encargos e responsabilidades extrapatrimoniais relativos a operações realizadas com partes relacionadas de acordo com a IAS 24 têm a seguinte composição:

	Accionistas do Finibanco	Entidades relacionadas com o accionista	Membros do Conselho de Administração	Empresas Subsidiárias e Associadas	Fundo de pensões de Colaboradores do Grupo Finibanco	Total
<b>Activo</b>						
Crédito	117.592	180.000	188	267.759	-	565.539
Outros activos	-	-	-	1.151	-	1.151
	<b>117.592</b>	<b>180.000</b>	<b>188</b>	<b>268.910</b>	<b>-</b>	<b>566.690</b>
<b>Passivo</b>						
Passivos Financeiros	9.548	60.000	1	150	-	69.699
Depósitos	288	-	1.656	25.762	4.350	32.056
	<b>9.836</b>	<b>60.000</b>	<b>1.657</b>	<b>25.912</b>	<b>4.350</b>	<b>101.755</b>
<b>Rendimentos</b>						
Juros e rendimentos similares	2.372	-	3	7.651	-	10.026
Rendimentos com serviços e comissões	7	-	1	1.450	-	1.458
	<b>2.379</b>	<b>-</b>	<b>4</b>	<b>9.101</b>	<b>0</b>	<b>11.484</b>
<b>Encargos</b>						
Juros e encargos similares	104	-	28	163	23	318
Outros custos	819	-	-	320	-	1.139
	<b>923</b>	<b>-</b>	<b>28</b>	<b>483</b>	<b>23</b>	<b>1.457</b>
<b>Extrapatrimoniais</b>						
Garantias e avals	1.723	-	-	7.431	-	9.154
Depósito e guarda de valores	20.224	-	1.902	1.466	2.760	26.352
	<b>21.947</b>	<b>-</b>	<b>1.902</b>	<b>8.897</b>	<b>2.760</b>	<b>35.506</b>

A rubrica de Crédito a Accionistas inclui crédito titulado à empresa mãe no montante de m.Euros 117.066.

O crédito a accionistas refere-se a operações para financiamento de tesouraria da empresa mãe, remunerado a preços considerados de mercado e sem colaterais.

As operações de crédito a accionistas e empresas subsidiárias e associadas são de suporte à tesouraria e foram realizadas a taxa variável com *spread* considerado de mercado, não tendo colaterais associados.

O montante de m.Euros 1.151 da rubrica Outros Activos sobre empresas subsidiárias e associadas não são remunerados e não foram constituídas quaisquer provisões ou imparidade.

Os passivos financeiros e os depósitos são igualmente remunerados a taxas consideradas de mercado.

As remunerações dos membros dos órgãos sociais desdobram-se da seguinte forma:

	2010	2009
<b>Benefícios de curto prazo (Nota 35)</b>	<b>1.625</b>	<b>1.566</b>
<b>Benefícios pós emprego</b>	<b>19</b>	<b>19</b>
	<b>1.644</b>	<b>1.585</b>

## NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010

(Montantes expressos em milhares de Euro – m.Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

45. JUSTO VALOR DOS INSTRUMENTOS FINANCEIROS

No seguinte quadro apresenta-se uma análise dos métodos de valorização pelas categorias de instrumentos financeiros reconhecidos ao justo valor nas demonstrações financeiras com referência a 31 de Dezembro de 2010 e 31 de Dezembro de 2009:

31-12-2010	Justo Valor			Custo de aquisição	Total
	Nível 1	Nível 2	Nível 3		
<b>Activos</b>					
Activos financeiros detidos para negociação					
<i>Instrumentos de dívida</i>	-	-	-	125	125
<i>Instrumentos de capital</i>	428	-	-	-	428
<i>Fundos de Investimento</i>	-	-	326	-	326
<i>Instrumentos derivados</i>	-	2.923	-	-	2.923
	428	2.923	326	-	3.802
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados					
<i>Instrumentos de dívida</i>	-	9.628	-	-	9.628
	-	9.628	-	-	9.628
Activos financeiros disponíveis para venda					
<i>Instrumentos de dívida</i>	90.650	21.688	-	13.191	125.529
<i>Instrumentos de capital</i>	-	-	-	2.127	2.127
<i>Fundos de Investimento</i>	-	2.181	2.939	-	5.120
	90.650	23.869	2.939	15.318	132.776
<b>Passivos</b>					
Passivos financeiros detidos para negociação					
<i>Instrumentos derivados</i>	-	12.357	-	-	12.357
Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados					
<i>Instrumentos de dívida</i>	-	143.185	-	-	143.185

31-12-2009	Justo Valor			Custo de aquisição	Total
	Nível 1	Nível 2	Nível 3		
<b>Activos</b>					
Activos financeiros detidos para negociação					
<i>Instrumentos de dívida</i>	-	-	-	125	125
<i>Instrumentos de capital</i>	3.712	-	-	-	3.712
<i>Fundos de Investimento</i>	-	-	463	-	463
<i>Instrumentos derivados</i>	-	3.016	-	-	3.016
	3.712	3.016	463	-	7.316
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados					
<i>Instrumentos de dívida</i>	-	10.354	-	-	10.354
Activos financeiros disponíveis para venda					
<i>Instrumentos de dívida</i>	15.600	-	8.538	11.375	35.513
<i>Instrumentos de capital</i>	-	-	-	2.040	2.040
<i>Fundos de Investimento</i>	-	-	2.590	-	2.590
	15.600	-	11.128	13.415	40.143
<b>Passivos</b>					
Passivos financeiros detidos para negociação					
<i>Instrumentos derivados</i>	-	19.089	-	-	19.089
Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados					
<i>Instrumentos de dívida</i>	-	137.251	-	-	137.251

\* NAV - Net Assets Value

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010

(Montantes expressos em milhares de Euro – m.Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

De acordo com as alterações na IFRS 7 as fontes de pressupostos utilizados na determinação do justo valor utilizam os seguintes níveis de hierarquia:

Nível 1 – Cotações nos mercados activos – cotações disponíveis em mercados oficiais e as divulgadas por entidades que habitualmente fornecem preços de transacções para activos negociados em mercados líquidos.

Nível 2 – Técnicas de valorização com parâmetros/preços observáveis no mercado – modelos de valorização, designadamente modelos de fluxos de caixa descontados e de avaliação de opções que utilizam variáveis disponibilizadas pelo mercado, tais como curvas de taxas de juro, spreads de crédito, volatilidade e índices de cotações. Inclui ainda instrumentos cuja valorização é obtida através de cotações divulgadas por entidades independentes mas cujos mercados têm liquidez mais reduzida.

Nível 3 – Técnicas de valorização com parâmetros não observáveis no mercado – incluem-se as valorizações determinadas com recurso à utilização de modelos de valorização ou cotações fornecidas por terceiras entidades mas cujos parâmetros utilizados não são observáveis no mercado.

A valorização ao justo valor dos instrumentos financeiros segue as políticas contabilísticas definidas no ponto 2.3. do anexo às demonstrações financeiras de acordo com a IAS 39.

Os activos financeiros valorizados ao justo valor classificados no nível 3 são valorizações referentes a “*Hedge Funds*”.

Para os instrumentos considerados na coluna ao custo de aquisição não foi possível determinar valorizações fiáveis.

Do montante global m.Euros 27.295 em instrumentos de dívida classificados em Activos Financeiros disponíveis para venda correspondem a títulos emitidos pelo Banco Central da Angola, sendo o seu justo valor similar ao valor nominal dado se tratarem de títulos de curto prazo.

Para a determinação do justo valor dos Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados foram obtidas avaliações de entidades externas certificadas para o efeito.

As técnicas de valorização dos instrumentos financeiros e de negociação e ao justo valor através de resultados baseiam-se no cálculo do valor presente dos fluxos futuros.

O desconto dos cash-flows futuros baseia-se na curva de cupão zero que não é mais que uma estimativa da Estrutura Temporal de Taxas de Juros.

As taxas de juro utilizadas para apuramento da curva de taxa de juro designada de cupão zero com referência a 31 de Dezembro de 2010, para o Euro são as seguintes:

Prazo	Taxa	Prazo	Taxa
<b>3 meses</b>	0,967%	<b>6 anos</b>	2,741%
<b>6 meses</b>	1,166%	<b>7 anos</b>	2,914%
<b>9 meses</b>	1,290%	<b>8 anos</b>	3,064%
<b>1 ano</b>	1,395%	<b>9 anos</b>	3,192%
<b>2 anos</b>	1,749%	<b>10 anos</b>	3,302%
<b>3 anos</b>	2,050%	<b>15 anos</b>	3,628%
<b>4 anos</b>	2,313%	<b>20 anos</b>	3,707%
<b>5 anos</b>	2,542%	<b>30 anos</b>	3,527%

A essa curva é adicionado um *spread* considerado adequado às características de cada emissão e os indicadores observáveis no mercado.

Para os instrumentos mais complexos, incorporados nos produtos estruturados, foram utilizados os seguintes modelos de valorização: Black, Black-Scholes, Hull & White e simulações de Monte Carlo dos processos log-normais dos activos subjacentes.

## NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010

(Montantes expressos em milhares de Euro – m.Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

Relativamente ao Nível 3 apresentamos de seguida o movimento do ano de 2010:

	Justo Valor - Nível 3			31-12-2010
	31-12-2009	Vendas	Ajustamentos	
Activos financeiros detidos para negociação				
<i>Fundos de Investimento - Hedge Funds</i>	463	-	( 137)	326
Activos financeiros detidos para venda				
<i>Instrumentos de dívida</i>	8.538	( 8.194)	( 344)	-
<i>Fundos de Investimento - Hedge Funds</i>	2.590	( 244)	593	2.939
	11.128	( 8.438)	249	2.939

Não houve reclassificações de instrumentos financeiros entre os Níveis 1, 2 e 3 durante o exercício de 2010.

46. EVENTOS SUBSEQUENTES

Em 17 de Fevereiro de 2011 o Conselho Directivo do Instituto de Seguros de Portugal, deliberou autorizar a transferência de gestão do Fundo de Pensões Finibanco da CGD Pensões – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A., para a Futuro – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A. assim como a alteração do respectivo contrato constitutivo.

Já no decurso do exercício de 2011 o Conselho de Administração reiterou a decisão do anterior Conselho de Administração de proceder à venda de carteiras de créditos, referidas na (Nota 5).

No dia 7 de Março de 2011, a agência de *rating* Moody's Investors Service baixou a notação de rating da dívida pública Grega de Ba1 para B1, e atribuindo uma perspectiva (*outlook*) negativa. Ainda nos últimos dias de 2010, a mesma agência havia reduzido o rating da Irlanda em 5 *notches*, de Aa2 para Baa1, com *outlook* negativo. Em 2010, ambos os países recorreram à ajuda internacional para sustentar a crise da sua dívida pública.

No dia 11 de Março de 2011, em sede de Cimeira Europeia, os líderes da União Europeia chegaram a acordo para reduzir a taxa de juro e alongar o prazo do empréstimo concedido à Grécia, afirmaram estar próximo de um acordo que permita à Irlanda obter condições mais favoráveis nos empréstimos que também obteve e anunciaram um acordo para a flexibilização do Fundo Europeu de Estabilização Financeira.

Conforme divulgado na Nota 6 o Finibanco está exposto a títulos de dívida pública Grega e Irlandesa no montante de m.Euros 21.289 ( 7% do total da carteira de títulos).

Considerando os mecanismos de ajuda criados na União Europeia e a observação da evolução dos preços de mercado após este anúncio, é nossa expectativa que estes downgrades não terão impactos negativos significativos na valorização da nossa carteira.

Em 4 de Março de 2011, a agência de "*rating*" Fitch manteve as notações dos instrumentos de dívida de longo prazo como "BBB-" e curto prazo como "F3" do Finibanco S.A., sendo que as referidas notações foram mantidas em "*Rating Watch Positive*" por esta agência.

Em 10 de Março de 2011, realizou-se reunião com o Banco de Portugal para apresentação das operações de integração do Grupo Finibanco no Grupo Montepio, a realizar em 2011, em concretização do processo de consolidação anunciado nos documentos da Oferta Pública de Aquisição.

Assim, o ano de 2011 será caracterizado pela consolidação do plano de integração do Finibanco no Montepio Geral. Dando cumprimento ao plano de integração da actividade bancária doméstica, realizou-se em 4 de Abril a escritura de trespasse dos principais activos e passivos do Banco, mantendo-se a actividade bancária e os activos relativos a operações de locação financeira, propriedades de investimento e activos não correntes detidos para venda, consequentemente toda a estrutura do Finibanco, SA foi integrada na Caixa Económica Montepio Geral, constituindo uma organização e uma rede única, adoptando a marca "Montepio".



NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010

(Montantes expressos em milhares de Euro – m.Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

47. INFORMAÇÃO A QUE ALÚDE O DISPOSTO NA ALÍNEA D) DO Nº 2 DA INSTRUÇÃO DO BANCO DE PORTUGAL 18/2005

**1) Descrição das alterações de políticas contabilísticas que decorreriam da aplicação das Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS)**

Com a aplicação das IFRS as políticas contabilísticas registariam as seguintes alterações:

a) Créditos a clientes

Para os créditos a clientes mensurados ao custo amortizado, o Banco inicialmente procede a uma análise individual, para os clientes com responsabilidades totais consideradas significativas, para aferir se existe evidência objectiva de imparidade. Caso seja determinado que não existe evidência objectiva de imparidade, estes créditos são incluídos na análise colectiva efectuada por segmentos com características e riscos similares, juntamente com os créditos considerados não significativos.

Se existir evidência de perda por imparidade num activo ou grupo de activos, o montante da perda é determinado pela diferença entre o seu valor e o valor actual dos seus fluxos de caixa futuros estimados (excluindo perdas de imparidade futuras ainda não incorridas), descontados à taxa de juro original do activo ou activos financeiros. Para créditos com taxa de juro variável, a taxa de desconto utilizada para determinar qualquer perda por imparidade é a taxa de juro corrente, determinada pelo contrato.

De acordo com o modelo conceptual de imparidade estabelecido, quando um grupo de activos financeiros é avaliado em conjunto (avaliação colectiva), os fluxos de caixa futuros desse grupo são estimados tendo por base os dados históricos relativos a perdas em activos com características de risco de crédito similares aos que integram o grupo. Sempre que o Banco entenda necessário, os dados históricos são actualizados com base nos dados correntes observáveis, a fim de reflectirem os efeitos das condições actuais.

O valor da imparidade assim obtido tem-se aproximado sem diferenças materialmente relevantes do montante de imparidade registada nas demonstrações financeiras preparadas em base nas Normas de Contabilidade Ajustadas, nos termos do Aviso nº 3/95 (conforme descrito no ponto 2.4b – Imparidade em instrumentos financeiros – Crédito a clientes).

O valor de balanço do activo ou do grupo de activos é reduzido por contrapartida da rubrica de resultados de perdas por imparidade “Imparidade do crédito líquida de reversões e recuperações”. Os activos e imparidade associada são abatidos do activo quando existem baixas probabilidades de recuperação.

Se nos exercícios subsequentes, o montante de imparidade estimada aumentar ou reduzir em resultado de eventos subsequentes ao reconhecimento da imparidade inicial, o valor de imparidade é aumentado ou reduzido por contrapartida da rubrica de resultados acima referida. Se forem recuperados créditos abatidos o montante recuperado é creditado em resultados da mesma rubrica de Imparidade acima referida.

b) Outros Activos tangíveis

Em relação aos imóveis de serviço próprio, na data de transição para as IFRS (1 de Janeiro de 2006) foi utilizada a opção prevista na IFRS 1 de considerar como custo estimado (“deemed cost”) o respectivo justo valor, obtido através de avaliações de peritos, considerando-se a diferença para o anterior valor de balanço em resultados transitados como ajustamentos de transição, corrigida de impostos diferidos, passando aquele valor a ser o valor de custo nessa data sujeito a depreciação futura.

c) Benefícios de reforma

Em Dezembro de 2005 o Banco de Portugal, através do Aviso 12/2005, veio introduzir alterações ao Aviso 12/2001. Tendo o Grupo Finibanco, com referência a 31 de Dezembro de 2005, ajustado os pressupostos financeiros e a tábua de mortalidade no âmbito da aplicação da IAS 19, procedeu ao registo contabilístico nas demonstrações financeiras preparadas com base nas Normas de Contabilidade Ajustadas dos impactos decorrentes destas alterações de acordo com os artigos 13-A e 13-B, aditados ao Aviso 12/2001 pelo referido Aviso 12/2005. Acresce que o Aviso 7/2008 que alterou o Aviso 12/2001 veio permitir que o saldo ainda por especializar em 31 de Dezembro de 2008 pudesse ser reconhecido por um período adicional de três anos face à duração inicial prevista.

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010

(Montantes expressos em milhares de Euro – m.Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

Deste modo nas demonstrações financeiras preparadas com base nas Normas de Contabilidade Ajustadas o acréscimo de responsabilidades decorrente da alteração dos pressupostos financeiros, foi registado na conta de Despesas com encargo diferido (Outros Activos), e está a ser reconhecido em Resultados Transitados durante um período de 8 anos. No que concerne ao acréscimo de responsabilidades decorrentes da alteração da Tábua de mortalidade, foi o mesmo registado por contrapartida de Flutuação de Valores.

Caso tivessem sido aplicadas as IFRS a totalidade do saldo em despesas com encargo diferido estaria reconhecido integralmente em Resultados transitados.

Adicionalmente, em IFRS o limite do corredor é de 10% do valor actual das responsabilidades por serviços passados ou do valor do fundo de pensões, dos dois o maior, reportados ao final do ano anterior. De acordo com as regras do Banco de Portugal o valor do corredor tem como limite de 10% do valor actual das responsabilidades por serviços passados ou do valor do fundo de pensões, dos dois o maior, reportados ao final do exercício acrescidos dos montantes a que alúde o nº 2 do ponto 13-B do Aviso 12/2001 e ponto 1 do Aviso 11/2008. Consequentemente em base IFRS o valor do corredor diferiria do apurado em NCA, com data de transição em 01.01.2006, e resultariam amortizações do corredor por dedução em custos com o pessoal no exercício de 2008.

d) Propriedades de investimento

Em NCAS o Banco de Portugal não aceita a manutenção da política contabilística do Grupo de justo valor, pelo que nas contas individuais é seguido o método do custo conforme previsto na IAS 16 (por remissão da IAS 40).

**2) Estimativas dos ajustamentos materiais que decorreriam dessas alterações de políticas contabilísticas, incluindo a reconciliação do balanço, da demonstração de resultados e da demonstração de alterações no capital próprio, das NCA para os que resultariam da aplicação das IFRS**

## NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010

(Montantes expressos em milhares de Euro – m.Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

## RECONCILIAÇÃO DO BALANÇO

Activo	Notas	31-12-2009			31-12-2010		
		NCA	AJUST	IFRS	NCA	AJUST	IFRS
		Valor	Valor	Valor	Valor	Valor	Valor
Caixa e disponibilidades em bancos centrais		116.995	0	116.995	119.947	0	119.947
Disponibilidades em outras instituições de crédito		37.864	0	37.864	30.316	0	30.316
Activos financeiros detidos para negociação		7.316	0	7.316	3.802	0	3.802
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados		10.354	0	10.354	9.628	0	9.628
Activos financeiros disponíveis para venda		40.143	0	40.143	132.776	0	132.776
Aplicações em instituições de crédito		343.938	0	343.938	473.107	0	473.107
Crédito a clientes		2.325.451	0	2.325.451	2.497.551	0	2.497.551
Provisões, imparidade e amortizações	a)	(45.975)	(29.755)	(75.730)	(118.056)	(2.1992)	(140.048)
Activos não correntes detidos para venda		31.684	0	31.684	37.448	0	37.448
Propriedades de investimento	d)	18.403	(324)	18.079	20.800	(615)	20.185
Provisões, imparidade e amortizações	d)	(2.101)	2.100	(1)	(2.347)	2.346	(1)
Outros activos tangíveis	b)	93.700	618	94.318	92.261	618	92.879
Provisões, imparidade e amortizações	b)	(55.872)	(36)	(55.908)	(59.626)	(45)	(59.671)
Activos intangíveis		14.485	0	14.485	16.553	0	16.553
Provisões, imparidade e amortizações		(12.535)	0	(12.535)	(13.635)	0	(13.635)
Activos por impostos correntes		14	0	14	2	0	2
Activos por impostos diferidos	a) + b) + c) + d)	16.221	1.898	18.119	22.658	(323)	22.335
Outros activos	c)	112.208	(8.365)	103.843	71.096	(6.374)	64.722
Provisões, imparidade e amortizações		(1.400)	0	(1.400)	(93)	0	(93)
<b>Total de Activo</b>		<b>3.050.893</b>	<b>(33.864)</b>	<b>3.017.029</b>	<b>3.334.188</b>	<b>(26.385)</b>	<b>3.307.803</b>

Passivo e Capital		NCA	AJUST	IFRS	NCA	AJUST	IFRS
		Valor	Valor	Valor	Valor	Valor	Valor
		Valor	Valor	Valor	Valor	Valor	Valor
Recursos de bancos centrais		190.536	0	190.536	310.140	0	310.140
Passivos financeiros detidos para negociação		19.089	0	19.089	12.357	0	12.357
Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados		137.251	0	137.251	143.185	0	143.185
Recursos de outras instituições de crédito		80.473	0	80.473	118.911	0	118.911
Recursos de clientes e outros empréstimos		2.136.305	0	2.136.305	2.390.155	0	2.390.155
Passivos financeiros associados a activos transferidos		250.089	0	250.089	141.124	0	141.124
Provisões	a)	22.393	(21.419)	974	23.580	(2.1992)	1.588
Passivos por impostos correntes		0	0	0	0	0	0
Outros passivos subordinados		11.059	0	11.059	11.031	0	11.031
Outros passivos	c)	31.471	4.116	35.587	39.831	3.985	43.816
<b>Total de Passivo</b>		<b>2.878.666</b>	<b>(17.303)</b>	<b>2.861.363</b>	<b>3.190.314</b>	<b>(18.007)</b>	<b>3.172.307</b>
Capital		160.000	0	160.000	180.000	0	180.000
Outros instrumentos de capital		0	0	0	15.000	0	15.000
Reservas de reavaliação		(130)	0	(130)	(5.136)	0	(5.136)
Outras reservas e resultados transitados	a) + b) + c) + d)	22.064	(10.529)	11.535	9.842	(14.570)	(4.728)
Resultado do exercício	a) + b) + c) + d)	(9.707)	(6.032)	(15.739)	(55.832)	6.191	(49.641)
Dividendos antecipados		0	0	0	0	0	0
<b>Total de Capital</b>		<b>172.227</b>	<b>(16.561)</b>	<b>155.666</b>	<b>143.874</b>	<b>(8.379)</b>	<b>135.495</b>
<b>Total de Passivo + Capital</b>		<b>3.050.893</b>	<b>(33.864)</b>	<b>3.017.029</b>	<b>3.334.188</b>	<b>(26.385)</b>	<b>3.307.803</b>

## NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010

(Montantes expressos em milhares de Euro – m.Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

## RECONCILIAÇÃO DA DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

Rubricas	Notas	31-Dez-09			31-Dez-10		
		NCA	Ajusta - mentos	IFRS	NCA	Ajusta - mentos	IFRS
Juros e rendimentos similares		165.179	0	165.179	141.069	0	141.069
Juros e encargos similares		96.289	0	96.289	68.331	0	68.331
Rendimentos de instrumentos de capital		1.844	0	1.844	63	0	63
<b>Margem financeira</b>		<b>70.734</b>	<b>0</b>	<b>70.734</b>	<b>72.801</b>	<b>0</b>	<b>72.801</b>
Rendimentos de serviços e comissões		16.026	0	16.026	24.694	0	24.694
Encargos com serviços e comissões		2.593	0	2.593	5.134	0	5.134
Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados		14.882	0	14.882	3.101	0	3.101
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda		631	0	631	611	0	611
Resultados de reavaliação cambial		1.420	0	1.420	635	0	635
Resultados de alienação de outros activos		(1.456)	0	(1.456)	(137)	0	(137)
Outros resultados de exploração	d)	11.650	(353)	11.297	(1.441)	(290)	(1.731)
<b>Produto bancário</b>		<b>111.294</b>	<b>(353)</b>	<b>110.941</b>	<b>95.130</b>	<b>(290)</b>	<b>94.840</b>
Custos com pessoal	c)	54.179	0	54.179	57.276	(130)	57.146
Gastos gerais administrativos		32.072	0	32.072	34.063	0	34.063
Amortizações do exercício	b)+d)	8.611	(286)	8.325	8.313	(318)	7.995
Provisões líquidas de reposições e anulações	a)	778	0	778	2.261	0	2.261
Conexões de valor associadas ao crédito a clientes e valores a receber de outros devedores (líquidas de reposições, anulações e recuperações)	a)	27.585	8.336	35.921	54.099	(8.336)	45.763
Impairidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações	a)	311	0	311	(408)	0	(408)
Impairidade de outros activos líquida de reversões e recuperações	a) + d)	217	(216)	1	(81)	81	0
<b>Resultado antes de impostos</b>		<b>(12.459)</b>	<b>(8.187)</b>	<b>(20.646)</b>	<b>(50.393)</b>	<b>8.413</b>	<b>(51.980)</b>
Impostos		(2.752)	(2.155)	(4.907)	(4.561)	2.221	(2.340)
Correntes		251	0	251	307	0	307
Diferidos	a)+b)+c)+d)	(3.003)	(2.155)	(5.158)	(4.868)	2.221	(2.647)
<b>Resultado após impostos</b>		<b>(9.707)</b>	<b>(6.032)</b>	<b>(15.739)</b>	<b>(55.832)</b>	<b>6.191</b>	<b>(49.641)</b>

## NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010

(Montantes expressos em milhares de Euro – m.Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

## RECONCILIAÇÃO DOS CAPITALS PRÓPRIOS

## Rubricas "Outras reservas e resultados transitados" e "Resultados Líquidos"

31-12-2009

VARIACÃO NA RUBRICA OUTRAS RESERVAS E RESULTADOS TRANSITADOS		Notas
<b>Valor da rubrica "Outras reservas e resultados transitados" em NCAS</b>	<b>22.064</b>	
Outros Activos Tangíveis - uso de "deem cost" na transição	591	b)
Impostos Diferidos - Outros Activos Tangíveis	(157)	b)
Impostos Diferidos - Benefícios de empregados	(922)	c)
Benefícios de empregados - Acerto de custos diferidos e corredor NCA	(11.558)	c)
Propriedades de Investimento - Anulação das amortizações	1.211	d)
Propriedades de Investimento - Anulação da imparidade	378	d)
Impostos diferidos - Propriedades de Investimento - Anulação da imparidade	(100)	d)
Propriedades de Investimento - Aplicação do justo valor	28	d)
<b>VARIAÇÃO ENTRE NCAS E IFRS</b>	<b>(10.529)</b>	
<b>Valor da rubrica "Outras reservas e resultados transitados" em IFRS</b>	<b>11.535</b>	
VARIACÃO NA RUBRICA RESULTADOS LÍQUIDOS		
<b>Valor da rubrica "Resultado líquido" em NCAS</b>	<b>(9.707)</b>	
Outros Activos Tangíveis - uso de "deem cost" na transição	(9)	b)
Impostos Diferidos - Outros Activos tangíveis	2	b)
Impostos Diferidos - Benefícios de empregados	0	c)
Benefícios de empregados - Amortização excesso do corredor	0	c)
Propriedades de Investimento - Anulação das amortizações	295	d)
Propriedades de Investimento - Anulação da imparidade	216	d)
Impostos diferidos - Propriedades de Investimento - Anulação da imparidade	(57)	d)
Propriedades de Investimento - Aplicação do justo valor	(353)	d)
Imparidade	(8.336)	a)
Imparidade - Impostos diferidos	2.210	a)
<b>VARIAÇÃO ENTRE NCAS E IFRS</b>	<b>(6.032)</b>	
<b>Valor da rubrica "Resultado líquido" em IFRS</b>	<b>(15.739)</b>	

## Rubricas "Outras reservas e resultados transitados" e "Resultados Líquidos"

31-Dez-10

VARIACÃO NA RUBRICA OUTRAS RESERVAS E RESULTADOS TRANSITADOS		Notas
<b>Valor da rubrica "Outras reservas e resultados transitados" em NCAS</b>	<b>9.842</b>	
Outros Activos Tangíveis - uso de "deem cost" na transição	582	b)
Impostos Diferidos - Outros Activos Tangíveis	(154)	b)
Impostos Diferidos - Benefícios de empregados	(922)	c)
Benefícios de empregados - Acerto de custos diferidos e corredor NCA	(9.567)	c)
Propriedades de Investimento - Anulação das amortizações	1.506	d)
Propriedades de Investimento - Anulação da imparidade	594	d)
Impostos diferidos - Propriedades de Investimento - Anulação da imparidade	(158)	d)
Propriedades de Investimento - Aplicação do justo valor	(325)	d)
Imparidade	(8.336)	a)
Imparidade - Impostos diferidos	2.210	a)
<b>VARIAÇÃO ENTRE NCAS E IFRS</b>	<b>(14.570)</b>	
<b>Valor da rubrica "Outras reservas e resultados transitados" em IFRS</b>	<b>(4.728)</b>	
VARIACÃO NA RUBRICA RESULTADOS LÍQUIDOS		
<b>Valor da "rubrica resultado líquido" em NCAS</b>	<b>(55.832)</b>	
Outros Activos Tangíveis - uso de "deem cost" na transição	(9)	b)
Impostos Diferidos - Outros activos tangíveis	2	b)
Impostos Diferidos - Benefícios de empregados	(34)	c)
Benefícios de empregados - Acerto de custos diferidos e corredor NCA	130	c)
Propriedades de Investimento - Anulação das amortizações	327	d)
Propriedades de Investimento - Anulação da imparidade	(81)	d)
Impostos diferidos - Propriedades de Investimento - Anulação da imparidade	21	d)
Propriedades de Investimento - Aplicação do justo valor	(290)	d)
Imparidade	8.336	a)
Imparidade - Impostos diferidos	(2.210)	a)
<b>VARIAÇÃO ENTRE NCAS E IFRS</b>	<b>6.191</b>	
<b>Valor da rubrica "Resultado líquido" em IFRS</b>	<b>(49.641)</b>	

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010

(Montantes expressos em milhares de Euro – m.Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

**48. NOVAS NORMAS E INTERPRETAÇÕES APLICÁVEIS AO EXERCÍCIO DE 2010**

Em resultado do endosso por parte da União Europeia (UE), verificaram-se emissões, revisões, alterações e melhorias nas normas e interpretações com efeitos a partir de 1 de Janeiro de 2010, as quais não tiveram impactos nas demonstrações financeiras do Banco. Abaixo encontram-se sumarizadas as novas normas e interpretações aplicáveis ao exercício de 2010.

**a) Revisões, alterações e melhorias nas normas e interpretações endossadas pela EU sem efeitos nas políticas contabilísticas e divulgações adoptadas pela Companhia****IAS 7 (Melhoria) – Demonstração dos Fluxos de Caixa**

Clarifica que apenas os dispêndios que resultam no reconhecimento de activos podem ser classificados como fluxos de caixa de actividades de investimento. Neste sentido, em resultado da emenda à IAS 27, passam a ser considerados como fluxos operacionais alguns fluxos que até agora eram considerados de investimento (ex: fluxos relativos a custo de aquisição e variações subsequentes em pagamentos contingentes).

**IFRS 5 (Melhoria) - Activos Não Correntes Detidos para Venda e Operações em Descontinuação**

A melhoria clarifica que:

- quando uma subsidiária é detida para venda, todos os seus activos e passivos devem ser classificados como detidos para venda no âmbito da IFRS 5, mesmo quando a entidade irá reter um interesse que não controla na subsidiária após a venda;
- as divulgações requeridas relativamente a activos não correntes, grupos disponíveis para venda ou operações descontinuadas são apenas as constantes da IFRS 5.

**FRS 3 (Revista) – Concentrações de actividades empresariais**

Esta revisão vem trazer alterações significativas ao nível da mensuração e reconhecimento das concentrações de actividades empresariais efectuadas em exercícios que se iniciem em ou após 1 de Julho de 2009.

**IFRS 2 (Emenda e Melhoria) – Pagamentos com base em Acções**

A emenda efectuada na IFRS 2 vem clarificar a contabilização de situações nas quais uma entidade recebe a prestação de serviços ou produtos dos seus empregados ou fornecedores, mas cuja contrapartida financeira é paga pela sua empresa-mãe ou outra empresa do Grupo. A melhoria clarifica que a contribuição de um negócio para a formação de uma Joint Venture e combinações sob controlo comum não fazem parte do âmbito da IFRS 2.

**IAS 1 (Melhoria) – Apresentação das Demonstrações Financeiras**

Balanço: A melhoria clarifica que os termos de liquidação de uma responsabilidade dos quais possa resultar, em qualquer momento, a liquidação através da emissão de instrumentos de capital por opção da contraparte não afecta a classificação dos instrumentos convertíveis em corrente e não corrente na Demonstração da Posição Financeira.

Demonstração das alterações nos capitais próprios: Em resultado da emenda à IAS 27, torna-se necessário incluir duas linhas adicionais na Demonstração das alterações nos capitais próprios: (i) aquisição de subsidiárias e (ii) aquisição de interesses que não controlam, para reflectir transacções com proprietários resultantes de alterações na detenção de subsidiárias que não resultem em perda de controlo.

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010

(Montantes expressos em milhares de Euro – m.Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

**IAS 27 (Emenda) – Demonstrações Financeiras Consolidadas e Separadas**

A alteração a esta norma é relativa às Demonstrações Financeiras separadas da Empresa detentora, suprimindo da IAS 27 a definição de método do custo e a distinção de resultados pré e pós aquisição. Assim, os dividendos de uma subsidiária, entidade conjuntamente controlada ou associada, podem ser integralmente reconhecidos, tendo em atenção qualquer indicação de imparidade. Adicionalmente, a IAS 27 foi emendada para efectivamente permitir que o custo de um investimento numa subsidiária, em situações limitadas de reorganizações, seja baseado no valor contabilístico previamente reconhecido em vez do justo valor.

**IAS 38 (Melhoria) – Activos Intangíveis**

A melhoria:

- estabelece que se um intangível adquirido numa combinação de negócios for identificável apenas com outro activo intangível, os dois podem ser reconhecidos como um único intangível desde que tenham vidas úteis similares;
- clarifica que as técnicas de valorização para mensurar o justo valor de activos intangíveis adquiridos numa combinação de negócios são meros exemplos e não restringem os métodos que podem ser usados.

**IAS 39 (Emenda e Melhoria) – Instrumentos Financeiros: reconhecimento e mensuração – itens cobertos elegíveis.**

Esta emenda:

- clarifica que é permitida a designação de uma parte das alterações do justo valor ou variabilidade dos fluxos de caixa de um instrumento financeiro como um item coberto;
- refere que a inflação não é um risco identificável separadamente e não pode ser designado como um risco coberto a não ser que represente fluxos de caixa especificados contratualmente.

A melhoria introduz as seguintes alterações:

- A isenção de aplicação da norma em contratos que envolvam combinações de negócios só se aplica a contratos forward entre uma adquirente e um accionista vendedor com vista a comprar ou vender uma adquirida numa data futura e não a contratos derivados em que é necessário que acções futuras venham ainda a ocorrer.
- Se numa cobertura de fluxos de caixa, a cobertura de uma transacção prevista resultar no reconhecimento subsequente de um activo ou passivo financeiro, os ganhos ou perdas que estejam reconhecidos no rendimento integral devem ser reclassificados para ganhos e perdas no mesmo período ou períodos em que os fluxos de caixa cobertos previstos afectem os lucros ou prejuízos.
- Considera-se que uma opção de pré-pagamento está intimamente relacionada com o contrato de acolhimento quando o preço de exercício reembolsa o mutuante numa quantia até ao valor presente aproximado dos juros perdidos durante o prazo remanescente do contrato de acolhimento.

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010

(Montantes expressos em milhares de Euro – m.Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

**IFRIC 18 - Transferências de activos provenientes de clientes**

Esta interpretação tem por objectivo clarificar a forma de reconhecer imobilizado tangível ou caixa recebidos de clientes com o objectivo de serem usados para adquirir ou construir activos específicos, não sendo, por isso aplicável.

**IFRIC 17 – Distribuições aos proprietários de activos que não são caixa**

Esta interpretação esclarece sobre a forma de contabilização da distribuição de bens em espécie aos proprietários, definindo que todos devem ter os mesmos direitos.

**IFRIC 15 – Acordos para a construção de imóveis**

Esta interpretação esclarece quando e como deve ser reconhecido o rédito associado à construção de imóveis.

**IFRIC 12 – Acordos de concessão de serviços**

Esta interpretação aplica-se a operadores de concessões e clarifica como reconhecer as responsabilidades assumidas e os direitos recebidos em acordos de concessão.

**Outras melhorias às IFRS**

O processo anual de melhoria das IFRS procura lidar com a resolução de situações que necessitam de ser melhoradas de forma a aumentar o seu entendimento geral, mas que não são classificadas como de resolução prioritária. Algumas melhorias são relativas a terminologia ou alterações de natureza editorial para haver consistência entre normas sendo o seu impacto mínimo.

Outras melhorias são susceptíveis de produzir alterações no reconhecimento e mensuração. As principais melhorias que entraram em vigor em 2010, para além das já resumidas atrás, resumem-se da seguinte forma:

***Melhorias do Ano 2009 aplicáveis em 2010***

- IFRS 8 – Segmentos Operacionais: As melhorias clarificam que os activos e passivos por segmentos só precisam de ser relatados quando são incluídos nas medidas usada pelo responsável das decisões operacionais.
- IAS 17 – Locações: São removidas as disposições específicas relativas a terrenos e edifícios mantendo-se apenas as disposições gerais.
- IAS 18 – Rédito: São adicionadas orientações para determinar se uma entidade está a actuar como vendedor ou como agente. [Nota: Dado que esta é uma melhoria a um appendix da IAS, não é alvo de endosso por parte da EU].
- IAS 36 – Imparidade de Activos: As melhorias clarificam que ao testar a imparidade do Goodwill adquirido numa combinação de negócios a maior unidade permitida para alocação do Goodwill é o segmento operacional definido na IFRS 8 o qual, dependendo das circunstâncias, pode ser de um nível mais baixo do que o segmento reportável.
- IFRIC 9 – Reavaliação de derivados embutidos: As melhorias clarificam que a IFRIC 9 não se aplica a possíveis reavaliações, à data de aquisição, de derivados embutidos em contratos adquiridos em combinações entre entidades ou negócios sob controlo comum ou na formação de Joint Ventures.
- IFRIC 16 – Coberturas de um Investimento Líquido numa Operação Estrangeira: As melhorias clarificam que Instrumentos de cobertura que se qualifiquem podem ser detidos por uma entidade do



NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010

(Montantes expressos em milhares de Euro – m.Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

grupo desde que os requisitos de designação, documentação e efectividade da IAS 39 sejam satisfeitos.

**Novas normas e interpretações já emitidas mas que ainda não são obrigatórias**

As normas e interpretações recentemente emitidas pelo IASB cuja aplicação é obrigatória apenas em períodos com início após 1 de Janeiro de 2010 e que a Companhia não adoptou antecipadamente são as seguidamente apresentadas. Da aplicação destas normas e interpretações não são esperados impactos relevantes para as demonstrações financeiras da Companhia.

**a) Já endossadas pela União Europeia****IAS 24 (Revista) – Transacções com partes relacionadas**

Esta norma revista entra em vigor o mais tardar a partir do início do primeiro exercício com início em 31 de Dezembro de 2010. As principais alterações são as seguintes:

- Alteração da definição de partes relacionadas levando a que algumas entidades deixem de ser consideradas relacionadas e outras passem a ser consideradas relacionadas;
- Isenção parcial de divulgações relativas a transacções com entidades governamentais bem como com o próprio Governo;
- Obrigatoriedade explícita de divulgar os compromissos com partes relacionadas incluindo os contratos executórios.

**IAS 32 (Emenda) - Clarificação de direitos de emissão**

Esta emenda entra em vigor o mais tardar a partir do início do primeiro exercício com início em 31 de Janeiro de 2010. A emenda altera a definição de passivos financeiros para passar a classificar os direitos de emissão (e certas opções e warrants) como instrumentos de capital próprio se:

- Os direitos forem atribuídos de forma proporcional a todos os proprietários da mesma classe de instrumentos de capital não derivados da entidade;
- Forem usados para adquirir um número fixo de instrumentos de capital próprio da própria entidade em contrapartida de uma quantia fixa de qualquer moeda.

**IFRIC 14 (Emenda) - Adiantamentos relativos a requisitos de financiamento mínimo**

Esta emenda entra em vigor o mais tardar a partir do início do primeiro exercício com início em 31 de Dezembro de 2010. Com a emenda, uma entidade deve reconhecer como activo os pagamentos feitos antecipadamente e em cada ano a análise do surplus do plano deve ser feita como se não tivesse havido pagamentos antecipados.

**IFRIC 19 – Extinção de passivos financeiros com instrumentos de Capital Próprio**

Esta IFRIC entra em vigor o mais tardar a partir do início do primeiro exercício com início em 30 de Junho de 2010. Clarifica que instrumentos de capital emitidos para um credor com o objectivo de extinguir passivos financeiros são considerados pagamentos para efeitos do parágrafo 41 da IAS 39.

**b) Ainda não endossadas pela União Europeia**

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010

(Montantes expressos em milhares de Euro – m.Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

**IFRS 9 – Instrumentos financeiros - introduz novos requisitos de classificação e mensuração de activos financeiros.**

Outras emendas às IFRS – melhoramentos do Ano 2010. O IASB aprovou 11 emendas a seis normas."

49. REMUNERAÇÃO DE AUDITORES

Os montantes (IVA excluído) facturados no exercício de 2010 pelos Revisores Oficiais de Contas e Auditores e entidades da mesma rede foram os seguintes:

ERNEST & YOUNG AUDIT & ASSOCIADOS-SROC, SA

Descrição	Total
Serviço de revisão legal de contas	97.000,00
Outros serviços de garantia de fiabilidade	46.000,00
Consultoria fiscal	5.150,00
Total	148.150,00

Os outros serviços de garantia de fiabilidade correspondem a trabalhos realizados para preparação dos relatórios sobre provisões económicas e sistemas de controlo interno, em cumprimento do requerido pelo Banco de Portugal.

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010

(Montantes expressos em milhares de Euro – m.Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

**ADOÇÃO DAS RECOMENDAÇÕES DO FINANCIAL STABILITY FORUM (FSF) E DO COMMITTEE OF EUROPEAN BANKING SUPERVISORS (CEBS) RELATIVAS À TRANSPARÊNCIA DA INFORMAÇÃO E À VALORIZAÇÃO DE ACTIVOS**

O Banco de Portugal através das suas Cartas - Circulares 97/2008/DSB de 3 de Dezembro de 2008 e 58/2009/DSB de 5 de Agosto de 2009, veio reiterar a necessidade das instituições darem o adequado cumprimento às recomendações do Financial Stability Forum (FSF), constantes do relatório “Report of the Financial Stability Forum on Enhancing Market and Institutional Resilience”, assim como às recomendações do Committee of European Banking Supervisors (CEBS) transcritas nos relatórios “CEBS report on banks’ transparency on activities and products affected by the recent market turmoil” e “Report on issues regarding the valuation of complex and illiquid financial instruments”, no que se refere à transparência da informação e à valorização de activos, tendo em conta o princípio da proporcionalidade.

As recomendações materializam-se no questionário anexo à Carta - Circular 46/2008/DSB de 15 de Julho de 2008, para o qual o Finibanco, SA dá cumprimento no presente Anexo.

**I. Modelo de Negócio****1. Descrição do modelo de negócio**

No ponto 2 do Relatório de Gestão, é feita a descrição pormenorizada do modelo de negócio do Banco com referência à actividade das diversas áreas de negócio e respectiva evolução no exercício de 2010, assim como a explicação dos critérios de afectação a cada uma delas.

**2. Estratégias e objectivos**

A estratégia e objectivos do Finibanco, SA estão divulgados e devidamente identificados no ponto 2.2 do Relatório de Gestão, nomeadamente a estratégia e objectivos. A montagem e descrição das operações de titularização em curso no Finibanco, SA estão detalhadamente referidas na Nota 42 às Demonstrações Financeiras.

**3. Descrição da importância das actividades desenvolvidas e respectiva contribuição para o negócio**

A descrição da importância das actividades desenvolvidas pelo Finibanco, SA apresenta-se descrita no ponto 2 do Relatório de Gestão. A quantificação e respectiva contribuição para o negócio das diversas actividades desenvolvidas são parte integrante da Nota 40 às Demonstrações Financeiras (Relato por Segmento), que remete para o Anexo IV (Segmentação por linhas de negócio).

- 4. Descrição do tipo de actividades desenvolvidas, incluindo a descrição dos instrumentos utilizados, o seu funcionamento e critérios de qualificação que os produtos/investimentos devem cumprir**
- 5. Descrição do objectivo e da amplitude do envolvimento da instituição, relativamente a cada actividade desenvolvida**

A análise do ponto 2 do Relatório de Gestão, das Notas 2 (Bases de apresentação, comparabilidade e resumo das principais políticas contabilísticas) e 40 (Relato por Segmento) às Demonstrações Financeiras dá cumprimento ao solicitado nestes dois pontos.

**II. Riscos e Gestão dos Riscos**

- 6. Descrição da natureza e amplitude dos riscos**
- 7. Descrição das práticas de gestão de risco relevantes para as actividades**

No ponto 2.6 do Relatório de Gestão é explanado nas suas diversas vertentes (riscos de crédito, mercado, liquidez e operacional) como o modelo de organização da gestão dos riscos no Finibanco, SA é monitorizado com a respectiva quantificação dos riscos incorridos. As notas 30 e 31 às Demonstrações Financeiras, Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados e Resultados de activos financeiros disponíveis para venda complementam a análise feita no ponto 2.6 do Relatório de Gestão no que respeita ao Risco de Mercado.

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010

(Montantes expressos em milhares de Euro – m.Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

**III. Impacto do período de turbulência financeira nos resultados**

8. Descrição qualitativa e quantitativa dos resultados
9. Decomposição dos “write-downs”/perdas por tipos de produtos e instrumentos
10. Descrição dos motivos e factores responsáveis pelo impacto sofrido
11. Comparação de impactos entre períodos
12. Decomposição dos “write-downs” entre montantes realizados e não realizados

A crise financeira internacional iniciada em 2008 e que se manteve ao longo de 2010 apesar das diversas medidas tomadas pelos governos para estimularem a economia, continuou a influenciar de forma significativa os seguintes aspectos da gestão:

**Liquidez**

O exercício de 2010, à semelhança do anterior, continuou com uma forte pressão sobre a liquidez. Pese embora as dificuldades sentidas no mercado, a estrutura de financiamento do Finibanco, SA, e a monitorização e gestão diária dos níveis de liquidez permitiram ultrapassar, uma vez mais, esta fase crítica sem sobressaltos de relevo.

Com o objectivo de monetização de activos ilíquidos de balanço, o Finibanco tem estruturada uma operação de titularização de créditos no montante global de 233 milhões de euros o que lhe permite a diversificação das fontes de financiamento, pelo recurso ao Eurosistema, embora tenha entrado em período de amortização em Dezembro de 2010.

Paralelamente o Finibanco, SA ainda tem em curso uma operação de titularização de créditos a PME's no montante de 250 milhões de euros em que o fim do período de 3 anos de revolving ocorreu em Junho de 2010.

Já no decurso do exercício de 2010 procedeu-se ao investimento em Dívida Pública, no montante de 96,7 milhões de euros, com vista a contribuir para a melhoria da margem financeira e constituem um reforço do montante elegível para efeito de refinanciamento junto do Banco Central Europeu.

Fruto do anteriormente referido, ao longo do 2010, o recurso ao financiamento junto do Eurosistema registou um incremento acentuado, tendo atingido 310 milhões de euros no final do exercício, resultando numa diminuição da dependência dos depósitos de elevados montantes a taxas mais elevadas.

Apesar desta conjuntura, os recursos de clientes registaram um crescimento de 10,9%, continuando a se registar um grau de transformação dos recursos em crédito estável e confortável (98,2%), mantendo-se, como a principal fonte de financiamento.

Ainda no decorrer do exercício de 2010 o Finibanco, SA emitiu 15 milhões de euros de Valores Mobiliários Perpétuos Subordinados com Juros Condicionados e realizou uma operação de aumento de capital no valor de 20 milhões de euros, de 160 para 180 milhões.

**Resultados**

A crise financeira associada à deterioração das condições económicas continuou a penalizar a margem financeira em termos relativos e provocou um agravamento do nível das imparidades para crédito.

A Margem financeira da intermediação teve um aumento de 2,4 milhões de euros (+4,0%), justificado essencialmente pelo incremento do volume de negócio. A margem da intermediação financeira continuou a ser afectada pela crise financeira, não obstante o ajustamento dos spreads das operações creditícias às novas condições de risco, efectuado ao longo do ano, e a substituição dos depósitos de elevado montante com taxas elevadas, por outros com taxas mais reduzidas.

Em consequência da grave crise económica na actividade nacional, o nível de imparidades da carteira de crédito foi reforçado em 55,4 milhões de euros, traduzindo-se num acréscimo de 27,1 milhões de euros.

Em 2010, os Resultados em operações financeiras situaram-se em 4,3 milhões de euros, traduzindo-se numa diminuição 12,6 milhões de euros face a 2009, dado o bom desempenho registado na carteira de títulos de negociação verificado no ano anterior (17,8 milhões de euros).

Sugere-se a consulta do ponto 2.9 do Relatório de Gestão (Análise Económica e Financeira), para melhor complementar a análise dos Resultados, assim como as Notas às Demonstrações Financeiras, seguidamente enunciadas:

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010

(Montantes expressos em milhares de Euro – m.Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

- Nota 5 – Activos financeiros detidos para negociação;
- Nota 6 – Activos financeiros disponíveis para venda;
- Nota 22 – Imparidade acumulada e provisões acumuladas;
- Nota 30 – Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados;
- Nota 31 – Resultados de activos financeiros disponíveis para venda.

**Capitais Próprios**

Os Capitais próprios, não incluindo os resultados de 2010, aumentaram 17,8 milhões de euros, essencialmente em consequência do aumento de capital de 20 milhões de euros realizado no mês de Junho, da emissão de Valores Mobiliários Perpétuos Subordinados no montante de 15 milhões de euros, realizada em Fevereiro, da diminuição (7,2 milhões de euros) das Reservas de reavaliação ao justo valor em títulos de dívida e da incorporação do resultado negativo de 2009 (-9,7 milhões de euros).

Conforme referido neste ponto sobre a Liquidez e no anterior parágrafo, no exercício de 2010 o Finibanco, SA emitiu 15 milhões de euros de Valores Mobiliários Perpétuos Subordinados com Juros Condicionados que permitiu um reforço adicional dos níveis de solvabilidade, uma vez que o Banco de Portugal considerou que a emissão reúne as condições necessárias para que o montante emitido possa ser considerado no cômputo dos fundos próprios de base (Tier 1), no segmento sujeito a um limite de 35%.

O rácio de solvabilidade situou-se em 8,6% e o TIER I em 6,2%, calculados de acordo com o normativo do Banco de Portugal, aplicando-se o método padrão para o cálculo dos requisitos de fundos próprios para cobertura do risco de crédito e o método do indicador básico para cálculo de requisitos para cobertura de risco operacional.

Os fundos próprios de base registaram uma diminuição de 24,2 milhões de euros e os requisitos de fundos próprios aumentaram em 21,7 milhões de euros (13,4%).

13. Descrição da influência da turbulência financeira na cotação das acções da entidade

Não aplicável.

14. Risco de perda máxima

Os impactos provenientes do período de turbulência estão incorporados nos diversos tipos de risco da seguinte forma:

- **No Risco de Crédito:** o Modelo de avaliação e quantificação de risco de crédito, está subdividido em vários sub-modelos, os quais procuram explicar as diversas vertentes inerentes ao risco da carteira de crédito, nomeadamente o Modelo de Índices Macro Económicos que efectua a agregação de um conjunto de séries temporais de índices macroeconómicos, publicados pelo Instituto Nacional de Estatística, ou por outras Instituições que publiquem índices de forma regular;
- **No Risco de Cotações e Índices:** é utilizada a metodologia VaR, na qual é feita a avaliação da perda potencial num horizonte temporal de duas semanas e 99% de grau de confiança, com o objectivo de aferir possíveis variações no valor de mercado da carteira de títulos, em função do comportamento passado. Também são quantificadas as perdas que poderiam resultar em cenários de stress, usando como referência acontecimentos passados que originaram quebras significativas dos mercados;
- **No Risco de Taxa de Juro:** são realizadas análises de sensibilidade que estimam o impacto na situação líquida e na margem financeira (a 12 meses), resultantes de uma alteração de 200 pontos base nas taxas de juro de mercado. A metodologia utilizada assenta na projecção dos fluxos futuros dos instrumentos financeiros com taxa de juro associada e no cálculo do respectivo valor actual. Da comparação entre o cenário base (manutenção das curvas de taxa de juro) e o cenário alternativo (deslocação paralela das curvas de taxa de juro) resulta o impacto estimado na Situação Líquida.
- **No Risco de Liquidez:** é feita a monitorização e gestão diária dos níveis de liquidez, com reporte diário ao Banco de Portugal.

Sugere-se a consulta do ponto 2.6 do Relatório de Gestão (Gestão do Risco) de forma a complementar e quantificar o referido nesta questão.

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010

(Montantes expressos em milhares de Euro – m.Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

15. Responsabilidades da própria instituição e resultados

A Nota 18 às Demonstrações Financeiras (Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados), faz a discriminação da dívida emitida, a referência ao justo valor dos instrumentos financeiros assim como ao cálculo do cupão de cada um dos empréstimos emitidos.

A Nota 45 às Demonstrações Financeiras (Justo valor de instrumentos financeiros) apresenta a análise aos métodos de valorização pelas categorias de instrumentos financeiros reconhecidos ao justo valor nas Demonstrações Financeiras. O justo valor dos instrumentos financeiros segue as políticas contabilísticas definidas no ponto 2.3 do anexo às Demonstrações Financeiras. As técnicas de valorização dos instrumentos financeiros e de negociação e ao justo valor através de resultados baseiam-se no cálculo do valor presente dos fluxos futuros. Para os instrumentos mais complexos, incorporados nos produtos estruturados, foram utilizados os seguintes modelos de valorização: Black, Black-Scholes, Hull&White e simulações de Monte Carlo dos processos log-normais dos activos subjacentes.

**IV. Níveis e tipos das exposições afectadas pelo período de turbulência**

16. Valor nominal e justo valor das exposições

As Notas 5 e 6, Activos financeiros detidos para negociação e Activos financeiros disponíveis para venda, respectivamente, detalham por tipo de categoria os activos detidos pelo Banco, encontrando-se discriminados no Anexo II das Notas às demonstrações Financeiras do presente Relatório e Contas.

17. Mitigantes do risco de crédito

Não aplicável.

18. Divulgação detalhada sobre as exposições do Banco

Sugere-se a consulta do ponto 2.6 do Relatório de Gestão (Gestão do Risco) de forma a complementar e quantificar o referido nesta questão.

19. Movimentos ocorridos nas exposições entre períodos

Sugere-se a consulta do ponto 2.9 do Relatório de Gestão (Análise Económica e Financeira), para melhor complementar a análise dos Resultados, assim como as Notas às Demonstrações Financeiras, seguidamente enunciadas:

- Nota 5 – Activos financeiros detidos para negociação;
- Nota 6 – Activos financeiros disponíveis para venda;
- Nota 30 – Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados;
- Nota 31 – Resultados de activos financeiros disponíveis para venda;

20. Explicações acerca das exposições que não tenham sido consolidadas

Não aplicável

21. Exposição a seguradoras de tipo “monoline” e qualidade dos activos segurados

Não aplicável.

**V. Níveis e tipos das exposições afectadas pelo período de turbulência**

22. Produtos estruturados

Estas situações estão desenvolvidas na Nota 2 às Demonstrações Financeiras (Bases de apresentação, comparabilidade e resumo das principais políticas contabilísticas).

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010

(Montantes expressos em milhares de Euro – m.Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

23. Consolidação das Special Purpose Entities (SPE)

As divulgações sobre estas entidades encontram-se na Notas 2 e 42 às Demonstrações Financeiras, Bases de apresentação, comparabilidade e resumo das principais políticas contabilísticas e Operações de Titularização, respectivamente.

24. Justo valor dos instrumentos financeiros

25. Descrição das técnicas de modelização utilizadas para a valorização dos instrumentos financeiros

Sugere-se a consulta do ponto 2.6 do Relatório de Gestão (Gestão do Risco), assim como as Notas às Demonstrações Financeiras, seguidamente enunciadas:

- Nota 2 – Bases de apresentação, comparabilidade e resumo das principais políticas contabilísticas;
- Nota 5 – Activos financeiros detidos para negociação;
- Nota 6 – Activos financeiros disponíveis para venda;
- Nota 45 – Justo valor dos instrumentos financeiros.

**VI. Outros aspectos relevantes na divulgação**

26. Descrição das políticas e dos princípios de divulgação

Sugere-se a leitura da Nota 2 às Demonstrações Financeiras (Bases de apresentação, comparabilidade e resumo das principais políticas contabilísticas).

A TÉCNICA OFICIAL DE CONTAS

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

## FINIBANCO S.A.

ANEXO II

INVENTARIO DE TÍTULOS E DE PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS  
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010

Natureza e espécie dos títulos	Quantidade	Valor		Valor médio de aquisição (euro)	Valor de cotação		Valor do balanço ( em moeda )	Valor de Balanço em Euros		
			nominal					Bruto	Líquido	
CREDITOS TITULADOS										
Títulos										
Emitidos por residentes										
Títulos de dívida										
De outros residentes										
VIC SGPS 2006 1ªEm.	473.200	EUR	2,50	2,500000	-	-	EUR	1.183.000,00	1.183.000,00	1.183.000,00
VIC SGPS 2005	344.386	EUR	2,50	2,500000	-	-	EUR	860.965,00	860.965,00	860.965,00
INCOMPOL-Industria de Componentes, Lda.	25	EUR	50.000,00	50.000,00	-	-	EUR	1.250.000,00	1.250.000,00	1.250.000,00
MDS SGPS - Pap.Comercial 2ªEm.	60	EUR	50.000,00	50.000,00	-	-	EUR	3.000.000,00	3.000.000,00	3.000.000,00
MDS SGPS - Pap.Comercial 3ªEm.	50	EUR	50.000,00	50.000,00	-	-	EUR	2.500.000,00	2.500.000,00	2.500.000,00
MARTIFER - Pap.Comercial 1ªEm.	100	EUR	50.000,00	50.000,00	-	-	EUR	5.000.000,00	5.000.000,00	5.000.000,00
ESTIA - Pap.Comercial 24ªEm.	13	EUR	50.000,00	50.000,00	-	-	EUR	650.000,00	650.000,00	650.000,00
SOJA PORTUGAL Pap.Comercial 7ªEm.	85	EUR	50.000,00	50.000,00	-	-	EUR	4.250.000,00	4.250.000,00	4.250.000,00
AVICASAL Pap.Comercial 8ªEm.	5	EUR	50.000,00	50.000,00	-	-	EUR	250.000,00	250.000,00	250.000,00
MDS SGPS Pap. Comercial 4ªEm.	90	EUR	50.000,00	50.000,00	-	-	EUR	4.500.000,00	4.500.000,00	4.500.000,00
AVICASAL Pap.Comercial 9ªEm.	10	EUR	50.000,00	50.000,00	-	-	EUR	500.000,00	500.000,00	500.000,00
SALVADOR CAETANO Pap.Comercial 5ªEm.	150	EUR	50.000,00	50.000,00	-	-	EUR	7.500.000,00	7.500.000,00	7.500.000,00
SONAE IND. Pap.Comercial 571ªEm.	200	EUR	50.000,00	50.000,00	-	-	EUR	10.000.000,00	10.000.000,00	10.000.000,00
PECOL II - Pap.Comercial 4ªEm.	8	EUR	50.000,00	50.000,00	-	-	EUR	400.000,00	400.000,00	400.000,00
PECOL I - Pap.Comercial 7ªEm.	30	EUR	50.000,00	50.000,00	-	-	EUR	1.500.000,00	1.500.000,00	1.500.000,00
FINIBANCO HOLDING 08/11 JUNHO	8.633.280	EUR	5,00	5,00	-	-	EUR	43.166.400,00	43.166.400,00	43.166.400,00
FINIBANCO HOLDING 08/13 NOVEMBRO	3.400.000	EUR	5,00	5,00	-	-	EUR	17.000.000,00	17.000.000,00	17.000.000,00
FINIBANCO HOLDING 08/14 DEZEMBRO	5.600.000	EUR	5,00	5,00	-	-	EUR	28.000.000,00	28.000.000,00	28.000.000,00
LESTINVEST SGPS - 13ªEmissão	124	EUR	50.000,00	50.000,00	-	-	EUR	6.200.000,00	6.200.000,00	6.200.000,00
LESTINVEST SGPS - 14ªEmissão	231	EUR	50.000,00	50.000,00	-	-	EUR	11.550.000,00	11.550.000,00	11.550.000,00
LESTINVEST SGPS - 15ªEmissão	37	EUR	50.000,00	50.000,00	-	-	EUR	1.850.000,00	1.850.000,00	1.850.000,00
LESTINVEST SGPS - 16ªEmissão	5	EUR	50.000,00	50.000,00	-	-	EUR	250.000,00	250.000,00	250.000,00
LESTINVEST SGPS II - 12ªEmissão	300	EUR	50.000,00	50.000,00	-	-	EUR	15.000.000,00	15.000.000,00	15.000.000,00
									166.360.365,00	166.360.365,00
ACTIVOS FINANCEIROS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO										
Títulos										
Emitidos por residentes										
- Instrumentos de dívida										
Outros										
Dívida subordinada										
FINICREDITO 07/17 Ob. Cx. Sub.	3.000	EUR	50,00	41,55	-	-	EUR	124.650,00	124.650,00	124.650,00
- Instrumentos de capital										
MARTIFER SGPS NOM.	8.910	EUR	0,50	8,15	EUR	1,490	EUR	13.275,90	13.275,90	13.275,90
COFINA SGPS.	103.631	EUR	0,25	0,77	EUR	0,690	EUR	71.505,39	71.505,39	71.505,39
SONAE CAPITAL	634.700	EUR	1,00	0,66	EUR	0,410	EUR	260.227,00	260.227,00	260.227,00
TEIXEIRA DUARTE	44.824	EUR	1,00	0,97	EUR	0,730	EUR	32.721,52	32.721,52	32.721,52
Emitidos por não residentes										
- Instrumentos de capital										
REAL ESTATE CREDIT INVEST	21.220	EUR		8,11	EUR	1,020	EUR	21.644,40	21.644,40	21.644,40
REAL ESTATE CREDIT PREF COMPANY	26.525	GBP			GBP	0,935	GBP	24.800,88	28.813,10	28.813,10
- Outros										
GLG EMERGING MARKETS SPECIAL ASSETS FUND E	7.214,14	EUR		91,66	EUR	45,250	EUR	326.439,84	326.439,84	326.439,84
									879.277,14	879.277,14
OUTROS ACTIV. FIN. AO JUST. VALOR ATRAV. DE RESULT.										
Títulos										
Emitidos por não residentes										
Instrumentos de dívida										
Outros não residentes										
NOMURA CLN 07/12/14	100,00	EUR	100.000,00	100.000,00	EUR	96.281,23	EUR	9.628.123,00	9.628.123,00	9.628.123,00
									9.628.123,00	9.628.123,00



## FINIBANCO S.A.

ANEXO II

INVENTARIO DE TÍTULOS E DE PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS  
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010

Natureza e espécie dos títulos	Quantidade	Valor		Valor médio de aquisição (euro)	Valor de cotação	Valor do balanço ( em moeda )		Valor de Balanço em Euros	
		nominal				Bruto	Líquido		
ACTIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA									
Títulos									
Emitidos por residentes									
Instrumentos de dívida									
Instrumentos de dívida pública									
BILHETES TESOURO 18022011	11.000.000	EUR	1,00	0,979572	EUR	0,9959	EUR	10.955.230,00	10.955.230,00
O.T. - SET 2013 5,45%	255.000.000	EUR	0,01	0,011213	EUR	0,0102	EUR	2.596.078,50	2.596.078,50
O.T. - JUN 2011 5,15%	120.000.000	EUR	0,01	0,009854	EUR	0,0101	EUR	1.207.200,00	1.207.200,00
O.T. - JUN 2014 4,375%	50.000.000	EUR	0,01	0,010037	EUR	0,0098	EUR	487.730,00	487.730,00
O.T. - JUN 2018 4,45%	50.000.000	EUR	0,01	0,009999	EUR	0,0089	EUR	444.310,00	444.310,00
O.T. - ABR 2011 3,20%	530.000.000	EUR	0,01	0,009606	EUR	0,0100	EUR	5.297.562,00	5.297.562,00
O.T. - OUT 2015 3,35%	5.500.000.000	EUR	0,01	0,009823	EUR	0,0091	EUR	49.801.950,00	49.801.950,00
De outros residentes									
- Adquiridos no Âmbito de Operações de Titularização									
AQUA SME Nº1 CLASSE C	8.750.000	EUR		1,001831	-	-	EUR	8.766.020,00	8.766.020,00
TAGUS CLASSE C	3.500	EUR		1.264,285714	-	-	EUR	4.425.000,00	4.425.000,00
- Instrumentos de capital									
PROCAPITAL - Investimentos imobiliários, SA.	76.940	EUR	4,99	8,979822	-	-	EUR	690.907,53	690.907,53
MATUR	50	EUR	4,99	0,498798	-	-	EUR	24,94	24,94
UNICRE - Cartão Internacional de Crédito, SA.	7.207	EUR	4,99	63,86	-	-	EUR	460.223,42	460.223,42
SIBS - Sociedade Interbancária de Serviços, SA.	20.000	EUR	4,99	81,92	-	-	EUR	1.638.351,57	1.638.351,57
AVENIDA DOS ALIADOS SA	4.000	EUR	5,00	5,00	-	-	EUR	20.000,00	20.000,00
- OUTROS									
FINIGLOBAL - Fundo de Invest. Mobiliarios	119.535	EUR		6,274300	EUR	6,2286	EUR	744.535,70	744.535,70
FINIRENDIMENTO - Fundo de Invest. Mobiliarios	298.674	EUR		5,070811	EUR	4,8106	EUR	1.436.801,14	1.436.801,14
Emitidos por não residentes									
Instrumentos de dívida									
Emissores Publicos Estrangeiros									
HELLENIC REP 4,3% 20/03/2012	12.500	EUR	1.000,00	937,180	EUR	915,9900	EUR	11.449.875,00	11.449.875,00
IRISH GOV 4,6% 18/04/2016	1.200.000.000	EUR	0,01	0,010413	EUR	0,0085	EUR	10.238.640,00	10.238.640,00
BTNS 3% 12/07/2014	19.000.000	EUR	1,00	1,038000	EUR	1,0452	EUR	19.858.800,00	19.858.800,00
Instrumentos de capital									
S.W.I.F.T. - Society For Worldwide Interbank Financial Telecon	9	EUR	123,95	908,94	-	-	EUR	8.180,49	8.180,49
Outros									
CHEYNE TOT RET CRED FD 1 CLASS C	25.000,00	EUR		100,00	EUR	111,410	EUR	2.785.250,00	2.785.250,00
GLG EMERGING MARKETS SPEC SITS FUND CLASS B	5.613,05	USD		85,33	USD	36,61	USD	205.493,80	153.789,70
								133.466.460,00	132.775.552,47
TOTAL								310.334.225,14	309.643.317,61

A TÉCNICA OFICIAL DE CONTAS,

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO,

FINIBANCO S.A.

ANEXO III

OUTROS ACTIVOS INTANGÍVEIS E TANGÍVEIS

Movimento do exercício de 2010

(Montantes expressos em milhares de Euros)

CONTAS	Saldo do exercício anterior		Aquisições	Transf.	Amortizações do Exercício	Regulariz.	Abates (líquido)	Imparidade Acumulada	Valor líquido
	Valor Bruto	Amortizações Acumuladas							31-12-2010
<b>OUTROS ACTIVOS INTANGÍVEIS</b>									
. Sistemas de tratamento automático de dados	14.379	12.503	934	1	1.100	0	0	0	1.711
. Activos intangíveis em curso	13	0	1.134	(1)	0	0	0	0	1.146
. Outros activos intangíveis	93	32	0	0	0	0	0	0	61
	14.485	12.535	2.068	0	1.100	0	0	0	2.918
<b>OUTROS ACTIVOS TANGÍVEIS</b>									
Imóveis									
. Imóveis de serviço próprio	15.306	4.366	243	0	638	0	0	0	10.545
. Obras em imóveis arrendados	29.506	15.858	425	245	2.033	2	0	0	12.283
. Outros imóveis	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Equipamento	43.251	33.273	1.088	0	4.018	0	260	0	6.788
Activos em locação operacional	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Activos em locação financeira	1.133	1.133	0	0	0	0	0	0	0
Activos tangíveis em curso	702	0	45	(245)	0	25	0	0	477
Outros activos tangíveis	3.802	1.242	179	0	197	0	0	0	2.542
	93.700	55.872	1.980	0	6.886	27	260	0	32.635
<b>TOTAIS</b>	108.185	68.407	4.048	0	7.986	27	260	0	35.553

A TÉCNICA OFICIAL DE CONTAS,

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO,

# FINIBANCO S.A.

ANEXO IV

## Segmentação por linhas de negócio em 31 de Dezembro de 2010

(Montantes expressos em milhares de Euros)

ACTIVO	Corporate Finance	Trading & Sales	Corretagem (Retalho)	Actividade Retalho	Banca Comercial	Pagamentos e Liquidações	Custódia	Gestão de Activos	Outros	Operações intra-segmentos	Total
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	0	1.726	0	104.307	13.914	0	0	0	0	0	119.947
Disponibilidades em outras instituições de crédito	0	4.766	0	25.550	0	0	0	0	0	0	30.316
Activos financeiros detidos para negociação	0	3.802	0	0	0	0	0	0	0	0	3.802
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	0	9.628	0	0	0	0	0	0	0	0	9.628
Activos financeiros disponíveis para venda	0	132.776	0	0	0	0	0	0	0	0	132.776
Aplicações em instituições de crédito	0	473.107	0	0	0	0	0	0	0	0	473.107
Crédito a clientes	0	32.701	0	1.290.290	1.056.504	0	0	0	0	0	2.379.495
Activos não correntes detidos para venda	0	0	0	0	0	0	0	37.448	0	0	37.448
Propriedades de investimento	0	0	0	0	0	0	0	18.453	0	0	18.453
Outros activos tangíveis	9	17	144	26.867	5.579	14	0	5	0	0	32.635
Activos intangíveis	0	25	26	2.848	0	18	0	1	0	0	2.918
Activos por impostos correntes e diferidos	0	0	0	0	0	0	0	0	22.660	0	22.660
Outros activos	0	43.784	0	0	0	0	0	0	27.219	0	71.003
<b>TOTAL DO ACTIVO</b>	<b>9</b>	<b>702.332</b>	<b>170</b>	<b>1.449.862</b>	<b>1.075.997</b>	<b>32</b>	<b>0</b>	<b>55.907</b>	<b>49.879</b>	<b>0</b>	<b>3.334.188</b>

Investimento tangível no período	4	37	11	1.609	309	4	3	3	0	0	1.980
Investimento intangível no período	8	72	23	1.634	315	8	7	1	0	0	2.068

CONTA DE RESULTADOS	Corporate Finance	Trading & Sales	Corretagem (Retalho)	Actividade Retalho	Banca Comercial	Pagamentos e Liquidações	Custódia	Gestão de Activos	Outros	Operações intra-segmentos	Total
Juros e rendimentos similares	0	22.920	0	131.882	58.310	0	0	0	0	( 72.043)	141.069
Clientes Externos	0	16.350	0	74.034	50.685	0	0	0	0	0	141.069
Inter-segmentos	0	6.570	0	57.848	7.625	0	0	0	0	( 72.043)	0
Juros e encargos similares	0	17.793	0	78.388	44.193	0	0	0	0	( 72.043)	68.331
Clientes Externos	0	17.793	0	41.530	9.008	0	0	0	0	0	68.331
Inter-segmentos	0	0	0	36.858	35.185	0	0	0	0	( 72.043)	0
Rendimentos de instrumentos de capital	0	63	0	0	0	0	0	0	0	0	63
<b>Margem Financeira</b>	<b>0</b>	<b>5.190</b>	<b>0</b>	<b>53.494</b>	<b>14.117</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>72.801</b>
Rendimentos de serviços e comissões (líquidas)	282	( 1.606)	764	9.808	5.019	4.768	499	26	0	0	19.560
Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados	0	3.101	0	0	0	0	0	0	0	0	3.101
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda	0	611	0	0	0	0	0	0	0	0	611
Resultados de reavaliação cambial	0	635	0	0	0	0	0	0	0	0	635
Resultados de alienação de outros activos	0	0	0	0	0	0	0	( 137)	0	0	( 137)
Outros resultados de exploração (líquidas)	0	0	0	5.021	1.150	825	0	( 902)	( 7.535)	0	( 1.441)
<b>Produto Bancário</b>	<b>282</b>	<b>7.931</b>	<b>764</b>	<b>68.323</b>	<b>20.286</b>	<b>5.593</b>	<b>499</b>	<b>( 1.013)</b>	<b>( 7.535)</b>	<b>0</b>	<b>95.130</b>
Custos de estrutura	682	4.559	1.442	69.967	17.465	4.655	387	495	0	0	99.652
Pessoal	279	2.254	615	43.257	9.287	1.138	154	292	0	0	57.276
Gastos	370	2.015	736	20.139	6.914	3.485	206	198	0	0	34.063
Amortizações	33	290	91	6.571	1.264	32	27	5	0	0	8.313
Imparidades / provisões para crédito vencido e outros riscos (líquidas)	0	64	0	20.223	35.584	0	0	0	0	0	55.871
Resultados de associadas e empreendimentos conjuntos (equivalência patrimonial)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
<b>Resultados antes de impostos</b>	<b>( 400)</b>	<b>3.308</b>	<b>( 678)</b>	<b>( 21.867)</b>	<b>( 32.763)</b>	<b>938</b>	<b>112</b>	<b>( 1.508)</b>	<b>( 7.535)</b>	<b>0</b>	<b>( 60.393)</b>
Imposto diferidos											( 4.868)
Imposto sobre lucros											307
Interesses minoritários											
<b>Resultado consolidado do exercício</b>											<b>( 55.832)</b>

## **RELATÓRIO SOBRE O GOVERNO DA SOCIEDADE**

# **RELATÓRIO SOBRE O GOVERNO DA SOCIEDADE**

## **Nota Prévia**

O presente Relatório sobre o Governo da Sociedade Finibanco, SA, entidade emitente de valores mobiliários admitidos à negociação em mercado regulamentado, é elaborado em cumprimento do disposto no alínea b) do n.º 2 do artigo 70.º do Código das Sociedades e do artigo 245.º do Código dos Valores Mobiliários e contempla o disposto na Lei n.º 28/2009, de 19 de Junho, no que concerne a divulgação da matéria respeitante a remunerações.

## **Estrutura do capital e categoria de acções**

Nos termos do Contrato de Sociedade, artigo 4.º, o capital social do Finibanco, SA está dividido em acções do valor nominal de um euro cada, podendo a Sociedade emitir acções preferenciais, sem voto, ou outras acções preferenciais, remíveis ou não.

As acções são obrigatoriamente nominativas e são tituladas podendo, no entanto, ser convertidas em acções escriturais se assim for deliberado pela Assembleia Geral.

Todas as acções do Finibanco, SA são no momento em número de cento e oitenta milhões.

## **Participações qualificadas no capital social da Sociedade**

O capital social do Finibanco, SA, desde a sua constituição, em 28 de Junho de 2001, foi sempre detido a cem por cento pela empresa-mãe, Finibanco-Holding, SGPS S.A.

Por sua vez, o accionista que em 31 de Dezembro de 2010 detinha a totalidade do capital social do Finibanco-Holding, SGPS S.A. era o Montepio Geral-Associação Mutualista.

## **Identificação de accionistas titulares de direitos especiais e descrição desses direitos**

O Finibanco, SA teve sempre um accionista único, dispondo assim de todos os direitos resultantes da sua posição accionista.

## **Restrições ou limitações à transmissibilidade ou alienação das acções**

Não existem restrições à transmissibilidade das acções, nem cláusulas de consentimento, para alienação, limitações à titularidade, ou outras.

## **Eventuais restrições em matéria de direito de voto, tais como limitações ao exercício do voto dependente da titularidade de um número ou percentagem de acções, prazos impostos para o exercício do direito de voto ou sistemas de destaque de direitos de conteúdo patrimonial**

Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 11.º do Contrato de Sociedade, tem direito de voto o accionista titular de, pelo menos, mil acções registadas em conta aberta em seu nome, ou, tratando-se de acções tituladas, em seu nome averbadas, pelo menos desde o quinto dia útil anterior à data designada para a reunião da Assembleia Geral.

O n.º 2 do mesmo artigo refere que, tratando-se de acções escriturais, o accionista comprovará o seu registo mediante certificado emitido para o efeito pelo respectivo intermediário financeiro e que deverá ser apresentado ao Presidente da Mesa até ao quinto dia útil anterior à data designada para a reunião da Assembleia Geral.

A cada grupo de mil acções corresponde um voto e os accionistas que não possuam aquele número de acções poderão agrupar-se por forma a perfazê-lo, devendo designar, por acordo, um só de entre eles para os representar na Assembleia Geral.

### **Identificação dos órgãos sociais e procedimentos para a sua nomeação**

- Mesa da Assembleia Geral  
Presidente: António Joaquim de Matos Pinto Monteiro  
Vice-Presidente: Pedro Canastra de Azevedo Maia  
Secretário: Mário Paulo Ramos Caetano Pereira
- Conselho de Administração  
Presidente: António Tomás Correia  
Vogal: José de Almeida Serra  
Vogal: Rui Manuel da Silva Gomes do Amaral  
Vogal: Eduardo José da Silva Farinha  
Vogal: Álvaro Cordeiro Dâmaso  
Vogal: Joaquim Mendes Cardoso  
Vogal: José Carlos Sequeira Mateus  
Vogal: Pedro Jorge Gouveia Alves
- Conselho Fiscal  
Presidente: José Rodrigues de Jesus  
Vogal Efectivo: António Monteiro de Magalhães  
Vogal Efectivo: Joaquim Henrique de Almeida Pina Lopes  
Vogal Suplente: Viriato Marques da Silva Arrojado
- Revisor Oficial de Contas  
Efectivo: Ernst & Young Audit & Associados SROC, SA  
Suplente: Rui Abel Serra Martins (ROC)

O Contrato de Sociedade (artigo 16.º) refere que é da competência do Conselho de Administração proceder, no caso de falta ou impedimento definitivos de algum Administrador, à sua substituição, por cooptação, dentro dos sessenta dias a contar da sua falta, submetendo essa cooptação a ratificação na primeira Assembleia Geral seguinte.

### **Regras aplicáveis à nomeação e substituição dos membros do órgão de administração e à alteração dos estatutos da Sociedade**

Nesta matéria, o Contrato de Sociedade, na alínea l) do artigo 16.º, confere ao Conselho de Administração competência apenas para proceder à substituição, por cooptação, de algum Administrador dentro dos sessenta dias a contar da sua falta, submetendo essa cooptação a ratificação na primeira Assembleia Geral seguinte.

O mesmo Contrato de Sociedade no seu artigo 8.º estabelece que nos aumentos de capital por entradas em dinheiro e salvo deliberação em contrário, tomada por dois terços dos votos emitidos e justificada pelo interesse social, os accionistas terão direito de preferência na subscrição das novas acções e no rateio daquelas que não tenham sido inicialmente subscritas.

### **Poderes do órgão de administração, nomeadamente no que respeita a deliberações de aumento de capital**

Ao Conselho de Administração, nos termos do artigo 16.º do Contrato de Sociedade, compete:

- a) Definir as políticas gerais do Banco e aprovar os planos e orçamentos anuais e plurienais bem como os relatórios trimestrais de execução;
- b) Estabelecer a organização interna do Banco e delegar os poderes ao longo da cadeia hierárquica;
- c) Conduzir as actividades do Banco, praticando todos os actos que a lei ou os estatutos não reservem a outros órgãos sociais;
- d) Executar as deliberações da Assembleia Geral;
- e) Representar o Banco em juízo ou fora dele, comprometendo-se em arbitragens, propondo pleitos judiciais ou defendendo-se deles, podendo confessar, desistir ou transigir em quaisquer processos judiciais;
- f) Apresentar à Assembleia Geral, para apreciação e votação, nas épocas legalmente determinadas, os relatórios, balanços e contas dos exercícios sociais;
- g) Adquirir, alienar e onerar quaisquer direitos ou bens, móveis ou imóveis, incluindo participações em outras sociedades e em agrupamentos complementares de empresas;
- h) Deliberar sobre a emissão de obrigações ou quaisquer outros títulos de dívida;
- i) Contratar e despedir empregados e prestadores de serviços;
- j) Constituir mandatários para a prática de determinados actos, definindo a extensão dos respectivos mandatos;
- l) Proceder, no caso de falta ou impedimento definitivos de algum Administrador, à sua substituição, por cooptação, dentro dos sessenta dias a contar da sua falta, submetendo essa cooptação a ratificação na primeira assembleia geral seguinte.

O mesmo Contrato de Sociedade é omissivo no que respeita a deliberações sobre aumento do capital social.

### **Acordos entre a Sociedade e os titulares do órgão de administração ou trabalhadores que prevejam indemnizações em caso de pedido de demissão do trabalhador, despedimento sem justa causa ou cessação da relação de trabalho, na sequência de oferta pública de aquisição**

No Finibanco não estão previstas situações de pagamento de quaisquer montantes a propósito de qualquer dos casos referidos.

### **Acordos significativos de que a Sociedade seja parte e que entrem em vigor, sejam alterados ou cessem em caso de mudanças de controlo da Sociedade na sequência de uma oferta pública de aquisição, bem como os efeitos respectivos**

Não existem acordos firmados sobre esta matéria.

## **Principais elementos dos sistemas de controlo interno e de gestão de risco implementados na Sociedade relativamente ao processo de divulgação de informação financeira**

Com vista à adequação da organização do Grupo Finibanco aos princípios constantes do Aviso n.º 5/2008 do Banco de Portugal e visando implementar um sistema de controlo interno corporativo e único que culmina com a elaboração do Relatório de Controlo Interno, foram criados:

- Um Departamento de Auditoria Interna Corporativa, órgão independente, permanente e efectivo, transversal a todas as empresas do Grupo, de âmbito nacional e internacional, com funções de avaliação das actividades dos restantes órgãos da Instituição e de auxílio aos membros da organização no cumprimento das suas responsabilidades, com vista a contribuir para a melhoria contínua do Sistema de Controlo Interno. Tem como sub-órgãos a Unidade de Balcões, a Unidade de Órgãos Centrais e Empresas Associadas e o Gabinete de Provedoria do Cliente e a sua chefia reporta directamente ao Conselho de Administração do Finibanco-Holding e ainda à Comissão Executiva do Finibanco;
- Um Departamento de Controlo Corporativo de Riscos, órgão estrutural independente, permanente e efectivo, transversal a todas as empresas do Grupo, de âmbito nacional e internacional, que tem por objectivo gerir a exposição global ao risco, de acordo com o perfil de risco assumido pelo Conselho de Administração ou pela Comissão Executiva. Tem ainda como missão desenvolver, comunicar e implementar um ciclo de gestão global do risco que permita à alta direcção do negócio e sobretudo ao Conselho de Administração incorporar a perspectiva e o conhecimento do risco nas tomadas de decisão. O Departamento de Controlo Corporativo de Riscos aglutina dois sub-órgãos, o Gabinete de Riscos Financeiros e o Gabinete de Concepção e Acompanhamento de Modelos, e reporta directamente ao Conselho de Administração do Finibanco-Holding e também à Comissão Executiva do Finibanco;
- Um Departamento de *Compliance* Corporativo, órgão estrutural também independente, permanente e efectivo do Finibanco-Holding, transversal a todas as empresas do Grupo, e também de âmbito nacional e internacional, que tem como objectivo controlar o respeito pelas disposições legais e regulamentares aplicáveis, incluindo as relativas à prevenção do branqueamento de capitais e do financiamento do terrorismo, bem como das normas e usos profissionais e deontológicos, das regras internas e estatutárias, das regras de conduta e de relacionamento com clientes, das orientações dos órgãos sociais da Instituição e das recomendações do Comité de Supervisão Bancária e do Comité das Autoridades Europeias de Supervisão Bancária (CEBS).  
Consiste a sua missão em mitigar o risco operacional e as perdas financeiras advindas do incumprimento das disposições supra referidas e suas consequências internas e externas. Tem como sub-órgãos o Gabinete de Controlo Interno e o Gabinete de Risco Operacional. A sua chefia, tal como as restantes supra referidas, reporta directamente ao Conselho de Administração do Finibanco-Holding e à Comissão Executiva do Finibanco.

No desenvolvimento da sua acção, o Finibanco-Holding define as orientações e supervisiona a actividade das suas Participadas, designadamente nas seguintes áreas:

- Planeamento e estratégia global, definindo as linhas mestras de actuação para a preparação do plano de actividades e do orçamento de exploração;
- Controlo de riscos, assegurando a sua gestão integrada, de forma a garantir a adequação dos níveis de tolerância definidos;
- *Compliance*, assegurando o respeito pelo cumprimento das disposições regulamentares aplicáveis, designadamente as normas de conduta e deontológicas e as normas de segurança definidas, de acordo com a política de segurança estabelecida;
- Auditoria Interna, analisando e avaliando com carácter permanente, à distância e presencialmente, as actividades das Participadas e dos seus órgãos estruturais e dando da sua acção reporte à Comissão Executiva e ao Conselho de Administração;



- Sistemas de Informação, apoiados na estrutura montada no Finibanco, assegurando o funcionamento do sistema de informação de gestão integrado, da estrutura de comunicação e da Intranet, e protegido pelo Plano de Contingência em vigor, dando assim resposta a hipotéticas situações de crise, de modo a garantir o contínuo funcionamento do Grupo e a minimizar perdas.

Suportado neste Sistema o Finibanco disponibiliza, através da Intranet, diversa informação de gestão operacional e financeira, designadamente:

- Indicadores de gestão comercial, com actualização diária e possibilidade de consultas online, por toda a estrutura, abrangendo recursos, aplicações, garantias, produtos activos e passivos, volumes e margens financeiras, etc;
- Indicadores de gestão de riscos financeiros, diariamente nuns casos e mensalmente noutros, abrangendo riscos de crédito, de mercado;
- Indicador de performance global, abrangendo volume de negócio, rentabilidade e qualidade dos activos, com periodicidade trimestral;
- Indicador de rentabilidades, por cliente, por produto, por unidade comercial, etc.

Em termos gerais, considera-se que o Sistema de Controlo Interno implementado está em linha com os objectivos de desempenho, de informação e de *compliance*, incorpora as recomendações emanadas da Supervisão e tem em conta a dimensão do Grupo Finibanco.

Está-se em presença de um processo evolutivo, em função do desenvolvimento da Holding e do Finibanco, SA, visando a adopção de práticas de gestão e de controlo mais eficientes e racionais, sempre que tal se considere necessário e útil.

## **Política de remuneração**

A remuneração dos órgãos sociais do Finibanco, SA, no exercício em análise, processou-se em harmonia com o disposto na proposta sobre política de remunerações aprovada na Assembleia Geral do Finibanco-Holding de 20 de Abril de 2010, abrangendo também as suas Participadas, que é do seguinte teor:

“Declaração sobre política de remuneração dos membros dos órgãos sociais  
e dos dirigentes do Finibanco-Holding, SGPS S.A.

1. A fixação dos vencimentos dos membros executivos do Conselho de Administração deve ter em consideração os seguintes princípios:
  - Simplicidade e transparência;
  - Não acumulação com quaisquer outras remunerações auferidas pelo exercício de funções em órgãos estruturais ou em corpos sociais de outras empresas do Grupo;
  - Tomar em linha de conta o alinhamento dos interesses dos elementos a contemplar com os interesses da Sociedade e dos Accionistas;
  - Integrar na remuneração uma componente variável, que tenha em conta o desempenho de longo prazo da Sociedade, o desempenho individual de cada um dos membros e o que sobre a matéria dispõe o artigo 28.º do Contrato de Sociedade.
2. A remuneração dos membros não executivos do Conselho de Administração, dos membros do Conselho Fiscal e do Presidente da Mesa da Assembleia Geral, deve ser processada numa base mensal fixa e paga doze vezes ao ano.

3. Tendo em conta que o conceito de dirigentes expresso no artigo 248.º-B do Código dos Valores Mobiliários, para além dos membros dos órgãos de administração e fiscalização, integra também aqueles que possuem acesso regular a informação privilegiada e participam nas decisões sobre a gestão e a estratégia negocial da Sociedade e porque tal perspectiva não se aplica ao Grupo Finibanco, entende-se que só nele cabem os membros do órgão de administração, não competindo à Comissão de Remunerações decidir sobre qualquer outra remuneração.
4. Os princípios expressos na presente Declaração deverão ser aplicados aos membros dos órgãos de administração e fiscalização das empresas do Grupo Finibanco.”

### Remuneração do órgão de administração

NOME	FUNÇÃO	REM. FIXA	EMP. PAGADORA	N.º CARGOS DESEMP.
HCL	Presidente	459.516	Finibanco	6
AE	Administrador	451.727	Finibanco	6
AM	Administrador	450.942	Finibanco	5
JC	Administrador	227.127	Finibanco	2

HCL-Humberto da Costa Leite – Presidente do Conselho de Administração e da Comissão Executiva  
 AE-Armando Esteves – Vice-Presidente da Comissão Executiva e Vogal do Conselho de Administração  
 AM-Artur de Jesus Marques – Vice-Presidente da Comissão Executiva e Vogal do Conselho de Administração  
 JC-Joaquim Mendes Cardoso – Vogal não executivo do Conselho de Administração

Os membros do Conselho de Administração, o Presidente António Tomás Correia e os Vogais José de Almeida Serra, Rui Manuel Silva Gomes do Amaral, Eduardo José da Silva Farinha e Álvaro Cordeiro Dâmaso, eleitos em 3 de Dezembro de 2010, não auferiram qualquer remuneração pelo exercício dos respectivos cargos.

### Remuneração do órgão de fiscalização

NOME	FUNÇÃO	REM. FIXA	EMP. PAGADORA	N.º CARGOS DESEMP.
JRJ	Presidente	28.500	Finibanco	2
AMM	Vogal	13.050	Finibanco	2
JPL	Vogal	13.050	Finibanco	2

JRJ-José Rodrigues de Jesus – Presidente  
 AMM-António Monteiro de Magalhães – Vogal  
 JPL-Joaquim Henrique de Almeida Pina Lopes – Vogal

# **CERTIFICAÇÃO LEGAL E RELATÓRIO DE AUDITORIA**

## Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria

### Introdução

1. Nos termos da legislação aplicável, apresentamos a Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria sobre a informação financeira contida no Relatório de Gestão e nas demonstrações financeiras anexas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2010, do Finibanco, S.A., as quais compreendem: o Balanço em 31 de Dezembro de 2010 (que evidencia um total de 3.334.188 milhares de euros e um total de capital próprio de 143.874 milhares de euros, incluindo um resultado líquido negativo de 55.832 milhares de euros), as Demonstrações de Resultados, do Rendimento Integral, da Variação nos Capitais Próprios e dos Fluxos de Caixa do exercício findo naquela data, e as correspondentes Notas e Anexos.

### Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração:
  - a) a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do Banco, o resultado e o rendimento integral das suas operações, as variações no seu capital próprio e os seus fluxos de caixa;
  - b) a informação financeira histórica, preparada de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites e que seja completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários;
  - c) a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados;
  - d) a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado;
  - e) a de informação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a sua actividade, posição financeira ou resultados.
3. A nossa responsabilidade consiste em verificar a informação financeira contida nos documentos de prestação de contas acima referidos, designadamente sobre se é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso exame.

## Âmbito

3. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
- a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;
  - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
  - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade;
  - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras; e
  - a apreciação se a informação financeira é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.
5. O nosso exame abrangeu ainda a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com os restantes documentos de prestação de contas, bem como as verificações previstas nos números 4 e 5 do artigo 451.º dos Código das Sociedades Comerciais.
6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

## Opinião

7. Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira do Finibanco, S.A. em 31 de Dezembro de 2010, o resultado e o rendimento integral das suas operações, as variações no seu capital próprio e os seus fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas de Contabilidade Ajustadas, tal como definidas no Aviso 1/2005 do Banco de Portugal, e a informação nelas constante é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.

## Relato sobre outros requisitos legais

8. É também nossa opinião que a informação financeira constante do Relatório de Gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício e que o Relatório do Governo da Sociedade inclui os elementos exigíveis nos termos do nº 4 do artigo 245.º-A do Código dos Valores Mobiliários.

## Ênfases

9. Sem afectar a opinião expressa no parágrafo anterior, chamamos a atenção para as seguintes situações:
  - 9.1 Conforme referido na Nota 1 às Demonstrações Financeiras, com a realização da Oferta Pública de Aquisição (OPA) do Montepio Geral - Associação Mutualista, em 29 de Novembro de 2010, o Banco foi integrado no Grupo Montepio. Em 10 de Março de 2011, o Montepio apresentou ao Banco de Portugal o plano de concretização do processo de consolidação anunciado nos documentos da OPA, prevendo a integração da estrutura do Finibanco, S.A. na Caixa Económica Montepio Geral (Nota 46), a qual se concretizou em 4 de Abril de 2011 através de trespasse dos principais activos e passivos do Banco, mantendo-se a actividade bancária e os activos relativos a operações de locação financeira, propriedades de investimento e activos não correntes detidos para venda. Neste contexto, as contas foram preparadas na base da continuidade das operações (Nota 2.3).

Adicionalmente, é expectável que seja realizada no segundo trimestre de 2011, uma análise detalhada dos inventários de activos intangíveis e tangíveis do Banco, visando a sua optimização e eficiência, da qual poderá resultar a descontinuidade de determinados itens, sendo que nesta fase não foi possível quantificar os eventuais efeitos nas demonstrações financeiras caso a mesma se confirme (Notas 11 e 12).

Lisboa, 5 de Maio de 2011

Ernst & Young Audit & Associados - SROC, S.A.  
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas (nº 178)  
Representada por:

Ana Rosa Ribeiro Salcedas Montes Pinto (ROC nº 1230)

## **RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL**

Excelentíssimos Senhores Accionistas do

Finibanco, S.A.:

Em conformidade com as disposições legais e estatutárias, o Conselho Fiscal do Finibanco, S.A. vem apresentar o relatório da sua actividade no exercício de dois mil e dez, bem como o parecer sobre os documentos de prestação de contas individuais relativos àquele ano, incluindo o Relatório de Gestão e as Demonstrações Financeiras Individuais, relativos àquele exercício e apresentados pelo Conselho de Administração e ainda sobre o desempenho da Sociedade de Revisores Oficiais de Contas.

O Conselho Fiscal reuniu assiduamente, pelo menos mensalmente, e acompanhou a evolução da Instituição, nomeadamente através dos contactos com o Conselho de Administração da Sociedade e os seus membros e com os principais responsáveis pelos Serviços, de quem recebeu todas as informações que se tornaram necessárias. Com efeito, periodicamente foram disponibilizados Mapas Financeiros, através dos quais foi possível tomar conhecimento das variações patrimoniais ocorridas.

No seu desempenho, o Conselho Fiscal procedeu também às verificações que por lei lhe estão conferidas, não lhe tendo sido criados quaisquer constrangimentos, o que realça com satisfação.

De igual modo, este órgão acompanhou a actividade desenvolvida pela Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, que avalia muito positivamente, tendo, desta forma, igualmente obtido elementos úteis ao desenvolvimento das suas funções de fiscalização.

O Conselho Fiscal elaborou, ainda, o parecer previsto no Aviso nº5 de 2008 do Banco de Portugal, acerca do Sistema de Controlo Interno, em articulação com a Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, com o Conselho de Administração e com os diversos serviços do Banco.

O Conselho Fiscal analisou os documentos de prestação de contas e a certificação legal das contas emitidas pela Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, sem reservas e com uma ênfase, tendo também apreciado a proposta do Conselho de Administração de aplicação de resultados.

Finalmente, o Conselho Fiscal acompanhou o processo pelo qual o Montepio Geral – Associação Mutualista (“**MGAM**”), detentor único do capital institucional da Caixa Económica Montepio Geral (“**CEMG**”), concretizou a Oferta Pública de Aquisição



Geral e Voluntária sobre as acções representativas do capital social da Finibanco – Holding, SGPS, S.A. (sociedade que detém a totalidade das acções representativas do capital social e dos direitos de voto do Finibanco, S.A.).

Em face do que precede, o Conselho Fiscal é de opinião que merecem aprovação os citados documentos de prestação de contas apresentados pelo Conselho de Administração e a correspondente proposta de aplicação de resultados.

Porto, 13 de Maio de 2011

O Conselho Fiscal

José Rodrigues de Jesus  
Presidente

António Monteiro de Magalhães

Joaquim Henrique de Almeida Pina Lopes

**ANEXOS**

## **Anexos**

### **Informação sobre as Participações dos Membros dos Órgãos de Administração e de Fiscalização**

Nos termos e para os efeitos do artigo 447.º do Código das Sociedades Comerciais e do n.º 1 do artigo 8.º do Regulamento da CMVM n.º 5/2008, informa-se que os membros dos órgãos de administração e de fiscalização não detinham quaisquer acções ou obrigações do Finibanco, SA em 31 de Dezembro de 2010, nem efectuaram qualquer movimento durante o período em causa.

Quanto aos movimentos efectuados sobre acções do Finibanco-Holding, foram os seguintes:

#### **Daniel Bessa Fernandes Coelho**

##### ***Posição em 31-12-2010***

Acções Finibanco-Holding	0
--------------------------	---

##### ***Posição em 31-12-2009***

Acções Finibanco-Holding	4.378
--------------------------	-------

##### ***Movimentos durante o ano de 2010***

Venda da totalidade das acções na Oferta Pública de Aquisição lançada pelo Montepio Geral-Associação Mutualista, em 29 de Novembro de 2010, ao preço de 1,95 euros.

#### **Joaquim Mendes Cardoso**

##### ***Posição em 31-12-2010***

Acções Finibanco-Holding	0
--------------------------	---

##### ***Posição em 31-12-2009***

Acções Finibanco-Holding	4.930
--------------------------	-------

##### ***Movimentos durante o ano de 2010***

Venda da totalidade das acções na Oferta Pública de Aquisição lançada pelo Montepio Geral-Associação Mutualista, em 29 de Novembro de 2010, ao preço de 1,95 euros.

### **Lista de Titulares de Participações Qualificadas**

Nos termos do Regulamento n.º 5/2008 da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários e do n.º 4 do artigo 448.º do Código das Sociedades Comerciais, informa-se que, em 31.12.2010, a totalidade do capital social do Finibanco, SA estava na posse do Finibanco-Holding, SGPS S.A.

Por sua vez, o Accionista que, em 31.12.2010, detinha a totalidade do capital social do Finibanco-Holding, SGPS S.A. era o Montepio Geral-Associação Mutualista.

### **Acções Próprias Detidas em 31.12.2010**

Para efeitos da alínea d) do n.º 5 do artigo 66.º do Código das Sociedades Comerciais, informa-se que, em 31.12.2010, o Finibanco, SA não detinha acções próprias nem fez qualquer movimento durante o período em análise.